

v.8, n.1, 2015

Veredas

Da História



ISSN: 1982.4238

Veredas da História, [online], v. 8, n.1, jul., 2015, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Priscila Henriques Lima, UERJ

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Beatriz Beatriz Galvão Abrantes, UFBA

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alessander Mário Kerber, UFRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UFRRJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorrilha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Marcelo Pereira Lima (UFBA)

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

EDITORIAL

1

Apresentação editorial

Paulo Júnior Debom Garcia
(UERJ-UCAM)

ARTIGOS

4

Brüderkrieg: guerra civil e o início do fim da unidade do império carolíngio

Vinicius Cesar Dreger de Araujo
(UNIMONTES)

34

Frederick Jackson Turner e as raízes históricas, epistemológicas e raciais do conceito contemporâneo de fronteira

Renan Marques Birro
(Universidade Federal do Amapá)

55

A questão do Acre e a solução nacional de Rui Barbosa

Felipe Rabelo Couto
Cefet/RJ – *Campus* Valença

86

Quando a escravidão dói... na pele branca

João Gilberto da Silva Carvalho
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
(IFRJ – CAC)

102

Reforma agrária se faz com os homens, não com a terra: a “Lei do Boi” e a qualificação da força de trabalho

Wallace Lucas Magalhães
(UFRRJ)

121

Festival Eurovisão da Canção: 60 anos. Multiculturalismo, diversidade e alteridade

José Fernando Saroba Monteiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

140

“Você é uma princesa, e eu espero que você aja como tal!”:

gênero, corpo e espaço em “Brave”

Daniele Gallindo Gonçalves Silva
(UFPel)

Viviane Martini
(UFPel)

RESENHAS

156

Alforrias em Rio de Contas-Bahia

Antônio Nonato Santos Oliveira
(PPGH-UFBA)

161

Escravidão, pecuária e policultura

Danielle da Silva Ramos
(PPGH-UFBA)

167

Terra de vaqueiros

Eliseu Santos Ferreira Silva
(PPGH-UFBA)

APRESENTAÇÃO EDITORIAL

Paulo Júnior Debom Garcia

Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Professor da Universidade Candido Mendes (UCAM)

A Revista Veredas da História chega à 11ª edição. O foco deste número é a pluralidade dos temas, das épocas estudadas, das abordagens, das fontes e das metodologias. Optou-se por não publicar um dossiê, mas sim sete artigos e três resenhas que tem como eixo a diversidade de objetos. Pesquisadores e pesquisadoras com diferentes trajetórias acadêmicas explicitam em seus textos as múltiplas interfaces possíveis entre a História e outras áreas do conhecimento. Desta forma, leitores e leitoras encontrarão artigos que transitam pelas trilhas da Nova História Política, das Ciências Sociais, da História Cultural, da História Social, entre outras.

O primeiro texto, *Brüderkrieg: Guerra Civil e o início do fim da unidade do Império Carolíngio*, escrito por Vinicius Cesar Dreguer de Araujo (UNIMONTES), aborda um tema pouco estudado por historiadores brasileiros, os conflitos ocorridos no século IX entre os descendentes de Carlos Magno na disputa pelo domínio dos territórios do Império Carolíngio. Por meio de uma rica discussão a partir de fontes escritas e iconográficas, o autor reavalia de forma original os embates militares e seus desdobramentos políticos no processo de “declínio” do Império.

O segundo artigo, de autoria de Renan Marques Birro (UNIFAP), *Frederick Jackson Turner e as raízes históricas, epistemológicas e raciais do conceito contemporâneo de fronteira*, tece uma discussão sobre o conceito contemporâneo de fronteira elaborado pelo norte-americano Frederick Jackson Turner no final do século XIX e sua possível relação com os estudos sobre as sociedades da Europa Ocidental no período medieval. O pesquisador questiona as ideias de Jacques Le Goff e as confronta com as de autores como Robert Bartlett, Angus MacKay e Alan Murray. Desta forma, descortina novas possibilidades para se pensar o conceito de fronteira, bem como sua íntima relação com as questões raciais.

O terceiro texto, *A Questão do Acre e a solução nacional de Rui Barbosa*, é assinado por Felipe Rabelo Couto (CEFET/RJ – Campus Valença). O autor se debruça sobre a inserção do Brasil no cenário internacional, mais especificamente o ajuste de

fronteiras com a Bolívia, polêmico assunto político que foi denominado na época como *Questão do Acre*. O pesquisador constrói suas análises tendo como ponto de partida as especificidades do delicado processo e a atuação fulcral de Rui Barbosa em um tortuoso caminho que teve como desfecho a incorporação do Acre ao Brasil.

O quarto artigo surgiu por meio da experiência do autor ao se hospedar por alguns dias em um hotel situado em uma antiga fazenda do período do café no atual Estado do Rio de Janeiro. Em *Quando a escravidão dói...na pele branca*, o professor João Gilberto da Silva Carvalho (IFRJ-CAC) reflete sobre o cotidiano racista vivenciado hoje por trabalhadores negros que servem hóspedes, em sua maioria brancos, em uma espécie de tentativa de teatralizar o modo de viver naquele tipo de propriedade na segunda metade do século XIX. Tendo por base autores das Ciências Sociais, Psicologia e História, o pesquisador revela a presença da discriminação racial explícita, porém de certa forma velada, no turismo brasileiro.

Reforma agrária se faz com os homens, não com a terra: “A Lei do Boi” e a qualificação da força de trabalho é o quinto texto desta edição. Assinado por Wallace Lucas Magalhães (UFRRJ), trata-se de uma análise da Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968, mais conhecida como a *Lei do Boi*. Por intermédio dela foi criada uma reserva de vagas nas escolas técnicas de ensino médio e superior mantidas pela União nos cursos de Agronomia e Veterinária. Utilizando as notas taquigráficas dos discursos parlamentares e correspondentes Diários do Congresso Nacional, o pesquisador evidencia de que maneira a lei constitui-se em uma medida que tinha por objetivos a intensificação da produtividade no campo e o atendimento dos interesses do Estado em meio ao milagre econômico. Desta forma, suas linhas indicam de que forma a Lei fornece informações para a percepção do ruralismo como uma organização política da classe dominante agrária que, embora heterogênea, buscou consolidar a estrutura fundiária já estabelecida.

Em sexto lugar vem o artigo *Festival Eurovisão da Canção: 60 anos. Multiculturalismo, diversidade e alteridade*, desenvolvido por José Fernando Saroba Monteiro (UFRRJ). O pesquisador compõe uma melodia que investiga os diferentes momentos deste importante festival de música, enfatizando de que modo o evento chegou a sua sexagésima edição em 2015, tendo como ênfase os ideais de interação e inclusão. Slogans como *Construindo Pontes* (2015), *Junte-se a Nós* (2014) e *Nós Somos Um* (2013), indicam que não se trata de apenas uma competição musical, mas sim uma celebração global do respeito à alteridade. Em tempos conturbados no cenário internacional, o autor

mostra que nos acordos do evento encontram-se vozes que bradam por solidariedade e respeito.

O último artigo foi elaborado a quatro mãos. A professora Danielle Gallindo Gonçalves Silva e a mestrandia Viviane Martini, ambas da UFPEL, apresentam “*Você é uma princesa, e eu espero que você aja com tal*”: gênero, corpo e espaço em *Brave*. Até há algumas décadas as princesas nos desenhos animados eram retratadas como seres inocentes e frágeis que aguardavam por seus príncipes salvadores. Todavia, desde 1998, com *Mulan*, novos modelos de mulher começaram a despontar nos Estúdios Disney. Este texto discute a construção de uma nova imagem de feminino por meio das personagens Merida e Elinor da animação *Valente* (2012). Tendo como base teórica os estudos de gênero, as autoras buscam compreender as estratégias visuais e verbais utilizadas para a composição dessas mulheres no que tange às configurações estabelecidas entre gênero e espaço.

Esta edição apresenta em seu final três resenhas de livros. Antônio Nonato Santos Oliveira, Danielle Silva Ramos e Eliseu Santos Ferreira Silva, discentes do PPGH-UFBA, tecem importantes reflexões críticas sobre obras significativas publicados recentemente.

Em suma, com sete artigos e três resenhas, a Veredas da História novamente investe em temas heterogêneos de origem interdisciplinar que transitam pelo mundo medieval, pela discussão de fronteiras e anexação de territórios, pela estrutura fundiária brasileira durante a Ditadura Civil-Militar, pela manutenção dos preconceitos raciais no Brasil contemporâneo, pela celebração da diversidade em um festival de música e pela construção da imagem feminina em uma animação da Pixar/Disney. Uma boa leitura a todos e todas!

BRÜDERKRIEG: GUERRA CIVIL E O INÍCIO DO FIM DA UNIDADE DO IMPÉRIO CAROLÍNGIO¹

Vinicius Cesar Dreger de Araujo²

(UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros)

Resumo: Na documentação oriunda do século IX, a batalha de Fontenoy (841) e seu contexto mais amplo, a guerra civil que envolveu Lothar I, Luís o Germânico e Carlos o Calvo, a assim chamada *Brüderkrieg* ou Guerra entre irmãos, são vistas como marcos da dissolução do Império Carolíngio. Nosso artigo tem como objetivo reexaminar as evidências textuais (como os *Anais de St. Bertin*, os *Anais de Fulda*, as *Histórias* de Nithard e *Versus de bella quae fuit acta Fontaneto* de Angelbert) e iconográficas (como as contidas no *Codex Perizoni* F 17 e no *Codex Sangalensis* 22) à luz de análises ligadas a temas como os padrões da Cultura Política desenvolvida no Império Carolíngio, especificamente no que diz respeito à continuidade da Ideologia imperial e dos destinos da Aristocracia Imperial criada por Carlos Magno e estilhaçada durante as guerras civis, que nos permitiu alcançar conclusões muito divergentes das já consolidadas acerca do dito declínio do Império Carolíngio.

Palavras-chave: Império Carolíngio, Brüderkrieg, Cultura Política Medieval.

BRÜDERKRIEG: CIVIL WAR AND THE BEGINNING OF THE END TO THE UNITY OF THE CAROLINGIAN EMPIRE

Abstract: In the documental sources from the 9th Century, the battle of Fontenoy (841) and its amplified contexto, the civil war between Lothar I, Louis the German and Charles the Bald, the so-called *Brüderkrieg* or War between Brothers, are considered as milestones of the dissolution of the Carolingian Empire. Our article main objective is to re-examine the textual evidences (as such the *Annals of St. Bertin*, the *Annals of Fulda*, Nithard's *Histories* and Angelbert's *Versus de bella quae fuit acta Fontaneto*) and iconographical ones (such as the *Codex Perizoni* F 17 and *Codex Sangalensis* 22) in the light of analysis related to issues such as the standards of the Political Culture developed in the Carolingian Empire, specifically with regard to the continuity of imperial ideology and the fate of the Imperial Aristocracy created by Charlemagne and shattered during the civil wars, which allowed us to reach conclusions very divergent from thath ones already consolidated about the so-called decline of the Carolingian Empire.

Keywords: Carolingian Empire, Brüderkrieg, Medieval Political Culture.

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada na IV Jornada "Pensando a Guerra e a História", realizada pelo Grupo de Estudos de Historia Militar (GEHM) da Universidade Federal Fluminense (UFF) no dia 12 de novembro de 2014.

² Professor adjunto de História Medieval na UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros, email: viniciusdreger@hotmail.com

A *Brüderkrieg* ou a Guerra Fraternal, foi o conflito civil que, entre 838 e 843, opôs os descendentes diretos de Carlos Magno, uns contra os outros, num processo que acabou por contribuir com o esfacelamento da unidade territorial do Império, embora isso só tenha ficado claro em fins do século IX.

Este conflito apresenta algumas características que o tornaram atípico em relação às campanhas militares de grande parte do medievo: se trata de uma guerra de movimento, com ausência de assédios a fortificações e com objetivos políticos muito bem definidos. Contudo, estas características derivam de outros condicionantes sociopolíticos que afetaram diretamente o andamento das operações militares.

Nosso artigo tem como objetivos o reexame das principais fontes acerca do conflito, tanto textuais quanto iconográficas, para então reavaliarmos seus desdobramentos militares (em especial as batalhas de Ries e Fontenoy) e suas consequências políticas, particularmente em quais sentidos a *Brüderkrieg* de fato constituiu-se como marco do declínio do Império Carolíngio.

Para tanto, analisaremos criticamente as fontes em questão inspirados em questionamentos advindos da Análise Crítica do Discurso e do estudo da Cultura Política para realizarmos nossa revisão deste processo histórico.

1. Documentação:

A *Brüderkrieg* e, especialmente sua culminação, a batalha de Fontenoy (25/06/841), foram eventos profundamente traumáticos, percebidos como uma sangrenta ruptura da organização política Franca que havia perdurado por mais de um século, sendo este um dos prováveis fatores que levaram aos múltiplos registros para estes eventos. Outro fator que pode ser contabilizado está na questão de que se trata de novos monarcas e estes tinham a necessidade de obter registros históricos laudatórios e legitimadores para suas autoridades ainda frágeis.

A união de ambos os fatores teve como resultado uma plethora de fontes documentais textuais e mesmo um possível registro iconográfico inspirado nos desdobramentos da *Brüderkrieg*, como analisaremos a seguir.

1.1 Documentação Textual:

Os principais registros textuais do período em questão são: os *Anais de Saint-Bertin*, os *Anais de Fulda*, as *Histórias* (ou *De dissensionibus filiorum Ludovici pii*) de

Nithard e os *Versus de bella quae fuit acta Fontaneto*, de Angelbert. É interessante notarmos que os *Anais de Saint-Bertin*³ e as *Histórias* de Nithard⁴ foram produzidos nas terras da França sob Carlos o Calvo; os *Anais de Fulda*⁵ na Germânia de Luís e os versos de Angelbert sob Lothar, ou seja, cada uma delas cumpre seu papel propagandístico ao louvar seus patronos. Cabe notarmos também o considerável valor de registros posteriores, como os *Anais de Xanten*⁶ e o *Liber Pontificalis*⁷.

Os textos de Nithard e Angelbert são testemunhos oculares, já que ambos participaram das campanhas de seus líderes e da batalha de Fontenoy. Por sua vez, os anais são textos elaborados por clérigos, em muitos casos mais inspirados por relatos militares da Antiguidade Clássica do que por reais experiências bélicas.

Contudo, o relato de Nithard, embora repleto de informações acerca das negociações que antecederam à batalha, é extremamente conciso a respeito da mesma, resumindo-se a um único parágrafo. Já o relato poético de Angelbert, embora mais extenso que o de Nithard (em relação à batalha), se apresenta como um lamento e mesmo um exercício de forma e estilo, já que as iniciais de cada estrofe possuem uma organização alfabética, de A a P (possivelmente como meio de facilitar a memorização para recitação pública); assim como as quinze estrofes são formadas por três linhas de quinze sílabas poéticas em cadência trocaica.

³ “Se trata da continuação dos *Annales regni Francorum* para a *Francia Occidentalis* cobrindo os anos 830-882. Foi escrita em três estágios distintos: uma cópia levemente expandida dos anais régios de 741 a 830 e uma continuação até 834, provavelmente encomendadas pelo arcebispo Fulco, abade de St. Hilaire de Poitiers; o ibérico Prudentius, bispo de Troyes e capelão de Luís o Pio, compôs o relato para 835-61 e Hincmar de Reims escreveu um relato pessoal e polêmico para os anos 862-82” in: DUNPHY, Graeme (org.). **The Encyclopedia of the Medieval Chronicle**, volume 1, Leiden: Brill, 2010, p. 56.

⁴ “A pedido de Carlos, Nithard compôs em Latim o *De Dissensionibus filiorum Ludovici Pii usque ad annum DCCCXLIII seu Historiarum libri quattuor* (Sobre as dissensões entre os filhos de Luís o Pio até 843 ou Quatro livros de Histórias). Em alguns momentos, sua obra está muito longe de ser imparcial, mas como parente (primo em primeiro grau) e conselheiro próximo a Carlos o Calvo, ele teve conhecimento íntimo dos eventos que relata. Embora ocasionalmente partidário e intermitentemente inacurado nos detalhes, sua crônica é a fonte mais importante e valiosa para o período do colapso do Império Carolíngio” in: DUNPHY, Graeme (org.). **The Encyclopedia of the Medieval Chronicle**, volume 2, Leiden: Brill, 2010, p. 1152-53.

⁵ “Se trata dos anais régios da monarquia franca oriental, cobrindo (entre suas diversas rescensões) os anos entre 714 e 901. Sua seção inicial é composta por uma série de notações anuais curtas, baseadas em fontes conhecidas. Contudo, a partir de 830 o relato se torna independente e os registros se tornaram mais plenos e curiosos. O foco principal se concentra nos assuntos régios da França Oriental e demonstra fortes simpatias aos reis” in: DUNPHY, Graeme (org.). **The Encyclopedia of the Medieval Chronicle**, volume 1, Leiden: Brill, 2010, p. 65.

⁶ Relatos os principais eventos no Império Carolíngio entre 790 e 873, sendo que a partir de 811 passam a se concentrar nos acontecimentos do Reino Franco Oriental.

⁷ Especificamente as rescensões que alcançam os papas do século IX, derivadas do manuscrito Vat. Lat. 3764, do século XI, único a atingir o ano 891.

Não podemos esquecer que o principal objetivo destes relatos históricos era moral e não empírico, além de ser, em grande parte, uma história formulaica ligada a estruturas narrativas anteriores, fatos que em muito contribuem para a dificuldade dos historiadores modernos em analisar os movimentos bélicos altomedievais. O aspecto moral da História no período não se afasta da própria concepção ritualizada das batalhas, vistas como ordálios, nas quais os participantes deixam suas reivindicações à mercê do julgamento divino.

1.2 Documentação Iconográfica⁸:

Por outro lado, o testemunho iconográfico presente em alguns dos principais manuscritos dos séculos IX e X, nos trazem informações importantes para a compreensão das ações militares durante o período carolíngio. Dentre as fontes disponíveis para a segunda metade do século IX, destacam-se o *Saltério Dourado* e o *Livro dos Macabeus*, ambos produzidos na abadia de Saint Gall, e considerados como contendo representações plausíveis de ações e equipamentos militares de seu período⁹.

O *Saltério Dourado*, produzido entre 883 e 900¹⁰, é uma obra no mínimo curiosa, já que, tradicionalmente, a poesia dos Salmos era ilustrada com imagens devocionais inspiradas pelas palavras de suas canções. Neste manuscrito elas deram lugar a cenas que representavam a vida de David a quem se atribui a autoria dos Salmos (exigindo de seus expectadores um exercício de “leitura cultural”, como postulado por William Diebold¹¹). Os feitos militares de Joab, sobrinho de David e comandante de suas tropas¹², receberam ênfase especial no *Saltério Dourado*, com um belíssimo díptico de suas batalhas nos fólhos 140v e 141r, como pode ser visto abaixo.

⁸ A documentação iconográfica, por sua natureza muitas vezes menos direta em termos de informação cronológica do que a documentação textual merecerá por isso uma análise mais detalhada para sua contextualização e emprego.

⁹ Simon Coupland demonstrou em seu artigo “Carolingian Arms and Armor in the Ninth Century” (**Viator: Medieval and Renaissance Studies**, v.21, 1990, pp. 29-50), que as representações presentes nestes manuscritos e no *Saltério de Stuttgart* (datado dos anos 820-830), combinam com elementos encontrados em descrições textuais e vestígios materiais, validando-as como referências visuais confiáveis para os equipamentos bélicos do período.

¹⁰ St. Gallen Stiftsbibliothek, Codex Sangallensis 22. As informações codicológicas, incluindo a datação do manuscrito, podem ser encontradas em EUW, Anton von. **Die St. Galler Buchkunst vom 8. bis zum Ende des 11. Jahrhunderts**, Volume I: Textband, St. Gallen, 2008, pp. 400-408.

¹¹ DIEBOLD, William J. “Verbal, visual and cultural literacy in medieval art: word and image in the Psalter of Charles the Bald”, **Word & Image**, volume 8, n. 02, Abril-Junho, 1992, pp. 89-99.

¹² 2Sm 8:16; 20:23, entre outras passagens.



Figura 1: Joab e seu exército e os assédios de fortificações militares presentes nos fólhos 140v e 141r do *Saltério Dourado* de St. Gallen. Representações inspiradas em elementos militares romano-orientais tardo-antigos, assim como em ações e equipamentos tardo-carolíngios, contemporâneos do iluminador¹³.

Acerca do *Saltério Dourado* e do *Saltério de Stuttgart* (décadas de 820 e 830) e outros manuscritos ilustrados do século IX, Simon Coupland concluiu acerca do valor de suas representações de equipamentos militares:

(...) esculturas em marfim e iluminuras de manuscritos carolíngios são guias mais confiáveis acerca dos armamentos contemporâneos do que até então se acreditava. Foi demonstrado que mesmo que certas características possam ter sido influenciadas por tradições imagéticas tardo-romanas ou bizantinas, as ilustrações francas do século IX representam formas correntes de elmos, escudos, espadas, bainhas e cinturões e lanças. É assim provável que os artistas Carolíngios também tenham reproduzido outros itens contemporâneos em suas obras, e onde tais similaridades com modelos imagéticos romanos são aparentes, isso possa meramente refletir a continuidade entre os mundos antigo e medieval¹⁴.

Se pudermos considerar como corretas as conclusões de Coupland acerca da verossimilhança das representações presentes no *Saltério Dourado*, é possível

¹³ Fonte: <http://www.e-codices.unifr.ch/de/csg/0022/140/0/Sequence-239> e <http://www.e-codices.unifr.ch/de/csg/0022/141/0/Sequence-239>, consultados a 20/05/2016.

¹⁴ COUPLAND, *op. cit.* p. 50.

concluímos que as tropas de Lothar, Luís e Carlos estivessem equipadas de modo muito semelhante aos guerreiros de Joab no correr da *Brüderkrieg*. No entanto, é em outro manuscrito oriundo do *scriptorium* de St. Gallen que podemos encontrar imagens que possivelmente nos aproximam mais da *Brüderkrieg*, o *Livro dos Macabeus* de Leiden¹⁵.

Este manuscrito possui 211 fólios medindo 22,5 cm por 18,5 cm. Nele estão copiados o primeiro Livro dos Macabeus (fólios 5r-65v), precedido por um sumário dos capítulos (fólios 1-3), inspirado nos *Commentaria in Libris Maccabeorum*, de Rábano Mauro¹⁶ (837). Em sucessão se encontra uma cópia do Livro IV da *Epitoma rei militaris* (fólios 66-149) de Vegécio, só que por meio da versão “atualizada” do mesmo, composta por Rábano Mauro para o jovem Lothar II, por volta de 850.

Ademais, existe um segundo códice apensado ao manuscrito no século XV contendo um glossário da *Epitoma rei militaris* e excertos da *Stratagemata* de Frontino (fólios 150r-211r), transformando assim o *Codex Perizoni* F 17 em um verdadeiro manual militar.

Especificamente no conteúdo devotado ao Livro dos Macabeus (pouco mais de novecentos versos distribuídos nos sessenta fólios), existem as únicas iluminuras do volume: nada menos do que trinta miniaturas de página plena, sendo que dez delas oferecem evocações vívidas e dramáticas dos combates entre os hebreus e os selêucidas.

Em relação às mesmas, pesa considerável desacordo relativo à datação delas e do manuscrito. Adolf Merton¹⁷ postula que ele foi produzido por volta da visita de Otto I, Otto II e sua esposa Teófano a Reichenau em 972. A motivação teria sido a criação de um monumento documental à vitória de Otto I sobre os Magiares em Lechfeld (955).

Tal explicação foi definitivamente descartada pelos estudos codicológicos de Hartmut Hoffmann¹⁸, que apontam para a finalização do manuscrito entre fins do século IX e inícios do século X, com modificações ainda durante a primeira metade do século X. A partir destes dados, Susanne Wittekind¹⁹ teorizou que a ordem de produção do manuscrito não é a mesma da encadernação: a cópia do livro IV da *Epitoma rei militaris*

¹⁵ Universitätsbibliothek Leiden, *Codex Perizoni* F 17

¹⁶ MIGNE, J.P. *Patrologia Latina*, 109, col. 1122-1256.

¹⁷ MERTON, Adolf. *Die Buchmalerei des IX. Jahrhunderts in St. Gallen unter besonderer Berücksichtigung der Initial-Ornamentik*, Halle, 1911.

¹⁸ HOFFMANN, Hartmut. *Buchkunst und Königtum im Ottonischen-frühsalsichen Reich*, Stuttgart, 1986, p. 97.

¹⁹ WITTEKIND, Susanne. “Die Makkabäer als Vorbild des geistlichen Kampfes: Eine kunsthistorische Deutung des Leidener Makkabäer-Codex Perizoni 17”, *Frühmittelalterliche Studien*, vol. 37, (2003), pp. 47-71.

teria sido encomendada pelo bispo de Constança, Salomão III (890-920) que havia sido notário e chanceler na corte de Carlos III, o Gordo (876-887) e depois capelão de Arnulfo de Caríntia (887-899); depois dividiu com Hatto, arcebispo de Mainz e abade de Reichenau, a chancelaria do reinado de Luís o Infante (899-911).

Este personagem, extremamente bem localizado no centro das principais relações políticas do Reino Franco Oriental entre fins do século IX e inícios do século X, teria encomendado o texto para a educação e aconselhamento do jovem rei Luís, espelhando o que Rábano Mauro havia feito para Lothar II e Freulf para o jovem Carlos o Calvo. A escolha dos textos e dos desenhos no manuscrito corresponderia a uma espécie de tradição de aconselhamento militar aos jovens reis carolíngios por parte de seus bispos. No entanto, o manuscrito não teria sido finalizado devido à morte de Luís.

Anton von Euw²⁰, contextualizou novamente a elaboração da obra da seguinte forma: o manuscrito e as ilustrações monocromáticas teriam sido produzidas antes de 926, ano em que, devido a incursões magiares que objetivavam saquear a abadia, muitos de seus manuscritos foram transferidos para a abadia de Reichenau, cuja localização numa ilha do lago Constança seria um impedimento ainda mais eficiente aos incursores magiares do que as muralhas de St. Gallen. Em Reichenau, os monges de seu *scriptorium* teriam acrescentado cores vibrantes a detalhes dos desenhos monocromáticos: ouro, vermelho, laranja, verde e azul, principalmente nos escudos e prata nos elmos e cotas de malha dos guerreiros. Tal ação aproximou estas imagens da paleta de cores tradicionalmente associadas aos manuscritos produzidos nesta abadia.

Von Euw e Theodore Rabb²¹ associaram as representações imagéticas do manuscrito às ações militares dos Magiares, conforme testemunhadas pelos monges de St. Gall, diretamente ameaçados pelos guerreiros das estepes entre 924 e 933.

Embora modelar as imagens de combate do manuscrito segundo os combates com os magiares seja uma proposta interessante, torna-se necessário levantar alguns pontos de reflexão:

- Os magiares, assim como os hunos haviam feito anteriormente e os mongóis fariam séculos depois, eram mestres do emprego de arqueiros montados, sendo esta sua principal forma de combate. Curiosamente, não aparecem arqueiros montados nas iluminuras do *Codex Perizoni* F 17; aliás, só na miniatura do fólio

²⁰ EUW, Anton von. **Die St. Galler Buchkunst vom 8. bis zum Ende des 11. Jahrhunderts**, Volume I: Textband, St. Gallen, 2008, pp. 400-408.

²¹ RABB, Theodore K. **The Artist and the Warrior: Military history through the eyes of the masters**, New Haven: Yale University Press, 2011, pp. 37-41.

9r houve a representação de arqueiros a pé (porém, como pôde ser visto na figura 1, existe a presença deste tipo de guerreiro no díptico de Joab no *Saltério Dourado*).

- Não leva em consideração o tipo de análise metodológica levada a cabo por Coupland, que caracteriza os exércitos ali representados como tardo-carolíngios (particularmente ligados ao Reino Franco Oriental como se pode depreender do pesado uso das obras de Rábano Mauro no contexto do manuscrito).
- No manuscrito, com exceção da iluminura do fólio 9r, não são apresentados assédios com infantaria, tão comuns às práticas militares dos Carolíngios, Otônidas e mesmo dos próprios Magiares que, como registrado por Liutprand de Cremona²², durante o assédio de Pávia de 924, dominavam plenamente as táticas deste tipo de combate. Por outro lado, como veremos, uma das características da *Brüderkrieg* foi o movimento e a ausência de assédios a cidades ou fortificações: ambos os lados recorreram a céleres avanços de cavaleiros sobre os pontos fortificados e conduzindo negociações que tinham por fim a transferência de lealdade dos mesmos.

Assim, é possível conjecturarmos que se trate de representações mais próximas de dois exércitos tardo-carolíngios em choque e contextualmente tal assunção nos remete aos conflitos civis carolíngios, dos quais o mais impactante foi, indubitavelmente, a *Brüderkrieg*.

Finalmente, a reavaliação do *Codex Perizoni* F 17 levada a cabo por Melanie Holcomb²³, postula a conexão do manuscrito com a segunda metade do século IX e com o pano de fundo sociocultural de reverência generalizada pela proeza militar e do papel central da guerra na cultura carolíngia, particularmente no Reino Franco Oriental, como bem demonstrado por Eric J. Goldberg²⁴, permitindo-nos empregar suas iluminuras como documentação iconográfica para nossa análise.

²² SQUATRITI, Paolo (trad.). **The Complete Works of Liudprand of Cremona**, Washington DC: Catholic University of America Press, 2007, pp. 111.

²³ HOLCOMB, Melanie. **Pen and Parchment – Drawing in the Middle Ages**, New York/New Haven: Metropolitan Museum of Art/Yale University Press, 2009, pp. 46-48.

²⁴ GOLDBERG, Eric J. **Struggle for Empire: Kingship and Conflict under Louis the German, 817-876**, Ithaca: Cornell University Press, 2006, pp. 38-42.

2. O problema sucessório:

A *Brüderkrieg* possui uma causa imediata consideravelmente banal, típica de grande parte dos reinos que ocuparam o espaço do antigo Império Romano Ocidental: a organização de suas sucessões. A dinastia Carolíngia havia sido afortunada já que havia sido fértil o suficiente para garantir a passagem de poder para a geração seguinte, mas, ao mesmo tempo, podada o bastante com mortes convenientes que garantiram a ausência de conflitos civis suficientemente sérios, desde os travados por Carlos Martel entre 715 e 718.

A divisão das prefeituras de palácio entre Carlomano e Pepino o Breve foi resolvida sem lutas pela renúncia do primeiro em 747. As disputas crescentes pelo trono franco entre Carlomano I e Carlos Magno foram solucionadas com a conveniente morte do primeiro em 771. A sucessão de Carlos Magno foi suavizada com os falecimentos de seus filhos Pepino o Corcunda (exilado na Abadia de Prüm em 792, falecido em 811), Carlomano (rebatizado como Pepino, Rei dos Lombardos, falecido em 810) e Carlos o Jovem (Rei dos Francos, falecido em 811), só restando como herdeiro Luís o Pio, rei da Aquitânia.

Contudo, ao assumir o trono imperial em 814, Luís já era um homem maduro, tendo nascido em 778, e já contava com considerável descendência em idade apropriada para assumir o poder. Em 817 ele emitiu sua primeira *Ordinatio imperii*, na qual declarou como seu herdeiro imperial e receptor da maior parte do território o seu primogênito, Lothar (795-855); dedicou a Aquitânia e regiões adjacentes como sub-reino a Pepino (797-838) e a Bavária e marcas adjacentes a seu, até então, caçula, Luís (810-876). Além do mais, garantiu a seu sobrinho, Bernardo, o reino da Lombardia legado por Carlos Magno ao falecido Pepino (ex-Carlomano, como mencionado acima).

Esta ordenação mantinha a unidade territorial imperial, mas subordinava os três jovens monarcas a Lothar, foi rapidamente contestada por Bernardo, que se cria monarca por direito de herança de seu pai e avô, sem a interferência de seu tio. Luís, não tão Piedoso, aprisionou e condenou à morte o sobrinho. Pena comutada por cegamento... Ao qual Bernardo não sobreviveu, falecendo dois dias depois.

A estabilidade do império permaneceu intacta até 829, quando Luís concedeu a seu novo caçula, Carlos (nascido em 823 e afilhado de Lothar que posteriormente seria conhecido pelo epíteto de “o Calvo”), o sub-reino da Alamânia, causando assim a ira de Lothar, que sentiu sua autoridade como co-imperador diminuída. Luís foi confrontado e

aprisionado por Pepino da Aquitânia e Luís o Jovem (já cognominado “o Germânico”). Enquanto Lothar marchava com um exército de Lombardos, seus irmãos mudaram de lado e a aristocracia imperial obrigou os três a entrarem em acordo com seu pai, na assembleia de Nijmegen em 831. Esta primeira revolta se deu praticamente apenas com escaramuças, sem combates ou cercos de monta.

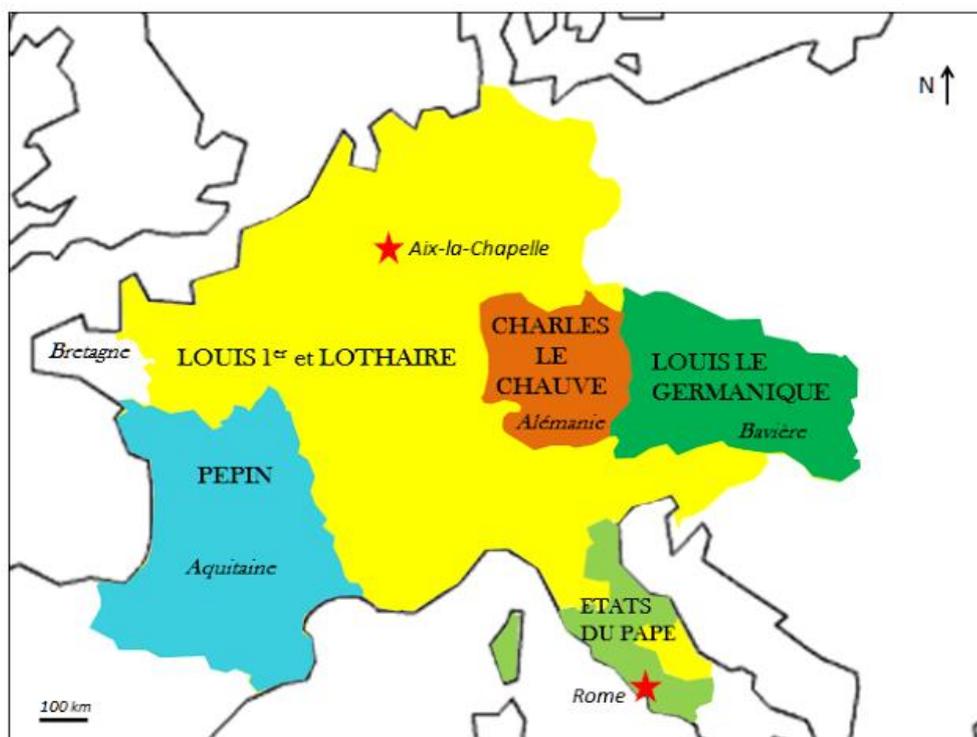


Figura 2: Mapa representativo da *Ordinatio imperii* de 829²⁵

Já em 833 houve uma nova rebelião, inicialmente capitaneada por Pepino da Aquitânia. Enquanto o imperador reunia tropas para combatê-lo, Luís o Germânico ocupou a Alamânia de seu irmão Carlos; pela primeira vez o Luís mais jovem demonstrava seu desejo de governar por inteiro as terras além do Reno. Enquanto o velho monarca sufocava a rebelião na Aquitânia, concedeu-a a Carlos, deserdando Pepino. Então Lothar avançou contra o pai, já interessado em depô-lo.

No dia da festa de São João Batista (24 de Junho) de 833, o imperador Luís preparou-se para combater uma poderosa aliança: à distância concentravam-se as tropas da coalizão liderada por seus três filhos mais velhos, pelo Papa Gregório IV e parte considerável do clero franco. Consternados pela, alegadamente, crônica negligência (em

²⁵Fonte: <http://wwhistoblog.blogspot.com.br/2015/10/le-partage-de-lempire-carolingien-de.html>, acessado em: 22/05/2016.

relação aos interesses da aristocracia imperial) e crescente má conduta de Luís (segundo seus filhos), Lothar, Pepino e o jovem Luís, por anos buscaram preservar por meios razoavelmente pacíficos a integridade do grande império europeu ocidental construído por seu avô, Carlos Magno. No entanto, suas tentativas para uma acomodação com Luís falharam e a escalada na situação foi inevitável.

Assim, as duas facções se encontravam posicionadas para o combate em uma planície ferrosa avermelhada, apropriadamente denominada como *Rotfeld*. Parecia que a disputa familiar seria resolvida por nada menos que uma guerra civil. Infelizmente para o imperador Luís, este impasse não foi resolvido, nem por batalha, nem por diplomacia. Como bem estabelece Courtney Booker²⁶ (2009: 15-16):

Uma noite, durante as negociações que se estenderam por uma semana na planície alsaciana, a maioria dos *fideles* juramentados do imperador, furtivamente abandonou seu acampamento, alguns retornando às suas terras, outros desertando para o acampamento dos rebeldes. A mais recente tentativa de Luís para a reconfiguração da futura paisagem política do império – a criação de um reino para Carlos, às expensas de seus meio-irmãos mais velhos – falhou. Sem qualquer apoio, Luís despachou aos rebeldes as suas únicas condições para a rendição: que sua jovem esposa, Judith e seu filho de dez anos, Carlos, permanecessem ilesos. Seus captores rapidamente concordaram, enviando a imperatriz para Tortona, na Lombardia e confinando o jovem Carlos no mosteiro de Prüm, próximo a Trier.

Tal feito vergonhoso se entranhou na memória coletiva da região a ponto de *Rotfeld*, o campo vermelho, se tornar conhecido como *Lügenfeld*, o campo das mentiras²⁷.

Contudo, Luís o Germânico, então casado com Emma, irmã da imperatriz Judith (o que o tornava concunhado de seu pai e tio de seu meio-irmão caçula...), mudou novamente de lado, passando a apoiar a causa paterna. Luís o Pio foi restaurado no trono imperial no início de 834, depondo todos os bispos que haviam apoiado Lothar e reduzindo os domínios deste apenas à Itália, ampliando os de Carlos e do jovem Luís às suas expensas. O monarca também restaurou a autoridade de Pepino sobre a Aquitânia.

²⁶ BOOKER, Courtney M. **Past Convictions – The Penance of Louis the Pious and the Decline of the Carolingians**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009, pp. 15-16.

²⁷ *Campus Mendacii, ubi plurimorum fidelitas exstincta est*, como dito na *Vita Hludowici*, cap. 42.

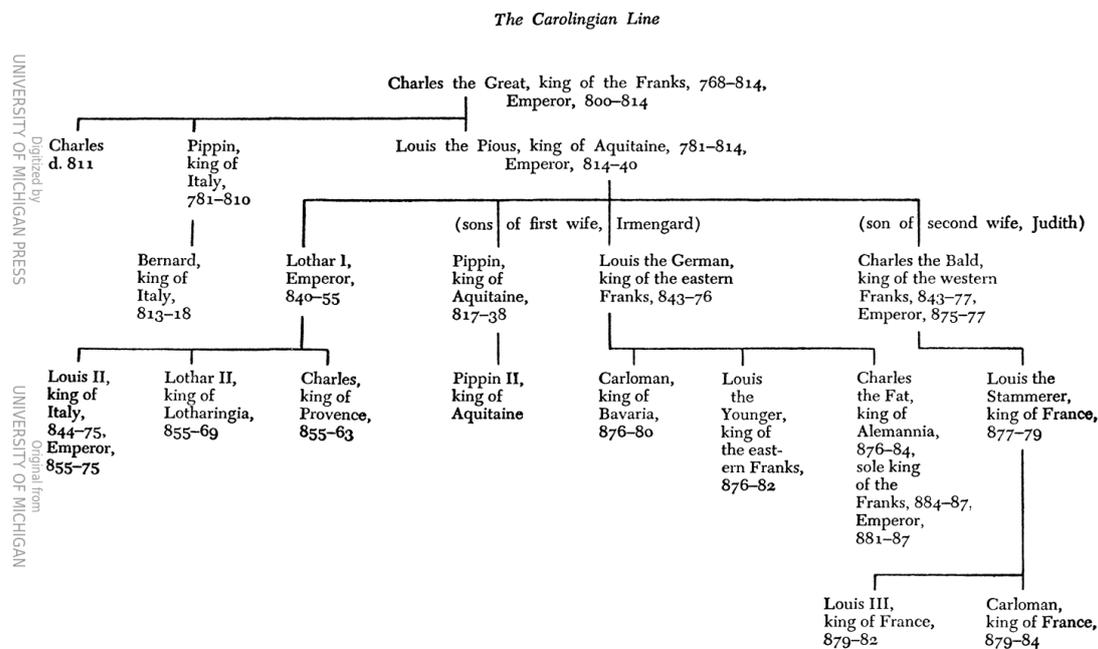


Figura 3: Quadro genealógico simplificado da Dinastia Carolíngia até fins do século IX²⁸

Esta nova divisão subsistiu apenas até 837, quando o velho imperador novamente concedeu a Alamânia (na prática governada por Luís o Germânico) e a Borgonha a Carlos; o Germânico imediatamente se revoltou. Como o monarca também concedeu a Carlos a coroa da Aquitânia em 838 após a morte de Pepino, o filho deste, Pepino II também se revoltou contra o avô. Como se tal quadro não bastasse, em 839, além das revoltas de Luís e Pepino II, houve uma grande incursão escandinava na Frísia. Tais condições levaram à reconciliação entre Luís o Piedoso e Lothar: Pepino II foi deserdado e Luís o Germânico manteria apenas a Bavária. Lothar escolheu a metade oriental do império, incluindo a Itália, deixando a *Francia occidentalis* (grosso modo Nêustria, Aquitânia e Borgonha) para Carlos.

Naquela que veio a ser sua última campanha, o idoso monarca subjugou a Aquitânia e rapidamente dirigiu seu exército para a Bavária, ocupando-a e forçando Luís

²⁸ DUCKETT, Eleanor Shipley. *Carolingian Portraits: A study in the ninth century*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988, p.285.

o Germânico a buscar refúgio entre seus inimigos eslavos, restaurando assim a ordem no Império. Contudo, veio a falecer no palácio de Ingelheim a 23 de junho de 840. Lothar se aproveitou da situação para reivindicar a totalidade do Império para si, ignorando os direitos pré-estabelecidos de seus irmãos, gerando assim a *Brüderkrieg*.

Mas, devemos ressaltar que havia outros interesses em jogo, com forte influência sobre o andamento do minuetto dos diversos projetos de divisão imperial: os da aristocracia e episcopado imperiais.

3. A aristocracia imperial trans-regional: *Reichsaristokratie*.

Carlos Magno, para tornar este império composto por unidades tão díspares em uma entidade razoavelmente coesa, optou por elevar os principais elementos das aristocracias regionais a um patamar trans-regional ao conceder-lhes terras e *honores* (funções públicas, como administração condal, atuações como *missus* e mesmo nomeações como abades leigos) nos vários *regna* sob sua autoridade: assim, um aristocrata nêustrio poderia ter terras na Aquitânia, na Austrásia, na Saxônia e mesmo na Bavária, criando desta maneira um estrato aristocrático tão interessado na manutenção da unidade imperial quanto ele próprio.

O que o imperador não havia considerado é que as partilhas territoriais dinásticas subsequentes entravam em choque direto com os interesses dessa aristocracia, tanto laica quanto eclesiástica, já que, pelo costume dos Francos, os magnatas territoriais deviam optar por apenas um senhor e assim renunciando a parte de seu patrimônio.

Para os principais magnatas interessava a manutenção de uma autoridade central efetiva sobre o grosso do Império, o que lhes proporcionaria a continuidade sobre suas posses. Mas aos aristocratas locais, ou regionais, interessava a divisão da autoridade, já que, devido à necessidade de opção pelos aristocratas trans-regionais, suas terras reverteriam aos reis, podendo ser doadas aos novos fieis. Essas tensões centrípetas e centrífugas na aristocracia do Império Franco abasteceram as rivalidades entre os irmãos, estendendo-as e permitindo-lhes continuar a amealhar recursos militares mesmo quando suas causas pareciam estar perdidas.

Contudo, é interessante notarmos que os pesados investimentos dos Carolíngios em ideologia régia parecem ter sido bem-sucedidos em demonstrar que sua linhagem era a única merecedora do trono, já que em todo o contexto da guerra civil e das tensões precedentes, não houve tentativas dos membros destas aristocracias romper as tradições

e tomar coroas para si mesmos. Tal fato só se tornou possível com a deposição de Carlos o Gordo em 888 e, ainda assim, os reinos não carolíngios surgidos na Provença, Borgonha e Itália buscavam a legitimação por meio de uniões matrimoniais com princesas carolíngias.

Porém, este sucesso ideológico não poupava os Carolíngios de uma existência peripatética, cruzando seus domínios para tornarem-se acessíveis, em termos de relações de poder via patronato, ao conjunto das aristocracias regionais. O sucesso dessa mobilidade variou significativamente de monarca para monarca e isso pode estar relacionado a diferenças efetivas de poder, mas, como apontam Stuart Airlie²⁹, Jane Martindale³⁰, Timothy Reuter³¹ e Guy Halsall, os relacionamentos entre os reis e os magnatas necessariamente envolviam consideráveis negociações, muito mais do que em estruturas políticas anteriores. Este consenso, tão bem demonstrado em estudos recentes acerca da cultura política carolíngia, nos indicam que esta e seus rituais teriam sido, possivelmente, produto de contínuos conflitos entre os monarcas e (ao menos parte de) seus magnatas no século IX³².

4. A Guerra em si

Como notado inicialmente, se trata de uma guerra de movimento, com ausência de assédios a fortificações e com objetivos políticos muito bem definidos, ao menos teoricamente. Lothar, apoiado pela aristocracia trans-regional, buscava obter a supremacia sobre seus irmãos, negando-lhes, até mesmo, o status prévio de sub-reis da Bavária e Aquitânia, em um claro projeto de unipolaridade de poder no Império. Luís o Germânico contava com o apoio constante de seus fieis bávaros e o relutante das aristocracias locais da Turíngia, Saxônia, Alamânia e Francônia, que essencialmente apoiavam a quem quer que estivesse em vantagem no momento, para conquistar e consolidar o que considerava como seu por direito: um reino nas terras germânicas do Império, incluindo o máximo que pudesse obter da rica região renana. Finalmente, Carlos

²⁹ AIRLIE, Stuart. "The Aristocracy", in: MCKITTERICK, Rosamond (ed.). **New Cambridge Medieval History, Volume II c.700 – c. 900**, Cambridge: CUP, 1995, pp. 431-450.

³⁰ MARTINDALE, Jane. "Charles the Bald and the government of the kingdom of Aquitaine", in: GIBSON, M.T. & NELSON, J. L. (ed.). **Charles the Bald – Court and Kingdom**, Aldershot: Ashgate, 1990, pp. 115-138.

³¹ REUTER, Timothy. "Plunder and tribute in the Carolingian empire", in: REUTER, Timothy. **Medieval Politics and Modern Mentalities**, Cambridge: CUP, 2006, pp. 231-250.

³² HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900**, Londres: Routledge, 2003, p. 92.

contava com o apoio relutante dos aristocratas nêustrios e combatia Pepino II na Aquitânia, sendo, dos três, aquele em situação mais desvantajosa. Seu trunfo estava na dupla conexão com Luís: ser seu meio-irmão e sobrinho, já que Judith e Emma mantiveram-se ativas como importantes personagens políticos³³, intermediando entre as duas cortes, buscando o controle sobre o que lhe havia sido prometido por seu pai: as terras ocidentais da França.

Já ausência de assédios a fortificações pode ser compreendida com uma mudança de paradigma estratégico por parte dos governantes Carolíngios ainda como prefeitos de palácio no início do século VIII: eles abandonaram em suas regiões o conceito vegeciano de defesa em profundidade e assumiram uma postura ofensiva em relação a seus vizinhos³⁴. Suas operações militares basearam-se em novas técnicas de assédio, logística excelente, numa doutrina militar que pregava o emprego de força irresistível e uma grande estratégia que objetivava a reunião do *regnum Francorum*. Estas ações foram tenazmente implementadas por Pepino II, Carlos Martel, Pepino o Breve e extrapoladas para além das fronteiras francas por Carlos Magno. Estas mudanças levaram as atividades militares para as fronteiras do reino, conseqüentemente diminuindo a necessidade por fortificações maciças em seu interior, trazendo também, por tabela, o desencorajamento a rebeliões aristocráticas pela ausência de centros fortificados para sua resistência.

Assim, não interessava a nenhuma das partes em conflito serem apanhadas em uma situação que lhes forçasse defender cidades, por exemplo. Isso fez com que, segundo as fontes, os estragos materiais da *Brüderkrieg* fossem considerados leves (exceto na passagem dos Anais de Saint-Bertin sobre os esforços de Lothar para a captação de aliados e recursos na Nêustria após sua derrota em Fontenoy em 841, quando saqueou e devastou a região de Le Mans, não conseguindo impedir nem mesmo que seus homens saqueassem os tesouros das igrejas e abadias³⁵).

Após reclamar o trono para si, Lothar se preparou para atacar Luís, que já havia ocupado Worms (de onde retirou os suprimentos ali acumulados anteriormente por Luís o Piedoso). Em agosto Lothar realizou uma assembleia em Ingelheim, onde congregou a maioria de seus partidários no leste: os bispos Otgar de Mainz, Drogo de Metz, Hetti de

³³ Advindas da linhagem bávara dos Welf, que se tornou importantíssima para a política imperial nos séculos vindouros e ainda hoje subsiste nos tronos britânico, monegasco e em diversas casas principescas não reinantes na Alemanha.

³⁴ BOWLUS, Charles R. **The Battle of Lechfeld and its Aftermath, August 955**, Aldershot: Ashgate, 2006, p.49.

³⁵ NELSON, Janet L. (trad.). **The Annals of St.-Bertin, Ninth-century histories, volume I**, Manchester: Manchester UP, 1991, pp. 51-52.

Trier, Samuel de Worms, Ratold de Estrasburgo e Badurad de Paderborn, além do abade Rábano de Fulda. Então ele e seu exército retomaram Worms, após uma breve escaramuça.

Lothar e suas forças cruzaram o Reno em Mainz, rumando ao palácio imperial de Frankfurt, quando foram interceptados por Luís e considerável força de bávaros e saxônios. Segundo Nithard, embora Luís estivesse disposto a batalhar, Lothar, após intensas negociações, se retirou em um armistício, o que aumentou a reputação de Luís como líder militar; ele aproveitou esta pausa para fortalecer seus apoios no leste através da tradicional combinação de patronato e intimidação. Os termos da trégua anteriormente acertada estabeleciam que Lothar retornasse para um encontro com Luís no dia 11 de Novembro. Quando aquele falhou em comparecer, Luís retomou suas jornadas pela Saxônia na expectativa de ampliar sua clientela e apoios na região, principalmente o abade Warin de Corvey, tanto pelos vastos recursos controlados por esta grande abadia, quanto pelo poder acumulado por Warin como líder de uma poderosa família franco-saxônia, os Ecbertiner, aparentados da rainha Emma.

Nesse intervalo, Lothar conduziu no oeste uma campanha inconclusiva contra Carlos e, no início de 841, decidiu que era o momento de eliminar a ameaça de Luís. Com o apoio de Otgar de Mainz e do conde Adalbert de Metz, Lothar passou a infiltrar tropas na região de Worms para subverter os partidários de Luís e, se possível, recrutá-los. Esta missão foi bem-sucedida, fazendo com que Luís recuasse para sua leal Bavária³⁶ (Lothar deixou Adalbert como *dux* (comandante militar) da Austrásia, encarregado de conter Luís em seu núcleo territorial.

Neste momento, Luís recebeu uma mensagem urgente de Carlos, pedindo auxílio contra Lothar e, a partir de então, houve a formalização de uma aliança entre ambos. No início de Maio, poucas semanas após seu recuo para a Bavária, Luís e seus partidários rumaram para o ocidente. Contudo, bloqueando sua linha de avanço pela antiga estrada romana que cruzava pela Alamânia, estava o *dux* Adalbert de Metz, no comando de poderosa força pan-austrasiana. Ao invés de enfrentar esta força superior em terreno desfavorável, Luís rumou para norte, cruzou o Danúbio e adentrou à região conhecida como Ries, onde quinze milhões de anos atrás um asteroide caiu³⁷, criando ali uma cratera de quinze milhas de largura, que divide as cadeias montanhosas dos Alpes suábios e do

³⁶ SCHOLZ, Bernhard Walter (trad.). **Carolingian Chronicles: Royal Frankish Annals and Nithard's Histories**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1970, pp. 148-152.

³⁷ GOLDBERG. *Op. cit.*, pp. 99-100.

Jura francônio. A região apresenta uma densa rede de rios e riachos que fluem pelas montanhas em direção ao Danúbio. Ao atrair as forças de Adalbert a esta região, Luís tencionava dividi-las por meio das numerosas travessias de rios, que tornaria estes subgrupos vulneráveis a ataques-surpresa.



Figura 4: Combate em vau de rio, possivelmente inspirado em Ries: I Macabeus, manuscrito de Leiden. *Codex Perizoni* F 17, fol. 22r

Quando, na sexta-feira 13 de Maio, após parte do exército de Adalbert haver cruzado o rio Wörnitz, Luís acionou sua armadilha, atacando em massa contra as surpreendidas tropas inimigas que, em pânico, recorreram à fuga desordenada. Embora as crônicas não tenham fornecido dados numéricos para as forças envolvidas ou mesmo de baixas, concordam que, além da morte de Adalbert, houve grande número de mortos entre as forças deste último.

Para Luís, a batalha de Ries foi um grande, porém sangrento sucesso: ele conseguiu romper o isolamento na Bavária, destruiu o exército oriental de Lothar e eliminou um dos principais auxiliares deste, além de reabrir as regiões germânicas como seu foco de autoridade e recrutamento. Ademais, suas forças reportadamente saquearam os cadáveres de seus inimigos para obter suas valiosas armas e armaduras; assim, o relativamente pequeno exército de Luís passou a ser incomumente bem equipado, até mesmo seus guerreiros menos afortunados. Também foi uma vitória ideológica, já que Luís pôde reivindicar que ela demonstrava o favor divino à sua causa, ao invés da de Lothar.



Figura 5: Guerreiro montado Carolíngio com o tipo de equipamento pesado oriundo do século IX: *Saltério de Stuttgart*, Württembergische Landesbibliothek Stuttgart, Bibl. fol. 46.

Embora esta vitória tenha sido importante, ela não encerrou a guerra civil. Luís e suas forças ainda precisavam continuar sua marcha a oeste por mais 250 milhas (564km, aproximadamente) até juntarem-se às tropas de Carlos, então baseados em Châlon-sur-Marne, na França central. Nithard afirma que os germânicos venceram esta distância em três semanas, por volta do dia dois de junho, estabelecendo assim a invejável média de 27 km/dia!

Nithard também detalhou as diversas tentativas de negociação propostas pelos irmãos aliados a Lothar, incluindo mesmo o oferecimento de todos os tesouros e bens que

tinham consigo (exceto armas e cavalos), caso Lothar aceitasse uma partilha equitativa do Império. Enquanto aguardava a chegada de seu sobrinho e aliado Pepino II e um forte contingente aquitânio, Lothar adotou táticas dilatórias, ao menos até o dia 24 de junho, quando rompeu com as negociações, reafirmando seus direitos sobre a totalidade do Império.

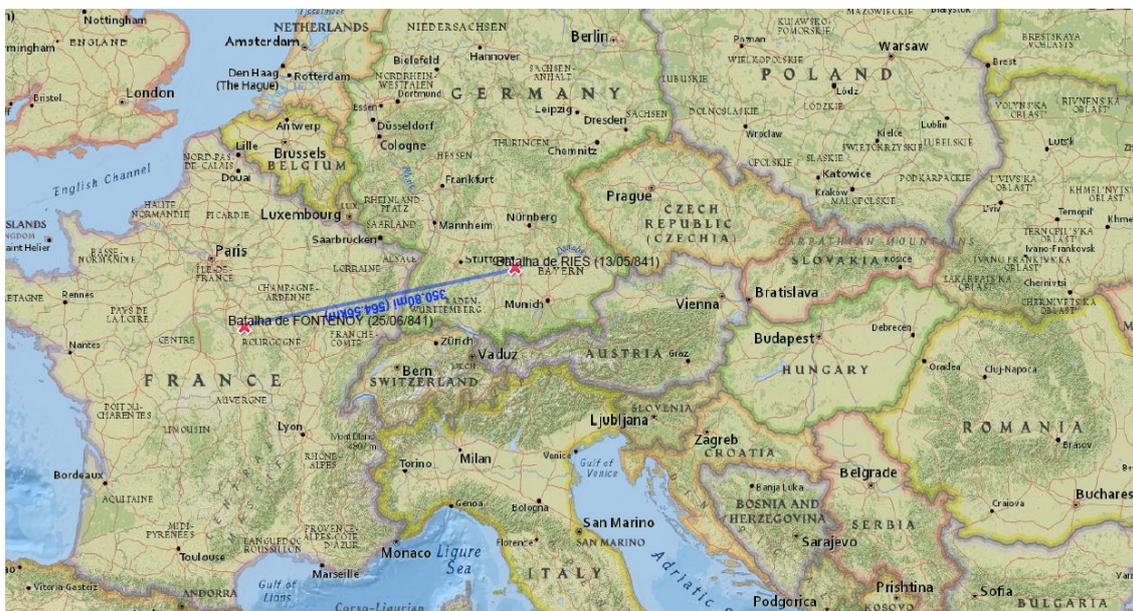


Figura 6: Em destaque no mapa: a distância de 564km entre Ries e Fontenoy (mapa feito com auxílio da ferramenta “Mapmaker Interactive”, da National Geographic).

Com isso, Luís e Carlos enviaram-lhe um ultimato: ou, na manhã seguinte, Lothar atendia às suas reivindicações, ou travariam batalha. Lothar, confiante em suas forças ampliadas, optou pelo combate.

4.1 A Batalha de Fontenoy (25/06/841):

Esta batalha foi registrada por diversas crônicas e também por dois testemunhos oculares: Nithard, que lutou por Carlos e Angelbert, que o fez por Lothar.

Segue o testemunho de Nithard³⁸:

Após o rompimento das negociações, Luís e Carlos, levantando com a alvorada, ocuparam o alto de uma elevação próxima ao acampamento de Lothar, com cerca de um terço de seus exércitos, dispendo o restante na base da mesma e aguardaram a chegada das forças de Lothar ao soar da segunda hora, como havia sido jurado.

Quando todos estavam dispostos, travaram violenta batalha no riacho dos Burgúndios. Luís e Lothar estavam engajados em renhido combate

³⁸ SCHOLZ, *op. cit.*, p. 154.

no local chamado *Brittas*³⁹; onde Lothar foi vencido e fugiu. As tropas (de Pepino II) que Carlos confrontou no local chamado *Fagit*⁴⁰, imediatamente fugiram. Mas a parte de nosso exército que atacou Adalhard e outros em *Solemnat*⁴¹, para a qual dei vigorosa assistência com a ajuda de Deus, combateu amargamente. Ali a peleja resultou em um empate, mas ao fim, os partidários de Lothar fugiram”.

Por outro lado, o testemunho de Angelbert, registrado em sua canção *Versus de bella quae fuit acta Fontaneto*⁴²:

A aurora que dispersou a horrenda noite com o raiar do dia, não trouxe o Sabbath do descanso, mas um sábado de infortúnio!
O demônio da deslealdade se regozijou ao ver a quebra da Paz entre irmãos.
Clamores guerreiros ressoavam por todas as partes: violento combate rompeu.
Irmão tramou a morte de irmão, tio a de sobrinho e o filho não demonstrou misericórdia ao pai.
Nunca houve maior massacre, nem mesmo no campo de batalha. Sobre as leis da Cristandade, o sangue choveu. Sob as mãos do Inferno, a gula de Cérbero foi saciada.
A mão direita de Deus Todo-poderoso protegeu Lothar; ele venceu a luta por meio de sua coragem em combate.
Se outros tivessem lutado como ele, a Paz teria sido restaurada!
Assim como nos dias de outrora o Salvador foi traído por Judas, ó rei foste traído em combate por seus generais: “acautela-te, ó Cordeiro, com a aproximação do Lobo traiçoeiro!”
Chamam por Fontenoy, tanto a fonte quanto a vila, no campo onde o massacre e a devastação do sangue dos Francos teve lugar.
Os campos, as árvores e mesmo os pântanos ficaram horrorizados.
Esta calamidade ocorrida e recordada por meu poema, eu, Angelbert, testemunhei com meus próprios olhos.
E, lutando ao lado de meus companheiros, fui o único sobrevivente dentre tantos na vanguarda.
Retornei para ver o profundo vale onde o bravo rei Lothar perseguiu seus inimigos em fuga até às margens da torrente.
No lado de Carlos, assim como no de Luís, as capas de linho dos mortos listram a planície de branco, como no outono, quando se embranquece com os pássaros.
Esta batalha não é merecedora de louvores; não lhe entoemos melodias: ao Oriente, ao Sul, ao Ocidente ou ao Norte, lamentemos a morte daqueles que tombaram em dia tão aziago!

Embora Luís e Carlos tenham emergido como vitoriosos, ao que tudo indica, o custo em baixas militares foi, para o período, horrível, segundo os relatos disponíveis. É

³⁹ Provavelmente Bois-des-Briottes.

⁴⁰ Local não identificado. Possivelmente em um ponto intermediário entre as outras duas localizações.

⁴¹ Provavelmente Soleme.

⁴² MGH *Poetae Latini* 2, pp.138-9 e ANGELBERT, *Versus de Bella quae fuit acta Fontaneto*, in: <http://www.thelatinlibrary.com/Angelbert.html>, acessada a 02/11/14.

diffícil estimar tanto o número de participantes quanto de baixas, mas, ao que tudo indica, estas foram expressivas, ao ponto, como nos recorda John Gillingham, “esta batalha foi vista no período imediatamente subsequente, como um ponto de inflexão na História dos Francos”⁴³.

Como relatado pelos *Anais de Fulda*, com desânimo: “Houve tal mortandade em ambos os lados que, na era presente, ninguém se recordava de tal carnificina entre o povo dos Francos”⁴⁴. Regino de Prüm registrou em seu *Chronicon* que, “nesta batalha a força dos Francos foi tão diminuída e seu renomado valor tão enfraquecido que depois eles nem puderam expandir suas fronteiras, nem mesmo defendê-las”⁴⁵.

Agnellus de Ravena declarou no *Liber Pontificalis*, que haviam perecido no exército coligado de Lothar e Pepino II, nada menos que 40 mil homens, um número evidentemente exagerado, mas que, ainda assim, nos transmite a ideia da magnitude das baixas. Finalmente, André de Bérgamo em sua *História*, reporta que “muitos milhares” morreram em Fontenoy, com baixas consideravelmente pesadas entre as tropas aquitânicas de Pepino II⁴⁶. Segundo o mesmo, estas baixas esvaziaram a nobreza Aquitânia de tal modo que, ainda em seus dias (circa 860), o ducado ainda estava vulnerável aos ataques nórdicos, declaração que se encaixa no padrão fornecido por Regino de Prüm.

As dimensões do desastre só cresceram com o tempo. Wace, em seu *Roman de Rou*, refletiu a opinião comum nos séculos XI e XII sobre Fontenoy: “nesta batalha pereceu a Flor de França” e que a perda de mais de cem mil combatentes abriu caminho para que os pagãos conquistassem a terra.

Um ponto importante a ser considerado, é a questão de quando ocorriam as maiores baixas nas batalhas tardo antigas e alto medievais: durante as retiradas descontroladas de exércitos derrotados. Fontenoy não fugiu à regra. Por mais encarniçada que tenha sido o combate, a retirada das forças combinadas de Lothar e Pepino II foi simplesmente catastrófica, ensejando a principal oportunidade para a matança indiscriminada na perseguição dos derrotados em fuga, como nos esclarece sem margem

⁴³ GILLINGHAM, John. “Fontenoy and after: pursuing enemies to death”, in: FOURACRE, Paul and GANZ, David. **Frankland: The Franks and the world of the Early Middle Ages**, Manchester: Manchester UP, 2008, 244.

⁴⁴ REUTER, Timothy (trad.). **The Annals of Fulda, Ninth-century histories, volume II**, Manchester: Manchester UP, 1993, p.32.

⁴⁵ MACLEAN, Simon (trad.). **History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe – The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg**, Manchester: Manchester UP, 2009, p.75.

⁴⁶ **Historia**, 7, MGH SRL, 226.

de dúvidas o analista de St.Bertin: “então houve um massacre geral daqueles que estavam fugindo”⁴⁷.

Gillingham ressalta um ponto curioso acerca dos relatos sobre Fontenoy: só existe menção a uma única pessoa tomada como prisioneira na ocasião, o bispo Jorge de Ravenna, enviado papal que havia tentado reconciliar os irmãos⁴⁸, fato que reforça a escala do morticínio.

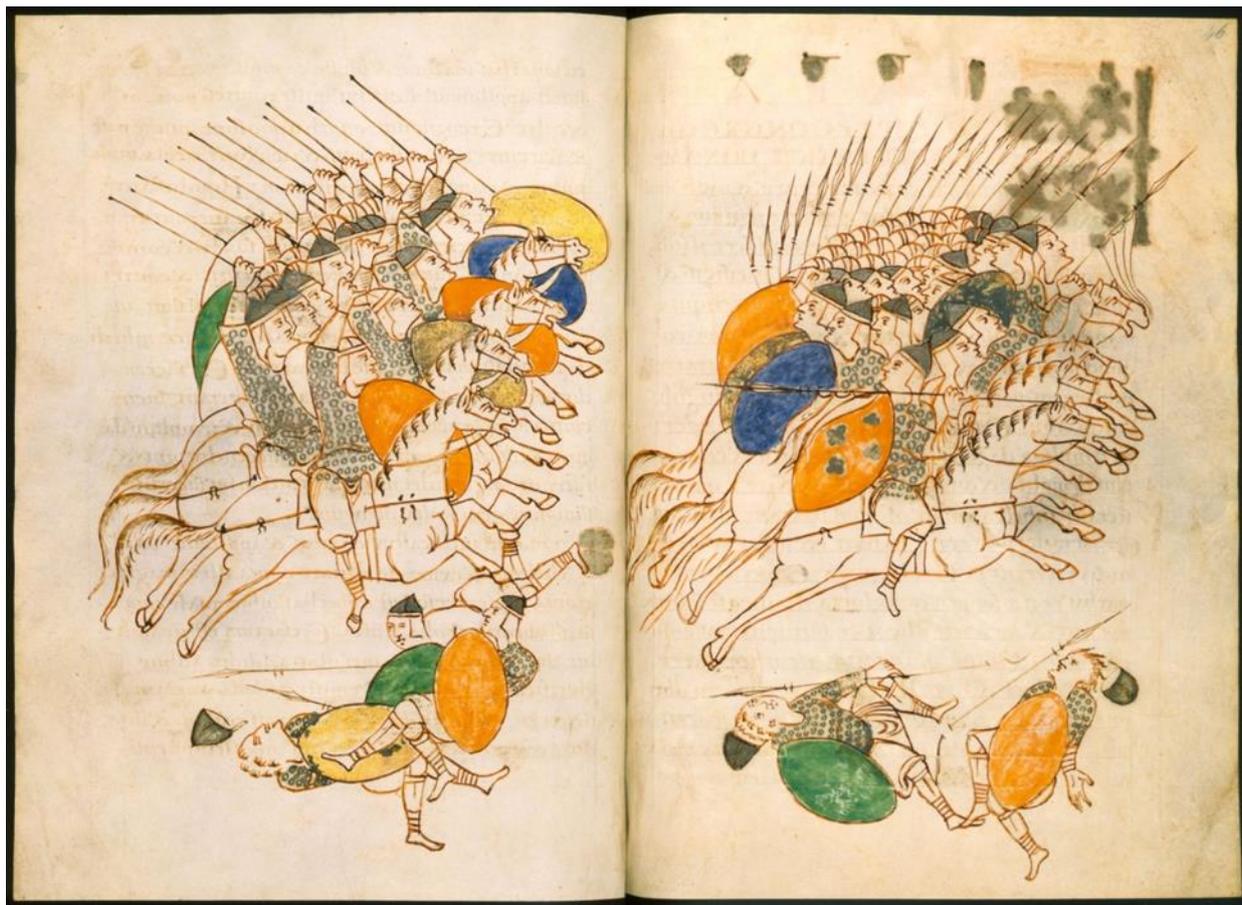


Figura 7: Perseguição ao inimigo, possivelmente inspirada em Fontenoy, provavelmente inspirada pelas descrições táticas do livro IV da *Epitoma Rei Militaris* de Vegécio, também contida no mesmo manuscrito: I Macabeus, manuscrito de Leiden. Codex Perizioni F 17, fol. 45v. e 46r.

Já Nithard, que havia evitado por completo qualquer menção sobre a perseguição subsequente à batalha em sua descrição que encerra o livro segundo de sua obra, se viu posteriormente forçado a elaborar um terceiro livro, o qual iniciou justamente com as consequências imediatas ao combate:

⁴⁷ NELSON, 1991, *Op. cit.*, p.50.

⁴⁸ GILLINGHAM. *Op. cit.*, p.250.

A renhida luta terminara; Luís e Carlos, ainda no campo de batalha, começaram a deliberar acerca do que deveriam fazer com aqueles inimigos em fuga. Algumas vozes, motivadas pela ira, pressionaram pela perseguição; outros, especialmente os reis, apiedaram-se de seu irmão e do povo deste e, desejando com sua costumeira caridade, que os derrotados, que já haviam sido esmagados pelo Julgamento Divino por meio do golpe que haviam sofrido, deveriam penitenciar-se de sua malícia e cobiça e, de agora em diante, com a ajuda de Deus, se tornariam unos com eles em busca por justiça; eles (os reis) instaram a seus seguidores a tudo colocarem nas mãos de Deus. O restante do exército deu seu consentimento e parou com as lutas e a pilhagem... O butim e o massacre foram ambos imensos e incríveis, assim como a piedade demonstrada pelos reis e por todas as pessoas⁴⁹.

Janet Nelson⁵⁰ aponta outro dado interessante: nenhuma das fontes favoráveis a Lothar condenou a conduta de Luís e Carlos em Fontenoy, como demonstrado por Angelbert, que condenou apenas traidores em seu próprio campo. Embora condenável em sua escala, o desenrolar dos acontecimentos em Fontenoy não desviou do comportamento considerado adequado para o andamento de um combate qualquer no período. Embora tenha sido travada entre cristãos, parentes e amigos, ela foi combatida com a mesma ferocidade demonstrada pelos Francos nas batalhas contra os Ávaros e os Saxônios pagãos, por exemplo.

Mas, a despeito das pesadas baixas, no fim das contas a batalha não foi decisiva: nenhum membro da linhagem Carolíngia morreu e a maioria dos magnatas territoriais sobreviveu. A guerra civil ainda se arrastaria.

Novamente, a vitória foi ideologicamente importante para Luís e Carlos, já que a retirada de Lothar foi interpretada por muitos como covarde, danificando sua reputação como imperador, assim como um endosso divino à justiça da causa dos dois irmãos. Ainda mais importante foi o fato de que Luís e Carlos obtiveram enorme quantidade de butim em Fontenoy. Com esta riqueza móvel, ambos poderiam recompensar generosamente seus seguidores, além de aumentar sua capacidade de aliciar novos aliados dentre seus inimigos.

Luís retornou ao leste para consolidar seus ganhos na Germânia (ao mesmo tempo em que debelava a rebelião camponesa pagã saxônia dos *Stellinga*), enquanto Carlos

⁴⁹ SCHOLZ, *op. cit.*, p.155.

⁵⁰ NELSON, Janet L. **Charles the Bald**, Londres: Routledge, 1992, p.148.

continha os excessos dos novos recrutas de Lothar na Nêustria. As escaramuças entre as forças inimigas prosseguiram durante o início de 842, assim como as negociações.

A 14 de Fevereiro ocorreu o encontro entre Luís e Carlos em Estrasburgo, que se tornou notável por dois motivos: em primeiro lugar, o famoso juramento realizado por Luís em *lingua Romana* (perante as tropas de Carlos) e por Carlos em *lingua Theudisca* (perante as tropas de Luís), para que as tropas de ambos compreendessem os termos e o teor dessa aliança, como Nithard registrou a versão dita por Luís⁵¹:

Pelo amor de Deus, pela salvação de nosso povo cristão e por nossa própria, deste dia em diante, até onde Deus nos conceder sabedoria e poder, eu tratarei meu irmão com toda consideração e auxílio e tudo mais que um homem deve legitimamente a seu irmão, com a condição de que ele faça o mesmo por mim. E eu não farei qualquer acordo com Lothar que possa, com meu consentimento, prejudicar este meu irmão Carlos.

Quando Luís concluiu, Carlos pronunciou o mesmo juramento em germânico. A seguir, os guerreiros de ambos juraram o seguinte em suas respectivas línguas⁵²:

Se Luís mantiver o juramento feito a seu irmão Carlos e meu senhor Carlos não mantiver sua parte e se eu for incapaz de impedi-lo, eu não darei a ele nenhuma ajuda contra Luís e nem ninguém que eu possa impedir de fazê-lo.

Em segundo lugar, este encontro também ficou famoso pelos jogos de guerra conjuntos promovidos pelos líderes⁵³ (sendo esta a primeira menção a um tipo de torneio⁵⁴), para ampliar a confiança mútua entre os combatentes, originários de regiões díspares e distantes e falando línguas que não mais convergiam (como ficou claro na questão do Juramento).

Uma fonte posterior, os *Anais de Xanten*⁵⁵, registra que as tropas de Luís e Carlos causaram considerável destruição material em sua passagem pela Renânia, ao

⁵¹ SCHOLZ, *op. cit.*, p.162.

⁵² SCHOLZ, *op. cit.*, p.163.

⁵³ SCHOLZ, *op. cit.*, p.164.

⁵⁴ VERBRUGGEN, J.F. **The Art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages from the Eighth Century to 1340**, Woodbridge: Boydell, 1998, p.31.

⁵⁵ ANNALES XANTENSES, SIMSON, Bernhard de (ed.). *Monumenta Germaniae historica, Scriptorum rerum Germanicarum*, Hannover, 1909, registro do ano 842:

Lothar, tendo devastado a Gália, retornou ao leste. [Luís e Carlos marcharam contra Lothar, que fugiu para refugiar-se em uma cidade vizinha.] Estes reis [Luís e Carlos] devastaram toda a região dos Ripuários (Francônia) e perseguiram Lothar até aquele lugar. E ali, por meio da intercessão de homens poderosos, novamente eles dividiram em três partes o reino dos Francos em paz, mas não com efeitos duradouros:

“requisitarem” suprimentos nos campos circundantes, continuando a pressão sobre Lothar e seus aliados cada vez menos numerosos, sendo que os encontros entre as tropas diminuíram e se tornaram escaramuças sem maiores consequências, tendendo cada vez mais à substituição por uma solução negociada. Nenhum dos lados podia se arriscar a um novo grande embate.

Estas negociações foram conduzidas entre os irmãos por membros da aristocracia, interessados na restauração da paz (e da exploração de suas terras) e conseguiram estabelecer uma trégua até o início de outubro de 842, quando ocorreu uma reunião entre os três irmãos em Metz, onde iniciaram as tratativas que culminariam com a divisão do Império, em agosto de 843, com o Tratado de Verdun.

Quanto a esta “divisão”, deve-se ter em mente que só em retrospecto é que ela foi vista efetivamente como tal. No contexto do século IX ela era mais considerada como a “Trégua de Verdun”, a ser rompida assim que a oportunidade se apresentasse. Nenhuma das partes tinha a intenção de que a divisão ali concertada permanecesse e fraturasse a unidade imperial.

Como bem frisa Mayke De Jong, de acordo com os usos do século IX, o *imperium* não se referia tanto a uma unidade territorial claramente definida, mas sim ao exercício da autoridade pelo(s) membro(s) sênior(es) da dinastia Carolíngia que portasse(m) o título de *augustus imperator*. Foi a unanimidade entre Luís o Pio e seus filhos, incluindo o co-imperador Lothar, que estava em jogo entre 830 e 843 e não a “unidade do império”: “*Imperium* era um conceito-chave, não como uma noção territorial, mas como a autoridade conjunta daqueles que participavam do governo imperial”.

O tratado foi elaborado com base na divisão igualitária dos recursos imperiais, balanceada pelas considerações das famílias da *Reichsaristokratie*. À luz de sua eliminação como herdeiro em 838, Luís o Germânico foi o grande vencedor da *Brüderkrieg* e do Tratado de Verdun, já que recebeu todos os territórios a leste do Reno.

Considerações Finais

Como bem lembrado por Guy Halsall⁵⁶ (2006:08), a guerra é “uma forma de comunicação”, especialmente para o jogo das intenções políticas e a *Brüderkrieg* foi

Lothar no leste, Carlos na Gália e Luís na Saxônia, que estão nobremente esmagou os arrogantemente rebeldes escravos dos Saxônios e restaurou-os à sua natureza apropriada.

⁵⁶ HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900**, Londres: Routledge, 2003, p.08.

efetivamente utilizada por Luís e Carlos para materializar suas reivindicações e garantir sua sobrevivência (tanto física quanto política) no contexto do projeto centralizador de Lothar.

Todavia, para os contemporâneos, em um uma guerra inteiramente contrária à vontade de Deus, o conflito aberto e a perda de vidas na batalha de Fontenoy particularmente causaram enorme angústia em uma sociedade cujos laços políticos haviam sido construídos ao redor dos ideais de consenso entre os Francos, unidade Cristã e harmonia fraternal entre os Carolíngios. Mas devemos reiterar: nenhuma das partes envolvidas desejava, de fato, que a consequência última da *Brüderkrieg* fosse o esfacelamento efetivo da autoridade do Império criado pelos esforços de Carlos Magno.

O foco dado aos acontecimentos do período por muitos historiadores atuais se encontra naqueles que possuíam valor marginal durante o mesmo, como os aspectos linguísticos dos juramentos de Estrasburgo e o próprio Tratado de Verdun, visto como “certidão de nascimento”⁵⁷ das nações modernas de França, Alemanha e Itália. Assim, pouco se trabalha, por exemplo, com a movimentação militar, importantíssima para os interesses em jogo: dos príncipes régios, dos membros da aristocracia imperial trans-regional e dos membros das aristocracias locais.

Também pouco se trabalha com as concepções estratégicas empregadas no conflito, como a ausência proposital de cercos a cidades e fortificações, ou a extrema mobilidade demonstrada, especialmente, pelas tropas de Luís o Germânico, já que esta campanha destoa do que se considera comum nas guerras medievais. Outro ponto que deveria ser levado em consideração está na análise do manuscrito do *Livro dos Macabeus de Leiden*, que também contém o quarto livro do *De re Militari* de Vegécio (justamente o texto-chave para a constituição do assim chamado Paradigma Estratégico Vegeciano, hoje considerado como uma pedra de toque para a compreensão do pensamento estratégico medieval⁵⁸) e as conexões entre um e outro no programa iconográfico do manuscrito, e seu valor pedagógico para as questões bélicas na época.

Em relação à dissolução de fato do Império, ela ocorreu progressivamente entre 840 e 888, com a paulatina extinção da aristocracia imperial nos reinos pós-Verdun, que fragmentou as linhagens regionalmente e isolou os Carolíngios como únicos interessados

⁵⁷ Embora não com estas palavras, mas com este sentido, podemos citar LEGOFF, Jacques. **As Raízes Medievais da Europa**, Petrópolis: Vozes, 2007, pp.62-63.

⁵⁸ ARAUJO, Vinicius Cesar Dreger de. “Frederico I Barbarossa contra Milão (1158-1162): uma campanha vegeciana?”, **Politéia: História e Sociedade**, volume 13, n. 2, 2013, pp. 155-191.

na efetiva preservação da unidade imperial. A guerra civil expôs a fratura entre as poderosas linhagens trans-regionais (que apoiaram Lothar) e as linhagens regionais (que apoiaram Luís e Carlos) e precipitou o processo de declínio desse poderoso elemento de coesão do Império e não o Tratado de Verdun propriamente dito⁵⁹.

A *Brüderkrieg* propiciou a instauração de verdadeiros expurgos políticos dos elementos da *Reichsaristokratie* que não apoiaram o “candidato correto”, consolidando assim a vitória das aristocracias locais e sua ascensão, incluindo a efetiva fragmentação da autoridade imperial após a deposição de Carlos o Gordo (888), com o estabelecimento de Ramnulf como rei na Aquitânia, Berengário na Itália, dos Welfs do ramo Rudolfino na Borgonha e de Luís na Provença, mantendo os Carolíngios apenas a Nêustria (a coroa de França) e a Germânia (ainda assim via Arnulfo de Caríntia, um bastardo).

No entanto, simultaneamente a este processo, é interessante notarmos que os tratados ideológicos que mais refinaram as concepções de Império durante o período carolíngio tenham justamente surgido após Fontenoy e Verdun, rumando para o que bem aponta Mayke De Jong: “o Império, tanto no sentido do título quanto da entidade política, foi considerado como merecedor de se combater por, até o fim da dinastia Carolíngia”⁶⁰ e além, como se pode depreender dos esforços de restauração imperial empreendidos pelos Otônidas saxônios, Sális francônios e Hohenstaufen suábios nos séculos X, XI, XII e XIII.

⁵⁹ COSTAMBEYS, Marios, INNES, Matthew & MACLEAN, Simon. **The Carolingian World**, Cambridge: Cambridge UP, 2011, pp.131-135.

⁶⁰ DE JONG. Mayke. “The Empire that was always Decaying: The Carolingians (800-888)”, **Medieval Worlds: Comparative & Interdisciplinary Studies**, Volume 2015.2, pp. 08.

Referências Bibliográficas:

a) Documentos

ANNALES XANTENSES, SIMSON, Bernhard de (ed.). *Monumenta Germaniae historica, Scriptores rerum Germanicarum*, Hannover, 1909.

ANGELBERT, **Versus de Bella quae fuit acta Fontaneto**, in: <http://www.thelatinlibrary.com/Angelbert.html>, acessada a 02/11/14.

DAVIS, Raymond (trad.). **The Lives of the Ninth-Century Popes (Liber Pontificalis)**, Liverpool: Liverpool UP, 1995.

MACLEAN, Simon (trad.). **History and Politics in Late Carolingian and Ottonian Europe – The Chronicle of Regino of Prüm and Adalbert of Magdeburg**, Manchester: Manchester UP, 2009.

NELSON, Janet L. (trad.). **The Annals of St.-Bertin, Ninth-century histories, volume I**, Manchester: Manchester UP, 1991.

RÁBANO MAURO. *Commentaria in Libris Maccabeorum* In: MIGNE, J.P. **Patrologia Latina**, 109, col. 1122-1256.

REUTER, Timothy (trad.). **The Annals of Fulda, Ninth-century histories, volume II**, Manchester: Manchester UP, 1993.

SCHOLZ, Bernhard Walter (trad.). **Carolingian Chronicles: Royal Frankish Annals and Nithard's Histories**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1970.

SQUATRITI, Paolo (trad.). **The Complete Works of Liudprand of Cremona**, Washington DC: Catholic University of America Press, 2007, pp. 111.

b) Bibliografia Secundária:

AIRLIE, Stuart. “The Aristocracy”, in: MCKITTERICK, Rosamond (ed.). **New Cambridge Medieval History, Volume II c.700 – c. 900**, Cambridge: CUP, 1995, pp. 431-450.

ARAUJO, Vinicius Cesar Dreger de. “Frederico I Barbarossa contra Milão (1158-1162): uma campanha vegeciana?”, **Politéia: História e Sociedade**, volume 13, n. 2, 2013, pp. 155-191.

BACHRACH, David S. **Warfare in Tenth-Century Germany**, Woodbridge: Boydell, 2012.

BOOKER, Courtney M. **Past Convictions – The Penance of Louis the Pious and the Decline of the Carolingians**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2009.

BOWLUS, Charles R. **The Battle of Lechfeld and its Aftermath, August 955**, Aldershot: Ashgate, 2006.

COSTAMBEYS, Marios, INNES, Matthew & MACLEAN, Simon. **The Carolingian World**, Cambridge: Cambridge UP, 2011.

COUPLAND, Simon. “Carolingian Arms and Armor in the Ninth Century”, **Viator: Medieval and Renaissance Studies**, v.21, 1990, pp. 29-50.

DE JONG, Mayke. "The Empire that was always Decaying: The Carolingians (800-888)", **Medieval Worlds: Comparative & Interdisciplinary Studies**, Volume 2015.2, pp. 06-25.

DIEBOLD, William J. "Verbal, visual and cultural literacy in medieval art: word and image in the Psalter of Charles the Bald", **Word & Image**, volume 8, n. 02, Abril-Junho, 1992, pp. 89-99.

DUCKETT, Eleanor Shipley. **Carolingian Portraits: A study in the ninth century**, Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

DUNPHY, Graeme (org.). **The Encyclopedia of the Medieval Chronicle**, volumes 1 e 2, Leiden: Brill, 2010.

EUW, Anton von. **Die St. Galler Buchkunst vom 8. bis zum Ende des 11. Jahrhunderts**, Volume I: Textband, St. Gallen, 2008

GILLINGHAM, John. "Fontenoy and after: pursuing enemies to death", in: FOURACRE, Paul and GANZ, David. **Frankland: The Franks and the world of the Early Middle Ages**, Manchester: Manchester UP, 2008, pp. 242-265.

GOLDBERG, Eric J. "'More Devoted to the Equipment of Battle than the Splendor of Banquets': Frontier Kingship, Martial Ritual, and Early Knighthood at the Court of Louis the German." **Viator**, 30, 1999, pp. 41-78.

GOLDBERG, Eric J. **Struggle for Empire: Kingship and Conflict under Louis the German, 817-876**, Ithaca: Cornell UP, 2006.

HALSALL, Guy. **Warfare and Society in the Barbarian West, 450-900**, Londres: Routledge, 2003.

HOFFMANN, Hartmut. **Buchkunst und Königtum im Ottonischen-frühsalsichen Reich**, Stuttgart, 1986, p. 97.

HOLCOMB, Melanie. **Pen and Parchment – Drawing in the Middle Ages**, New York/New Haven: Metropolitan Museum of Art/Yale University Press, 2009, pp. 46-48.

LE GOFF, Jacques. **As Raízes Medievais da Europa**, Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINDALE, Jane. "Charles the Bald and the government of the kingdom of Aquitaine", in: GIBSON, M.T. & NELSON, J. L. (ed.). **Charles the Bald – Court and Kingdom**, Aldershot: Ashgate, 1990, pp. 115-138.

MERTON, Adolf. **Die Buchmalerei des IX. Jahrhunderts in St. Gallen unter besonderer Berücksichtigung der Initial-Ornamentik**, Halle, 1911.

NELSON, Janet L. "Ninth-century Knighthood: The Evidence of Nithard", in: NELSON. **The Frankish World 750-900**, Londres: Hambledon Press, 2003, pp.75-87.

NELSON, Janet L. **Charles the Bald**, Londres: Routledge, 1992.

RABB, Theodore K. **The Artist and the Warrior: Military history through the eyes of the masters**, New Haven: Yale University Press, 2011, pp. 37-41.

REUTER, Timothy. "Plunder and tribute in the Carolingian empire", in: REUTER, Timothy. **Medieval Politics and Modern Mentalities**, Cambridge: CUP, 2006, pp. 231-250.

REUTER, Timothy. **Germany in the Early Middle Ages 800-1056**, Londres: Longman, 1991.

RICHÉ, Pierre. **The Carolingians: A family who forged Europe**, Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993.

VERBRUGGEN, J.F. **The Art of Warfare in Western Europe during the Middle Ages from the Eighth Century to 1340**, Woodbridge: Boydell, 1998.

WITTEKIND, Susanne. “Die Makkabäer als Vorbild des geistlichen Kampfes: Eine kunsthistorische Deutung des Leidener Makkabäer-Codex Perizoni 17”, **Frühmittelalterliche Studien**, vol. 37, (2003), p. 47-71.

FREDERICK JACKSON TURNER E AS RAÍZES HISTÓRICAS, EPISTEMOLÓGICAS E RACIAIS DO CONCEITO CONTEMPORÂNEO DE FRONTEIRA

Renan Marques Birro¹
Universidade Federal do Amapá

Resumo: Este artigo versa sobre a constituição do conceito contemporâneo de fronteira, fruto do historiador americano Frederick Jackson Turner (1861-1932). A partir do contexto intelectual e social da época, sobretudo nos Estados Unidos e Europa, meu objetivo foi elencar os usos do passado Antigo e Medieval na construção dos modelos historiográficos americanos em finais do século XIX, além de alertar os vieses raciais da abordagem de fronteira turneriana.

Palavras-chave: Turner – Fronteira – Teoria e Historiografia

FREDERICK JACKSON TURNER AND HISTORICAL, EPISTEMOLOGICAL AND RACIAL ROOTS OF THE CONTEMPORARY CONCEPT OF BORDER

Abstract: This article aims on the contemporary concept of frontier, builded by Frederick Jackson Turner (1861-1932), an american historian. From the intelectual and social *milieu* of that time, mainly in United States and Europe, my purpose was highlight the uses of the Ancient and Medieval past in the construction of american historiographical models at the end of nineteenth century, besides of the racial look in the point of view of Turner.

Keywords: Turner – Frontier – Teory and Historiography

A fronteira na História e suas imagens nas cartas e filmes são ideias ligadas inevitavelmente a Frederick Jackson Turner (1861-1932), um historiador americano morto há meio século e arauto desta noção na contemporaneidade. Se os fundamentos teóricos da fronteira nesta perspectiva têm sido constantemente atacados por serem considerados absurdos, sobretudo a ideia do “americano” (ou “americanidade”) constituída no limite Oeste americano, é preciso confrontar a origem conceitual do termo, assim como a própria tese de Turner².

¹ Professor Assistente A de História Medieval da Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional e Professor Colaborador do Curso de Especialização em História Antiga e Medieval da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense; Pesquisador do LATHIMM/USP, do Leitorado Antigo/UPE; do CEPRES/UNIFAP; do Brathair/UEMA; do VIVARIUM /UFPA. E-mail: rbirro@unifap.br.

² De fato, alguns autores contestam o ar imperialista europeu do conceito de fronteira e defendem expressões como “zonas de contato” e “áreas-limite transacionais”. Para mais informações sobre a crítica,

Como denunciou Robert Burns cerca de vinte anos atrás, o conceito de fronteira turneriano é uma espécie de vampiro, morto várias vezes durante o dia apenas para renascer durante a noite e chegar ainda mais longe. O neoturnerianismo, deste modo, ronda a academia em diversas correntes, e a bibliografia e historiografia sobre Turner são por si uma pequena indústria³.

Mas quais seriam as razões para que eu, um medievalista, questionasse a noção de fronteira americana? Neste ínterim, retomo a crítica de Le Goff ao americano: “os historiadores da Idade Média tem corretamente rejeitado a noção americana das fronteiras elaborada por [Frederick Jackson] Turner, uma história do Oeste distante, pois ela não é aplicável a história Européia”⁴. Portanto, o que se conhecia como fronteira na Idade Média até a criação dos Estados foram zonas de encontro onde ocorriam atritos, mas também trocas e também entrelaçamento⁵.

De fato, os termos “fronteira” e “sociedade fronteira” são muito usados por historiadores do período medieval, sobretudo da Península Ibérica, do Leste e da Palestina. É possível identificar algumas expressões que, em maior ou menor grau, abrangem esta natureza: *limes* e *fossatum*, herdadas do mundo romano⁶; *marchio* e *marchiones*, fruto da experiência catalã com os muçulmanos da Península Ibérica⁷;

ver: FRIEDMANN, John. Borders, Margins, and Frontiers: Myth and Metaphor In: GRADUS, Yehuda & LITHWICK, Harvey (Eds.). *Frontiers in Regional Development*. Maryland: Rowland and Littlefield, 1996, pp. 1-20; GEIGER, Daniel. *Turner in the Tropics: The Frontier Concept Revisited*. Tese. Luzern: Kultur- und Sozialwissenschaftlichen Fakultät der Universität Luzern, 2009, pp. 13-19 e pp. 28-43; PRATT, Mary Louise. Introduction: Criticism in the contact zone In: _____. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 2008, pp. 1-12.

³ BURNS, Robert I. The Significance of Frontier in the Middle Ages In: _____. *Medieval Frontier Societies*. Oxford: Oxford University Press, 1992, p. 308.

⁴ “Medieval historians rightly rejected the American notion of frontiers elaborated by Turner, a historian of the Far West, for it is not applicable to European history” (LE GOFF, Jacques. Introduction In: _____. *The Birth of Europe*. Oxford: Blackwell, 2005, p. 4).

⁵ LE GOFF, *op. cit.*, p. 4, nota 4.

⁶ Sobre *limes*, alguns exemplos (inclusive do período antigo): MARCUS TULLIUS CICERO. *Epistulae ad familiare*, 3, VIII; QUINTUS HORATIUS FLACCUS. *Carmina*, 1, XVI; PUBLIUS OVIDIUS NASO. *Metamorphoses*, 1, V; PUBLIUS VERGILIUS MARO. *Aeneis*, 2, DCXCII. São 848 referências em toda literatura clássica. No período medieval, ver: ADAMUS BREMENSIS. *Gesta Hammaburgensis ecclesiae pontificum*, PL 146, 0630B; ALCUINUS INCERTUS. *De divinis officiis*, PL 101, 1177C; AUGUSTINUS HIPONENSIS. *Confessiones*, PL 32, 0675; AVITUS VIENNENSIS. *De Mosaicae historiae gestis*, PL 59, 0329B; BEDA. *Homiliae*, PL 94, 0203A; BENEDICTUS ANIANENSIS. *De concordia regularum*, PL 103, 0910A; BERNARDUS CLARAEVALLENSIS. *De praecepto et dispensatione*, PL 182, 0868C; BENEDICTUS NURSIAE. *Regula cum commentariis*, PL 66, 0385A; BURCHARDUS WORMACIENSIS. *Libri decretorum*. PL 140, 0567A. A lista prossegue com 198 menções somente na Patrologia Latina. Para *fosso/fossatum*, ver: AMMIANUS MARCELLINUS. *Rerum Gestarum*, 2, XI; VULGATA (1Re 1,18; 2Re 2,3); PLINIUS. *Naturalis Historia*, 3, XLVII; TITUS LIVIUS PATAVINUS. *Ab Urbe Condita Libri*, 31, XXXIV (entre outras menções); SENECA. *Controversiae*, 10, V; GAIUS JULIUS CAESAR. *De Bello Gallico*, 2, V; MARCUS ANNAEUS LUCANUS. *Pharsalia*, 3, CCXCVIII. A quantidade de referências sobre *fosso/fossatum*, assim, supera igualmente a casa das centenas.

⁷ Do franco *marka*, do inglês antigo *mearc*, do nórdico antigo *mörk*, derivado de *merki*, significa de maneira geral o limite entre dois centros de poder. Vale ressaltar que *marchio/marchione* deu origem ao

frontera dos homens de Castela e *frontière* dos franceses, ambas do século XIII⁸; há ainda a *merki* e *marki* em antigo nórdico, para os homens do Norte⁹, e uma infinidade de expressões nas demais línguas vernaculares medievais.

Apesar desses termos, não é possível notar *a priori* qualquer relação entre o americano e o exercício do especialista do período medieval. Mas, a partir da adoção direta da ideia turneriana ou da crítica, vários estudiosos da Idade Média foram na contramão de Le Goff e observaram de perto a pesquisa sobre a fronteira americana e sua possível aplicação no período estudado. De James Westfall Thompson e seus trabalhos sobre a Germânia (1913), posso avançar para Archibald Ross Lewis (1958) – talvez o mais notável de seu tempo –, Lynn White Jr. (1965), Robert Bartlett and Angus MacKay (1989), passando ainda por Alan Murray (2009 e 2012), entre outros pesquisadores hodiernos do âmbito anglofônico que aqui poderiam ser igualmente elencados¹⁰.

Ademais, poucos observam que Turner publicou seu trabalho como uma reação à pretensa continuidade de preceitos medievais nos EUA. Turner alimentava desde a juventude um interesse pelos clássicos e, de fato, um arrebatador empenho nas artes Retórica e Oratória¹¹. Assim, ele concentrou seus primeiros estudos nos Clássicos, com estudos de Latim e Grego. Para seu proveito, seu mentor na University of Wisconsin entre

marquês/margrave (margrave, por sua vez, originário de *markgraf*, ou seja, “conde da fronteira”), os nobres com grandes poderes que viviam nos limites do reino (March *In*: HARPER, Douglas. *Online Etymology Dictionary*. 2014. www.etymonline.com; FOUCHER, Michel. The Geopolitics of European Frontiers *In*: ANDERSON, Malcolm & BORT, Eberhard (ed.). *The Frontiers of Europe*. London: Cassel, 1998, p. 235).

⁸ Para Paula Banerjee, o termo *fronteira* é mais usado para o caso americano, enquanto *boundary* é o termo mais comum no Ocidente europeu. Para ser mais claro, as fronteiras seriam irreais e naturais, estabelecidas com o avançar do contato, enquanto os *boundaries* (aqui traduzidos como limites) foram entendidos enquanto separações lineares e artificiais. Em suma, o limite é uma linha e as regiões fronteiriças são regiões-limite. Como o caso medieval era entendido em termos fronteiriços, não há problemas em entender a fronteira medieval como uma região de diferenciação tênue entre duas culturas e/ou poderes (BANERJEE, Paula. *Frontiers and Borders: Spaces of Sharing, Spaces of Conflict In*: SAMĀDDĀRA, Raṇabīra. *Space, Territory, and the State: New Readings in International Politics*. Himayatnagar: Orient Longman, 2002, pp.26-29).

⁹ FOUCHER, *op. cit.*, p. 235, nota 7.

¹⁰ THOMPSON, James Westfall. Profitable Fields of investigation in Medieval History, *American Historical Review* (18), 1913, pp. 490-504 e THOMPSON, James Westfall. *Feudal Germany*. Chicago: University of Chicago Press, 1928.; LEWIS, Archibald. The closing of the Medieval Frontier, *Speculum* (33, October), 1958, pp. 475-483; WHITE, Lynn. The legacy of the Middle Ages in the American Wild West, *Speculum* (40, April), 1965, pp. 191-202; BARTLETT, Robert & MacKAY, Angus (eds). *Medieval Frontier societies*. Oxford: Oxford University Press, 1992; MURRAY, Alan V.(ed.). *The Clash of Cultures on the Medieval Baltic Frontier*. Farnham: Ashgate, 2009; MURRAY, Alan V.(ed.). *The Northern-Eastern Frontiers of Medieval Europe: The Expansion of Latin Christendom in the Baltic Lands*. Farnham: Ashgate, 2012.

¹¹ CRONON, William. Turner's first stand: the Significance of Significance in American history *In*: ETULAIN, Richard W.(Ed.). *Writing Western History: Essays on Major Western Historians*. Reno: University of Nevada Press, 1991, pp.77-78.

1881 e 1888, William Francis Allen (1830-1889)¹², educou o especialista na fronteira americana no criticismo histórico, na crença no uso das fontes e na ideia da evolução orgânica da sociedade¹³.

Para Allen, a relevância da História deveria ser pensá-la enquanto *problema*, e algo relevante na perspectiva científica só seria alcançado ao associá-la com forças geográficas, sociais, econômicas e políticas ocultas. Ademais, a produção histórica visava um público a ser educado bastante amplo, não apenas as salas e salões escolares. Era preciso, em termos darwinianos, pensar no progresso da civilização da barbárie à civilização, e tal medida aconteceria graças à intervenção de eruditos com essas preocupações¹⁴.

Especificamente para este estudo, lembrarei que Allen, um especialista dos períodos clássico, tentou em vão demover Turner da intenção de estudar a História americana¹⁵. Democção relativa, aliás, uma vez que é Allen estabeleceu um laço entre a Antiguidade, a Idade Média os americanos contemporâneos. Neste arrazoado, os germânicos da floresta negra – ou seja, os antigos saxões - foram os primeiros a praticar uma democracia primitiva. Seria impossível, portanto, desligar este estudo da valorização americana da democracia e liberdade¹⁶.

Deste modo, Allen inclusive diminuiu o papel da nobreza e da servidão para melhor aproximar os “antigos” saxões dos “novos”, ou seja, aqueles que assentaram a América. Ao mencionar sua abordagem peculiar da obra *Germania* de Tácito (c.55-120), o erudito americano afirmou que:

Nobres são frequentemente mencionados, mas privilégios especiais ou poderes nunca foram descritos para a nobreza; e, pelo que aparece na informação sob nossa posse, esta aristocracia foi mais social que

¹² **William Francis Allen** foi um antiquista americano engajado na luta pela libertação dos escravos. Graduado em Harvard (1851) e com posterior formação em língua e cultura clássica em Gottingen, Berlim, Roma, Nápoles e Grécia; Allen se tornou professor de língua e história antiga, depois reformada como língua e história romana, da University of Wisconsin-Madison, onde atuou até a morte (ROBBINS, Gerald. William F. Allen: Classical Scholar among the Slaves, *History of Education Quarterly* 5 (4), 1965, pp.211-223).

¹³ BROWN, David S. Founding Father: Frederick Jackson Turner In: _____. *Beyond the Frontier: The Midwestern Voice in American Historical Writing*. Chicago: Univeristy of Chicago Press, 2009, pp. 30-31.

¹⁴ CRONON, *op. cit.*, p. 79, nota 11.

¹⁵ BROWN, *op. cit.*, p. 31, nota 13.

¹⁶ Para Allen, os germânicos primitivos praticavam a democracia, mas não sua contraparte fixada posteriormente na “Inglaterra” [sic], pois a migração e conquista de uma terra estrangeira trabalhou numa mudança fundamental de suas instituições sociais (FRANCIS, William Francis. *The Village Community and Serfdom in England In: _____*. *Essays and monographs*. Boston: Geo H. Ellis, 1890, p.241).

política. Havia servos, mas nós não temos qualquer informação sobre sua origem ou seus números relativos¹⁷.

Em suma, apesar do modelo de governo “primitivo” desses germânicos (nas palavras do próprio autor), “nós podemos dizer que a soberania estava nas mãos de todo povo, que agia coletivamente ao encontrar-se numa assembleia geral em datas estabelecidas”¹⁸. A comparação com a sociedade americana em finais do século XIX, assim, está amplamente evidenciada.

O impacto dessas ideias em Turner foi fundamental. Quase no fim da carreira, ele afirmou que:

Meu trabalho realmente floresceu de um treinamento preliminar em História Medieval, onde eu aprendi a reconhecer as reações entre pessoas na cartilagem e seu ambiente; e vi a interação de fatores econômicos, sociais e geográficos na política, instituições, ideais e vida das nações, e suas relações com seus vizinhos¹⁹.

Após alcançar o grau em Wisconsin (1884), Turner não tinha uma clara ideia do que desejava para si. Ele recebeu logo em seguida um convite para se tornar instrutor assistente de Retórica e Oratória, mas abraçou uma curta carreira como jornalista, a carreira do pai. Todavia, Allen influenciou o futuro especialista de fronteira mais uma vez ao indicá-lo para uma viagem ao Velho Mundo. Quando retornou, Turner abdicou da carreira como homem de notícias da hora e passou a assistir Allen no ensino de História Americana. Entre 1884 e 1888, desta feita, Turner cursou seu mestrado sob a batuta de Allen²⁰.

Mas foi em 1888, na Johns Hopkins University, que Turner passou seu ano mais desafiador e turbulento. Seu principal instrutor em época foi Herbert Baxter Adams (1850-1901)²¹: este especialista acreditava que todas as instituições americanas deitavam

¹⁷ ALLEN, William Francis. The primitive democracy of the Germans In: _____. *Essays and monographs*. Boston: Geo H. Ellis, 1890, p. 215.

¹⁸ “we may say that the sovereign power was in the hands of the whole people, acting collectively, meeting in a general assembly at stated intervals” (*Ibid.*, p. 215).

¹⁹ “My work really grew out of a preliminary training in Mediaeval history, where I learned to recognize the reactions between a people in the gristle, and their environment; and saw the interplay of economic, social and geographic factors in the politics, institutions, ideals and life of a nation and its relations with its neighbors” (JACOBS, Wilbur Ripley Jacobs. *Social History and Politics In: _____. The Historical World of Frederick Jackson Turner: With Selections from His Correspondence*. Yale: Yale University Press, 1968, p. 155).

²⁰ CRONON, *op. cit.*, p. 80, nota 11.

²¹ **Herbert Baxter Adams** (1850-1901) foi um educador e historiador americano graduado pelo Amherst College (1872), em Massachusetts. Dois anos depois, Adams mudou-se para Heidelberg para obter seu doutorado. Influenciado por Droysen e Bluntschli, sendo o último seu mentor e notório defensor do esclarecimento do povo germânico de sua ignorância, defendeu sua tese em uma arguição oral, procedimento comum em Heidelberg. Ao retornar, assumiu como Fellow (1876-1878), associado (1878-1883) e, finalmente, professor (1883-1901) na Johns Hopkins University. Em 1880 ele iniciou uma série

suas raízes nas assembleias populares europeias medievais, enfatizando as instituições de origem germânica. Assim, os princípios da democracia foram levados à América com os imigrantes. Para estudá-los, era preciso entrever os esboços das relações sociais e políticas da Idade Média.

Um bom exemplo é a obra *The Germanic origin of New England Towns (A origem germânica das cidades da Nova Inglaterra, 1881)*, lida diante da Sociedade Histórica de Harvard (*Harvard Historical Society*). No frontispício da obra, Adams citou uma frase de Edwards Augustus Freeman (1823-1892)²² que serviu de mote para a tese: “Se você deseja ver a velha Inglaterra, você deve ir à Nova Inglaterra”. Tal axioma encapsularia a ideia central da pesquisa²³.

Mas qual é a “Velha Inglaterra” defendida por Herbert B. Adams? Não era, de forma plena, a Inglaterra vitoriana. No bojo da questão, ele indicou claramente no início do livro que

A cidade e a vida em vila da Nova Inglaterra são verdadeiramente a reprodução dos tipos da Velha Inglaterra. Estas, por sua vez, são reproduções do sistema em comunidade de vila dos antigos germanos [...] “Para a terra natal da raça inglesa”, disse Green em sua *História do povo Inglês*, “nós devemos olhar para além da própria Inglaterra. No século V após o nascimento de Cristo, a única terra que nós conhecemos ter sido chamada de Angeln ou Inglaterra deita suas origens na agora chamada Sleswick, um distrito no coração da península que parte do Báltico para os mares do Norte”²⁴.

de seminários em História para formar a próxima geração de historiadores americanos conforme sua experiência europeia (ADAMS, Herbert Baxter *In: The Encyclopedia Americana*. Disponível em archive.org Acesso em 29 fev 16).

²² **Edwards Augustus Freeman** (1823-1892) foi um historiador, artista e político inglês; Freeman manteve a posição de professor régio de História Moderna na Universidade de Oxford. Ele se tornou um dos historiadores da Era Vitoriana famosos pela paixão antiquária pelo passado e pelo impulso de identificar a nação e suas instituições no longínquo passado inglês (BURROW, John Wyon. Teutonic freedom and municipal independence *In: _____*. *A Liberal Descent: Victorian Historians and the English Pass*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981, pp.155-191).

²³ A citação completa é: “Tornou-se um provérbio que, se você deseja ver a velha França, você deve ir ao Canadá francês. E, por muitas coisas, se você deseja ver a velha Inglaterra, você deve ir à Nova Inglaterra” (“It has become a proverb that, if you wish to see old France, you must go to French Canada. And for many things, if you wish to see old England, you must go to New England”. FREEMAN, Edward Augustus. *Opposite tendencies in colonies, to go on and to stand still In: _____*. *Some impressions of the United States*. London: Longmans Green, 1883, p. 52).

²⁴ “The town and village life of New England is as truly the reproduction of Old English types as those again are reproductions of the village community system of the ancient Germans [...] ‘For the fatherland of the English race,’ says Green in his *History of the English People*, ‘we must look far away from England itself. In the fifth century after the birth of Christ the one country which we know to have borne the name of Angeln or England lay within the district which is now called Sleswick, a district in the heart of the peninsula that parts the Baltic from the Northern seas’.” (ADAMS, Herbert Baxter. *The germanic origins of the New England Towns*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1882, pp. 8-9).

Assim, o professor da Johns Hopkins University assentava claramente quais seriam as bases dos habitantes da Nova Inglaterra, o modelo “primordial” do americano: os antigos saxões da Floresta Negra, no coração da atual Alemanha. Destas vilas no continente europeu, que o próprio Adams admitiu ser possível recuperar poucos dados, “deitava já formada a vida social e política da Inglaterra atual [...]”. Esse estilo de vida era fresco e jovem, uma “vida energética como o *demes* da Ática grega, na primavera do mundo”. Como uma estrutura orgânica, viva e em expansão, o erudito sugeriu que as instituições locais da Nova Inglaterra seriam “como a árvore Igdrasil [sic], da mitologia escandinava, pelo princípio do autogoverno local que ela incorpora, mantida em pé pelo passado e alçada ao futuro pelos galhos em crescimento”²⁵.

Para além do modelo das cidades, até mesmo o perfil moral dos americanos seria herdado de tais tradições ancestrais. “Até mesmo a disposição Yankee de permutar e comerciar”, disse Adams, “de caçar e pescar, foi herdada de uma nação de comerciantes e aventureiros, e deles de seus antepassados germânicos”. Nestes termos, o espírito colonizador e expansivo da Inglaterra e das colônias inglesas na América “lançou-se inicialmente das tribos comerciantes de âmbar do Báltico e errantes do mar, colonizando as bandas dos Homens do Norte”. Logo, “o espírito da Saxônia e Normandia empreenderam alvorada sobre a Nova Inglaterra, [provindo] das costas além do oceano”²⁶.

O modelo de Adams era tão concatenado e orgânico que, num levantamento feito pelo próprio em 1887 chamado *Estudo de História nas faculdades e universidades americanas* (*Study of History in American Colleges and Universities*), o autor propôs um encadeamento da História institucional da Roma Antiga até a História Colonial Americana (entenda-se, História Colonial dos Estados Unidos), passando pela Inglaterra Medieval e pela Inglaterra Moderna. O levantamento tomou seu colega de ofício, Henry

²⁵ “In their villages lay ready formed the social and political life which is round us in England to-day [...] energetic life as the demes of Grecian Attika, in the spring-time of the world [...] like the tree Igdrasil, of Scandinavian mythology, for the principle of local self-government which they embody, takes hold upon all the past and upholds the future in its spreading branches” (ADAMS, *op. cit.*, pp. 7-8, nota 17).

²⁶ “Even the Yankee disposition to truck and trade, to hunt and fish, was inherited from a nation of traders and adventurers, and by them from their Germanic forefathers [...] sprang primarily from the amber-dealing triber of the Baltic and sea roving, colonizing bands of the Northmen [...] The spirit of Saxon and Norman enterprise dawned upon New England from shores beyond the ocean” (ADAMS, Herbert Baxter. *The fisher-plantation at Cape Anne In: _____. Village communities of Cape Anne and Salem*. From the Historical Collection of the Essex Institute. Baltimore: Johns Hopkins University, 1883, p. 4).

Brooks Adams (1838-1918)²⁷, Professor da Universidade de Harvard, como parâmetro. Para justificar o arazoado, o Herbert afirmou que

Sobre as bases das instituições germânicas e da História Medieval, o trabalho do Professor [Henry] Adams foi gradualmente estendido de tal forma que abraçou a História da Inglaterra até o século XVII, e também a História Colonial da América até o ano de 1789²⁸.

Ao tomar as questões abordadas no curso – desde nomear os reis entre 900 e 962, passando pelo estudo das leis, das categorias sociais e dos grupos que colonizaram a América –, creio eu que o modelo de Herbert Baxter Adams ia além de uma hipótese que procurava apenas forçar uma relação entre o objeto de estudo deste pesquisador e a História dos Estados Unidos. Não se tratava, portanto, de um projeto político-ideológico que tão somente pretendia justificar o ensino de História Medieval nas instituições americanas, mas de duas opções concomitantes: o apreço pelos modelos explicativos germânicos e uma convicção teleológica com raízes mais profundas e antigas.

Ademais, o rigor do método de pesquisa alemão, bastante influente na formação do historiador de fronteira, era mais forte em Baxter Adams do que em Allen; foi no primeiro que Turner percebeu a busca incessante pelos termos orgânicos que permitiam uma análise de tipo darwinista. Em sua tese doutoral, *The Character and Influence of Indian Trade in Wisconsin (O caráter e a influência do comércio indígena em Wisconsin)*, fruto de intensas pesquisas em arquivos locais, Turner considerava esse estado americano como o local de encontro entre uma sociedade “primitiva” e outra “avançada”: “Sobre o selvagem tinha operado uma transformação. Encontrado sem ferro, caçando apenas por comida e vestes; foi colocada em sua mão ferro e armas, e isso fez dele um caçador de peles com o qual poderia comprar os bens da civilização”²⁹.

²⁷ **Henry Brooks Adams** (1838-1918) foi um historiador que descendia de dois presidentes americanos, John Quincy Adams (1767-1848) e John Adams (1735-1826). Estudou em Harvard e, após concluir seus estudos nos EUA (1858), viajou para Europa e tomou lições sobre Direito Civil na Universidade de Berlim. Em 1861, Abraham Lincoln indicou o pai de Adams como embaixador americano no Reino Unido; o filho seguiu como secretário particular do embaixador. Retornou para os EUA em 1868 e, dois anos depois, foi apontado como professor de História Medieval da Universidade de Harvard, posição que manteve até 1877. Apesar dessa posição, foi o primeiro a conduzir seminários históricos sobre os Estados Unidos (Cf. DONOVAN, Timothy Paul. *Henry Adams and Brooks Adams: the education of two American historians*. Norman: Oklahoma University Press, 1961).

²⁸ “Upon the basis of Germanic Institutions and Mediaeval History, Professor Adams' work was gradually extended so that it embraced the History of England to the seventeenth century, and also the Colonial History of America to the year 1789” (ADAMS, Herbert Baxter. *Examination in Mediaeval History In: _____. Study of History in American Colleges and Universities*. Washington: Government Printing Office, 1887, p. 37).

²⁹ “Upon the savage it had worked a transformation. It found him without iron, hunting merely for food and raiment. It put into his hand iron and guns, and made him a hunter for furs with which to purchase the goods

Apesar de tentar manter o estágio de caçador, o indígena foi lançado à condição de mercador ou intermediário. Outrossim, os indígenas que não estabeleciam contato ficavam a mercê dos indígenas armados, o que tornou, na lógica turneriana, todos os indígenas dependentes dos suprimentos do “homem branco”, um avanço civilizador no Oeste americano³⁰.

O comércio de peles seria, nestes termos, a “força transformadora” na sociedade. Os indígenas, caçadores originais, foram seguidos posteriormente por outros exploradores e comerciantes; em seguida, após a queda dos lucros das peles, a pecuária ganhou espaço, seguida pela agricultura e, por fim, pela manufatura. O comércio foi, em última análise, o esteio da civilização: “O comerciante foi o decalcador do fazendeiro em algumas das regiões mais ricas do continente. Tanto favoravelmente quanto desfavoravelmente, a influência do comércio indígena no assentamento foi muito grande”³¹.

O olhar civilizatório em relação ao indígena, i.e., ao outro, não era um apanágio tão somente de séculos de contato com as populações nativas em solo americano. É preciso recobrar o apreço genuíno nutrido pelas instituições progressistas de ensino superior nos Estados Unidos quanto ao modelo de erudição e dos seminários alemães, e seu posterior impacto na formação dos intelectuais americanos. Dentre essas, o desenvolvimento das ideias de superioridade de raça e “destino manifesto” foram certamente fundamentais.

De fato, uma parcela considerável dos historiadores dessa época foi educada na Alemanha com base na História da Alemanha medieval, uma espécie de pré-requisito metodológico para desenvolver qualquer outra pesquisa histórica. Patrick Geary sintetizou bem este pressuposto ao afirmar que

Os historiadores americanos, de Adams em diante, estavam mais interessados em usar aspectos do passado alemão, como os aspectos desenvolvidos pelos medievalistas alemães, como modelos explanatórios para a História Americana [i.e., dos Estados Unidos] do que em chegar aos termos com a História alemã *per se* [...] Os historiadores americanos voltavam-se para Alemanha no intuito de

of civilization” (TURNER, Frederick Jackson. *Effects of the Trading Post In: _____. The character and influence of the indian trade in Wisconsin*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1891, p.68).

³⁰ *Ibid.*, pp.68-69.

³¹ “The trader was the farmer's pathfinder into some of the richest regions of the continent. Both favorably and unfavorably the influence of the Indian trade on settlement was very great” (*Ibid.*, p.70).

descobrir as ferramentas intelectuais e as bases institucionais com as quais criariam sua própria história³².

Sobre as razões teleológicas, como exposto por George Huntston Williams em meados do século passado, cito o “modelo hebraico”, a saber, uma espécie de nostalgia idealizada da fronteira Oeste. Assim, a experiência no limite seria o equivalente dos quarenta anos dos hebreus no Egito e Palestina³³. Levado a cabo pelos Pais da Igreja e pelos ascetas medievais, mas, neste caso específico, também incorporado pelos anabatistas no período da Reforma, o “deserto” americano seria não apenas um espaço de confronto: nesse local os homens se fazem homens³⁴.

Tal junção de fatores encontra antecedentes até mesmo em Thomas Jefferson (1743-1826), estudioso da língua anglo-saxônica e considerado um dos pais fundadores dos Estados Unidos. Ele e outros pensadores americanos estavam imersos tanto no mito da democracia anglo-saxônica quanto nos elementos bíblicos que poderiam apontar os americanos como “povo eleito”. Sob este olhar, o passado germânico, expresso nas leis e crônicas medievais, prefigurava as ambições democráticas que tais homens imaginavam para os Estados Unidos. Jefferson se sentia em tamanho débito com seus antepassados da Germania que planejou inserir Hengist e Horsa³⁵ no grande selo da nova república, sem ignorar, porém, alguns elementos bíblicos, formando assim um curioso amálgama:

Senhor Jefferson propôs os filhos de Israel no deserto, liderados por uma nuvem de dia e um pilar de fogo durante a noite; do outro lado, Hengist e Horsa, os chefes saxões, de quem nós reclamamos a honra de sermos descendentes e de quem assumimos os princípios políticos e as formas de governo³⁶.

³² “American historians from Adams on were more interested in using aspects of the German past as developed by German medievalists as explanatory models for American history than to come to terms with German history *per se* [...] American historians turned to Germany in order to discover the intellectual tools and institutional basis with which to create their own history” (GEARY, Patrick. *Medieval Germany in America In: _____. Medieval Germany in American*. With commentaries of Otto Gerhard Oexle. Washington: German Historical Institute, 1996, pp. 18 e pp. 20-21).

³³ WILLIAMS, George Huntston. *Wilderness and Paradise in Christian Thought*. New York: Harper & Brothers, 1962, pp. 98-137.

³⁴ WHITE, Lynn. The legacy of the Middle Ages in the American wild West, *Speculum* (40, april), 1965, pp. 192-193.

³⁵ Conforme a *História Eclesiástica do povo inglês (Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum, c.731)*, escrita por Beda, o Venerável (c.672-735), Hengist e Horsa teriam sido dois líderes anglo-saxões convidados pelo rei britânico Vortigern em c.450 para lutar contra os pictos e escotos após a saída romana das ilhas britânicas. Porém, o efeito do convite foi nefasto, pois provocou a invasão por parte dos anglos e saxões (BEDA VENERABILIS. *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I, 15).

³⁶ “Mr. Jefferson proposed. The Children of Israel in the Wilderness, led by a Cloud by day, and a Pillar of Fire by night, and on the other Side Hengist and Horsa, the Saxon Chiefs, from whom We claim the Honour of being descended and whose Political Principles and Form of Government We have assumed” (JOHN ADAMS. *Letter from John Adams to Abigail Adams, 14 August 1776* [electronic edition]. Adams Family Papers: An Electronic Archive. Massachusetts Historical Society. <http://www.masshist.org/digitaladams/>).

A fusão de elementos uniu, assim, os “heróis saxões” – curiosamente considerados como vilões pelos autores medievais³⁷ – ao pilar de fogo e a nuvem que guiaram o povo escolhido até a Terra Prometida (Ex 13, 21-22)³⁸, numa analogia mais que explícita proposta por este político quanto às pretensas heranças americanas.

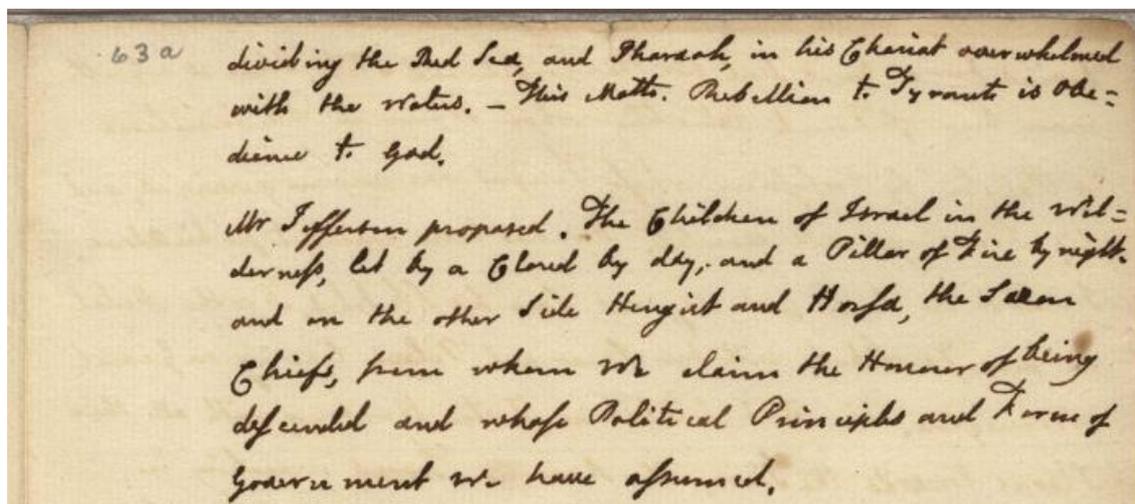


Imagem 1: Carta de John Adams (1735-1826), primeiro vice-presidente americano e segundo presidente dos EUA para Abigail Adams (1744-1818), esposa deste, enviada em 14 de Agosto de 1776. Nota-se a caligrafia acurada, legível e precisa do estadista estadunidense. **Fonte:** The Massachusetts Historical Society (2014).

Deste modo, Adams foi apoiado por parte da tradição democrática americana além da escola historiográfica da Nova Inglaterra, ambas formadas por puritanos e pelos principais formadores de opinião do país; ele tentou, a partir dessas bases, fazer incorporar na proposta educacional do governo a ideia de uma “terra prometida” para o “povo eleito”, a saber, os americanos, probos e capazes pelas características de seus ancestrais e pela vontade divina. O contato com o Oeste, assim, só fomentaria e desnudaria as características inatas dos germânicos e da Providência. Eis, portanto, como já esboçado outrora pelo próprio Herbert Baxter Adams – conquanto tenha citado Green, um autor inglês –, a defesa da ideia de raça (*gens*) superior dos americanos, herdeiros dos ingleses.

³⁷ Gildas (c.516-570), monge da Britania, escreveu na obra *De Excidio et Conquestu Britanniae* (*A Ruína e a Conquista da Britania*, c.545) que os anglos e saxões foram convidados por Vortigern, rei britânico, mas não nomeou os líderes dos germânicos (GILDAS. *De Excidio et Conquestu Britanniae*, II, 23). Beda, o Venerável, por sua vez, foi o primeiro autor medieval a propor nomes para os chefes dos povos que “invadiram” a Britania (cf. nota 29).

³⁸ “E Iahweh ia adiante deles, de dia numa coluna de nuvem, para lhes mostrar o caminho, e de noite uma coluna de fogo, para os alumiar, a fim de que caminhassem de dia e de noite. Nunca se retirou de diante do povo a coluna de nuvem durante o dia, nem a coluna de fogo, durante a noite” (Ex 13, 21-22 *In: BÍBLIA DE JERUSALÉM*. São Paulo: Paulus, 2002. Edição online).

As conexões acadêmicas entre ingleses e germânicos na primeira metade do século XIX por fins políticos não são de difícil identificação. Até 1837 os reis da Inglaterra também foram duques e, posteriormente, reis de Hannover. A maior parte dos eruditos ingleses via a si mesmos como descendentes dos anglo-saxões, que teriam migrado da atual Alemanha para as ilhas britânicas nos séculos V e VI. Nesta ideia, os germânicos seriam heroicos lutadores pela liberdade, pois escaparam das garras dos romanos e empurraram os celtas britânicos para fora da ínsula. O principal defensor desta hipótese foi, como exposto outrora, Freeman, Professor Régio de História Moderna em Oxford³⁹.

A ideia central de Freeman, estudioso principalmente da Conquista Normanda (1066), mas que também dedicou seus esforços aos séculos V e VI, tentava dar força ao aspecto racial. “Ao reforçar as virtudes dos povos germânicos e as fraquezas dos oponentes celtas e romanos, ele fez da raça o assunto principal para a leitura da Queda de Roma”⁴⁰.

A superioridade dos saxões poderia ser demonstrada pelo papel de domínio global que a Inglaterra exercia no período. Como demonstrei num artigo sobre a reincorporação da palavra e do ideário *viking* na Inglaterra do século XIX, a identidade britânica precisou ser reformulada neste período para que fosse capaz de abarcar todo império, ou ao menos seus súditos mais caros, i.e., insulares. Para tanto, por exemplo, elementos escandinavos foram reclamados como parte integrante do que deu origem aos ingleses⁴¹.

Charles Kingsley, em suas memórias publicadas em 1890, mas redigidas c. 1850-1851, ao defender a unidade da Igreja do reino, “Eu digo que a Igreja da Inglaterra é maravilhosamente e misteriosamente assentada para a alma da raça livre nórdico-saxã, para homens cujos ancestrais lutaram pelo lado de Odin e sobre quem uma descendente de Odin agora governa”⁴².

Sem dúvidas, o argumento de Kingsley era religioso e político. A defesa de uma “raça” nórdico-saxã e da rainha com sangue “viking” refletem a tendência vitoriana e

³⁹ WOOD, Ian N. National Arguments over the Fall of Rome. Conferência. *Networks & Neighbours Symposium 2014*, 3th-4th April. Curitiba, Paraná – Brazil. Agradeço ao Prof. Ian Wood por gentilmente ter cedido o texto da conferência.

⁴⁰ WOOD, *op.cit.*, nota 33.

⁴¹ BIRRO, Renan M. O problema da temporalidade para os estudos da Europa Nórdica: a “Era Viking”, *NEArco – Revista Eletrônica de Antiguidade* (01), 2013, pp. 238-239.

⁴² I say that the Church of England is wonderfully and mysteriously fitted for the souls of a free Norse-Saxon race; for men whose ancestors fought by the side of Odin, over whom a descendant of Odin now rules (KINGSLEY, Charles. Chapter VIII In: _____. *Charles Kingsley: his letters and memories of his life*. Vol. 1. Londres: Macmilland and Co., 1910, p. 203.).

imperial de incorporar valores vinculados aos “reis dos mares” (escandinavos), mais adequados para o caráter expansionista da política britânica: intrepidez, colonos pioneiros, excelentes navegadores, democratas primitivos, amantes da poesia⁴³.

Os americanos, por sua vez, viviam uma dupla ambivalência. Por um lado estavam desejosos de vincularem-se não ao sucesso imperial, mas da raça anglo-saxônica⁴⁴; Portanto, era preciso forjar uma identidade autônoma da antiga metrópole, mas com algum elemento que ligava esses habitantes do Novo Mundo aos bravos conquistadores das Ilhas Britânicas na aurora da Idade Média.

No caso de Allen e Adams, percebe-se um salto direto aos antigos saxões em vez de uma aproximação dos escandinavos, como elaborado pelos ingleses: os saxões foram igualmente valentes, democratas natos e exploradores de regiões “selvagens”, atributos que estavam de acordo com a experiência no Oeste.

Além disso, o seio da erudição inglesa dispunha de leituras dissonantes que atraíram a atenção dos acadêmicos americanos. Freeman, um historiador *quasi* não-universitário⁴⁵, arquiteto e político liberal, propunha a existência de “três lares” para os ingleses: a “Velha Inglaterra” nas florestas germânicas, a “Média Inglaterra” das Ilhas e a “Nova Inglaterra” a partir dos assentamentos americanos dos séculos XVI e XVII. Seriam três lares, mas uma única raça: a raça inglesa. A segunda viagem pelo Atlântico, isto é, da Inglaterra para o Novo Mundo, era uma viagem no tempo. Reunidos em pequenos assentamentos na selvageria fronteira do desconhecido, os imigrantes teriam encontrado, na visão de Freeman, um ambiente idêntico ao dos antepassados ingleses do século V⁴⁶.

Como é possível notar, a discussão sobre fronteiras no século XIX, principalmente no círculo acadêmico de Turner, mas também no meio europeu, tocava diretamente a

⁴³ PARKER, Joanne. The Dragon and the Raven: Saxons, Danes and the Problem of defining National Character in Victorian England, *European Journal of English Studies* 13 (5). London: Routledge, 2009, p. 257-275; WAWN, Andrew. Of Stockfish and Saga In: _____. *The Vikings and the Victorians: inventing the Old North in 19th-century Britain*. Cambridge: Boydell & Brewer, 2002, p. 4.

⁴⁴ Nas palavras de Edward N. Saveth, os historiadores americanos no final do séc. XIX dividiam uma herança protestante de classe alta e classe média; “Eles tinham também um grande respeito pela tradição inglesa” (“They had, too, no small respect for English tradition”. SAVETH, Edward N. *Trends in Late Nineteenth Century American Historiography: The theory of teutonic origins* In: _____. *American historians and European immigrants, 1875-1925*. New York: Columbia University Press, 1948, p. 13); Para mais informações sobre o ideário germânico da Inglaterra vitoriana, ver: BIRRO, *op. cit.*, p. 239-241, nota 41.

⁴⁵ Como exposto outrora, Freeman exerceu a docência em Oxford por poucos anos; sua carreira como historiador foi consolidada, assim, por seu variado campo de atuação, status político e sua hipótese central sobre os saxões.

⁴⁶ FREEMAN, Edward Augustus. The second voyage and the third home In: _____. *Lectures to American audiences*. Philadelphia: Porter & Coates, 1882, pp. 169-203.

questão da raça. Por conseguinte, será preciso um breve panorama desta ideia, chamada atualmente como “teoria do germe germânico”⁴⁷, antes de prosseguir para a revisão de Turner.

Para entender a teoria do germe germânico na América, é preciso lançar um breve olhar para a sociedade americana em finais do século XIX. Os imigrantes fluíram para os Estados Unidos, e tal movimento não foi ignorado pelos historiadores daquele tempo. Diferentes nos costumes e aparência, eles não dividiram a experiência do “deserto” dos primeiros imigrantes ingleses, o que, *a priori*, os colocava numa situação inferior em termos de moral. Deste modo, os “forasteiros” foram depreciados⁴⁸.

Ademais, o incremento da imigração foi acompanhado pela crescente industrialização; esta, por sua vez, impulsionou a urbanização, os cortiços, a pobreza, a corrupção no governo e o conflito de classes. Para o imaginário popular em época e até mesmo entre alguns eruditos, os males cresceram conforme a homogeneidade étnica americana declinava⁴⁹. No bojo da questão, ao analisar a ideologia nórdica na Europa, Horst Junginger e Andreas Åkerlund perceberam que

Muito antes do advento do fascismo, uma abundância de mitos e ilusões conectados com o Norte floresceu sobre toda Europa em vários ramos, da arte ao turismo, passando pelas vendas promocionais, não excedendo aos efeitos adversos. Mas é evidente que depressões econômicas e políticas, sem falar do período caótico subsequente aos conflitos militares, inevitavelmente geravam prejuízos derogatórios de todos os tipos e reforçando a tendência em direção a encapsulamentos agressivos ou até mesmo odiosos contra outros⁵⁰.

Ainda que o período de crise econômica alarmante tivesse que esperar a Grande Crise de 29 e o conflito militar da segunda década do século XX, o contato entre novos

⁴⁷ Há outros termos, como “teoria do germe teutônico”, “teoria das origens teutônicas”, “teutonismo” ou ainda “anglosaxonismo”, ainda que as ideias sejam basicamente as mesmas.

⁴⁸ SAVETH, *op. cit.*, pp. 13-14, nota 44.

⁴⁹ SAVETH, *op. cit.*, p. 14, nota 44.

⁵⁰ “Well before the advent of fascism, plenty of myths and illusions connected with the North flourished all over Europe in various branches of the arts as well as in tourism and sales promotion without exceedingly adverse effects. But it is quite evident that economic and political depressions, not to speak of the chaotic aftermath subsequent to military conflicts, inevitably generate derogatory prejudices of all sorts and reinforce the tendency towards aggressive encapsulations or even hatred against others”(ÅKERLUND, Andreas & JUNGINGER, Horst. Introduction: Nordic Ideology, Religion and Scholarship *In: _____*. (eds.). *Nordic Ideology between Religion and Scholarship*. Frankfurt: Peter Lang, 2013, p. 3).

imigrantes de origem não-inglesa e os antigos assentados vindos da terra da rainha no final do século XIX certamente gerava desconforto, descontentamento e reações diversas.

Em certa medida, havia um ideário (ou “senso comum”) entre os historiadores americanos que os Estados Unidos era um país essencialmente anglo-saxão, como exposto na primeira parte deste texto. Logo, deveria permanecer como tal. Na visão desses homens, os distúrbios causados por questões trabalhistas e conflitos de classe não diziam respeito aos americanos, mas aos problemas europeus trazidos pelos imigrantes.

O cenário se tornou ainda pior após a teoria populacional de Francis Amasa Walker (1840-1897)⁵¹, que alcançou sucesso naquele tempo, afirmava que a imigração servia apenas para diminuir a taxa de natalidade e não constituíam ganhos para a nação: o influxo de novos habitantes fomentava o aumento da criminalidade e dos males políticos e sociais⁵²:

A entrada dessa vasta massa de camponeses em nossa vida política, social e industrial degradam nossas melhores concepções; é uma matéria na qual nenhum patriota inteligente pode olhar sem as mais graves apreensão e alarme [...] Eles não tem nenhum dos instintos herdados e tendências que os fazem comparativamente fáceis de lidar, como com os imigrantes dos antigos tempos. Eles são homens derrotados de raças derrotadas⁵³.

Esta corrente não era única, mas majoritária. Simultaneamente, a erudição europeia ajudou a influenciar a historiografia americana com o Darwinismo social. A partir dele, os países com “origens arianas” – neste caso, saxãs –, graças à trajetória histórica bem sucedida, provariam sua superioridade biológica e científica, assim como de suas instituições.

Outra corrente expressiva, ainda que minoritária, era representada por Josiah Strong (1847-1916), clérigo influente do movimento Evangelho Social americano e criador de uma curiosa fusão do darwinismo social e teologia. Seu impacto não pode ser

⁵¹ **Francis Amasa Walker** (1840-1897) tornou-se famoso pela teoria do fundo salarial, i.e., que tornou radical a noção de obrigação entre empregador e empregado. Tal ideia pressagiou os desdobramentos posteriores de economistas neoclássicos e institucionalistas (Walker, Francis Amasa *In: INGLIS PALGRAVE, R.H. (Ed.). Dictionary of Political Economy. Vol.3. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp.649-650*).

⁵² SAVETH, *op. cit.*, p. 15, nota 44.

⁵³ “The entrance into our political, social, and industrial life of such vast masses of peasantry, degraded below our utmost conceptions, is a matter which no intelligent patriot can look upon without the gravest apprehension and alarm [...] They have none of the inherited instincts and tendencies which made it comparatively easy to deal with the immigration of the olden time. They are beaten men from beaten races” (WALKER, Francis A. Restriction of Immigrants, *The Atlantic Monthly* 77 (464), Jun 1896, pp.822-829).

minimizado: ele era amigo do presidente Theodore Roosevelt e secretário geral da Aliança Evangélica, uma coalização de grupos missionários protestantes.

As ideias de Strong estão expressas em sua obra mais famosa, intitulada *Nosso País: sua possibilidade futura e a crise presente* (1885), escrita poucos anos após a *Da Origem das Espécies* de Darwin. Os perigos para a sociedade americana eram vários: os mórmons, o socialismo, a falta de temperância, a riqueza, o “romanismo” (ou catolicismo deturpado pelos italianos...) e a Imigração. As cidades eram, deste ponto de vista, perigosas, pois atraíam não-saxônicos católicos, como irlandeses e italianos, famosos pela bebedeira e por decaírem ao socialismo.

As soluções, desta feita, estavam no cerne das qualidades americanas: “Eu escrevi que as duas grandes necessidades da humanidade, que todos os homens possam ser erguidos para as luzes da mais alta civilização cristã, são: primeiro, um cristianismo puro e espiritual, e segundo, a liberdade civil” (STRONG, 1891, online). Daqueles que dispunham destas características, os estadunidenses representavam a imensa maioria, estatística que demonstraria o sucesso desta estirpe humana (1891, online). A liberdade civil seria o elemento que diferenciaria os americanos frente aos ingleses, saxões de além-mar, e colocaria os primeiros em uma situação privilegiada tanto no aspecto religioso quanto político.

Ademais, apoiado em Darwin, Strong evocou o vigor do povo anglo-saxão, i.e., grupo mais energético, incansável e corajoso entre todos os europeus que emigraram. Por sua vez, com base em Richard Rawlinson, um histórico e notório anglossaxonista inglês, o clérigo americano aproveitou a ideia que todos grandes reinos e impérios do passado (egípcios, gregos e romanos) dispunham de sangue misto, assim como os judeus; entre os modernos, o povo com a mistura mais adequada era o anglo-saxão (1891, online)⁵⁴.

Entrementes, apesar dessas ideias e do esforço de William Francis Allen e Herbert Baxter Adams, Turner já era um apaixonado e inveterado defensor da “americanização” e das raízes estadunidenses da democracia. Numa carta para Carl Baxter, o especialista da fronteira expôs a leitura negativa que teve de Herbert Baxter Adams e, conseqüentemente, da leitura deste sobre as origens das instituições americanas:

⁵⁴STRONG, Josiah. Anglo-Saxon Predominance. 1891. Disponível em: <http://xroads.virginia.edu/~drbr/strong.html> Acesso em 03 Agosto de 2015.

“Enquanto eu estava ali, H.B. Adams disse ao seminário [...] que a história institucional americana tinha sido bem feita. Que seria melhor que nós nos voltássemos às instituições europeias. [Deste modo], a [tese da] fronteira foi praticamente uma reação derivada da minha indignação”⁵⁵.

Indignação, entenda-se, quanto às raízes germânicas e medievais dos pressupostos que nutriam a ideia de ser americano. Para ele, propor tal ideia era um contrassenso das interações culturais, geográficas e das pré-disposições biológicas que a fronteira americana oferecia para catalisar o melhor que havia no americano.

Tal ideia pode ser percebida de maneira mais clara logo no início do clássico *The Significance of the Frontier in American History* (*O Significado da Fronteira na História americana*, 1891). Para Turner, “Muita atenção tem sido dedicada pelos estudantes institucionais às origens germânicas, mas pouco para os fatores americanos. A fronteira é a linha de mais rápida e efetiva americanização. O lugar onde o selvagem comanda o colono”⁵⁶.

Mas este contato não era unilateral, pois “pouco a pouco, ele [o colono] transforma o lugar selvagem, mas o produto não é a antiga Europa, não apenas o desenvolvimento dos germes germânicos”, isto é, “um caso de reversão para a marca germânica”⁵⁷.

Antes de adentrar a questão biológica, outro elemento que não pode nem deve ser negligenciado é a experiência de vida do autor. Turner nasceu em Portage, Wisconsin. Como seu pai tinha um jornal local, dispunha de uma visão holística da comunidade. Ao descrevê-la numa carta autobiográfica, ele afirmou que

Uma mistura de jangadeiros dos “pinheirais” (a “estrada do pinheiral” corria pela minha porta), de irlandeses [...], de imigrantes pomeranos [...], dos escoceses [...]; de galeses (com a “Cúmbria” adjacente); com germânicos, alguns deles com formação universitária [...]; de Yankes de Vermont, Maine e Connecticut. Principalmente Yankes de Nova York, [mas também] de sulistas (relativamente poucos); alguns negros; muitos noruegueses e suíços, alguns ingleses, e um ou dois italianos [...] Meus colegas de escola eram de todas essas classes e nacionalidades variadas, e nós fomos colocados juntos nesta sociedade em formação⁵⁸.

⁵⁵ “H.B. Adams told the seminary [...] while I was there, that American institutional history had been well done. That we would better turn next to European institutions. The frontier [thesis] was pretty much a reaction from that due to my indignation” (TURNER, Frederick Jackson. Letter to Carl L. Becker, 16 December 1925. *Frederick Jackson Turner Papers*, Henry E. Huntington Library, Box 34).

⁵⁶ TURNER, Frederick Jackson. *The Significance of the Frontier in American History In: _____. The Frontier in American History*. New York: Henry Holt & Company, 1920, p. 3-4.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 5.

⁵⁸ “a mixture of raftsmen from the ‘pinerias,’ – (the ‘pinery road’ ran by my door), of Irish [...], Pomeranian immigrants [...] of Scotch [...] of Welsh (with ‘Cambria’ adjacent); with Germans some of them university-trained [...]; of Yankees from Vermont and Maine and Conn. Chiefly, of New York-Yankees, of

Ao considerar esta experiência, o estudioso da fronteira americana não conseguiu ignorar como a experiência de múltiplas culturas propiciou, como expresso no final do excerto, a possibilidade de estabelecer uma sociedade compósita e afinada em suas diferenças.

Dois elementos são, portanto, interessantes para a teoria de Turner. Primeiro, a situação do Estado de Wisconsin, como local de assentamento de diversos grupos de imigrantes, o que aponta para uma população extremamente diversificada e um olhar diferenciado. Segundo, Turner via Portage, não mais uma cidade fronteira, como a América de Tom Sawyer, plena em índios, ribeirinhos e madeireiros, homens que iam e vinham, compartilhando experiências e memórias⁵⁹.

Apesar da negação aos mestres, alguns elementos permaneceram bastante influentes na teoria de fronteira turneriana. Treinado por Allen na ideia de evolução material e cultural do darwinismo social, é possível notar a manutenção do conceito de progresso institucional fomentada por seus mestres; Noutra carta enviada para Carl Baxter, Turner afirmou que Allen era quase um *daemon* em seu ofício: “Allen tem sempre olhado sobre meu ombro e afetado minha consciência histórica”⁶⁰. Todavia, o ambiente “vazio” e “selvagem” propiciaria, para Turner, o olhar do passado recente americano num viés à revelia de Baxter Adams e Allen, mais preocupados com a busca das origens das instituições americanas no passado saxão.

Outro elemento interessante e que rompeu, em certa medida, com a perspectiva acadêmica alemã vigente, foi o reconhecimento que uma experiência direta com o objeto compeliu não apenas o interesse, mas o trabalho de Turner. “A fronteira foi real para mim”, disse ele muitos anos depois para Carl Baxter, “e quanto eu estudei História, eu não deixei minhas experiências pessoais num compartimento separado de meus estudos”⁶¹.

Southerners (a few relatively); a few negroes; many Norwegians and Swiss, some Englishmen, and one or two Italians [...] My school fellows were from all these varied classes and nationalities, and we all ‘got on together’ in this forming [...] society [...]” (SKINNER, C. S. Turner Autobiographic Letter, *The Wisconsin Magazine of History* (19, September), 1935, pp. 101-102).

⁵⁹ RIDGE, Martin. Introduction In: TURNER, Frederick Jackson. *History, Frontier and Section: three essays by Frederick Jackson Turner*. Albuquerque: University of New Mexico, 1993, pp.3-4.

⁶⁰ “Allen has always looked over my shoulder and stirred my historical conscience” (TURNER, Frederick Jackson. Letter to Carl L. Becker, 26 October 1920. *Frederick Jackson Turner Papers*, Henry E. Huntington Library, Box 34).

⁶¹ “The frontier was real to me, and when I studies history I did not keep my personal experiences in a watertight compartment away from my studies” (TURNER, Frederick Jackson. Letter to Carl L. Becker, 16 December 1925. *Frederick Jackson Turner Papers*, Henry E. Huntington Library, Box 34).

É preciso lembrar que a tese de Turner não serviu tão somente para o significado da fronteira, mas da História por si, nacional e importante para moldar as ideias do “ser americano” e dos Estados Unidos enquanto nação. Ela também foi uma importante, porém relativa, quebra de paradigma em relação ao primado histórico que servia como ossatura das pesquisas históricas no país.

Para Turner, o rápido desenvolvimento proporcionado pelo “deserto” americano levaria ainda, em última análise, o desdobrar de outras instituições, diferenciadas do caso europeu e saxão, além do desabrochar da americanidade e de um novo modelo de sociedade, bastante diverso daquele experimentado pelos pretensos antepassados dos estadunidenses.

As mudanças ocorridas entre os caçadores indígenas em contato com os entrepostos dos colonos na América seria a prova irrefutável do avanço civilizatório, necessário na relação com o outro. Desta feita, ao estabelecer sua agenda e a de seus mestres, o paradigma científico vigente, de cunho darwinista, poderia ser estendido para toda a sociedade americana com claros fins explicativos. Era preciso, portanto, estudar a sociedade como um organismo, i.e., os processos gerais que moldam e desenvolvem determinado contexto social, no intuito de abarcar toda a nação e transformar a história americana para além da abordagem puramente política⁶².

Se o impacto da teoria de fronteira de Turner não pode ser evitado, certamente um olhar sobre seu contexto de criação permite valorizar uma visão formativa holística da História, que leve em consideração o passado Antigo e Medieval nos projetos de construção dos Estados-Nações do século XIX e dos primeiros passos da História enquanto ciência.

Como tentei demonstrar brevemente, um conhecimento ao menos instrumental desse passado faz-se necessário, pois permeou a sociedade americana e os círculos intelectuais de dois continentes ao menos, preocupados tanto na legitimação dos países após as rupturas de finais do século XVIII até meados do século XIX.

Apesar da inovação proposta por Turner, ele era um filho de seu tempo, razão pela qual eu evoquei a “relativa ruptura”; se a teoria da fronteira americana melhor integra os diferentes grupos que compunham o Oeste “selvagem”, seria a evolução orgânica da sociedade para um modelo civilizador que demarcaria a formação de uma “raça mista”,

⁶² CRONON, *op. cit.*, p. 82, nota 11.

que serviria como emulsão integradora dos imigrantes de diferentes origens⁶³, diferente das leituras de Walker e Strong, por exemplo.

O indígena, evocado aqui e ali em seu ensaio mais famoso quando comparada à tese publicada pouco antes e menos conhecida, recebeu menos atenção no processo de integração e composição da sociedade americana. Ora tomado como aliado, ora como inimigo, como impulsionador do comércio ou receptáculo da civilização, o indígena, talvez de maneira deliberada, talvez inconscientemente, perdeu prestígio nesta explicação histórica de fundo imemorial, um profundo incômodo ao considerar o paradigma alemão incorporado pelos acadêmicos americanos. Se o saxão era naturalmente forte pelo contato com a selvageria da Floresta Negra, deturpado na passagem inglesa para florescer novamente em solo americano, como diminuir o status das populações nativas da América?

Os povos indígenas, assim, se tornaram um incômodo explicativo por ser o elemento humano nativo nos Estados Unidos. Para Turner, a terra livre, condição *sine qua non* para o desenvolvimento da democracia americana em vez das qualidades inatas germânicas, exigia que os europeus brancos e americanos fossem dispostos como mais legítimos habitantes das terras do que os indígenas, além de ofertar um modo de vida verdadeiramente americano⁶⁴.

A paulatina solução foi ocultar os nativos e manter, de forma sub-reptícia, o elemento racial nas explicações históricas americanas sob uma nova perspectiva. Se a fronteira seria o poderoso amálgama de diferentes povos, capazes de trazer suas contribuições e ajudar na criação da democracia americana, os indígenas seriam o fiel da balança do individualismo, elemento também essencial para os fundamentos democráticos americanos. Eles seriam, nestes termos, a oposição na linha que separa civilização e barbárie, uma distinção que abarcava não apenas a esfera social, mas também racial. Em suma, indígena deixou de ser visto como um homem para se tornar um símbolo⁶⁵.

⁶³ TURNER, Frederick Jackson. The Significance of the Frontier in American History In: AMERICAN HISTORICAL ASSOCIATION. *Annual Report of the American Historical Association for the Year 1893*. Washington: Government Printing Office, 1894, p.216.

⁶⁴ WRIGHT, Will. Removing the Indians In: _____. *The Wild West: the Mythical Cowboy and Social Theory*. London: Sage, 2001, pp.161-162.

⁶⁵ *Ibid.*, 162-163; CROOKS, Robert. From the Far side of the Urban Frontier: the detective fiction of Chester Himes and Walter Mosley In: MYRSIADES, Kostas & MYRSIADES, Linda (Eds.). *Race-ing Representation: Voice, History, and Sexuality*. Lanham: Rowman & Littlefield, 1998, pp.175-198 (pp.176-177).

A teoria de fronteira turneriana, portanto, ocultou em si uma hipótese explicativa que inseriu as novas levas de imigrantes europeus nos Estados Unidos, parte integral da experiência de vida do historiador de Portage, Wisconsin. Contudo, tal olhar não era abrangente o suficiente para assumir também um papel mais central do indígena na História americana e manteve, no ponto cego de Turner, a discussão racial que ele aparentemente evitou a todo custo.

A QUESTÃO DO ACRE E A SOLUÇÃO NACIONAL DE RUI BARBOSA

Felipe Rabelo Couto¹
Cefet/RJ – *Campus Valença*

Resumo: A questão do Acre, entre 1899 e 1901, mobilizou a política externa brasileira da Primeira República. Rui Barbosa atuou através do jornal *A Imprensa* (1899-1901) em favor dos direitos do Brasil sobre a região. Em sua reflexão e ação, Rui expressou uma expectativa, existente na sociedade brasileira, a respeito de como deveria se processar a política externa do país: resguardando o interesse nacional, que englobava, prioritariamente, a salvaguarda da soberania e do elemento gerador de maior identidade no nacionalismo brasileiro, o caráter monumental de seu território. À solução dada por Rio Branco à questão do Acre, em 1903, através do Tratado de Petrópolis, portanto, antecedeu um amplo debate público sobre um tema de política externa, a questão do Acre, que o Barão teve que considerar no processo de decisão política.

Palavras-chave: Acre. Rui Barbosa. Política Externa.

THE ACREAN ISSUE AND THE NATIONAL SOLUTION OF RUI BARBOSA

Abstract: The issue of Acre, between 1899 and 1901, mobilized Brazilian foreign policy of the First Republic. Rui Barbosa served by *A Imprensa* newspaper (1899-1901) worked for the rights of Brazil over the region. In his reflection and action, Rui expressed an expectation, existing in Brazilian society, about how should be the country foreign policy: protecting the national interest, which included primarily safeguarding the sovereignty and identity largest generator element in Brazilian nationalism, the monumental character of its territory. The solution given by Rio Branco to the issue of Acre in 1903, through the Treaty of Petrópolis, therefore, was predated by a broad public debate on an issue of foreign policy, the issue of Acre, which the Baron had to be consider in the policy-making process.

Keywords: Acre. Rui Barbosa, Foreign Policy.

A questão do Acre

Entre 1902 e 1912 o Brasil figurou de maneira ativa no cenário internacional. A busca por uma supremacia compartilhada na área sul-americana, o restabelecimento de seu prestígio internacional, a inviolabilidade de sua soberania, a defesa da agroexportação

¹ Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do quadro permanente do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – Cefet/RJ *Campus Valença*. E-mails: felipe.couto@cefet-rj.br liperabelo@yahoo.com.br

e a definição de seus limites territoriais foram temas dominantes na política exterior do país. A presença em questões internacionais de âmbito mundial ou continental era constante. E ao esboçar uma orientação política na qual a prática e a teoria não se contradiziam, o Brasil consolidou a imagem de agente internacional confiável.²

Ora, o problema da delimitação das fronteiras nacionais ocupou aí um lugar central. É verdade que essa tendência já estava em marcha desde o final do século XIX. As questões de limites dirimidas com Argentina e França, respectivamente, em 1895 e 1899, confirmam a crescente preocupação brasileira com o tema. Mas ela se intensificou nos dez anos após 1902. Nesse intervalo, definiram-se limites com Bolívia (1903), Equador e Guiana Britânica (1904), Venezuela (1905), Guiana Holandesa (1906), Colômbia (1907), Peru e Uruguai (1909), todos por meios pacíficos.

O ajuste de fronteiras com a Bolívia foi o mais difícil. Comparativamente, destoou dos outros. Nele não se tratou apenas da identificação de marcos geográficos. Pelo contrário. Envolveu o Acre, território amplo e rico em borracha. Teve como elemento complicador a ocupação espontânea de um território por uma população a cuja nacionalidade esse não pertencia. Deu azo aos interesses econômicos de um sindicato internacional e trouxe consigo o arripio do imperialismo. Daí a razão de ser da “Questão do Acre”, como ficou conhecida à época.

Desde 1867, Brasil e Bolívia balizavam suas considerações sobre limites no Tratado de Ayacucho, que retomou a linha Madeira-Javari, adotada pelos Tratados de Madrid, em 1750, e de Santo Ildefonso, em 1777. Mas com uma substancial mudança. Nos tratados anteriores, o marco de partida era o ponto equidistante entre a confluência dos rios Guaporé e Madeira e o Amazonas. No Tratado de Ayacucho, o ponto de partida da fronteira foi deslocado para a confluência do Beni com o Madeira, na latitude 10° 20' sul. Uma reta, então, seguiria a encontrar as nascentes do rio Javari. O objetivo, entretanto, permaneceu o mesmo dos dois tratados precedentes: dividir horizontalmente o território entre aqueles dois rios.

O artigo II do Tratado de Ayacucho estipulou da seguinte maneira os limites entre os dois países:

Deste rio [Beni na sua confluência com o Madeira] para o oeste seguirá a fronteira por uma *paralela* tirada da sua margem esquerda na latitude sul 10°20' até encontrar o rio Javari. Se o Javari tiver as suas nascentes

² CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

ao norte daquela *linha leste oeste*, seguirá a fronteira, desde a mesma latitude, por uma *reta* a buscar a origem principal do dito Javari.³

A ressalva evidencia o desconhecimento das coordenadas da nascente do rio Javari. Isso deu ao acordo um caráter ambíguo. A paralela da primeira hipótese poderia ser substituída por uma oblíqua na segunda, caso a nascente do Javari estivesse ao norte dessa mesma paralela. Também poderia tornar-se quebrada em sentido perpendicular, isto é: horizontal pelo paralelo 10°20' até a longitude que se achasse a cabeceira do Javari, e vertical dessa latitude até encontrá-la. É quando surge a pergunta: continuaria verticalmente, ou o demarcador teria que voltar à foz do Beni para recomeçar o seu trabalho, então obliquamente? À época o aspecto obscuro do texto do tratado foi notado, mas a questão ficou em suspenso.⁴

Sendo assim, foi ganhando corpo uma discussão em torno de qual seria a interpretação mais adequada para o Tratado de Ayacucho. O acordo de limites veio a lume com uma redação extremamente ambígua, confusa. O documento foi assinado no calor da Guerra do Paraguai, deixando o interesse estratégico de seduzir a Bolívia eclipsar a necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o Acre, antes que um novo acordo fosse firmado. Isso se refletiu no texto. O cerne dos debates era o artigo II, referido acima, que descrevia a fronteira à altura daquela região. Havia termos demais - *paralela, linha leste-oeste, reta* - para definir uma simples linha de fronteira.⁵

No último terço do século XIX a região do Amazonas ascendeu à vanguarda das regiões de relevância econômica mundial. Da industrialização de produtos de pouco valor agregado, tais como tubos cirúrgicos, botas e sapatos até a descoberta do pneumático, em 1888, e sua consequente aplicação a uma incipiente indústria automobilística, o que se viu foi o aprimoramento contínuo do uso industrial da goma. Tratava-se do *boom* da borracha, que chamaria atenção para o potencial da região.⁶

Diante disso, a partir de 1894, o governo boliviano procurou melhorar suas posições no Acre. Como consequência dessa iniciativa, em 1895, teve lugar o malfadado protocolo Carvalho-Medina. Com apenas dois artigos, o documento dizia o seguinte:

³ Apud. TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1979, v 1, p. 126.

⁴ RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954, pp. 78-79.

⁵ RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1954, p. 78-79.

⁶ TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1979, v. 1.

Ambas as partes adotam como se tivesse praticado pela comissão mista a operação pela qual na demarcação de limites entre o Brasil e o Peru se determinou a nascente do Javari. Esta nascente está, para todos os efeitos, na demarcação entre o Brasil e a Bolívia, situada aos 7°1'17''5 de latitude sul 74°8'27''07 de longitude Greenwich.⁷

O que o protocolo de 1895 propunha era muito simples. Em 1874, Brasil e Peru haviam assinado um tratado de fronteiras. Na oportunidade, uma comissão mista brasileiro-peruana apontou as referidas coordenadas como sendo as da nascente do rio Javari. Portanto, na determinação dos limites entre Brasil e Bolívia, deveria ser adotada a mesma localização, indicada pelo ajuste com o Peru, para a nascente do dito rio, desconhecida à época da assinatura do Tratado de Ayacucho, de 1867. Ou seja, adotava-se a localização 7° 1'17''5 latitude sul.

Nos meios científicos sempre houve dúvidas com relação à exatidão dessas demarcações. O próprio Barão de Tefé, chefe do grupo brasileiro de 1874, assinalou duas posições diferentes em seu diário: uma a 6°59'29; outra a 7°1'17''. Ainda em 1895, Taumaturgo de Azevedo, designado chefe da delegação brasileira para execução do protocolo, alertou para o problema. Notificou ao Ministro Carlos de Carvalho que, caso fossem levadas adiante as ordens que recebia, o Brasil seria duplamente lesado. Sancionaria um erro geográfico em seu próprio território e perderia uma zona explorada e povoada por brasileiros.

Diante disso, houve um impasse. As sugestões de Taumaturgo de Azevedo foram acatadas. O governo brasileiro recuou. O ministro das relações exteriores do Brasil, Carlos de Carvalho, passou uma nota ao ministro boliviano, contendo uma memória sobre o caso das origens do rio Javari; propôs também fosse feita uma verificação em comum da localização da nascente. O passo atrás dado pelo governo brasileiro deixou a execução do protocolo em suspenso.

Em 1898, Carlos de Carvalho foi substituído por Dionísio Cerqueira na pasta das relações exteriores. O novo titular desautorizou a orientação anterior. O caso do Acre, entretanto, havia ganhado notoriedade. O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a Sociedade Nacional de Geografia e o Instituto Politécnico saíram em defesa de Taumaturgo de Azevedo; autoridades reconhecidas como Paula Freitas, Rui Barbosa, Lauro Sodré, Bernardo Sobrinho se posicionaram a favor do demarcador. O Brasil, pelos

⁷ *Apud.* TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1979, p. 174.

seus elementos mais representativos, na imprensa e no Congresso nacional, começou a interessar-se pelo caso do Acre.

O Ministro Dionísio Cerqueira cedeu. Encarregou, então, o Capitão-Tenente Cunha Gomes de realizar a inspeção da nascente do Javari. A nova pesquisa frustrou as expectativas de todos. O relatório de Cunha Gomes descreveu uma diferença de 10° em relação às coordenadas apontadas em 1874, pelo Barão de Tefé. A latitude correta da nascente do Javari era a de 7°11'48''10 e não 7°1'17''5. Mas que importava? Aspirava-se para o Brasil, com o recuo da linha mais para o sul, uma significativa ampliação de seus domínios entre o Madeira e o Javari, incorporando pelo menos parte do Acre. A alteração, mínima, não mudava nada.⁸

Em abril de 1898, Dionísio Cerqueira suspendeu as demarcações. Ficou provada a necessidade de retificação da localização da nascente do Javari. O protocolo de 1895 também ficou obsoleto. Era necessário que as duas partes chegassem a um novo entendimento sobre a execução do Tratado de 1867. Além do mais, de acordo com Dionísio Cerqueira, o Brasil não podia continuar os procedimentos sem obter do Congresso nacional a devida aprovação.

Na Bolívia, desde 1894, delineava-se um plano de exploração de recursos e expansão de soberania sobre o Acre. O projeto orientava-se, inclusive, para o estabelecimento de repartições fiscais. O objetivo era tirar do abandono regiões nas quais seus direitos encontravam-se assentados. A recusa brasileira em prosseguir na execução das demarcações criara um obstáculo a esse desígnio. Sendo assim, o governo boliviano solicitou, ainda em 1898, uma permissão para estabelecer as tais aduanas nas zonas territoriais que caberiam à Bolívia.

O Ministro Dionísio Cerqueira era da opinião que o protocolo de 1895 havia sido assinado sob a hipótese de que a localização da nascente do Javari estava correta. Também asseverava que os trabalhos de uma demarcação são válidos apenas quando corroborados pelos respectivos governos. Baseado nisso, ele mesmo, em abril de 1898, suspendeu as demarcações. Mesmo assim, cedeu à solicitação de Paravicini e consentiu, em outubro, que a Bolívia estabelecesse uma alfândega no Acre.

Qualquer seja a perspectiva, a autorização foi um equívoco. Na solicitação, Paravicini alegou que as alfândegas seriam estabelecidas em territórios inquestionavelmente bolivianos. É verdade que as fronteiras estipuladas pelos tratados de

⁸ TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1979, v. 1, p. 180.

Madrid, de Santo Ildefonso e de Ayacucho deixavam o Acre à república vizinha. Mas os de 1750 e 1777 foram anulados antes do fim do período colonial. E o de 1867 permanecia sem execução, visto que o protocolo de 1895 havia sido anulado pelo de 1898. Do ponto de vista do direito internacional, a fronteira inexistia.

Podemos destacar três momentos cruciais de resistência à presença boliviana. Em 1º de maio de 1899, influentes comerciantes brasileiros da região, insatisfeitos com os empecilhos decorrentes da implantação das alfândegas, repeliram facilmente as autoridades estrangeiras. Depois, a 14 de julho, conforme o governo boliviano insistisse, uma Junta Revolucionária - liderada por Luiz Galvez Rodrigues de Arias -, proclamou o Estado Independente do Acre. O governo brasileiro interferiu e depôs Galvez. Seguiu-se a Expedição Floriano Peixoto, uma tentativa desastrosa de rearticular a resistência. Finalmente, em agosto de 1902, outra vez o Acre foi proclamado independente, tendo Plácido de Castro por líder da insurreição.

Outro foco de resistência local à ação dos bolivianos foi o governo amazonense. Até então, a região do Acre inseria-se na jurisdição daquele Estado. A confirmação do jugo boliviano significaria a perda de numerário oriundo da arrecadação de impostos sobre o comércio da borracha. Assim, autoridades e funcionários do Estado do Amazonas desempenharam um papel importante e deveras complexo. Sem poderem mostrar-se abertamente opostas à atitude do Ministério das Relações Exteriores e do Executivo nacional, procuraram atrapalhar os planos bolivianos.

A Bolívia mostrava-se incapaz de dominar o Acre. Em 1899, havia apenas acabado de iniciar as suas ações e já sofria diversos reveses em função da ação dos revoltosos acreanos. Não demorou até que considerasse meios alternativos à administração direta para tirar proveito do potencial econômico da região. É aí que entra o *Bolivian Syndicate*. Desde o início da ocupação, pululavam rumores sobre o arrendamento do Acre pela Bolívia a investidores estrangeiros, fossem eles os Estados Unidos ou uma empresa comercial de capitais internacionais. Dois anos depois, a cessão dos direitos de exploração do Acre ao sindicato se confirmou.⁹

⁹ TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1979. 2 v. p. 24; BANDEIRA, Luiz Aberto Muniz. “O Barão de Rothchild e a questão do Acre”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. 43 (2): p. 150-169, 2000; BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República*. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 309.; CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008, p. 188.

Da assinatura do Tratado de Ayacucho até o final do ministério de Olinto Magalhães, entre 1898-1902, a interpretação oficial fora sempre pela *oblíqua*. Ou seja, a inteligência dos ministros e diplomatas brasileiros era de que a fronteira deveria ser traçada a partir da confluência dos rios Beni e Mamoré (a nascente do Madeira), na latitude sul 10°20', até encontrar a nascente do Javari. No entanto, admitia-se a possibilidade de a nascente do rio Javari estar ao norte do referido paralelo. Neste caso, a partir da outra possível localização da nascente do Javari, mais ao norte, partiria uma reta até encontrar a nascente do Madeira, na latitude 10°20'.

Tratava-se de uma encruzilhada. O governo brasileiro insistia em afirmar os direitos da Bolívia. O legalismo de Olinto de Magalhães, Ministro das Relações Exteriores, se mostrava ineficiente. Três anos após a eclosão da primeira rebelião acreana contra a presença da Bolívia, o governo Campos Sales (1898-1902) ainda não havia percebido que o problema transcendia o aspecto meramente jurídico. No caso do Acre, manter-se aferrado aos desígnios do Tratado de Ayacucho só fazia trazer mais instabilidade àquela zona fronteiriça.¹⁰

Na capital, a partir de 1899, na imprensa, no Congresso e nos círculos científicos, levantou-se forte oposição à política que o governo Campos Sales e o Ministério das Relações Exteriores aplicavam ao caso do Acre. Diversos setores da sociedade rejeitavam a resignação com o estabelecimento de uma soberania alienígena em território colonizado por brasileiros. Discordavam da interpretação oficial do Tratado de Ayacucho; e, fundamentados nas ambiguidades de seu artigo II, defendiam uma inteligência alternativa, segundo a qual o Acre estaria em território brasileiro.¹¹ Era a tese da *paralela*. Nessa perspectiva a fronteira deveria partir da latitude 10°20', a localização da nascente do Madeira. Daí seguiria no sentido oeste até encontrar a nascente do rio Javari. Note: acreditava-se que a nascente do Javari pudesse estar no paralelo 10°20'. Caso a hipótese não se confirmasse e a nascente do dito rio estivesse ao norte do paralelo, então deveria

¹⁰ A interpretação anterior de Olinto de Magalhães pode ser apreendida deste ofício que enviou em 24 de julho de 1902 ao Barão do Rio Branco, então ministro em Berlim: “Apesar da opinião errada e irrefletidamente sustentada por corporações científicas, na imprensa e até no Congresso Nacional, o território do Acre não é brasileiro. É objeto de litígio entre a Bolívia e o Peru e por isso este já protestou contra o arrendamento. Enquanto esse litígio não for resolvido a favor do Peru, para o Brasil, é território boliviano, em virtude do Tratado de 1867. Não pomos, portanto, em dúvida a soberania da Bolívia”. *Apud*. SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1973.

¹¹ RICARDO, Cassiano. *O Tratado de Petrópolis*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1954, p. 78-79.

ser traçada uma reta vertical, a partir do paralelo 10°20', formando com este um ângulo de 90°, até a correia nascente do rio Javari.

O resultado do embate entre as duas interpretações decretaria o destino do Acre. De acordo com a primeira, a oficial, encampada pelos governos do Império e da República e pelo Ministério das Relações Exteriores, o vasto território entre o Madeira e o Javari pertencia à Bolívia. De outro lado, caso se concordasse com a inteligência alternativa, encampada por Rui Barbosa e diversos setores da sociedade civil, e que, no decorrer dos debates em torno da questão do Acre, foi paulatinamente ganhando força, o Acre seria salvo para o Brasil.

É aqui que entra Rui Barbosa. Ele produziu um numeroso material intelectual relacionado ao problema de fronteiras com a Bolívia. Sobretudo a partir de 1899, quando a questão do Acre foi se configurando como uma crise. Rui emitiu opiniões e interferiu sobre a questão na imprensa, no Congresso e mesmo como representante brasileiro nas negociações do Tratado de Petrópolis, em 1903. A autonomia com que sempre se posicionou em relação ao governo possibilitou-lhe, mesmo quando a solução do litígio já se encaminhava na direção da anexação do Acre, oferecer um contraponto à política oficial. Seu prestígio e sua reconhecida capacidade intelectual deram peso aos posicionamentos que assumiu. E é por isso que a análise de sua atuação no caso do Acre torna-se fundamental para a compreensão de umas das questões mais importantes com a qual se confrontou a política externa republicana.

Já fizemos alusão à forma como a crise ficou conhecida à época: “a questão do Acre”. Isso é significativo de que os homens do período entenderam a situação como um problema; interessa-nos aqui as respostas formuladas por Rui Barbosa. Eficazes ou não elas constituem o todo de um momento histórico sobre o qual a posteridade só se preocupou em reconstruir o discurso oficial. Algumas de suas ideias parecem ter influenciado diretamente os tomadores de decisões e os formadores de políticas para a solução do litígio entre Brasil e Bolívia.

É importante dizer, entretanto, que o grau de influência das ideias de Rui sobre as decisões governamentais não foi um pré-requisito de nossa análise. A recepção, a tomada de posição e a atividade imaginativa presentes em seus discursos em relação à política externa brasileira ao longo do problema acreano detêm valor histórico em si mesmo.¹² É

¹² Para o impacto das ideias de Rui Barbosa sobre o Barão do Rio Branco ver ANDRADE, José H. Fischel de.; LIMOEIRO, Danilo. Rui Barbosa e a política externa brasileira: considerações sobre a questão acreana e o Tratado de Petrópolis (1903). *Revista Brasileira de Política Internacional*. 46 (1): 94-117 [2003].

parte do material histórico resultante da confrontação dos indivíduos com um problema político historicamente localizado.

Partimos do pressuposto de que as ideias de Rui Barbosa funcionaram como articulação dos sistemas de representações, entendidos como racionalidades políticas – no sentido de que o político é também o território de experimento e exploração; elaborações resultantes da busca de um grupo ou um país para construir respostas para aquilo que elas percebem como um problema; o resultado da interação entre a realidade e sua representação.¹³ O problema, nesse caso, era a “questão do Acre”; e as respostas variaram de acordo com os atores históricos envolvidos. Preocupamo-nos com o trabalho de reflexão dos atores históricos sobre a realidade.

Nosso olhar estará voltado para a atuação de Rui no jornal *A Imprensa*. Entre 1899 e 1901, ele publicou ali inúmeros artigos sobre a questão do Acre. O período de existência da folha antecede a chegada de Rio Branco à chefia do Ministério das Relações Exteriores. A história do Barão só irá se confundir com a do Acre no final de 1902. Desde 1899, entretanto, através da *Imprensa*, Rui Barbosa já vinha cobrindo os acontecimentos na fronteira com a Bolívia, emitindo opiniões e fazendo uma campanha aberta pelos direitos do Brasil sobre a região. Isso é representativo de que já havia um debate em curso sobre o Acre, sobretudo a partir de 1899. Sendo assim, acreditamos que os artigos que Rui publicou na *Imprensa*, de certa forma, canalizaram a discussão em torno da questão do Acre que antecedeu a chegada de Rio Branco.

A breve existência da *Imprensa* dividiu-se em duas fases. A primeira foi encerrada em abril de 1900. Após a breve interrupção, a folha foi reorganizada por Ulisses de Carvalho Soares Brandão. Em 1º de agosto daquele mesmo ano a redação foi reaberta. No dia seguinte as publicações foram retomadas. Rui Barbosa, como redator-chefe, inaugurou os serviços. No editorial “Projetos e esperanças”, anunciou com satisfação a

¹³ Desse ponto de vista metodológico, os sistemas de representações, entendidos como racionalidades políticas – no sentido de que o político “é também o território de experimentos e exploração” (p. 61) - emergem como um objeto importante da história política. Tais racionalidades, por seu turno, são elaborações resultantes da busca de um grupo ou um país para “construir respostas para aquilo [...] que elas percebem como um problema” (p. 44). De outro lado, elas advêm da “atividade intelectual decorrente da permanente interação entre a realidade e sua representação” (p. 44). Os objetos da história filosófica do político são, portanto, as “constelações históricas” ou os “nós históricos”. Neste ponto, Rosanvallón evidencia um distanciamento. Uma nova distinção deve, então, ser salientada: a história filosófica do político, ao preocupar-se com o trabalho de reflexão dos atores históricos sobre a realidade, afasta-se da história das mentalidades, que trabalha com a cultura no nível do imperceptível, do irrefletido. ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. Rio de Janeiro: Alameda, 2010. Do mesmo autor: *O liberalismo econômico*. História da ideia de mercado. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Ver também MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

retomada das atividades da *Imprensa*, e indicou que o perfil do jornal permaneceria o mesmo. “Esta fase de nossa vida, que esperamos em Deus se consolidará, assegurando-nos lugar definitivo no jornalismo brasileiro, está de antemão caracterizada na antecedente. Seremos o que fomos”, ele escreveu.¹⁴

A retomada das atividades da folha se deu no momento em que a tensão em torno do Acre recrudescia. A saída de Galvez, em dezembro de 1899, e a reocupação da região por novas forças militares bolivianas no início do ano seguinte, não arrefeceu o espírito de insubordinação local contra os bolivianos. Em março de 1900, os revolucionários publicaram um manifesto afirmando que a resistência “contra as prepotências bolivianas” continuaria; em Manaus, desde julho, falava-se na criação de um corpo expedicionário para dar combate às tropas estrangeiras e ocupar o Acre. Em setembro, a Bolívia enviou mais tropas para garantir o funcionamento das aduanas e a segurança de suas autoridades. Os destacamentos militares compunham um total de quase novecentos soldados, devidamente apetrechados para a guerra. No início de novembro, os preparativos para a expedição anti-boliviana encontravam-se avançados. E o governo estadual já não tinha pudores de esconder sua participação. Um funcionário do fisco amazonense, Rodrigo Carvalho, era o organizador e líder da empreitada. Em dezembro, a expedição, batizada de *Floriano Peixoto*, partiu a bordo do vapor Solimões. Foi unir forças com a resistência dos seringais que, sob a liderança de Gentil Norberto, arvorado em sucessor de Galvez, procurava desestabilizar o ocupante com tocaias nos descampados dos barrancos dos rios e nos varadouros, enquanto aguardava os reforços.

Os artigos que Rui publicou na *Imprensa* nos últimos oito meses de existência da folha, entre 1890 e 1891, terão como objeto de análise prioritariamente essa conjuntura. No ano anterior, houve um intenso debate na imprensa acerca da existência de um plano de arrendamento da região pela Bolívia aos Estados Unidos. Em setembro de 1900, entretanto, a situação ganhou contornos mais dramáticos. Surgiram outros elementos contra a orientação do governo Campos Sales e do Ministro das Relações Exteriores, Olinto de Magalhães, que defendiam os direitos da república vizinha sobre o Acre. Levantava-se não apenas a opinião de Rui Barbosa e de alguns partidários seus, dirigida ao público da capital através dos artigos publicados na *Imprensa*. Os próprios habitantes

¹⁴ *Apud.* LACOMBE, Américo Jacobina. “Prefácio”. In: *Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa*, vol. XXV, 1898, tomo I, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1947, p. XXVII.

da região se rebelavam em oposição à soberania estrangeira que se lhes queria impor. O problema elevou-se à iminência de um choque militar entre o exército boliviano e os revolucionários empenhados em garantir a independência do Acre, proclamada por Galvez a 14 de julho do ano anterior.

O jogo dos protocolos

Quando a *Imprensa* retomou suas atividades, Rui Barbosa afirmou que a orientação do jornal continuaria a mesma. Ele se referia à independência da folha. No que toca ao caso da interpretação da questão Acre, autonomia significava oposição declarada à política externa do governo Campos Sales.

Antes mesmo que findasse o mês da reinauguração da *Imprensa*, Rui voltou a tratar do assunto. Em 29 de agosto de 1900, no artigo “Da Trindade ao Acre” ele comparou a reação patriótica da nação ao assédio britânico à ilha Trindade, em 1895, à letargia diante da investida boliviana sobre o Acre. Os dois casos, embora separados pelo tempo e oferecendo respostas diversas às sucessivas arremetidas estrangeiras, tratavam do mesmo tema, a saber, a ameaça à integridade territorial por forças externas. Segundo Rui, por ocasião da ocupação britânica da Ilha

Vibrava eletrizado o Brasil por um golpe, que lhe desfechara a Europa no oceano, mais de mil quilômetros ao largo das suas costas. A Inglaterra tinha plantado a sua bandeira no cabeço pedregoso da Trindade. Nenhum interesse representava em nosso proveito esse ilhéu estéril, perdido nos mares, para onde a ambição britânica acabava de lançar os olhos, e estender o braço. Árido penhasco, habitado unicamente pela fauna das praias e rochas, nu, desabrigado e abrupto, mal poderia oferecer à cobiça da ocupadora alguns metros de granito para uma estação das suas imensas redes submarinas. Senhores esse penedo remoto e inútil pelos títulos da sucessão portuguesa, cujos direitos ao longínquo ilhote vulcânico datavam de quatrocentos anos, os brasileiros teriam passados talvez outros tantos séculos, sem cogitar no seu domínio sobre aquelas paragens bravias, se a intrusão estrangeira não viesse despertar aqui a sensação de um atentado contra a integridade nacional, ainda que centenas de léguas separassem das nossas praias o rochedo agreste e inóspito, onde as garras do leopardo setentrional acabavam de assentar.

(...) Migalha no vasto patrimônio da nossa herança incalculável, tinha o cunho histórico da nossa propriedade; e tanto bastava para que a subtração nos levantasse, inflamados e trovejantes do sono atual. (...) A *Imprensa* incendiou-se. A tribuna entrou em erupção contínua. Detonou o patriotismo em estampidos.¹⁵

¹⁵ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo IV, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 405-406.

Observou que no caso da invasão britânica da Ilha Trindade não houve apenas otimismo. Também se levantaram vozes mais moderadas. Elas evocavam o poderio bélico da agressora; ponderavam que a Inglaterra, mesmo do outro lado do oceano Atlântico, possuía uma marinha de guerra capaz de transportar e recompor, rapidamente, soldados para combater em qualquer lugar do mundo; e, mesmo assim, o brio patriótico predominou na maior parte da opinião pública. Movimentou, pela causa da ilha, a imprensa e o Congresso.

Em contrapartida, no caso do Acre, a indiferença era a regra geral, posto que se tratasse, sob diversos aspectos, de um caso muito mais grave. Do ponto de vista geográfico, a amputação territorial seria muito maior. Não era o caso de alguns poucos quilômetros de terra à distância de nosso litoral; o Acre, incrustado no interior do Amazonas, possuía superfície superior à de muitos estados da federação. No que toca ao aspecto econômico, o *boom* da borracha devia-se mesmo àquela região, o quartel-general da extração da goma, onde havia a maior concentração de seringueiras; sua perda comprometeria significativamente o balanço das exportações nacionais. E em termos políticos e estratégicos, a situação configurava-se de maneira a favorecer a presença de uma potência imperialista nas franjas do território brasileiro.

Rui avalizou o que era o Acre em relação à ilha Trindade:

Agora, porém, não é nas solidões do pélogo distante que nos atacam, nem o que nos furtam, é um bronco marco de pedra, açoitado pelos ventos. Roubam-nos uma jóia inestimável, engastada na região mais preciosa do território brasileiro. Não é uma colônia de ostras e chibos monteses o que nos arrebatam. São dezenas de milhares de conterrâneos, carne da nossa carne, sangue do sangue nosso, que o estrangeiro pretende subjugar. Não é um estandarte que se desfralda no topo de um alfaque entre o céu e o abismo. São exatores estranhos, que vêm cobrar imposto no solo pátrio, tropas de um estado vizinho, que anexam sem cerimônia aos seus distritos imemorialmente nossos.¹⁶

Considerava os títulos que o Brasil possuía para reclamar o Acre muito superiores aos evocados para a ilha Trindade. O Brasil ocupou a ilha de 1783 a 1793; invocou a primazia do descobrimento e apelou reiteradamente ao princípio do *animus dominandi*. Mas a Inglaterra possuía títulos igualmente convincentes. Por exemplo, a posse em 1700 e a ocupação de 1781 a 1783. De acordo com Rui, portanto, sob um ponto de vista neutro,

¹⁶ *Ibid.* p. 407.

“não faltava matéria para o debate”.¹⁷ O caso do Acre era o oposto. Tudo cooperava favoravelmente para os direitos do Brasil: “a tradição, a posse, os tratados, a nacionalidade estampada no capital, na produção, na massa unânime dos habitantes”.¹⁸ Aliás, nem mesmo a agressora tinha o potencial bélico ou a respeitabilidade britânica. Não se tratava “sequer de uma imposição capaz de assustar-nos. São jactâncias de um fraco, ajudada pelo arдил de seus agentes, e satisfeitas pela negligência dos nossos governos”, ele afirmou, referindo-se à Bolívia.¹⁹

Rui endossava seus pontos de vista com os recursos disponíveis. Serzedelo Correia, senador pelo Pará, havia publicado um livro intitulado *O Acre*, cujo objetivo era defender a ascendência brasileira sobre a região. Rui aproveitou para citar um trecho da obra, no qual Serzedelo afirmou, referindo-se ao Acre, não haver, “nessa região, que sempre esteve na posse do Brasil, um palmo de terra, onde legitimamente possa a Bolívia exercer jurisdição; porquanto ato algum foi praticado, pelo qual, no todo, ou em parte, fosse transferido ao domínio dessa república”.²⁰

Em seguida, denunciou o desprezo do governo Campos Sales pelos títulos brasileiros. Pois, apesar deles,

não tardará muito em fazer dois anos, um ministro daquele estado se empossa nesse território em nome do governo boliviano, cujo pendão hasteia dos barrancos do rio, sob a invocação de um tratado imaginário e de um imaginário assentimento do governo brasileiro.²¹

O “tratado imaginário” era o de 1867. Rui inferia dele que o Acre estava em território brasileiro. Já o “imaginário assentimento” referia-se à alegação do ministro boliviano para justificar sua presença na região. Rui desconhecia a autorização do governo brasileiro, dada pela nota de outubro de 1898, para que a Bolívia implantasse ali os seus postos aduaneiros. Sendo assim, não podia concordar com a presença de autoridades e funcionários da república vizinha. A ele parecia um mistério indecifrável que, “enquanto ali [no Acre] a tempestade ameaça rebentar em sangue derramado numa luta internacional, o governo do Rio de Janeiro vacila, tergiversa, cala”.²²

¹⁷ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo IV, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 407.

¹⁸ *Ibid.* p. 408.

¹⁹ *Ibid.* p. 408.

²⁰ *Ibid.* p. 408.

²¹ *Ibid.* p. 408.

²² Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo IV, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 408.

Rui se cercou de todos os elementos de que dispunha para questionar a validade jurídica da ocupação boliviana. Para isso, colocou-se sempre a par das opiniões autorizadas. Estudou minuciosamente o texto do Tratado de Ayacucho; tomou nota do conteúdo de todos os atos que a ele se seguiram e que tinham por objetivo executá-lo, a saber, os protocolos de 1895, 1898 e 1899. No artigo “O Acre”, de 1º de setembro de 1900, indicou a conclusão a que chegou mediante a avaliação desses documentos. Considerou “*impossível*, com o Tratado de 1867 diante dos olhos, afirmar que ele confere à Bolívia o domínio sobre o Acre”.²³

Se não era o Tratado de Ayacucho, o quê, na opinião de Rui Barbosa, fundamentava os direitos bolivianos sobre o Acre? A resposta veio logo a seguir, no desenvolvimento do artigo. De acordo com ele, “foi o protocolo de fevereiro de 1895 que, “por um equívoco lamentável”, deu lugar às pretensões bolivianas sobre aquele território.²⁴ Apesar disso, ele advertiu que o ato

*alterava essencialmente o Tratado de 1867, em vez de o executar, e, portanto, nenhum valor jurídico ou diplomático tinha. Do erro então cometido, porém, emendou a mão em tempo o próprio governo do Sr. Prudente de Moraes, sob o qual ele se praticara, atalhando as suas conseqüências com a nota de 25 de abril de 1898, firmada pelo general Dionísio Cerqueira.*²⁵

Entendia que o protocolo de 1895 não tinha qualquer valor. Seu argumento era o de que ele alterava as disposições do Tratado de Ayacucho, pois determinava uma coordenada diferente para a nascente do rio Javari. De acordo com o parecer de diversos estudiosos, entre eles o Barão de Tefé, o Coronel Taumaturgo de Azevedo e o Capitão-Tenente Cunha Gomes, respectivamente em 1878, 1895 e 1897, a nascente do Javari estava ao norte do paralelo 10º 20’, traçado a partir da confluência dos rios Beni e Madeira. Estava, portanto, “demonstrado a toda evidência que esse ato alterava essencialmente o Tratado de 1867, em vez de o executar”.²⁶ E coordenadas novas atribuíam a um documento elaborado como dispositivo para execução de um acordo anterior o *status* de um novo ajuste de limites. Nesses casos, o Executivo tinha de

²³ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 11.

²⁴ *Ibid.* p. 11.

²⁵ *Ibid.* p. 11-12.

²⁶ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 12.

submeter a matéria à aprovação do Congresso. E enquanto isso não fosse feito, “nenhum valor jurídico ou diplomático tinha”.²⁷

Lembrou, ainda, que o protocolo de 1895 fora tornado nulo pelo de 1898. Taumaturgo de Azevedo e Cunha Gomes, chamados a verificar as verdadeiras coordenadas da nascente do rio Javari, respectivamente em 1895 e 1897, apontaram o erro na demarcação empreendida pela comissão brasileiro-peruana em 1874. Sendo assim, em 1898, o ministro das relações exteriores Dionísio Cerqueira comunicou ao governo boliviano, através da referida nota, a suspensão do ajuste anterior. Nela o ministro ponderou que era necessário aguardar até que a verdadeira localização da nascente do javari fosse descoberta. Pois o protocolo de 1895 fora assinado na hipótese de ser exata a posição da nascente do rio Javari.

Rui Barbosa tirou as suas próprias conclusões sobre os protocolos expedidos pelo Ministério das Relações Exteriores em 1895, 1898 e 1899. Para ele, o protocolo de abril de 1898 revestia-se de um caráter salutar ao revogar as disposições do protocolo de 1895. “Do erro então cometido emendou a mão em tempo o próprio governo do Sr. Prudente de Moraes, sob o qual ele se praticara, atalhando as suas conseqüências com anota de 25 de abril de 1898, firmada pelo General Dionísio Cerqueira”, afirmou Rui.²⁸ De fato, como vimos, o documento determinou que fossem feitas novas demarcações a respeito da nascente do rio Javari.

Em 30 de outubro de 1899, já durante o governo Campos Sales, um novo protocolo foi assinado. Este determinou que fossem adotadas as coordenadas indicadas por Cunha Gomes, em 1897, com o que o governo boliviano concordou, corrigindo, dessa forma, o erro geográfico da comissão demarcadora de 1874 e que o protocolo de 1895 quase ia repetindo. Entretanto, o protocolo também autorizou que os bolivianos ocupassem o território ao sul da linha Cunha Gomes.

Sendo assim, Rui Barbosa atribuiu ao Governo Campos Sales e ao seu ministro das relações exteriores, Olinto de Magalhães, a responsabilidade pela presença estrangeira no Acre e pelo aspecto crítico a que ela se elevou, podendo culminar até mesmo num conflito armado de razoáveis proporções entre o exército boliviano e as tropas revolucionárias.

²⁷ *Ibid.* p. 12.

²⁸ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 12.

Se a presidência atual [Campos Sales] se houvesse mantido nesse terreno, patrioticamente firmado pela sua antecessora, a espécie não assumiria o grave caráter, que assumiu; porque a Bolívia teria sido logo obrigada a recuar. Não foi isso, porém, o que se fez, e graças à fraqueza da nossa política daí em diante é que chegamos a assistir de braços cruzados à invasão do nosso território, legitimando-a, ainda em cima, com a declaração incrível de que a Bolívia não faz senão ocupar, no Acre, uma região, que o Tratado de 1867 lhe entregou.²⁹

Como vimos, fora Dionísio Cerqueira que, atendendo à solicitação do ministro Paravicini, em outubro de 1898, autorizou o governo boliviano a estabelecer os postos aduaneiros. Cedera o brasileiro à argumentação do ministro Paravicini de que as alfândegas seriam implantadas em área inquestionavelmente ao sul da linha divisória leste-oeste, que ligaria a confluência do Beni com o Madeira à nascente do rio Javari. Rui Barbosa, como vimos, conhecia o protocolo de abril de 1898, pelo qual se cancelou o anterior, de 1895. Mas tudo indica que desconhecia a autorização do governo brasileiro, dada pela nota de outubro de 1898.

O raciocínio de Rui Barbosa pode ser resumido assim: o protocolo de 1895 favoreceu os direitos da Bolívia sobre o Acre ao pretender aplicar no ajuste de fronteiras as coordenadas das nascentes do Javari apontadas pela comissão brasileiro-peruana, colocando toda região ao sul daquela linha oblíqua leste-oeste em poder da Bolívia; o protocolo de outubro de 1898 corrigiu o erro do anterior ao suspender as conversações enquanto não fosse verificada a posição exata da nascente; o protocolo de 1899, por sua vez, retomou a orientação equivocada do protocolo de 1895, em vez de seguir na política “patriótica” de Dionísio Cerqueira.

Mesmo sem dispor de todos os fatos, o argumento de Rui era muito consistente. É verdade que ele desconhecia a nota de outubro de 1898, que permitiu à Bolívia implantar as alfândegas. Mas o protocolo de 1899 ampliou a ascendência boliviana. Admitiu como limite provisório a linha Cunha Gomes, de 1897, em lugar da Tefé, de 1874. O documento expedido por Olinto de Magalhães seguia a tradição interpretativa do Ministério das Relações Exteriores. Desde o império, predominava entre os diplomatas e ministros brasileiros a orientação de que toda região ao sul da linha leste-oeste, fosse a Tefé, fosse a Cunha Gomes, pertencia à Bolívia.

Insistiu no caráter infundado da pretensão boliviana sobre o Acre. Denunciou que nenhum protocolo, partindo do Poder Executivo, estava autorizado a alterar as

²⁹ *Ibid.* p. 12.

coordenadas estipuladas pelo Tratado de Ayacucho. E tal alteração foi exatamente o que se verificou no protocolo de 1895. O de 1899 fundamentava-se naquele outro e, portanto, já nasceu de um equívoco. Dessa maneira de ver as coisas, inferia haver um único instrumento dotado de legitimidade para regular a fronteira entre os dois países. Referimo-nos ao Tratado de 1867, que ele interpretava de modo favorável ao Brasil. E concluiu o artigo enfatizando o empenho com que procuraria demonstrar o atentado contra a integridade territorial.

Não se pode articular maior enormidade, como o público verá, se nos acompanhar. Temos, porém, o nosso plano de exposição e comprovação, que desenvolveremos metódica e pacientemente, até levar ao espírito nacional a convicção do atentado. Aliás, não é difícil a tarefa, quando não há nada, na história desta questão, que sufrague seriamente os interesses bolivianos, e quando os direitos do Brasil se acham concludentemente reivindicados em atos oficiais como a nota de 1874, em trabalhos técnicos como as informações do Coronel Taumaturgo e em estudos críticos como o opúsculo do Sr. Serzedelo.³⁰

Rui Babosa e a defesa intransigente do direito à guerra

Em 2 de setembro de 1900, no artigo “Grandes Tempos”, Rui voltou a atacar a posição antinacional do governo Campos Sales diante da luta dos acreanos. Desde a primeira insurreição, em maio do ano anterior, quando os bolivianos foram repelidos pelos revolucionários, liderados por José Carvalho, a luta dos seringueiros se desenrolava sem nenhum apoio do governo brasileiro. Pelo contrário. O Governo Federal interferiu em favor da Bolívia, depondo, poucos meses depois, o aventureiro espanhol, proclamador do Estado Independente do Acre e responsável pela organização da revolução acreana, Luiz Galvez Rodrigues de Arias. Dessa situação curiosa de um governo que aderiu à luta dos estrangeiros contra seus nacionais, emergiu o manifesto dos revolucionários acreanos, dado ao público em março de 1900, e que solicitava a compreensão do governo brasileiro, esperando não mais que a sua neutralidade. A crítica de Rui ao governo brasileiro iniciou com um recurso muito interessante: a analogia entre os fatos humanos, relacionados às sociedades, estudados pelas ciências humanas, e a vida orgânica, afeita ao estudo das ciências biológicas. De acordo com Rui,

(...) os estados são individualidades orgânicas; e os organismos não podem perder uma das suas partes sem dolorosa repercussão em todas as outras, senão quando os tecidos, já incapazes de reação entram em esfacelo. Desta solidariedade entre todos os seus membros é que se

³⁰ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 12.

fazem especialmente as nações. Os povos são entidades vivas, em cuja massa gira, de indivíduo a indivíduo, uma circulação comum, e as impressões determinadas em uma só das unidades, que os compõem, se transmitem rapidamente. Da mesma forma que a estrutura de um corpo vivente, a de um país não tem mais que um sistema nervoso e um sistema muscular, com a sua excitabilidade, a sua contractilidade, a sua condutibilidade harmonicamente distribuídas da superfície aos centros, dos centros à periferia. De modo que, se tocades na mais longínqua das dependências, na mais vil das aldeias, no ponto mais obscuro das extremas do solo dominado por uma soberania, a sensação repercutirá como o choque de um traumatismo, nas regiões profundas da nacionalidade, e os movimentos reflexos, imediatos, inevitáveis, atestarão a presença da vida.³¹

No que toca a qualidade, os organismos vivos, assim como as nações, se dividiam em dois grupos, o dos saudáveis e o dos doentes. Em um organismo saudável a perda de um de seus membros gera dor e reação. Nos doentes, verifica-se o oposto. Os sentidos, deteriorados pela ação da própria doença, tornam o corpo indiferente aos males que se lhe infligem. A insensibilidade leva à letargia. No contexto da comparação empreendida por Rui, o Brasil era uma nação doente pela degenerescência moral de seus governos republicanos e pela dissolução de seu nacionalismo, decorrente do excessivo federalismo. De outra maneira, a perda do Acre deveria pungir no corpo político a dor que se traduziria em um sentimento nacional ferido. E disso decorreria o instinto de preservação à dilaceração que era a perda de uma grande parte de seu território. A apatia tornava a perpetuação do organismo político, assim como a dos organismos vivos, impossível. A debilidade da nação, incapaz de curar-se, motivaria no cenário internacional, assim como no ambiente natural, o avanço de predadores que se apropriam de moribundos, quando estes já não possuem forças para impor alguma resistência. Pois “quando essa transmissão se interrompe, quando esse encadeamento se quebra, quando essa mutualidade cessa, o corpo nacional está invadido pela morte, e caminha aceleradamente para a dissolução”.³²

Rui não era pacifista. No que toca à política internacional, era um realista. Em 1900, ao ser confrontado com a iminente conflagração no Acre, traduziu o seu realismo em uma práxis. O recurso ao uso da força figurava-lhe como um elemento naturalmente decorrente dessa situação. Segundo ele, nos casos em que agressão fosse manifesta, a guerra era uma prerrogativa da nação ameaçada.

³¹ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 13.

³² *Ibid.* p. 14.

Seria preciso que do estado se ausentasse a consciência coletiva, que a família política se despedisse do sentimento da sua existência material e da sua dignidade moral, para que o menor desrespeito à sua inviolabilidade da fronteira não suscitasse imediatamente uma comoção popular, e não pusesse no mesmo ponto o governo em atitude combatente. É por isso que, investindo os parlamentos com a prerrogativa da guerra, as constituições, nos casos de invasão, entregam esse instrumento de soberania ao Poder Executivo. Nem para essa transferência se requer a invasão: basta a agressão manifesta. Ainda que o território não fosse conculcado, se o desrespeito estrangeiro assume as formas da acometida material, a guerra já não está no arbítrio do agredido: é um fato consumado pelo agressor.³³

Considerava a presença das autoridades bolivianas no Acre uma invasão. O caso é que ele partia de premissas completamente distintas das do governo. Em primeiro lugar, enquanto Rui entendia que o Tratado de 1867 dava o Acre ao Brasil, o segundo interpretava que ele era da Bolívia. Dependendo da ótica sob a qual se observasse a situação, ter-se-ia a indignação com a ocupação boliviana ou a resignação diante do estabelecimento da república vizinha no Acre. Em segundo lugar, como vimos, Rui Barbosa não estava ciente da autorização para a implantação das aduanas pela Bolívia contida na nota de outubro de 1898. Dessa forma, ele tomou a atitude boliviana por uma agressão deliberada. Seguindo o seu raciocínio, nesses casos, sequer era necessário o assentimento do Congresso para que o país entrasse em guerra. A constituição garantia ao Executivo essa prerrogativa. Ao Estado agredido não restava opção senão a resposta pelo uso da força, uma vez que era o conflito “um fato consumado pelo agressor”. Nesse sentido, a guerra era uma imposição boliviana.

O que as autoridades brasileiras não percebiam era que, independentemente do que estabelecia o acordo de 1867, assinado havia mais de trinta anos, ele não se adequava mais à realidade. Desde maio de 1899, os brasileiros que haviam colonizado aquela região, encampavam oposição ao domínio boliviano, de modo que a situação caminhava, aos poucos, para um conflito armado cujas conseqüências poderiam ser funestas para a imagem internacional do Brasil.

A indignação de Rui não era tanto com a interpretação oficial quanto com a indiferença diante da possibilidade de uma conflagração. Como vimos, desde o início de setembro de 1900, as tropas bolivianas e os revolucionários do Acre convergiam para um embate. De acordo com Rui,

³³ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 14.

A descomunalidade, a esdruxularia, o portento, está na política de observação, abstenção e desinteresse, mantida pelo gabinete do Rio de Janeiro em presença do conflito armado, que, há dois anos, se trava, dentro no território nacional, entre uma população inteiramente nossa e troços regulares de um exército estrangeiro, a princípio sob as instruções descobertas da república vizinha e agora, segundo se anuncia, nas expedições iminentes, sob a chefia pessoal dos próprios membros dele. De maneira que, atacada, no solo nacional, por uma soberania invasora, a soberania nacional entrega a defesa de sua própria causa, da sua própria honra à bravura dos habitantes do lugar, e lava as mãos das responsabilidades do combate.³⁴

Os “Grandes Tempos” a que o título do artigo se referia eram os que se viviam então. Rui lembrou que os “revolucionários não pediram um ceitel, ou um soldado, ao Brasil, para defender a integridade da pátria. Apenas lhe rogaram, lhe rogam *que se mantenha neutral*; porque eles arrostando todos os sacrifícios, saberão coirçar os seus domicílios e as suas fortunas contra a incursão boliviana”.³⁵

À Rui Barbosa causava espanto a inflexibilidade da política externa brasileira ante os acontecimentos. Ao indicar dois momentos-chave, ocorridos em 1900, é isso o que ele parece ter em mente. A indiferença frente à possibilidade do massacre iminente de brasileiros por tropas do exército boliviano não era uma novidade. Era o ápice de uma política de obstinada resignação que se estendia desde o início daquele ano, quando os revolucionários acreanos expuseram à nação o significado da causa na qual então se engajavam, logo após a destituição de Galvez.

Diante disso, Rui Barbosa concluiu assim o artigo:

Que casta de pátria será essa, cujos filhos trucidados pela invasão, não suplicam ao governo nacional, senão que não se alie contra eles às armas estrangeiras?

Que laia será essa neutralidade, no governo brasileiro, entre um pedaço invadido do Brasil e a população nacional que por ele se mata?

Está decerto reformado o papel dos estados, o caráter das revoluções, o critério do direito das gentes, o próprio brio dos povos. Dessa mudança nos pólos do mundo moral temos a honra de ser o teatro.

Grandes tempos!³⁶

³⁴ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 14-15.

³⁵ *Ibid.* p. 15. O grifo é de Rui Barbosa.

³⁶ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 16.

Como vimos, a presença estrangeira fora permitida pela nota de outubro de 1898. Rui conhecia apenas nota de abril de 1898. Isso não significa que fosse desinformado. Pelo contrário. O que vimos até aqui mostra o quanto ele se acercou de documentos, opiniões e notícias referentes à questão de fronteiras com a Bolívia. Entretanto, em política externa, nem sempre são dados à publicidade os termos de todas as missivas, protocolos e tratados. Esse é um aspecto inerente ao campo da política internacional. Diante disso, todo trabalho de investigação, apuração e análise que Rui Barbosa desenvolveu desde 1899, em relação ao Acre, pode-se dizer ter sido um feito de sua inquietação intelectual. Além do mais, declarar a presença boliviana como uma invasão era mais um artifício de retórica para justificar o seu apelo à guerra contra a Bolívia. Pois, se Rui não conhecia a autorização de Dionísio Cerqueira, certamente conhecia a reiteração de Olinto de Magalhães, de 1899.

Seu equívoco possibilitou a exposição de um dos traços mais interessantes de sua concepção de política externa. Rui Barbosa contrapunha à ameaça imperialista e à ousadia das nações fracas ou em pé de igualdade com o Brasil uma política nacionalista valorizadora da herança territorial colonial. Para ele, isso seria alcançado mediante a manutenção das forças de defesa. Como consequência, o respeito das grandes potências mundiais pelo Brasil, entre elas os Estados Unidos e a Europa, seria elevado. Com os potentados regionais como, por exemplo, a Argentina, ocorreria o mesmo. E estes Estados procurariam não elevar a rivalidade histórica, econômica e cultural ao campo da guerra. Por fim, uma força de defesa digna de um país de geografia continental, inibiria a ousadia das pequenas nações do subcontinente sul-americano. Rui Barbosa, portanto, entendia que o equilíbrio de forças era o principal elemento gerador da paz.

A paz era um ideal desejável, embora nem sempre possível. Podemos inferir das reflexões de Rui que isso se dava assim por dois motivos. Em primeiro lugar, era muito difícil que os Estados alcançassem o equilíbrio de forças entre si. No ambiente internacional, eles podiam ser divididos em diferentes estágios. Existiam nações fracas, medianas, fortes. Naturalmente as fortes estariam sempre inclinadas a obter vantagens sobre as débeis, ainda que as nações fracas e medianas pudessem, através de uma política de prestígio internacional, evocar algum sentimento de respeito. Isso evidentemente não poderia ser feito exclusivamente a partir da tentativa de equiparação bélica, o que em última análise era impossível em curto prazo. Mas o cuidado com as forças de defesa permanecia um ponto de partida fundamental. Em segundo lugar, era necessário que esse

fosse um objetivo a ser perseguido pelas nações, o que nem sempre era observado pelos diversos governos. Veja a este respeito o descaso brasileiro com as suas próprias forças de defesa, constantemente denunciado por Rui.

Quando do descaso com as forças armadas emergisse a cobiça estrangeira, como ia ocorrendo com o Acre, a injustiça estava sempre na ação do agressor, embora o desequilíbrio fosse decorrente da própria omissão do governo imprevidente em impor a referida política de prestígio internacional. Nesses casos, a guerra era a única maneira de salvaguardar a dignidade nacional. E isto independentemente das possibilidades de vitória. O mais importante era demonstrar que o país continuava vivo; que se governo não se mostrara previdente, era, pelo menos, cioso de sua de sua história, sua dignidade, sua soberania, seu território e, principalmente do bem-estar do seu povo. Em casos assim, de acordo com Rui, era preferível a derrota à ignomínia.

Rui Barbosa, portanto, acreditava que o governo deveria responder à arremetida boliviana com o uso da força. Seria a única forma cabível de oferecer uma solução digna à nação, uma vez que o governo jamais manifestou cogitar “uma solução discreta e airosa ao país”.³⁷ Em “Traços característicos”, publicado em 4 de setembro de 1900, Rui se pronunciou a esse respeito. Segundo ele, diante da “invasão” boliviana, “havia consequências imediatas, que o Poder Executivo não tinha entre nós o direito de retardar um instante: a entrega dos passaportes ao ministro [boliviano] (...) e a repulsa local da força pela força”.³⁸ Devido ao estado crítico a que a questão havia se elevado, era necessário responder com o rompimento das relações diplomáticas e com a guerra cujo objetivo seria a expulsão estrangeira do território brasileiro. Só a partir daí o governo deveria retomar as negociações sobre as fronteiras. Pois

Antes de varrido completamente o nosso território de uma invasão, tanto mais aviltante quanto se autorizava sob a mentira de ser operada com o assentimento do governo brasileiro, este não podia dignamente, seriamente, utilmente, decentemente continuar a negociar com um governo estrangeiro, que violava o nosso território, e se evocava o arbítrio de fazer-se justiça por suas próprias mãos, apoderando-se de regiões, cujo domínio lhe negávamos, estribados na imemorialidade da nossa posse, da nossa colonização e da nossa cultura.³⁹

³⁷ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 21.

³⁸ *Ibid.* p. 24.

³⁹ *Ibid.* p. 24.

Concluiu o artigo dando um parecer sobre a situação do Brasil em relação à Bolívia no caso do Acre, após dois anos de ocupação, ao longo dos quais a república vizinha se estabeleceu na região, impondo sua autoridade, seu sistema fiscal e administrativo,

[...] arvorando o seu pendão, estendendo os seus soldados, proclamando a sua soberania além delas, o estado, vítima do abuso insolente, que não suspende logo as relações diplomáticas, para opor força à força, expelindo a invasão dos sítios por ela violados, submeteu-se à lei do vencedor. Mas destarte só procede aquele, que reconhece a sua inferioridade. Tal, há dois anos, a nossa situação diante da Bolívia: a de vencidos confessos e resignados⁴⁰

Em artigo da *Imprensa* de 6 de setembro de 1900, “A extravagância do caso”, enumerou três fatos que caracterizariam a agressão boliviana e, portanto, justificavam a guerra. Em primeiro lugar, o governo brasileiro suspendeu o protocolo de 1895.⁴¹ Logo, a única prerrogativa existente para a presença boliviana no Acre havia sido anulada. Em segundo lugar, em vez de acatar a declaração de nulidade do protocolo de 1895, as autoridades bolivianas iniciaram a ocupação do Acre, terras que eram “mais do que nunca então contestadas ao seu apetite”.⁴² Por último, o governo boliviano desferiu um duro golpe na soberania brasileira, pois “a entrada militar da nossa vizinha naquele distrito, com a manifestação mais solene às autoridades brasileiras, do ânimo de soberana, definitivamente na administração de um patrimônio seu.”⁴³

À procura de uma solução nacional: a tese da linha angular

Na tentativa de tirar o governo brasileiro da inércia, Rui Barbosa também chamou a atenção para o significado econômico do Acre, em 7 de setembro de 1900, no artigo intitulado “O tesoiro abandonado”. Nele Rui advertiu a opinião pública do valor do território que o governo brasileiro entregara, há dois anos, à sorte e à disposição dos revolucionários. Pois “a lesão causada ao Brasil com a perda do Acre corresponde ao roubo de um tesoiro”.⁴⁴ Após reproduzir as palavras do relatório do Coronel Taumaturgo de Azevedo, no qual este, em 1895, alertou ao governo que a continuar na orientação que seguia, ou seja, a de adotar a linha oblíqua, o Amazonas iria “perder a melhor zona do

⁴⁰ *Ibid.* p. 24-25.

⁴¹ *Ibid.* p. 34.

⁴² Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 34.

⁴³ *Ibid.* p. 34-35.

⁴⁴ *Ibid.* p. 38.

seu território, a mais rica e a mais produtiva”,⁴⁵ Rui deu aos seus leitores uma breve descrição do território acreano:

Três regiões principais dividem aquela superfície afortunada entre todas as do Brasil setentrional: a do Acre, a do Purus e a do Juruá. Da boca do Acre, no Purus, até a linha Cunha Gomes, que para a Bolívia demarca “o Acre brasileiro”, pode-se avançar o rio em dezesseis horas de boa marcha a vapor. Mas o Acre, por ela reclamado, e *cuja população é exclusivamente brasileira* até o igarapé Baía, não se transpõe a vapor, cuja navegação ali se exerce de dezembro a abril, em menos de sessenta horas. Tais as extensões às margens daquele rio, cujos afluentes, riquíssimos, como ele, em seringais, são o Riozinho, o Japuri e o Antimari. A região do Purus abrange quase todo o alto rio desse nome, *povoado também unicamente por brasileiros*, o Iaco o Caeté, paragens da mesma fertilidade que as do Acre e abundantísimamente regadas por córregos de águas cristalinas. Não lhe é inferior em opulência a região do Juruá, em cujo âmbito se compreende quase todo alto Juruá, a maior parte do Tarauacá, o Tejo, o Redenção e o Juruá-mirim, com os seus confluente.⁴⁶

Parecia ter dois objetivos com essa descrição. Em primeiro lugar, dar a dimensão daquilo que ele considerava uma verdadeira dilapidação da herança colonial portuguesa, dado o tamanho do território que sem nenhum pudor o governo brasileiro entregava à Bolívia. Em segundo lugar, indicar que todo aquele grande território, inicialmente distante e inóspito, foi colonizado e povoado por nacionais, sendo toda a sua população brasileira. Não por acaso, ele grifou os pontos em que fez menção à natureza da população e o seu papel no povoamento da região. Conjugados, esses dois fatores, a saber, a grandeza e o potencial produtivo da região e o trabalho dos brasileiros que para lá migraram, transformaram o Acre em uma região economicamente relevante. E ambos, de acordo com Rui, pertenciam ao Brasil.

A perda do Acre significaria a ruína das praças comerciais amazônicas. Manaus e Belém retiravam sua pujança do comércio da borracha. A exploração das seringueiras foi responsável pela elevação da região ao primeiro plano das exportações nacionais e por sua inserção no mapa do comércio mundial.

Além do mais, a exploração da goma no interior amazônico não movimentava apenas o Acre. O grande número de almas ali estabelecidas e totalmente dedicadas à lida nos seringais demandava um fluxo constante de importações que partiam de outras

⁴⁵ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 38.

⁴⁶ *Ibid.* p. 39.

regiões e chegavam regularmente através dos serviços das casas aviadoras que, no período apropriado, enviavam os gaiolas a subir os rios. Sendo assim, Rui apresentou alguns números para demonstrar a receita que o Brasil perderia, caso insistisse em abrir mão do Acre em favor da Bolívia.

Para termos ideia de uma parte apenas daquelas riquezas, bastará dizer que só a produção dos seringais no contestado acreano, disputado agora à baioneta ao Brasil pelas forças bolivianas, se calcula que poderá subir anualmente a (*). 000.000 de quilogramas de borracha. Dele procede em quase metade da sua provisão total, a borracha, que passa pelo Pará e Amazonas, pagando nesses dois estados, o imposto de 21%. “A fraqueza do governo da União perante as exigências inqualificáveis da Bolívia”, diz o manifesto brasileiro, “a manter-se, acarretará um rombo de 26.000 contos anuais nas parcas de Belém e de Manaus, o que significa o *aniquilamento completo* desses importantes centros mercantis. Esses vinte e seis mil contos resultam da produção de dois milhões de quilos de borracha ao preço de 13\$ o quilo. O estado do Amazonas abdicará de quatorze mil contos de impostos na sua exportação.”⁴⁷

E concluiu:

Aí está o que vale o Acre. E, se nessas cerca de mil léguas de um terreno abençoado, o mais prodigioso do prodigioso Amazonas, entre essa prodigalidade mágica da natureza, figurarmos uma população *brasileira* de trinta a quarenta mil almas, com a mescla apenas de duzentos bolivianos, poderemos julgar se o país deve cruzar os braços à política inconsciente, fatal, inaudita, que presenteia o estrangeiro com essa mina imensa, com esse opulentíssimo troço do Brasil.⁴⁸

A imprensa, devido à sua natureza, ao seu imediatismo, muitas vezes, impede o desenvolvimento de um raciocínio sistemático. Rui, entretanto, parecia antever as suas próprias publicações, planejá-las. Preocupava-se que entre elas se desse um verdadeiro encadeamento. De fato, isto estava de acordo com a sua promessa de levar adiante “um plano de exposição e comprovação”, a ser desenvolvido “metódica e pacientemente” para demonstrar os direitos do Brasil sobre o Acre.⁴⁹ O artigo anterior, no qual descreveu, em linhas gerais, a geografia acreana, indicando as receitas que a fazenda nacional deixaria de perceber, caso permanecesse a orientação oficial do governo Campos Sales, foi uma introdução útil à sua publicação seguinte.

⁴⁷ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 40. (*) Número impossível de determinar com clareza do original. Segundo a Fundação Casa de Rui Barbosa, o algarismo parece ser 3 ou 8.

⁴⁸ *Ibid.* p. 41.

⁴⁹ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 12.

Em 8 de setembro de 1900, publicou “O terreno da questão”, no qual delineou uma interpretação do Tratado de Ayacucho distinta da hermenêutica oficial. Rui Barbosa iniciou o artigo afirmando que a “fórmula da linha inclinada entre o Madeira e as nascentes do Javari” – a interpretação oficial pela oblíqua - atendia a duas demandas que não correspondiam à garantia do interesse nacional. Em primeiro lugar, atinava com os interesses dos bolivianos, “naturalmente ávidos por aditar o patrimônio nacional”.⁵⁰ Em segundo lugar, “os da política brasileira, empenhada em sepultar o exame dos seus erros, das suas grandes responsabilidades nesta matéria, por ela miseravelmente sacrificada, sob uma solução, embora lesiva do Brasil, que encerre a controvérsia”.⁵¹ De acordo com Rui Barbosa, portanto, com o desenrolar da questão do Acre, a defesa da linha oblíqua afigurava-se ao governo não mais como uma posição interpretativa, mas como a solução mais simples, já em curso. Dava o território à Bolívia. E ela que se desse ao trabalho de submeter a obstinada população local.

Portanto, era fundamental delinear a interpretação mais ajustada ao Tratado de 1867. E de acordo com Rui, só havia uma maneira adequada de se fazer isso: retomando o espírito do Tratado sem considerar os interesses espúrios que, entre o momento de sua assinatura e a crise atual, deturparam a sua correta compreensão. Dessa forma, ele descreveu como a fronteira deveria ser traçada para atender as estipulações de Ayacucho. Evidentemente, Rui dava ao artigo 2º, o item gerador de toda controvérsia sobre por onde deveria correr a fronteira, uma hermenêutica alternativa à do governo. Ou seja, a da linha paralela ou angular. De acordo com Rui,

O Tratado de 1867 não pusera tal em uma só reta a fronteira entre a Bolívia e o Brasil, senão na hipótese de estarem as cabeceiras do Javari no paralelo situado aos 10º 20' de latitude sul, ou abaixo desse paralelo. Em qualquer desses dois casos, reunidos no artigo 2º sob uma solução comum, os confins entre as duas nações se traçariam por uma linha da embocadura do Beni, ou antes, da interseção daquele paralelo com o Madeira, às origens do Javari acima do paralelo 10º 20', estipularam os celebradores daquele acordo, em vez da fronteira retilínea, a fronteira angular, contornada pelo paralelo com a reta dele tirada às fontes daquele rio.⁵²

Rui expõe sua compreensão de maneira muito clara. A linha reta que o Ministério das Relações Exteriores defendia como a verdadeira fronteira só deveria ser adotada se a

⁵⁰ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 43.

⁵¹ *Ibid.* p. 43.

⁵² *Ibid.* p. 43.

nascente do Javari estivesse ao sul do paralelo $10^{\circ} 20'$ ou sobre este. Como vimos, a nascente estava ao norte do paralelo. A hipótese em que se fundamentava a utilização da linha oblíqua, portanto, não se verificara. Nesse caso, em vez de uma única linha ligar a confluência do Beni com o Madeira até a nascente do javari ao norte do paralelo, a fronteira prevista em Ayacucho seria formada por duas linhas. A primeira deveria partir da confluência entre os rios Beni e Madeira e correr sobre o paralelo $10^{\circ} 20'$, seguindo à altura da nascente do Javari. Daí em diante outra reta, partindo do paralelo $10^{\circ} 20'$, deveria ser traçada até tocar o ponto exato da nascente do Javari. Tratavam-se de duas retas que formariam entre si um ângulo de noventa graus. Mantendo-se o paralelo $10^{\circ} 20'$ como fronteira, todo o território que, pela oblíqua, estaria ao sul e pertenceria à Bolívia, era reincorporado ao território brasileiro.

No mesmo artigo, Rui Barbosa relatou um caso curiosíssimo. Em um dos debates parlamentares em que a questão do Acre foi discutida, deu-se um confronto entre partidários das duas interpretações dadas ao Tratado de Ayacucho. De um lado estava Rui que, como vimos, era adepto da interpretação angular; de outro, Ramiro Barcelos, senador pelo Rio Grande do Sul, representante da interpretação oficial, que advogava pela linha oblíqua. Rui narrou o episódio contrapondo as duas interpretações, a oficial e a alternativa. Segundo ele:

Estava o nobre senador [Ramiro Barcelos] na ilusão da linha direta entre o Madeira e o Javari. Imaginava que o tratado fixara dois pontos, e mandara correr entre eles um traço em direitura. Lógico na hipótese da exatidão dessa premissa, chegava naturalmente à consequência de que, estando as regiões do Acre fora daquela divisa, todo o grande triângulo por nós reclamado nos escapava das mãos. A dedução era irresistível. Determinados dois pontos, está indubitavelmente determinada a reta, que entre eles se há de tirar. Mas a premissa era falsa. No caso, que o tratado previra, de ficar o manadeiro do javari acima da reta leste-oeste, debuxada aos $10^{\circ} 20'$ de latitude sul, tinham avançado expressamente os negociadores de 1867 que, de um ponto dado nessa latitude, se puxaria outra reta, a encontrar a matriz daquele rio. Se eles dissessem que, nesse caso, a fronteira seria uma reta da foz do Beni à fonte do javari, nenhuma razão teríamos, nem nos teríamos oposto à hermenêutica oficial.

Mas semelhante solução fora explicitamente reservada à hipótese de estarem as nascentes do javari no curso do paralelo indicado, ou aquém dele. Verificado o contrário, isto é, reconhecido que o javari nascia além deste paralelo, este representaria o papel de balizar apenas uma das faces da fronteira, a sua face meridional. Mas a fronteira teria outro lado, para o ocidente, com a reta que o texto tratado mandava seguir,

não das margens do madeira, mas na de um ponto na latitude do paralelo fixado, rumo norte até a nascente do javari.⁵³

A interpretação oficial do Tratado de Ayacucho, tanto durante o Império como ao longo da República, fora pela linha oblíqua. Ou seja, da confluência do Beni com o Madeira correria uma reta leste-oeste sobre o paralelo 10° 20' até encontrar a nascente do rio Javari. Na hipótese de a nascente do dito rio se encontrar ao norte do paralelo 10° 20', uma linha reta, partindo novamente da confluência do Beni com o Madeira, deveria ser traçada até encontrar o ponto exato do nascedouro do rio Javari. Nesse sentido, o que estivesse ao norte da linha leste-oeste seria brasileiro; o que se encontrasse ao sul, boliviano. O Acre estava ao sul desta linha. Portanto, o entendimento do Ministério das Relações Exteriores fundamentava a legitimidade dos direitos bolivianos sobre a região. Desde a assinatura do tratado, a hermenêutica oficial sofreu críticas. E, como consequência, à mesma época, surgiu a interpretação alternativa.

Após a exposição de Rui, entretanto, Ramiro Barcelos mudou de opinião. O fato era importante, pois dotava a causa da hermenêutica pela linha angular de uma legitimidade inerente ao próprio tratado. Um aliado do governo, um adepto da interpretação oficial, cedia, ante as evidências, à interpretação alternativa da linha angular. E, de acordo com Rui, isto se deu mesmo sendo os dois senadores adversários ferrenhos na tribuna. Era o melhor exemplo de que a força dos argumentos, decorrente do exame do tratado de 1867, a ser-lhe aplicada uma hermenêutica rigorosa, traria ao convencimento de que até aquele momento a política oficial, marcada pela orientação de que todo o território ao sul da linha era boliviano, era um equívoco, em relação ao que se podia inferir do texto do tratado. Rui reproduziu o momento em que Ramiro Barcelos concordou com a sua explicação e interpretação do tratado de 1867:

Diante desta evidência e à leitura, por nós feita, o texto do tratado o nobre senador rio-grandense, num rasgo de honestidade intelectual que honra a sua consciência, e nos obriga a um grande respeito por ela, disse: “se estas são as palavras do Tratado, V. Ex^a tem toda razão. Dou as mãos à palmatória”. E, como orador observasse: “o nobre senador pelo Rio Grande do Sul, em presença da letra do tratado, reconheceu que, na inteligência que eu dou, é que está a razão”, o Sr. Ramiro Barcelos reiterou o seu apoio, declarando: “PERFEITAMENTE. NÃO HÁ DÚVIDA.”⁵⁴

⁵³ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 45.

⁵⁴ Obras Completas de Rui Barbosa – A imprensa, vol. XXVII, 1900, tomo V, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1975, p. 45.

A questão do Acre se apresentou a Rui Barbosa desdobrada em dois problemas. O primeiro era o do imperialismo, materializado na política internacional arrogante de Estados Unidos e Europa. O segundo era o nacionalismo brasileiro que, arrefecido em meio ao excessivo federalismo republicano, não fomentava políticas que salvaguardassem o interesse nacional. A constatação de Rui foi que os dois problemas convergiam para ameaçar a soberania brasileira e a própria existência do país como organismo político. E a resposta que formulou para eles foi que o Brasil deveria despertar o seu brio patriótico e ostentá-lo mediante uma sólida política de revitalização das forças de defesa nacional. Somente mantendo o equilíbrio com as potências regionais e inspirando, pelo menos, a respeitabilidade das grandes potências mundiais era possível manter a integridade territorial e a autonomia política em um ambiente internacional hostil. De outra maneira, o Brasil experimentaria, a ousadia até mesmo de países irrelevantes no cenário mundial, como era o caso da Bolívia.

No ano anterior, Rui foi confrontado com a suspeita do envolvimento de interesses internacionais. Como consequência, formulou respostas que, embora relacionadas ao Acre, permaneceram no campo de uma reflexão geral a respeito da política nacional e dos seus reflexos na política externa.

Em 1900, situação no Acre se agravou. Desde então, Rui se esforçou em materializar essa solução generalista em uma posição intelectual específica que se harmonizasse à garantia dos interesses nacionais. Ele transformou-se no mais ardente defensor da linha angular. Como se viu, esta era uma interpretação alternativa à oficial, do Ministério das Relações Exteriores, e que buscava resolver o problema do Acre mediante a incorporação daquela região ao território brasileiro.

A verdade é que a solução nacionalista exigida por Rui Barbosa e pela grande maioria da opinião pública não se encontrava na tradição interpretativa que o Itamarati aplicava ao Tratado de Ayacucho. Embora houvesse uma grande indeterminação quanto à verdadeira localização das nascentes do javari, desde a assinatura do Tratado, em 1867, a orientação oficial do ministério das relações exteriores e de seus diplomatas e ministros era a de que a fronteira estipulada no acordo seria uma linha oblíqua. Ou seja, uma linha reta a ligar dois pontos, dividindo a região localizada entre eles, a saber, toda a grande área que se estende da confluência do Madeira com o Beni até a nascente do javari, ao meio, deixando o que estivesse ao norte dela para o Brasil, e o que estivesse ao sul – e

nesse caso o Acre - à Bolívia. Como consequência disso, o Acre sempre fora concebido, do ponto de vista oficial, como um território boliviano.

Sob a ótica dos defensores da linha angular, o governo brasileiro não podia permanecer na obstinação de entregar uma parte significativa do território nacional e da população brasileira nele residente a outra nação. Da forma como se desenvolvera a ocupação da região desde o último quartel do século XIX, essa atitude configurava uma solução antinacional. Ora, como a tradição da política externa brasileira, assim como a formação intelectual de Rui Barbosa, fora sempre no sentido da defesa do cumprimento dos acordos internacionais e, portanto, dos instrumentos jurídicos como reguladores das relações internacionais e sociais, a resposta para a questão do Acre não poderia ser encontrada fora do Tratado, mas dentro dele. Portanto, para Rui, o Tratado de 1867 era legítimo; não o era a hermenêutica dada a ele.

A interpretação pela linha angular foi expressão da solução nacional. Mas Rui Barbosa encontrou-a na hermenêutica jurídica. Ele, entretanto, teve, necessariamente, de partir de fontes distintas das do Ministério das Relações Exteriores. Enquanto este se fiava na tradição institucional, aquele partiu da realidade histórica, marcada pela ocupação dos brasileiros. Rui percorreu um caminho inverso. O ministério das relações exteriores ia do tratado à realidade. Como este não se adequava a ela, o caso do Acre permanecia em um constante estado de crise, caracterizado pela oposição da população brasileira ao domínio boliviano. Sem conseguir, por suas próprias forças, se estabelecer na região, o governo da república vizinha vislumbrou o auxílio americano e, depois, como se veria, a interferência de um sindicato internacional. Ou seja, o estabelecimento de forças imperialistas ao lado das fronteiras nacionais era iminente. E, ademais, o governo brasileiro colocava-se em desarmonia para com o sentimento nacional. A resposta de Rui a tudo isso foi a fronteira angular. Ela, por sua vez, ofereceu a solução que colocaria em harmonia a tradição jurídica da política externa brasileira e a garantia do interesse nacional – leia-se a soberania e a integridade territorial -, ao possibilitar, através da hermenêutica, a incorporação do território do Acre ao Brasil.

Referências:

BUENO, Clodoaldo. **Política externa da primeira República**. Os anos de apogeu – de 1902 a 1918. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CARDIM, Carlos Henrique. **A raiz das coisas**. Rui Barbosa: o Brasil no Mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FAUSTO, Boris (Org). **História geral da civilização brasileira**. t. 3. O Brasil Republicano. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Rodrigues Alves**: apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 2 v.

RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia, 1967.

RODRIGUES, José Honório. **Interesse nacional e política externa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RICARDO, Cassiano. **O tratado de Petrópolis**. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954. 2 v.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Conquista, 1979. 2 v.

QUANDO A ESCRAVIDÃO DÓI... NA PELE BRANCA

João Gilberto da Silva Carvalho

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
(IFRJ – CAC)¹

Resumo: O texto articula conceitos básicos das Ciências Humanas e um acontecimento pessoal com o objetivo de demonstrar como sentimentos/ressentimentos podem emergir a partir da memória socialmente construída derivada de contextos significativos da vida brasileira. Autores como Le Goff (2003) Halbachs (2006) e Sá (2005) forneceram o aporte interdisciplinar necessário à condução da narrativa pelo viés da memória social. Com base na teorização de Sarlo (2007), o testemunho pessoal foi o caminho encontrado para expressar as dores da escravidão brasileira que, longe de ser um fato histórico circunscrito aos especialistas, continua viva e produzindo situações desconcertantes no dia a dia.

Palavras-chave: escravidão, memória, fatos sociais, fatos históricos.

Abstract: The text articulates basic concepts of Human Sciences and a personal event with the aim of showing how feelings/ hard feelings can emerge from the socially constructed memory derived from significant contexts of brazilian life. Authors such as Le Goff (2003) Halbachs (2006) and Samuel (2005) provided the contribution required for the conduct of interdisciplinary narrative by the bias of social memory. Based on the theory of Sarlo (2007), the personal testimony was the way found to express the pain of slavery which, far from being a historical fact confined to experts, still alive and producing disconcerting situations in everyday life.

Keywords: slavery, memory, social facts, historical facts.

Introdução

O objetivo do artigo se resumiu em articular temas tradicionais que animam as ciências humanas e uma ocorrência de caráter pessoal – um fato cotidiano que provocou incômodo no autor do texto. A intenção foi demonstrar como fatos sociais e históricos podem se manifestar no cotidiano, tendo como nexos causais a memória coletiva. A narrativa em primeira pessoa se apoia teoricamente na expressão cunhada por Sarlo¹, “força do vivido”, que destaca a importância do testemunho pessoal em contextos

¹ Professor do IFRJ – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Atua em uma das linhas de pesquisa da especialização em Ciências Ambientais no *campus* Arraial do Cabo (CAC) e tem como campo de interesse e ensino os processos de representação e imaginário social. É doutor em psicologia pela UFRJ.

históricos densos. A escravidão do pelourinho acabou, mas a memória da instituição permanece ativa no conjunto de símbolos e representações que circulam na sociedade brasileira, a ponto de provocarem dores em pessoas de pele branca ou parda, como é o caso do autor.

Tal discussão derivou, no plano pessoal, de um conflito entre a memória oriunda dos estudos em diferentes níveis – a que produz e é produto de reflexões acerca de fatos históricos e sociais – e a memória pessoal, a que se relaciona à inserção de quem escreve o texto ao cotidiano dos fenômenos estudados. Algo próximo ao que se intitula “dupla hermenêutica” (DOMINGUES, 2003), ou seja, o envolvimento efetivo e afetivo do autor ao seu objeto, algo trivial nas ciências humanas. A intenção de compreender temas de alta complexidade evocando uma situação prosaica é amparada por tradições importantes: na sociologia, a teoria da ação de Max Weber (WEBER, 1979) ou a de Talcott Parsons (PARSONS, 1969); a teoria das formas de George Simmel (SIMMEL, 2005); na história, o paradigma indiciário de Carlos Ginzburg (GINZBURG, 2007) e a micro história de Jacques Revel (REVEL, 1998), para citarmos alguns.

A utilização de si mesmo enquanto objeto de reflexão acadêmica, entretanto, não é usual. A análise encapsulada no nível extremo da subjetividade parece ser restrita ao psicanalista e às modalidades de psicologia baseadas na introspecção. Durante muito tempo, para as ciências do homem, o indivíduo era uma espécie de anátema a ser superado. Argumenta Braudel (1969), por exemplo, que o indivíduo não tem acesso às estruturas mais profundas que movem e dão sentido à vida em sociedade – “história anônima, profunda e amiúde silenciosa” (ibid., p. 23). A divisão entre conjuntura e estrutura já rendeu debates acerbos e não é cabível aqui considerações a respeito.

A biografia foi amaldiçoada e relegada ao positivismo; a sociologia e sua coirmã, a psicologia social, é dirigida a grupos, comunidades, tribos, classes, identidades, alteridades, ou seja, processos de natureza social ampliada. Nos últimos tempos, porém, as biografias foram reincorporadas aos domínios da historiografia (BURKE, 1997), assim como a prosopografia tornou-se um importante filão da história social (FRAGOSO, ALMEIDA E SAMPAIO, 2007). É possível identificar em outras áreas abordagens que consideram a personalidade e, por uma questão de afinidade teórica, cito a teoria de minorias ativas de Serge Moscovici (1990). Porém, aqui o recorte é mais radical, uma vez que não se trata de um objeto no sentido estrito do termo, de algo que está fora, apartado do sujeito.

Uma situação que causou mal estar ao autor do presente texto é o ponto de partida para uma discussão sobre temas já clássicos às ciências humanas e cuja intenção é, sobretudo, problematizar o este incômodo narrado em primeira pessoa. Como é que um episódio aparentemente trivial pode se tornar mote para discussões de tamanha envergadura intelectual?

Primeiramente, a ação dos homens é imbuída de sentidos, ainda que as conexões possíveis não sejam percebidas pelos sujeitos que os (re) produzem, pois tais sentidos derivam de contextos sociais e históricos distantes de sua ação. Mesmo no antigo debate sobre a gênese do conhecimento – eu x objeto – é introduzido um elemento que compõe a chamada tríade do conhecimento – eu x outro x objeto (JOVCHELOVITCH, 2008). Norbert Elias (ELIAS, 1994) teorizou a respeito dos indivíduos e sua ação dentro do complexo leque de situações que a sociedade lhes permite, isto é, como entender as regras estabelecidas e “invisíveis” da sociedade e o espaço da criação pessoal.

Em segundo lugar, o pesquisador é produto do seu próprio tempo e, neste sentido, a dupla hermenêutica é apenas a expressão renovada de um postulado caro (e também já clássico) às ciências humanas: a impossibilidade de haver neutralidade em pesquisa. Não é de hoje que até as ciências exatas compartilham desta premissa, pelo menos em alguns setores, como no caso da física quântica, por exemplo, de que sujeito (s) e objeto estão sempre ligados e correferentes.

Por fim, a narrativa pessoal tem o que Sarlo (2007) qualifica de “força do vivido”, a densidade capaz de carregar a dramaticidade de um contexto histórico. Um relato que mobiliza operações de memória – a lembrança e o esquecimento – e segrega o que é passado distante e o que permanece presente, apesar do tempo decorrido. O passado que não se ultrapassa é atualizado em práticas e espaços compartilhados socialmente, não como farsa ou repetição histórica, e sim a partir de desdobramentos complexos que possuem origem comum.

Aqui se trata de um fato histórico crucial na vida da nação brasileira: a escravidão. Há várias situações cotidianas que ainda estão diretamente associadas ao período em que o comércio de homens negros era vital para a economia colonial/imperial brasileira. A exclusão, a injúria racial e o racismo são as formas mais conhecidas e teimam em persistir apesar de tantas mudanças que assistimos no Terceiro Milênio. Nesse sentido, a política de cotas é uma tentativa oficial de tentar diminuir a disparidade de oportunidades para a ascensão social. Os movimentos sociais e a mídia promovem campanhas e ações pontuais

contra os preconceitos derivados da cor da pele. As escolas inserem a histórica da África em seus currículos e combatem enfaticamente o *bulliying* racial. Há um débito contraído no passado e aqueles que podem cobrar ou a quem cobrar é motivo de intensa mobilização social. Em uma nação de mestiços, quem vai pagar a conta por uma dívida tão antiga? Mas não há como negar o legado de exclusão que persiste em nossos dias, sem contar a existência de situações que fogem aos holofotes e dizem respeito ao cotidiano, naqueles espaços em que o apelido, o assédio e a tortura psicológica campeiam; naqueles instantes que a teoria não consegue penetrar por diversos motivos, entre os quais, o formalismo e a distância acadêmica que mantém a respeito de fenômenos sociais efêmeros. A narrativa em primeira pessoa, opção aqui escolhida, procura estar despida da rigidez conceitual e desta forma abordar um acontecimento trivial, delimitado radical e arbitrariamente. E o que é possível obter a partir de tal perspectiva? Uma citação se encaixa bem no sentido de responder essa pergunta:

A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção, e necessidade do eu. [...] É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente (SAWAYA, 2006).

Um debate redivivo

A história dos homens se faz a partir de sentimentos e ressentimentos. O que é significativo no plano pessoal guarda semelhança com processos que ocorrem em nível social, ou mais especificamente para o que aqui se pretende: os fatos sociais são capazes de provocar emoções duradouras, tanto quanto os que cada um de nós experimenta ao longo da vida.

Bastar um rápido apanhado historiográfico para afastarmos a possibilidade de arbitrariedade em tal afirmação: Chineses e coreanos possuem mágoas em relação aos japoneses desde a Segunda Guerra Mundial; os alemães carregam o fardo do nazismo assim como os franceses rediscutem a todo instante o colaboracionismo com o *reich*; as ditaduras latinas não são esquecidas, pois as pensões das viúvas e as desculpas oficiais não são capazes de aplacar a dor. Os exemplos são variados, uma tragédia aqui, um massacre acolá, são contextos que deixaram marcas profundas na memória de um povo e

não são esquecidos. Por assim dizer, são feridas que não cicatrizam apesar do tempo decorrido.

Bresciani e Naxara (2003) organizaram um livro que teoriza e reúne os ressentimentos na história e o subtítulo é o resumo do plano da obra: “indagações sobre uma questão sensível”. E poderíamos aduzir: Tão sensíveis a ponto de se transformarem em tabus (FERRO, 2003). Assim, tal como ocorre entre pessoas, a sociedade guarda muito bem em sua memória as ocorrências sensíveis. Evidentemente, não se trata de neurônios. A memória da sociedade é composta por uma base simbólica que se materializa em discursos, práticas e objetos; na socialização em variados níveis e na organização de espaços públicos que se transformam em “lugares de memória”, como veremos adiante.

No Brasil há, igualmente, feridas de lenta cicatrização. A escravidão é aqui o interesse principal, a questão sensível a ser discutida e pensada, pois o ignominioso sistema no qual homens foram transformados em mercadorias não ficou circunscrito ao passado colonial/imperial. O racismo e a exclusão social foram e permanecem a base da organização social brasileira e cujos desdobramentos, para o bem ou para o mal, acompanham-nos até hoje. Tamanha dimensão já chegou a levar pensadores brasileiros a aventarem a possibilidade de existência de uma formação social *sui generis* em sociedades marcadas pela escravidão – o escravismo colonial. (LAPA, 1980). Uma proposição que teve pertinência, durante muito tempo, às análises sob a perspectiva marxista.

Da proposta de branqueamento às políticas de cotas, o tempo se incumbiu de distorcer a dor, pois como disse Jedlowski (2005, p. 102) “diferentemente da memória individual, o poder da memória coletiva pode aumentar com o passar do tempo”. O país rediscute o passado e os debates esquentam as academias, embora seja difícil aquilatar o quanto sejam capazes de provocar mudanças efetivas na sociedade. Hoje não se enxerga no horizonte autores de renome com inclinação racista, tal como Oliveira Viana. Um estudo como o de Nina Rodrigues seria repudiado a começar pelo seu título – As Coletividades Anormais (RODDRIGUE, 2006). O que há nas prateleiras das livrarias são pesquisas baseadas em múltiplas abordagens, acompanhando as tendências da própria sociedade, algumas das quais questionam essas tendências e os esquemas explicativos derivados de uma ciência dezenovista.

Com efeito, os movimentos culturais e sociais, assim como ações públicas de afirmação e inclusão, promovem mudanças significativas e mexem com essa questão tão delicada. Da teoria dos três P's (pão, pau e pano) ao "escravo de ganho" ou à "brecha camponesa"; da mitificação à desconstrução de Zumbi de Palmares enquanto herói; os exemplos podem ser estendidos para exemplificar a diversidade histórica de perspectivas conceituais, muitas vezes contraditórias e que se distanciam das abordagens clássicas, sejam elas racistas (Oliveira Viana) ou romancizadas (Gilberto Freyre).

Os estudantes do segmento especializado (historiadores, sociólogos, educadores e pesquisadores em geral) dispõem hoje de muitos estudos e perspectivas inovadoras e não cabe aqui uma teorização extensa sobre o tema – até porque me faltaria a competência necessária para produzi-la. O que pretendo salientar, porém, é que tais pesquisas e obras acompanham a tendência atual de quebra de paradigmas. O estudo dos processos históricos de criação da nacionalidade ou a fragmentação identitária de nossos dias incorporam vozes que até então eram desconhecidas, como a da mulher, por exemplo. E tais mudanças, ainda que não imediatamente, chegam à sociedade pela via escolar ou cultural em seus diferentes níveis (peças, documentários, novelas, entre outros).

O quadro promissor de mudanças não me faz comungar, porém, da convicção de um eminente estudioso da escravidão segundo a qual a escravidão "tal como se expressou nas Américas ou na Antiguidade, não passa de tecido morto" (FLORENTINO, 2005, p. 10). Como instituição, sim; mas não se trata de um morto qualquer. A escravidão asiática do XIX ou a escravidão da Antiguidade europeia pode ter sido esquecida ou superada, tal como o tempo se incumbe de tornar anônimo certos cadáveres. No caso brasileiro, e arrisco dizer, latino, não há como esquecer a escravidão, pois se está morta, atua como um fantasma que clama justiça. Ela é objeto direto e indireto de políticas, aulas, livros, pesquisas, obras de arte, interações sociais, movimentos e manifestações inseridas no cotidiano brasileiro. Trata-se de um exemplo de memória coletiva, nos termos de Hallwachs (2006) – aquela de que não precisamos participar diretamente para sentir os seus efeitos, mas que é capaz de mobilizar símbolos e assim unir os membros da sociedade em torno de um sentido majoritário (consenso). Esta definição permite entender como é possível lembrar o que sequer foi visto. Ao descrever didaticamente as memórias da memória social, Celso Sá (SÁ, 2005) nos apresenta os diferentes tipos de memória que compõem a base do senso comum (representação social). A escravidão se relaciona a

todas elas – e não é à toa que ocupa lugar de destaque nos programas de pós-graduação em história (FLORENTINO, 2005).

Um debate bizantino?

O que me motivou foi um fato cuja dimensão é pessoal, isto é, uma situação que teve a força de provocar incômodo e não estava, por assim dizer, prevista – não como mote para escrever um artigo. Sensação que pode ser enquadrada no plano teórico do constrangimento, isto é, quando em situações de interação social há embaraços ou desconforto pela presença do outro (GOFFMAN, 2011). O meu depoimento é pessoal e a intenção foi relacioná-lo, e assim, compreendê-lo a debates que ocorrem no âmbito das ciências humanas, notadamente na sociologia, na história e na psicologia social, aos quais tomei conhecimento por dever de ofício e formação. Um depoimento que pretende inserção na categoria do testemunho⁷, a descrição cuja força deriva da própria experiência de vida (Sarlo, 2007). Testemunho de vida articulado a teorias, embora não se relacione a um objeto de pesquisa no sentido estrito do termo. Narrativa ancorada em uma memória coletiva impregnada de escravidão, cujo fascínio é historicamente permeado de culpa e ambiguidades.

Antes de descrever o fato pessoal, pretendo situá-lo no contexto das teorias.

A sociologia de Durkheim destacou a existência de uma consciência coletiva, diferente da consciência dos indivíduos e que se expressa por meio de fatos sociais – aqueles que se comportam como “coisas” (DURKHEIM, 1978). Serge Moscovici demonstrou que as sociedades pensam e a expressão deste pensamento é a representação social⁹. A aceitação destas teorizações enquanto premissas acarretam a conclusão de que as sociedades tenham consciência, memória, pensamento e sentimentos/ressentimentos. Então, as sociedades – como aqui já se afirmou logo de início – são comparáveis às pessoas, comportam-se como estas, embora a elas não possa ser reduzida. É bom frisar que não foi utilizado o termo indivíduo e sim pessoas – uma opção teórica, como será visto mais adiante.

O grande problema é que a sociedade está em todos, manifesta-se a partir de seus membros e não existe sem esses. No plano do sujeito individualizado, sabe-se que a memória está nos neurônios; que a consciência e o pensamento ocorrem na mente, tanto quanto os sentimentos e os ressentimentos; reservando-se aos poetas a metáfora do coração. Quando se considera memória, consciência e pensamento em termos de

sociedade, porém, a questão torna-se complexa, porque o veículo que os conduz é o próprio homem e suas criações.

A sociedade transcende os indivíduos, embora não exista *per se*. Por outro lado, a ideia de indivíduo, tal como na antiga concepção atômica – de unidade indivisível e ponto de partida da realidade – essa concepção que deriva dos sonhos do capitalismo nascente – trata-se de uma perspectiva datada. Hoje as ciências humanas tratam de sujeitos, subjetividades, pessoas – noções plurais que articulam a tríade do conhecimento: o homem, as coisas e os demais homens. Ou seja, a sociedade não existe sem os seus membros que só existem como são por pertencerem a uma determinada sociedade e compartilharem de sua cultura e história. Essas questões fazem parte da tradição epistemológica das ciências sociais e receberam tratamento apropriado ao longo do tempo. Por exemplo, Norbert Elias demonstrou cabalmente como a sociedade produz simultaneamente a semelhança – os padrões sociais – e a diferença, as individualidades (ELIAS, 1994).

Não obstante a teorização vigorosa de muitos autores, a dicotomia persiste. Em parte apoiada na lógica econômica do capitalismo e das ideologias que lhe dão suporte; de outra parte, há um consenso de que é um debate importante do ponto de vista acadêmico, o que lhe garante perenidade, principalmente em sociedades que valorizam o individualismo. Tornou-se senso comum encarar a dicotomia indivíduo versus sociedade como uma temática anacrônica, embora não haja sinais de que vá desaparecer do cenário intelectual, até porque sempre aparecem novos defensores. Curiosamente, para negá-la, é preciso deixar que não seja esquecida.

Fio condutor até agora, o caso pessoal é, portanto, uma clara manifestação deste “social” que se apresenta como quadro simbólico capaz de dar sentido a um acontecimento gratuito, desses que brotam a toda hora no cotidiano.

O rol das temeridades

Entre a teoria acadêmica e a realidade há uma distância considerável. A dramaticidade da vida muitas vezes escapa ao texto, exceto na literatura, que consegue captar as cores fortes da vida cujo rigor conceitual da ciência muitas vezes deixa escapar. Autores como Balzac, Tolstói, Machado de Assis, entre outros, conseguiram retratar o seu tempo de forma simultaneamente histórica, sociológica e psicológica, sem possuírem qualquer pretensão científica. Já o pesquisador muitas vezes não dispõe de licença poética

e nem pode fazer concessões que comprometam o poder heurístico do seu texto – a única cidadela possível em tempos de pós-modernidade, já que afirmações de caráter determinístico ingressaram no rol das temeridades acadêmicas.

Trata-se, é verdade, de outra discussão sensível, mas há outras modalidades não ficcionais que buscam expressar um fenômeno sem utilizar recursos ou expressões literárias. O depoimento, por exemplo, tem a força de articular o fato e a teoria e assim ser portador da emoção, das dores e paixões geradas em contextos sociais significativos. É importante destacar que a narrativa em primeira pessoa não é considerada aqui um problema acadêmico e sequer uma transgressão aos cânones da boa ciência.

O problema da objetividade faz parte de uma tradição epistemológica que se tornou anacrônica. Hoje, a ousadia metodológica está na ordem do dia, embora também não seja este o caso da presente reflexão. A pessoalidade não nos remete sequer ao individualismo metodológico, pois aqui se considera que o eu/nós seja simultâneo: o caso pessoal é simplesmente o recorte máximo de um contexto socialmente construído e só tem sentido a partir dele.

O fato que irei narrar é uma manifestação de brasilidade; que tem relação com a memória coletiva de um país chamado Brasil. O que significa dizer: Compartilhar símbolos e sentimentos recebidos pela via da memória social. Não haverá, e nem poderia haver citações para efeito de ilustração ou embasamento, já que se trata de uma situação pessoal e que pode, admito, ter surgido a partir de uma sucessão de interpretações equivocadas. Porém, o que aqui se discute não é o caráter “verdadeiro” da descrição e sim o incômodo, a perturbação causada por um encontro ao acaso, no qual a memória da nação se fez presente.

De uma nação que entre muitas outras questões delicadas/sensíveis carrega o peso da instituição da escravidão. Não sou negro, o que sei da escravidão deriva dos bancos escolares e a minha reação se entende a partir de uma nacionalidade forjada a partir da escravidão. Uma temática que habita a memória, a consciência e o pensamento do meu país – contexto tão marcante a ponto de provocar um turbilhão contraditório de sentimentos ainda vivos, pois como destacou Le Goff (2003), a memória é de fundamental importância para a constituição de identidades. Por tais motivos, a escravidão faz parte do nosso presente, não sendo apenas um dado relegado às curiosidades de um passado distante. A escravidão permanece viva e capaz de provocar sentimentos/ressentimentos.

A criação de uma identidade nacional requer tempo e negociação coletiva, até que um consenso se estabeleça (MOSCOVICI & DOISE, 1991) e seus membros estejam tão convictos de sua existência a ponto de deixarem de lado suas inclinações pessoais. A nação emerge de um complexo amálgama que agrega língua, território e cultura (HOBBSAWN, 2008). No processo, que é continuamente tensionado, a memória social é mobilizada para buscar nos mitos e símbolos o perfil nacional ideal. Não se trata, porém, de uma negociação abstrata. Interesses políticos e econômicos permeiam as confrontações simbólicas. De acordo com Sarlo (2007, p. 10) “o tempo próprio da lembrança é o presente”, sendo assim, a nação não passa de mitistória. Do tempo em que foi problema ao tempo em que se transformou em solução, a negritude, para o mal ou para o bem, consolidou-se como ponto central da identidade nacional.

A intenção não é provocar suspense, deixemos então um pouco a teoria de lado para narrar de vez o fato.

Turismo sobre a dor

Tudo começou por conta da ideia que surgiu em minha família acerca de como deveríamos passar as férias do meio de ano. A escolha foi aproveitar uns dias em um hotel fazenda. Descanso e boa comida, eis os elementos básicos da decisão. Como aqui o interesse não é a exposição (ou denúncia), o nome do estabelecimento e qualquer circunstância que permita a identificação serão omitidos. O máximo que se pode dizer é que está situado no Rio de Janeiro, na região que outrora foi muito próspera por conta do cultivo do café. Hoje a quantidade de estabelecimentos que explora esse tipo de turismo é grande, havendo várias faixas de preço e opções de lazer. Geralmente existe uma senzala e um casarão com mobiliário de época – o casarão e a senzala formam um par simbólico para a construção de vários mitos importantes para o Brasil. É possível desconfiar da suposta fidedignidade histórica destes empreendimentos, cujo objetivo é, como qualquer outro negócio, o lucro.

Sabe-se que riqueza do café deslocou-se para outros centros, em buscas de melhores oportunidades econômicas, principalmente para São Paulo e Minas Gerais, mas o legado histórico é grande no Vale do Paraíba fluminense. Na atualidade, o *boom* para esse tipo de negócio se desloca para o Vale do Jequitinhonha em busca de tradições quilombolas. O turismo passou a ser uma grande fonte de recursos para municípios estagnados há mais de um século. A casa grande e a senzala, assim glorificados, são

capazes de atrair multidões sequiosas por diversão e pela boa comida do interior. A ideia é fazer com que o visitante sinta a ostentação dos barões e o infortúnio de seus escravos. Como foi dito, é possível desconfiar do trabalho de reconstituição, até que ponto de fato utensílios, mobiliário, reformas e restaurações são capazes de despertar o espírito de uma época na imaginação dos visitantes. Mas desconfiança igualmente pertinente faz-se acerca de qualquer preservação de cunho histórico. Não é de hoje que o historiador abandonou a pretensão de retratar fielmente o que passou. Voltemos, pois, ao hotel fazenda.

A paisagem monótona de pastos e pedágios retirou nossa animação inicial. Por conta de um trânsito infernal, só conseguimos chegar à noite ao estabelecimento; exaustos e famintos. O ar fresco era um presente generoso oferecido pelo que resta da Mata Atlântica. E assim, logo que a papelada foi preenchida e as malas atiradas a um cantinho qualquer do belo quarto, imediatamente nos dirigimos ao restaurante. Podíamos nos movimentar com tranquilidade, já que não estávamos em alta temporada e havia poucos hóspedes.

O marketing do hotel se esmera em destacar a todo instante o cunho histórico do estabelecimento, refletido tanto nas instalações quanto no próprio cardápio, sem contar outros curiosos detalhes. O grande destaque é a feijoada, como era de se esperar. Aplacada a fome por vorazes garfadas, algo me chamou subitamente a atenção: Todos os comensais eram brancos enquanto os que serviam eram negros. Comentei o assunto com minha mulher, que também havia experimentado o mesmo estranhamento. Ainda assim, procuramos creditar à coincidência a situação. Afinal, há pessoas que precisam de trabalho, no caso, os garçons; e outras, precisam de descanso, nós. Simples assim, uma questão de mercado de trabalho. E logo esqueci o assunto (“outras, precisam de descanso, nós”). O desconforto foi logo trocado por novos confortos e aperitivos.

No dia seguinte, encontrei bem cedo um dos rapazes do restaurante. Eu fazia minha habitual caminhada e reconhecimento do local que, a propósito, é belíssimo. Avistei o rapaz que, na noite anterior, era garçom; agora, estava envolvido em outra tarefa, tinha o semblante focado e brilhoso de suor. A mesma roupa branca de época, de um tipo que talvez fosse usada por escravos no passado. Resolvi cumprimentá-lo e acrescentei: “Rapaz, você está em todas! Como trabalha hein”? Ele, sem entusiasmo na voz e com olhos baixos, quase murmurou: “É sempre um prazer servi-los. Nós temos muito prazer em servir pessoas especiais como vocês”.

Cada qual foi para o seu lado, após mais um tradicional cumprimento – “bom dia”. E novamente fui tomado pelo desconforto. Pensei: “Ora, são seis e pouca da manhã de sábado e o sujeito me responde desta forma! Prazer? Servir?” Suspeitei que fosse uma resposta decorada, produto de treinamento de pessoal, do tal marketing – tudo muito profissional e exato. Ou seria assim mesmo? Apenas uma conversa trivial? Mais um daqueles desconfortos provocados por uma situação de proximidade entre opressor e oprimido? Eu, branco, desfrutando; ele, negro, servindo. Será que a tal consciência política não nos deixa nunca em paz? E o resto da caminhada eu me dediquei a tais pensamentos.

Minha mulher novamente me recomendou cautela, embora eu tenha percebido que o relato havia lhe provocado também algum desconforto. Ela deixou escapar uma frase com algum grau de tristeza: “aqui, até parece que somos os senhores...” O céu sombrio, tão carregado, dizia ao meu coração reflexivo que ainda haveria mais.

No dia seguinte, uma apresentação de capoeira. À noite, o espaço foi arrumado em uma área ampla e bonita. Praticamente todos os hóspedes estavam ali, sentados em cadeiras dispostos em círculo. O espetáculo começou com a palestra de um mestre capoeirista. Jovens negros entoaram cânticos e dançaram a capoeira, o jongo, o samba de roda e o maracatu. Enquanto as velas e a chuva pelejavam, o ambiente adquiriu um ar soturno. Havia promessa no ar de chuva forte.

Encerrada a programação, fomos levados a um espaço que se apresentava como um museu da senzala e no qual diversos instrumentos e apetrechos receberam explicação histórica. Havia um mestre: um homem simples que exalava conhecimentos e dignidade. Orgulhoso de suas raízes, culto e bem falante, um estudioso do mundo africano e afro-brasileiro, deu-nos uma baita lição. Ainda posso ouvi-lo: “nós negros não precisamos de cotas ou ajudas deste tipo, tudo o que conseguimos desde os tempos dos nossos antepassados foi conquistado com muita luta. Não queremos ajuda e sim condições iguais”. Outra questão sensível.

A caminho do restaurante, mais ou menos uns vinte minutos após o encerramento, outra cena me provocaria novamente. Na penumbra de um espaço contíguo ao local do evento, o grupo de dançarinos negros e seu líder abriam *tupperwares* – potes de plástico utilizados geralmente para guardar comida. Procurei não especular e esquecer-los, pois ser chato é uma coisa, mas ter um superego chato é o cúmulo da chatice. Ainda assim, no dia seguinte, resolvi perguntar a uma funcionária do hotel sobre o conteúdo dos *tupperwares*.

“O que havia lá?” Ela respondeu: “Cachorro-quente, molho, pão. Eles ganharam para jantar...”. O ambiente escuro me trouxe à mente gravuras de tumbeiros: As agruras de alguém capturado à força e vendido como animal em terras distantes.

Eles são artistas regidos por um autêntico mestre – no sentido antigo da palavra mestre. Pensei: “Por que não foram convidados para jantar lá no restaurante? E se fossem brancos, eles seriam convidados a jantar ou comeriam cachorro-quente na semiescuridão?”

Talvez fosse mais profissional que, uma vez terminada a apresentação, guardassem seus apetrechos e simplesmente fossem embora. O hotel não tem obrigação de alimentá-los, eu sei, não há legislação com tal obrigatoriedade. O fato é que vê-los daquela forma, alimentando-se a partir de embalagens plásticas, em improvisados bancos e mesas, novamente me acometeu a incômoda imagem da escravidão. Imagens que derivam dos poemas de Castro Alves, das pinturas de Rugendas e Debret, dos filmes e novelas, entre tantas outras formas de representação que condensa em um único e tenebroso nome: tumbeiros. Um amálgama difuso e incômodo de imagens que me sugere dor e revolta e que me acompanham desde os tempos de infância até às denúncias de exclusão e preconceito que leio nos jornais. A imperiosa necessidade da psique humana de atribuir sentido é devoradora de imagens que circulam em sociedade. Neste sentido, o imaginário sobre a escravidão é uma fonte inesgotável de representações.

O capitalismo se nutre da criação constante de mercadorias e até o ser humano foi transformado historicamente em objeto de negociação no mercado. No caso do turismo histórico, todo o imaginário que envolve a escravidão é a embalagem com que se oferece o negócio, embora haja o risco de interpretações incômodas e reações como a que experimentei. Minha esposa foi taxativa: *não volto mais a esse lugar*. Não sei se os demais hóspedes experimentaram desconforto semelhante, pois não fiz e nem pretendo fazer qualquer tipo de pesquisa empírica para verificar a possibilidade. Como já disse, o incômodo experimentado é mais importante à discussão aqui empreendida que a própria veracidade do fato.

Da experiência, resta a convicção de que o passado do país está bem vivo e se mantém a partir de relações sociais pautadas na desigualdade, na exclusão e em um imaginário construído historicamente. O que poderia ser expresso ainda de outra forma: os lugares de memória, conceito do historiador Pierre Nora (NORA, 1993), articulam-se a um complexo emaranhado de símbolos e representações sociais que presidem nossas

interações no cotidiano. São laços que conferem sentido à vida em coletividades e nos permitem entender como é possível, por exemplo, a perpetuação da desigualdade. Os bolsões de pobreza que sustentam até hoje a riqueza do país estão relacionadas diretamente à escravidão, contexto que mantém e produz violência em escalas variadas, da miséria ao preconceito racial.

O que se pode concluir

Os manuais de metodologia prescrevem (prescreviam) a impessoalidade como o tom adequado à redação científica; a intenção seria a de conferir “imparcialidade” ao texto acadêmico. Tais recomendações pretendiam banir assim a principal marca da subjetividade, o eu. Eventualmente, algum autor consagrado se insurge contra a impessoalidade na escrita científica. Um bom exemplo é a narrativa que Georges Duby faz acerca de sua trajetória intelectual (DUBY, 1993). A busca por objetividade e neutralidade foram os cânones de uma ciência sem rosto e sem responsabilidades. A assepsia no trato com o objeto, principalmente quando se trata de objetos humanos, teve como consequência a alienação da consciência e a barbárie – no sentido de práticas que violam os direitos básicos das pessoas.

A divisão entre partidários de uma ciência subjetiva e aqueles que pregam a objetividade ainda motiva debates acalorados, assim como outros temas e instituições típicos de um passado que se torna cada vez mais distante. Hoje, com tantas mudanças em curso, a ciência tem sido pressionada a mudar seus parâmetros, havendo uma grande profusão de abordagens e metodologias que desafiam o saber oficial. Já foi o tempo em que somente as abordagens da antropologia eram consideradas extravagâncias.

Neste sentido, a associação entre uma discussão teórica “pesada” e um caso pessoal não se constitui em transgressão tão surpreendente assim. Ao refletir sobre uma situação incômoda que experimentei no hotel fazenda, pude compreender na pele uma discussão que me acompanha e marca do ponto de vista identitário.

Desta forma, uma questão que era puramente sociológico tornou-se psicossociológica, posto enredar afetivamente um domínio que se achava confinado ao meu conhecimento pessoal e acadêmico. Ou seja: usei a base teórica que compõe a minha formação intelectual para tentar compreender um sentimento/ressentimento que habita a memória de um país chamado Brasil e afeta a mim enquanto brasileiro.

Com efeito, a escravidão é tema recorrente em estudos dedicados à identidade brasileira. O artigo que ora é encerrado não propôs a cotejar tais estudos ou realizar algum tipo de análise empírica aplicada a um objeto de pesquisa. A intenção explicitada desde o início foi compreender uma perturbação pessoal e utilizá-la como ponto de partida para discutir temas caros às ciências humanas. Assim, vimos como a memória coletiva foi capaz de interferir nas interações face a face, evidenciando a lógica própria e autônoma da atividade social. Por força de símbolos compartilhados social e historicamente, a escravidão provoca ações e situações no cotidiano. De um lado, a exuberância da cultura negra como parte da sociedade brasileira, incensada a quatro ventos; de outro, a exclusão e o preconceito que provocam conflitos e situações de perplexidade a todo instante. Em meio a isso tudo, eu.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.
- BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- DOMINGUES, José Maurício. **Do Ocidente à modernidade**: intelectuais e mudança social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Abril, 1978 (Os Pensadores).
- ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERRO, Marc. **Os Tabus da História**. Rio de Janeiro Ediouro, 2003.
- FLORENTINO, Manolo (organização). **Tráfico, cativo e liberdade**. (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Organizadores). **Conquistadores e negociantes**: História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação**: Ensaio sobre o comportamento face a face. Petrópolis/Rj: Vozes, 2011.
- GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JEDLOWSKI, Pedro. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. *In*: SÁ, Celso Pereira de. (Org.). **Imaginário e Representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os Contextos do Saber**: representações, comunidade e cultura. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003. 5ª edição.

MOSCOVICI, Serge. **A máquina de fazer deuses**: sociologia e psicologia. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

_____. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, Serge & DOISE, Willem. **Dissensões e Consenso**. Uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, nº 10, p. 07-28, dez.1993.

PARSONS, Talcott. **Sociedades**: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo: Livraria Pioneira Moderna, 1969.

REVEL, Jacques (Organizador). **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, Nina. **As coletividades anormais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

SÁ, Celso Pereira de. As memórias da memória social. *In*: SÁ, Celso Pereira de (Org.). **Imaginário e Representações sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia. das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAWAYA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*: SAWAYA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: Análise psicossocial da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2006.

SIMMEL, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**. Mana [online]. 2005, vol.11, n.2, pp. 577-591. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27459.pdf>>. Acessado em 16/11/2015.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

REFORMA AGRÁRIA SE FAZ COM OS HOMENS, NÃO COM A TERRA: A “LEI DO BOI” E A QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Wallace Lucas Magalhães¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo aborda a Lei Federal nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida popularmente como “lei do boi”, que criou uma reserva de vagas nas escolas técnicas de ensino médio e escolas superiores mantidas pela União, nos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária, a candidatos que comprovassem relação com a agropecuária. O foco é a análise da relação entre a lei e a qualificação da força de trabalho voltada para a agropecuária durante uma fase do desenvolvimento da agricultura capitalista.

Palavras-chave: Reforma agrária; “lei do boi”; força de trabalho.

AGRARIAN REFORM IS DONE WITH MEN, NOT WITH THE EARTH: THE "LEI DO BOI" AND THE QUALIFICATION OF THE WORKFORCE

Abstract: This article discusses Federal Law nº 5,465, of July 3, 1968, popularly known as "lei do boi" which created a reserve places in high school technical schools and colleges maintained by the Union in Agronomy and Medicine courses veterinary, the candidates which would conclusively prove relationship with agriculture. The focus is the analysis of the relationship between the law and the qualification of dedicated work force for agriculture during a phase of the development of capitalist agriculture

Keywords: agrarian reform; "lei do boi"; workforce

Introdução

Proposta em 1968 pelo deputado Ultimo de Carvalho (PSD/ARENA-MG), a Lei Federal nº 5.465 foi mais uma das medidas voltadas para a intensificação da produtividade no campo, cujas propostas foram discutidas tanto no âmbito da sociedade política como da sociedade civil. “Modernizar para conservar” foi uma das bandeiras de frações da classe dominante agrária, principalmente quando as discussões sobre a desapropriação por interesse social se tornaram intensas, em especial após a Constituição de 1946. A reforma agrária havia se tornado uma demanda reivindicada por partidos políticos,

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestre em História pelo mesmo programa. Membro do Grupo de Estudos sobre o Agro Contemporâneo (GEAC), onde atua nas áreas de Estado, atores sociais e políticas de desenvolvimento para o meio rural no Brasil e Organização, ação e representação política do patronato rural e agroindustrial no Brasil. E-mail: luckasoab@yahoo.com.br

movimentos sindicais, igreja católica e pelas Ligas Camponesas, sob argumentos diversos, como a democratização do acesso à terra, a baixa produtividade dos latifúndios e a necessidade de aumento da produção. Por outro lado, a propriedade privada era defendida como um dos pilares da democracia, tendo a própria Constituição como sua guardiã. O incentivo à industrialização e o suposto “abandono” da agropecuária pelo Estado se tornou um discurso constante na defesa da terra, pois o problema não estava na concentração fundiária, mas na falta de apoio técnico e financeiro que fomentasse a produção, além da ausência de braços para a lavoura, marcada pelo êxodo para o setor industrial. Para a classe dominante agrária, a terra não era o objeto da reforma agrária. A “reforma” deveria ser conduzida através de processos de mecanização, incentivos fiscais e qualificação da força de trabalho pela educação. Projetos de educação formal e também informal, como a extensão rural, foram implementados nesse sentido, sendo o último privilegiado frente o primeiro.

A metodologia adotada busca reconstruir a ligação entre o proponente da lei e a classe dominante agrária através de sua atuação parlamentar na defesa de questões pertinentes ao mundo rural, tendo como fontes principais as notas taquigráficas dos discursos parlamentares e correspondentes Diários do Congresso Nacional, entrelaçando ao período histórico através da bibliografia pertinente ao tema.

Neste contexto, o trabalho analisa o discurso político sobre a “reforma agrária” que desqualificava a desapropriação por interesse social como principal instrumento da reforma agrária e invocava questões como a transformação das relações de produção, modernização da agricultura capitalista e qualificação da força de trabalho pela educação, fenômenos interligados que passam a ser analisados.

A constituição de 1946 e a desapropriação por interesse social

A Constituição Federal de 1946 foi a primeira que, de forma explícita, trouxe a previsão da desapropriação por interesse social, tendo como destinatário não o Estado, como nos casos da utilidade pública, mas toda a coletividade, representada por grupos em situação de risco ou conflito. Os debates da constituinte que promulgou tal dispositivo tinham como aglutinador de posições o conflito entre os limites do direito individual e o

coletivo, além da intervenção do Estado na propriedade. Para Tapia², o cerne do debate entre conservadores e progressistas estava no enquadramento jurídico, político e social da propriedade como direito e garantia individual (artigo 141, § 16), ou como direito tutelado pela ordem econômica e social (artigo 147). Para os progressistas, o enquadramento da propriedade na ordem econômica e social significava adequá-la a um conjunto de valores mais amplos, e não apenas ao direito individual, abrindo espaço para as medidas reformistas, consolidando a propriedade como instrumento de bem-estar social, principalmente nas áreas improdutivas.

Mesmo sendo aprovada a desapropriação por interesse social, a reforma agrária através desse instrumento se tornou ineficaz, dada a blindagem em torno de tal previsão. O § 16 do artigo 141 previa que era “garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro”.³

A necessidade de se indenizar previamente e em dinheiro fez da desapropriação por interesse social “letra morta” na Constituição. Para Tapia⁴, a manutenção de terras improdutivas era considerada um obstáculo tanto para os programas destinados a produção de alimentos, como o Plano Salte do governo Dutra (1946-1951) quanto para os de desenvolvimento (segundo governo Vargas, 1951-1954). A reação dos grupos progressistas à ineficácia da desapropriação por interesse social se tornou cada vez mais constante no Legislativo, *locus* decisivo da questão agrária.⁵

² TAPIA, J. R. B. **Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil: 1946-1964**. Dissertação de mestrado (Ciência Política). Departamento de Ciências Sociais. UNICAMP, SP. 1986, p. 41.

³ BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 3 mar 2015.

⁴ TAPIA. Op. Cit., p. 56 a 276.

⁵ O que se denomina aqui por “questão agrária” foi retirada da obra de José Graziano da Silva, em que o autor diferencia “questão agrária” e “questão agrícola”, definindo que “a questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças da produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz”. Porém, nessa separação, alerta o autor: “agrícola é apenas um recurso analítico. Evidente que na realidade objetiva dos fatos não se pode separar as coisas em compartimentos estanques, ou seja, a questão agrária está presente nas crises agrícolas, da mesma maneira que a questão agrícola tem suas raízes na crise agrária. Portanto, é possível verificar que a crise agrícola e a crise agrária, além de internamente relacionadas, muitas vezes ocorrem simultaneamente. Mas o importante é que isso não é sempre necessário. Pelo contrário muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária”. SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 1º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980

. Essas reações podem ser visualizadas através de alguns projetos que buscavam regulamentar, mesmo que de forma tímida, aspectos da questão agrária, como o de nº 100 de 1947, de autoria do deputado Nestor Duarte (UDN-BA), que buscava regulamentar o regime de lavoura nas terras agrícolas e o povoamento das mesmas, regulamentando as condições de trabalho em parceria e renda, e o projeto denominado “Afrânio de Carvalho”, proposto no mesmo ano, cujo foco era disciplinar o complexo de relações econômicas e sociais do universo agrário através da regulamentação dos artigos 147 e 156 da Constituição Federal.

A partir de 1951, através de estudos da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA), o governo Vargas buscou de forma concomitante solucionar as questões agrária e agrícola. Integradas ao plano de industrialização, a modernização da estrutura agrária e a política agrícola (através da mecanização do setor, concessão de créditos e financiamentos, além de um sistema que integrasse armazenamento e comercialização de produtos agrícolas) assumiram papel fundamental para o crescimento contínuo e estável da produção nacional, consolidando a autonomia do Estado em relação à importação de determinados produtos.

A partir de orientações da CNPA, o Poder Executivo tentou regulamentar a desapropriação por interesse social através do Projeto de Lei nº 3.406, de 1953.⁶

A defesa da propriedade privada como esteio da democracia era argumento constante dos setores conservadores, tanto na sociedade civil⁷, quanto na sociedade política. Neste campo, destaca-se a atuação de Ultimo de Carvalho (PSD/ARENA-MG).

Agricultor, médico veterinário e engenheiro graduado pela Escola de Agronomia e Veterinária de Belo Horizonte, o deputado exerceu várias funções ligadas ao ramo da agropecuária como veterinário e engenheiro topógrafo da Secretaria de Agricultura de Belo Horizonte, além de diretor comercial da Cooperativa Central de Produtores de Leite (CCPL), no Rio de Janeiro. Politicamente, foi um dos fundadores da Legião de Outubro, organização criada em Minas Gerais com o objetivo de oferecer sustentação política ao regime pós-1930, além de se tornar uma alternativa política frente ao Partido Republicano

⁶ BRASIL. **Projeto de lei nº 3.406, de 1953**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua efetivação. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em 12 fev 2014

⁷ Defensoras do “sagrado direito de propriedade” na sociedade civil podem ser destacadas algumas entidades do patronato rural, como a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Para mais, ver MENDONÇA, Sônia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente (1964 – 1993)**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

Mineiro (PRM) e um dos fundadores do Bloco Parlamentar Revolucionário, um agrupamento pluripartidário que apoiava o regime civil-militar pós-1964.⁸ No Congresso Nacional esteve ligado ao PSD até 1965, quando passou a pertencer aos quadros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Iniciadas na atividade legislativa de 1955, as atuações de Ultimo de Carvalho sempre foram marcadas pelo intenso debate sobre questões do universo agrário nacional, como as discussões em torno do Projeto de Lei nº 4.264-B de 1954, de autoria do Poder Executivo, que estendia o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e da legislação complementar aos trabalhadores rurais.⁹

Todavia, ganham destaque os posicionamentos do parlamentar quanto à defesa da propriedade privada e suas reações às tentativas de desapropriação por interesse social, pautadas na deformação conceitual de reforma agrária.¹⁰

A “reforma agrária” já existe: a atuação de Ultimo de Carvalho na defesa da propriedade

Reproduzindo o posicionamento dos setores conservadores, a “reforma agrária” defendida por Ultimo de Carvalho deveria ser conduzida através de incentivos à modernização e do aumento da produtividade, principalmente através da qualificação da força de trabalho, sem alteração da estrutura de posse e propriedade da terra. Êxodo rural, falta de apoio do Estado e “demagogia agrária” (entendida como discurso proferido pelas correntes reformistas) eram fundamentos constantes na defesa da propriedade.

Em sessão ocorrida em 10 de julho de 1957, o parlamentar argumentou que o aumento de terras improdutivas no Brasil decorria não da concentração fundiária, mas do êxodo rural, pelo qual trabalhadores rurais saíam de suas terras, deixando-as incultas e improdutivas.¹¹

⁸ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc>, acesso em 18 de nov de 2014

⁹ BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.264, de 1954**. Estende o regime jurídico da consolidação das leis do trabalho e de sua legislação complementar aos trabalhadores rurais e manda-lhes aplicar, nos casos em que dispõe, a legislação de previdência social. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em 17 ago 2014, 1954a

¹⁰ Para José Gomes da Silva, a deformação conceitual da reforma agrária constitui um dos instrumentos da contra-reforma, por meio da qual se defende uma “reforma agrária” sem alteração da estrutura fundiária e dos mecanismos de posse e uso da terra, além das relações sociais dela decorrentes. Para mais, ver SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1971, p. 37 e 38

¹¹ BRASIL. **Diários do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. de 11 de julho de 1957, p. 4710 e 4711.

Diante da pressão dos movimentos favoráveis à reforma agrária, em discurso realizado em 28 de julho de 1961, o parlamentar reafirmou sua posição “ruralista”¹² ao defender a “reforma agrária” sem a alteração da estrutura fundiária vigente. Para ele, as soluções apresentadas para o fortalecimento de uma economia agrícola superada eram ineficazes e de complicada concretização. Para o deputado, a reforma agrária deveria ser seguida à reforma da Constituição no tocante à tributação do imposto territorial, defendendo que essa “deveria ser a primeira providência porque somente tributando as terras, somente com uma legislação nacional para as terras improdutivas é que poderíamos abrir uma larga estrada para a reforma agrária”.¹³

O conflito entre “democratas” e progressistas ganhou destaque no cenário geopolítico da Guerra-Fria quanto à reforma agrária. O conservadorismo vinculava a ação reformista ao comunismo, a ações antidemocráticas e à instabilidade política. Nesse sentido, encontramos manifestações de Ultimo de Carvalho:

Não somos contra a reforma agrária. Nunca fomos contra a reforma agrária. Todo o país é testemunha de nossa pregação por uma estrutura agrária. Perguntem aos homens de nossa valorosa imprensa escrita, falada e televisionada se o que somos nós fomos sempre. Indaguem os democratas e comunistas (...) se não dialogamos com eles, em praça pública e com risco de nossa vida em defesa de uma estrutura agrária para a nossa Pátria. Procurem saber das “camponesas” de Campo Grande, em Mato Grosso que de Campos só conhecem o sobrenome do Sr. Ministro do Planejamento se não debatemos com elas frente a frente a reforma agrária com outros problemas nacionais. Há, entretanto, uma grande diferença entre a nossa – a reforma agrária dos democratas e a deles – a reforma agrária dos comunistas. A nossa, é a reforma agrária com a Constituição; a deles é a reforma agrária contra a Constituição. A nossa é a reforma agrária que dá; a deles é a reforma agrária que toma. A nossa é a reforma agrária que liberta; a deles é a reforma agrária que escraviza. A nossa é a reforma agrária com Cristo; a deles é a reforma agrária com Satã. A nossa é a reforma agrária para o homem; a deles é a reforma agrária para o Estado. (...) A nossa é a reforma agrária para o Brasil; a deles é a reforma agrária para Moscou¹⁴

¹² O conceito de ruralismo aqui empregado é retirado de Mendonça, que o define como “*um movimento político* de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil - tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política - bem como os conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participam”. Para mais, ver MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. Editora Hucitec: São Paulo, 1997

¹³ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I, 29 jul de 1961, p. 5.205 e 5.206.

¹⁴ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 28 out de 1964, p. 9.595, 1964a.

A blindagem da propriedade privada descrita na Constituição de 1946 era outra forma do combate ruralista à redistribuição de terras. A “força jurídica da Constituição” era uma de suas bases discursivas contra as propostas de reforma agrária em seus múltiplos pontos. Em discurso proferido em 6 de fevereiro de 1962, Ultimo de Carvalho ratificou sua concepção sobre as formas de instrumentalização da reforma agrária. Na discussão do Projeto nº 4.389-A/54¹⁵, de autoria do deputado Coutinho Cavalcanti (PTB-SP), o parlamentar destacou mais uma vez a impossibilidade de se efetivar a reforma agrária sem alteração dos dispositivos constitucionais que respaldavam as desapropriações. Em suas palavras:

Reforma agrária, nos termos expostos nas proposições em tela, isto é, assentadas sobre a expropriação da terra, só poderá ser feita em moldes revolucionários. Esta Casa não conseguirá enquadrar uma proposição de reforma agrária baseada na expropriação da terra, na expropriação violenta, sem pisar a Constituição, sem infringir os postulados legais da Lei Magna que rege o regime em que vivemos. Porque desapropriação de terras só poderá ser feita dentro dos termos em que a Lei Magna determina, com indenização por justo preço, por preço convencionado pela Justiça¹⁶

O fim da década de 1950 e início dos anos 1960 foram marcados pela intensificação dos conflitos pela terra e pela atuação de agentes favoráveis à reforma. A atuação conjunta desses agentes no Legislativo e Executivo, além da ação das Ligas Camponesas¹⁷ fomentou o amparo da classe dominante agrária ao golpe civil-militar de 1964. Para Mendonça¹⁸, o apoio do patronato rural, em especial da SRB e da SNA, foi caracterizado não como forma de combater os projetos de redistribuição da propriedade, mas pelo temor aos movimentos sociais capazes de legitimar a reforma agrária “na marra”.

Porém, o novo regime político não se manteve inerte à reforma agrária, gerando reações imediatas por parte dos representantes do patronato rural.

Uma das medidas mais atacadas pelos ruralistas foi a proposta de emenda constitucional nº 10, de 1964, apresentada pelo presidente Humberto de Alencar Castelo

¹⁵ BRASIL. **Projeto de Lei nº 4.389-A/54**. Institui a reforma agrária. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1218014&filename=Avulso+-PL+4389/1954. Acesso em 15 out 2014, 1954b.

¹⁶ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 7 fev de 1962, p.101. 1962a.

¹⁷ TAPIA. *Op.Cit.*, p. 460.

¹⁸ MENDONÇA. *Op. Cit* (2010), p. 40.

Branco, que buscava regular os mecanismos da desapropriação, dentre eles o pagamento das indenizações via títulos da dívida pública, além de definir critérios de competência, tanto do Legislativo, como a competência para legislar sobre direito agrário, quanto do Executivo, referente a tributação.¹⁹

Acompanhado da proposta de emenda constitucional, o governo encaminhou, através da mensagem 33/64, o projeto de lei nº 26/1964, dispondo sobre o Estatuto da Terra.

As reações de Ultimeo de Carvalho à proposta de emenda constitucional e ao Estatuto da Terra foram imediatas. Em discurso realizado em 24 de junho de 1964, o parlamentar relatou que as iniciativas representavam o esquecimento do passado recente e não estavam relacionadas ao interesse do povo, uma vez que a reforma da Constituição desencadearia o desaparecimento do direito de propriedade, uma das bases da “revolução de 1964”. Segundo ele:

Não coloquemos o problema da reforma agrária em base de dar terra a quem não a tem. Absolutamente, porque no Brasil, dois milhões de homens possuem menos de 100 hectares e morrem de fome em cima da terra. Então, não é possuir a terra que resolve o problema. Absolutamente. É o financiamento, é a exploração, é tornar a terra produtiva [...] vamos estruturar nossa agricultura em moldes modernos e, depois se a prática demonstrar que é indispensável que um proprietário rural perca o direito a sua propriedade – porque o bem-estar social está acima do bem-estar individual – então, sim, façamos essa reforma [...] o problema reside no homem. Por quê? Porque o instrumento para a reforma agrária é o homem. Quem vai plantar, quem vai cultivar, quem vai criar, quem vai despertar a produtividade da terra? É o homem²⁰

Assim como a proposta de emenda constitucional nº 1/63, a de nº 10/64 era constantemente questionada por violar o direito de propriedade, além de gerar instabilidade econômica e social para os desapropriados:

Ora, reforma-se a Constituição para que o Poder Público pague em títulos o que se manda pagar em dinheiro, é violar o direito fundamental de uma democracia, o de propriedade. Porque o título público, qualquer que ele seja, não tem o valor comercial da moeda. O desapropriado no

¹⁹ BRASIL. **Proposta de Emenda Constitucional nº 10, de 1964**. Altera os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 17 out de 2014, 1964b

²⁰ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 25 jun de 1964, p. 4.723 a 4.726, 1964c.

dia em que for despejado de sua ex-propriedade necessita de casa e alimentos para atender às necessidades da família. Como adquirir alimentos e moradia se o poder liberatório dos títulos idealizados pelos infieis democratas que cercam este Governo está restrito ao pagamento de 30% do imposto territorial do contribuinte²¹

A neutralização dos movimentos sociais favoráveis à reforma agrária a partir de abril de 1964 fortaleceu uma contradição na visão dos representantes do patronato rural. Dada a ausência de movimentos populares que defendessem a reforma, qual o motivo para se levar à frente um projeto de reforma agrária? Essa posição foi bem destacada por Ultimo de Carvalho:

Por que se teima em pressionar o Congresso Nacional para uma reforma da Constituição com vistas à reforma agrária? Por que se teima em privar do direito de propriedade a quem a possui para entregá-la a quem não está pedindo? Por que se teima em abolir um dos quatro direitos invioláveis do cidadão sobre a intangibilidade dos quais repousa a nossa democracia?²²

A aprovação da emenda constitucional representou o que, em discurso realizado em 6 de novembro de 1964, Ultimo de Carvalho classificou como a batalha em que foi derrotado o direito de propriedade, e afirmou que “pela madrugada de hoje consumou-se o assalto ao direito de propriedade que a Constituição Brasileira reconhecia como inviolável”, e concluiu “de hoje em diante pode ser escrito nas porteiças das propriedades rurais: esta terra é do Governo”.²³

Ainda em novembro daquele ano foi promulgada a lei nº 4.504, o Estatuto da Terra, representando uma proposta modernizante, porém moderada do ponto de vista reformador, uma vez que, embora prevista a regulamentação da questão agrária, enfatizou-se a política agrícola, o que para Tapia marcou a vitória do pensamento reformista-moderado quanto à reforma agrária, identificada como um processo necessário no contexto de expansão capitalista e desenvolvimento industrial em andamento. Daí a continuidade do governo militar em levar adiante um programa de reforma agrária, mesmo após a derrota dos movimentos sociais e forças populares que reivindicavam tal medida. O combate à estrutura agrária atrasada era demandada por várias forças sociais, inclusive setores da classe dominante agrária. Não se tratava, em regra, do conflito entre

²¹ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 15 out de 1964, p. 8.960, 1964d.

²² BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 17 out de 1964, p. 9.077, 1964e.

²³ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 7 nov de 1964, p. 10.133, 1964f.

reformular ou não reformar, mas de como se daria essa reforma e os objetivos a serem alcançados. Para o autor:

Após décadas de lutas, polêmicas e debates, finalmente uma lei de reforma agrária fora aprovada. Porém, tal fato ocorreu numa conjuntura caracterizada por um esforço considerável do poder intervencionista do Estado, por uma forte repressão às lideranças políticas e sindicais, vinculadas aos setores nacionalistas e pela desarticulação dos movimentos rurais, duramente atingidos pelo governo militar. As novas condições políticas surgidas com a derrota do nacional-desenvolvimentismo, a partir de abril de 1964, permitiram aos setores dominantes aprovar uma lei de reforma agrária atendendo satisfatoriamente ao grande dilema do reformismo moderado: iniciar um processo de modernização da agricultura com um mínimo de ruptura política²⁴

O Estatuto da Terra foi promulgado com caráter contraditório, abrangendo aspectos distributivos, regulados pela política agrária, e produtivistas, previstos na política agrícola. Essa dicotomia foi uma construção decorrente do conjunto de negociações em que quase todos os substitutivos apresentados condenavam o anteprojeto por “subordinar em demasia o conceito de reforma agrária ao regime de posse e uso da terra”.²⁵

No campo institucional, umas das marcas da dicotomia entre política agrária e política agrícola foi a criação de dois órgãos, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), vinculado à Presidência da República, responsável pela política agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), ligado ao Ministério da Agricultura, responsável pela política agrícola, culminando na pouca efetividade do Estatuto da Terra quanto à questão agrária.

Como destacam Pereira e Alentejano²⁶, a política agrária implantada após 1964 e regulamentada pelo Estatuto da Terra foi direcionada para a racionalização da propriedade rural e dos seus mecanismos de exploração, enfatizando a empresa rural

²⁴ TAPIA. Op. Cit., p. 551.

²⁵ BRUNO, R. A. L. . **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 4, p. 5-31, 1995

²⁶ PEREIRA, João M. M. ; ALENTEJANO, P. R. R. . **El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio**. In: Guillermo Almeyra; Luciano Concheiro Bórquez; João Márcio Mendes Pereira; Carlos Walter Porto-Gonçalves. (Org.). *Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)* Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. 1ed. México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana (Xochimilco), CLACSO, Peña Lillo Continente, 2014, v. 1, p. 63-136

como modelo de propriedade rural técnica, moderna e produtiva, vetando-se sua desapropriação.

Para Delgado, todo o aparato institucional foi determinante na intensificação da modernização da agricultura capitalista, cujo período de 1965 ao final da década de 1970, marcado pela abertura ao capital estrangeiro, intensificou a demanda de produtos agrícolas pelo mercado não agrícola (nacional e internacional), além da mercantilização das relações econômicas no campo.²⁷ A articulação entre Estado (e suas políticas de desenvolvimento da agricultura) e capital financeiro foi efetivada através da concessão de crédito agrícola voltado para a diversificação da agricultura, ocorrendo a institucionalização do crédito pela via bancária. Um ponto fundamental de suas análises foi a formação de um bloco de interesses voltado para a modernização do setor agrícola, articulando interesses do Estado, do capital financeiro (industrial) e de grandes e médios proprietários rurais. Para o autor, a consequência da inserção do capital financeiro na agricultura foi a concentração da produção, em regra nas grandes propriedades, elevada produtividade do trabalho, baixo nível de emprego permanente, instabilidade de pequenos e médios produtores, além da formação de um conglomerado de capitais. Nesse contexto, ocorre a diversificação do capital investido na produção agrícola, principalmente através da fusão de empresas direcionadas a diversos setores da economia capitalista.²⁸

O aparato do Estado ao desenvolvimento da agricultura capitalista foi amplo, envolvendo políticas de crédito, tributação, órgãos e um conjunto de normas jurídicas. No último caso, destaca-se a “lei do boi” que passa a ser analisada.

A “reforma agrária” ruralista: a gênese da “lei do boi”

Estudos de Mendonça²⁹ mostram como a qualificação da força de trabalho foi uma demanda da classe ruralista ao longo do século XX. Com o fim da escravidão, o discurso do “atraso” da agricultura, além de agregar aspectos estruturais (a natureza) e político-

²⁷ DELGADO. Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)**. São Paulo: Ícone Editora, 1983, p. 83.

²⁸ Delgado analisa a participação dos principais grupos empresariais na produção e patrimônio rurais em 1980, demonstrando a diversificação (em relação a atividade primária) empresarial na agricultura, destacando-se: Sadia/Concórdia, 22 empresas (avicultura e transportes aéreos, dentre outros); Ugolini, 12 empresas (açúcar, eletrônica e imóveis); Hering, 37 empresas (têxtil e agropecuária); Barreto/Figueiredo, 27 empresas (banco e agricultura); Andrade Gutierrez (construção civil e colonização rural); Bozano/Simonsen (bancos, agropecuária e imóveis) e Perdigão, 24 empresas (frigoríficos, rações, óleos vegetais e reflorestamento). DELGADO. Guilherme Costa. Op. Cit., p. 147 a 151.

²⁹ MENDONÇA. Op. Cit (1997) e **Agromonia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

econômicos (conflito entre monocultura e diversificação do setor agrícola), construiu a imagem do homem, idealizado como “doente” e “degradado”, como um dos elementos desse processo. A “cura” seria conduzida através da qualificação para o trabalho, efetivando-se um dos programas presente na ideologia ruralista: a modernização da agricultura através de processos educativos.

Essa posição foi defendida por Ultimo de Carvalho, que em discurso realizado em 15 de fevereiro de 1962, no qual debatia o projeto de lei nº 4.389/54, defendeu a posição da classe dominante agrária sobre temas como redistribuição de terras, educação e produtividade. Explicitou o parlamentar que “reforma agrária no bom sentido, no sentido do acesso à terra para os que trabalham, para os que querem trabalhar, exige, em primeiro lugar, **a qualificação do trabalhador rural**”.³⁰

A qualificação da força de trabalho há muito havia se tornado uma demanda do ruralismo, uma vez que uma de suas conseqüências seria o aumento da produtividade no campo, e enquanto essa fosse elevada, a estrutura fundiária não seria considerada um problema.

Aumentar a produção sem alteração do regime de posse e propriedade da terra era um projeto viável através da qualificação da força de trabalho no meio rural, instrumentalizada tanto pela educação informal, mediante programas de extensão rural, quanto pela educação formal, por meio de cursos técnicos e da educação superior, voltada para atividades de organização e gestão. A educação, na visão do parlamentar, era um instrumento da reforma agrária, cujo objeto era o homem, não o regime de posse e propriedade da terra. A mudança de percepção do homem acerca dos aspectos ligados à agricultura, como a racionalização e modernização, e também a ocultação da realidade vivida pelo trabalhador rural, faziam parte da estrutura pedagógica do ensino agrícola, fazendo-o acreditar que sua precária condição de vida seria transformada através da educação.³¹

Quando da inauguração da Escola Agrícola de Rio Pomba (MG), Ultimo de Carvalho destacou a relação entre ensino agrícola e sua concepção sobre “reforma agrária”. Em 10 de agosto de 1962, expôs que a escola “com um curso de ginásio que será ministrado com ensinamentos agrícolas, preparará os técnicos de amanhã, os quais

³⁰ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 16 fev de 1962. Sem grifos no original, p. 353 e 354. 1962b. Sem grifo no original.

³¹ MENDONÇA. Op. Cit (1998).

irão fazer a reforma agrária que desejamos, de assistência ao homem do campo, **reformando antes de tudo o homem**, para depois reformar a terra”.³²

Nesse contexto, em 24 de janeiro de 1968, Ultimeo de Carvalho apresentou o projeto de lei “que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola no País”.

Com a reforma agrária “engavetada” e a expansão da industrialização do setor agrícola, a “lei do boi” tinha como justificativa a condução do homem do campo às escolas agrícolas de ensino médio e superior, a fim de superar o déficit no Brasil de agrônomos, médicos veterinários e técnicos agrícolas. O autor da lei assim a justificou:

O ingresso nos estabelecimentos de ensino agrícola é feito através do exame de seleção em que concorrem candidatos das mais diversas procedências. Inúmeros candidatos acorrem às escolas agrícolas em razão do internato gratuito e do certificado de conclusão do curso médio, relegando a plano secundário a formação profissional. Na disputa das vagas concorrem candidatos da zona rural com os procedentes da zona urbana. Os primeiros, por sua formação deficiente são preteridos pelos segundos, que frequentam melhores escolas, possuem melhores professores, assistem cinema, televisão e participam de outras atividades, estimulam e aperfeiçoam a formação intelectual. Pelo exposto, nossas escolas agrícolas continuam cada vez mais frequentadas por estudantes que vão apenas em busca de um certificado de curso médio ou de um internato gratuito que resolve, muitas vezes, problemas domésticos, desvirtuando a finalidade das escolas e dificultando o ingresso de candidatos oriundos do campo, justamente os que mais necessitam de tal tipo de estabelecimento. O projeto apresentado não constitui inovação, porquanto os estabelecimentos de ensino militar reservaram ou ainda reservam determinada percentagem de vagas para filhos de oficiais. Os estabelecimentos de ensino agrícola oficiais foram criados com o sentido de levar ao homem do campo a assistência educacional de que ele precisa, além de proporcionar aos jovens com vocação para a economia rural a carreira desejada. O que se tem visto, entretanto, é que os estabelecimentos agrícolas do Governo Federal só têm servido para preparar jovens para seguir todas as carreiras, menos a da agricultura e, isto porque, disputando as vagas existentes os alunos das grandes cidades familiarizados com a televisão e o rádio e instruídos em ótimos estabelecimentos de ensino, levam evidentes vantagens sobre os candidatos ao exame de admissão preparados nas escolas rurais do interior do País. Este projeto se justifica pelo número insignificante de jovens que terminam o segundo ciclo em nossos estabelecimentos de ensino agrícola e que prosseguem nas Universidades os cursos agrônômicos e veterinário. O Brasil tem

³² BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 11 ago de 1962, p. 4.788. Sem grifos no original. 1962c. Sem grifo no original.

um déficit de agrônomos e veterinários que chega aos milhares e precisa encontrar um meio para enfrentá-lo. Este projeto tem essa finalidade³³

Em 16 de fevereiro, o senador Atílio Fontana congratulou Ultimo de Carvalho pelo projeto apresentado e solicitou tramitação rápida e aprovação por parte das casas legislativas, bem como sanção do Presidente da República. De acordo com o senador, tal medida era necessária para solucionar a enorme carência de agricultores com conhecimentos técnicos. Nas suas palavras: “Deveríamos propugnar medidas que multiplicassem os ginásios agrícolas, com o objetivo de dotar as futuras gerações de conhecimentos especializados na agricultura e pecuária, para que possam obter maior rendimento, produtividade e meios de conservação do solo”.³⁴

O projeto foi encaminhado às Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação e Cultura (CEC). A CCJ acolheu a constitucionalidade da lei por maioria de votos. Nas palavras do relator, deputado Geraldo Guedes (ARENA-PE):

O projeto não me parece ferir a Constituição, mas antes com ela se conformar, quando responde ao apelo da Nação de se amparar ou incentivar a vida agrícola. Ninguém neste País precisa mais de apoio especialmente no sentido da educação, que os filhos de agricultores, não raro postos à margem pela preferência dada a outros que não são portadores, como eles, de uma tradição agrícola, de uma vida anterior dedicada à agricultura³⁵

Por sua vez, a CEC solicitou informações junto à Diretoria de Ensino Agrícola (DEA) do Ministério da Educação sobre as escolas agrícolas do país, além de um parecer referente ao projeto de Ultimo de Carvalho. Através do Ofício nº 3/68, a DEA ressaltou a iniciativa do deputado mineiro como forma de “corrigir inúmeras distorções nos educandários subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola”. Em seguida, o órgão encaminhou à Assessoria Parlamentar do MEC o parecer nº 4/68, que atestava a constitucionalidade e a ausência de caráter discriminatório, além de identificar no projeto um instrumento de efetivação da “reforma agrária” como defendiam os ruralistas.

nossas escolas agrícolas são procuradas por alunos destituídos de vocação agrícola, oriundos de zonas urbanas, e que buscam obter apenas os conhecimentos de ordem geral, e as vantagens do internato. Não se dedicam, posteriormente, às atividades agrícolas. (...) Mas no

³³ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 16 fev de 1968, p. 1.003, 1968a.

³⁴ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 17 fev de 1968, p. 399, 1968b.

³⁵ BRASIL. **Projeto de lei nº 998, de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 6 jan 2012, 1968c.

caso em exame não se objetiva a constituição de privilégios em favor de alunos filhos de agricultores. O que se pretende é evitar que continuem deturpadas as finalidades do ensino agrícola. (...) Urge assegurar sejam alcançados os reais objetivos do ensino agrícola. A medida proposta visa assegurar tal objetivo. **Qualquer plano de modificação da estrutura agrária terá como suporte o homem, e o amparo aos homens de vocação agrícola**³⁶

Um dos membros da CEC, o deputado Lauro Cruz (ARENA-SP), apresentou substitutivo ao projeto da “lei do boi”, alterando sua redação, sendo aprovado por maioria de votos e encaminhado à Comissão de Redação, cujo texto assim ficou definido:

Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Medicina Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural, e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio.

§ 1º. A preferência de que trata este artigo se estenderá aos portadores de certificado de conclusão do 2º ciclo dos estabelecimentos de ensino agrícola, candidatos à matrícula nas escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidas pela União. § 2º. Em qualquer caso, os candidatos atenderão às exigências da legislação vigente, inclusive as relativas aos exames de admissão ou habilitação.

Art. 2º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias³⁷

No dia 28 de maio de 1968, Ultimo de Carvalho teve aprovado requerimento de preferência para votação do projeto de lei nº 998. O projeto foi exposto para votação única pelo Presidente da Câmara, deputado José Bonifácio (ARENA-MG). E não havendo oradores inscritos, o projeto foi prontamente aprovado sem discussão nos termos do substitutivo apresentado pela CEC.³⁸

Após aprovação pela Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal através do ofício nº 2.417/68, recebendo o nº 78/68. Apresentado em 19 de junho pelo Presidente do Senado, Guido Mondin, o projeto não teve oradores inscritos,

³⁶BRASIL. **Projeto de lei nº 998, de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 6 jan 2012, 1968c. Sem grifo no original.

³⁷ BRASIL. **Projeto de lei nº 998, de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 6 jan 2012, 1968c.

³⁸ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 29 ma de 1968, p. 2.892, 1968d.

sendo aprovado sem discussão e encaminhado para sanção pelo Executivo,³⁹ que o promulgou em 3 de julho.

As preocupações com a qualificação da força de trabalho pela educação ficam claras pela análise das justificativas apresentadas à aprovação da “lei do boi”. A necessidade de qualificar a força de trabalho para aumentar a produtividade agrícola era a razão crucial da lei. A reforma agrária, tanto nas posições de Ultimo de Carvalho quanto de outros parlamentares e mesmo do Ministério da Educação, seria feita não através da democratização da estrutura fundiária, mas da qualificação técnica do trabalhador.

O processo de modernização conservadora da agricultura em curso justificou não apenas a proposta e promulgação da “lei do boi”, mas os mecanismos de comprovação da condição de beneficiário. Promulgada a “lei do boi”, como seria comprovada a condição de beneficiário? Quais entidades ou órgãos teriam legitimidade para emitir documentos comprobatórios da titularidade de direito?

A resposta a essa questão veio através da regulamentação do Poder Executivo, cujo instrumento legal foi o Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968. Seus principais dispositivos previam:

Art. 4º. Organizado o quadro de capacidade de matrícula, com a devida antecedência, deverá a direção do estabelecimento programar a realização das respectivas provas de seleção, sejam de admissão ou habilitação, exigindo dos candidatos às vagas preferenciais, além dos títulos previstos em seu regulamento, prova de sua vinculação à agropecuária nos termos do artigo 1º deste Decreto.

Parágrafo único. As provas de vinculação mencionadas neste artigo serão fornecidas pela Confederação Nacional de Agricultura, através das Associações Rurais, ou pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário ou ainda por entidades filiadas ao sistema da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural⁴⁰

A regulamentação da lei definia como entidades autorizadas a comprovar o direito as associações rurais ligadas à Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade nacional que reunia as agremiações do patronato rural; o INDA, órgão criado pelo Estatuto da Terra para a política agrícola e as entidades vinculadas à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que nacionalizou os projetos de extensão rural no Brasil. Pela interpretação literal da lei, apenas os órgãos ligados ao

³⁹ BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção II. 20 jun de 1968, p. 08, 1968e

⁴⁰ BRASIL. **Decreto nº 63.788, de 12 de Dezembro de 1968**. “Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 27 abr 2013, 1968f.

processo de modernização da agricultura eram legitimados a comprovar quem faria uso da “lei do boi. Porém, algumas questões podem ser levantadas quanto à efetividade da lei: os trabalhadores rurais foram beneficiados pela lei? O órgão criado para execução da política agrária (IBRA) tinha legitimidade para emitir documentos? E as transformações ocorridas durante a vigência da lei, como a extinção do IBRA e do INDA e a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), alteraram os mecanismos de comprovação do direito à reserva de vagas?

A resposta a essas questões deve ser encontrada em cada instituição destinatária da lei. Estudar seus procedimentos de averiguação e métodos de análise (documentos, entrevistas, comissões e sua autonomia), orientações jurídicas e demandas jurídicas e administrativas que tiveram como objeto a “lei do boi”.

Considerações finais

O processo de modernização da agricultura foi uma demanda de frações da classe dominante agrária ao longo do século XX. Intensificada a partir de 1964 através de ampla participação do Estado, esse processo foi consolidado através de vários instrumentos, como o crédito, a criação de um órgão destinado à política agrícola e o incentivo à transformação do latifúndio em empresa rural, sinônima de propriedade moderna e altamente produtiva. A pluralidade de elementos constitutivos desse processo fez do homem ao longo de todo o século objeto de transformação, de forma que seu capital adquirido pela educação fosse revertido para as forças produtivas. Nesse sentido, foi proposta e promulgada a “lei do boi”, destinada a atender os altos interesses da Nação no período marcado pela transformação das relações sociais no campo e que caminhava para o “milagre” econômico. Um sistema de cotas voltado para o desenvolvimento nacional fornece subsídios para o debate atual sobre o tema de ações afirmativas, assegurando-se a especificidade de cada projeto. A lei também fornece elementos para a compreensão do ruralismo como organização política, mostrando como a classe dominante agrária, heterogênea e contraditória em seu interior, unificou demandas e projetos em diversos âmbitos, como a sociedade civil, o Executivo e o Legislativo, para a consolidação de seus interesses, em especial a manutenção da estrutura fundiária altamente concentrada.

Fontes consultadas

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 3 mar 2015.

_____. **Projeto de lei nº 3.406, de 1953**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua efetivação. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em 12 fev 2014.

_____. **Projeto de Lei nº 4.264, de 1954**. Estende o regime jurídico da consolidação das leis do trabalho e de sua legislação complementar aos trabalhadores rurais e mandalhes aplicar, nos casos em que dispõe, a legislação de previdência social. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/> Acesso em 17 ago 2014, 1954a.

_____. **Projeto de Lei nº 4.389-A/54**. Institui a reforma agrária. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1218014&filename=Avulso+-PL+4389/1954. Acesso em 15 out 2014, 1954b.

_____. **Diários do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. de 11 de julho de 1957, p. 4710 e 4711.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I, 29 jul de 1961, p. 5.205 e 5.206.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 7 fev de 1962, p. 101. 1962^a

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 16 fev de 1962. Sem grifos no original, p. 353 e 354. 1962b

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 11 ago de 1962, p.4.788. Sem grifos no original. 1962c

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 28 out de 1964, p. 9.595, 1964a.

_____. **Proposta de Emenda Constitucional nº 10, de 1964**. Altera os artigos 5º, 15, 29, 141, 147 e 156 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-10-9-novembro-1964-364969-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 17 out de 2014, 1964b.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 25 jun de 1964, p. 4.723 a 4.726, 1964c.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 15 out de 1964, p. 8.960, 1964d.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 17 out de 1964, p. 9.077, 1964e.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 7 nov de 1964, p. 10.133, 1964f.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 16 fev de 1968, p. 1.003, 1968a.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 17 fev de 1968, p. 399, 1968b.

_____. **Projeto de lei nº 998, de 1968**. Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 6 jan 2012, 1968c.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção I. 29 ma de 1968, p. 2.892, 1968d.

_____. **Diário do Congresso Nacional**. Capital Federal. Seção II. 20 jun de 1968, p. 08, 1968e.

_____. **Decreto nº 63.788, de 12 de Dezembro de 1968**. “Regulamenta a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, que dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 27 abr 2013, 1968f.

Bibliografia citada

ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001

BRUNO, R. A. L. . **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 4, p. 5-31, 1995.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)**. São Paulo: Ícone Editora, 1983.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. Editora Hucitec: São Paulo, 1997.

_____. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

_____. **O patronato rural no Brasil recente (1964 – 1993)**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 1º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária no Brasil: frustração camponesa ou instrumento de desenvolvimento?** Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1971

PEREIRA, João M. M. ; ALENTEJANO, P. R. R. . **El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonía del agronegocio**. In: Guillermo Almeyra; Luciano Concheiro Bórquez; João Márcio Mendes Pereira; Carlos Walter Porto-Gonçalves. (Org.). **Capitalismo: tierra y poder en América Latina (1982-2012)** Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay. 1ed.México D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana (Xochimilco), CLACSO, Peña Lillo Continente, 2014, v. 1, p. 63-136

TAPIA, J. R. B. **Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a reforma agrária no Brasil: 1946-1964**. Dissertação de mestrado (Ciência Política). Departamento de Ciências Sociais. UNICAMP, SP. 1986.

FESTIVAL EUROVISÃO DA CANÇÃO: 60 ANOS: MULTICULTURALISMO, DIVERSIDADE E ALTERIDADE.

José Fernando Saroba Monteiro¹
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Resumo: Um dos mais assistidos programas de entretenimento no mundo, o Festival Eurovisão da Canção chega em 2015 ao seu sexagenário. Criado para fazer competir canções representantes de diferentes países europeus, o Festival Eurovisão da Canção hoje se apresenta muito mais do que uma simples competição musical. Hoje, com proporções globais, o Festival Eurovisão da Canção tem no multiculturalismo, na diversidade e na alteridade palavras-chave para a sua compreensão, abrigando diferentes grupos e promovendo a inclusão e a interação em seu certame, que também a cada ano e cada vez mais levanta a bandeira da igualdade e da unificação entre os povos.

Palavras-chave: Festival Eurovisão da Canção, multiculturalismo, diversidade.

Abstract: One of the most watched entertainment programs in the world, the Eurovision Song Contest, comes, in 2015, to their sixties. Created as contest among songs from different European countries, Eurovision Song Contest today presents much more than a single musical competition. Nowadays, with global proportions, the Eurovision Song Contest has multiculturalism, diversity and alterity keywords for your understanding, joining different groups and promoting inclusion and interaction in your contest, which also each year and increasingly raises the banner of equality and unity among peoples.

Keywords: *Eurovision Song Contest, multiculturalism, diversity.*

Apresentação

O Festival Eurovisão da Canção (*Eurovision Song Contest* – ESC) completa em 2015 sessenta anos de existência, sendo um dos mais antigos concursos televisivos do mundo e o programa favorito entre os europeus. Inspirado no Festival de San Remo (*Festival della Canzone Italiana*), que teve início em 1951, o Eurovisão foi idealizado por um comitê liderado por Marcel Bezençon e concebido pela União Europeia de Radiodifusão (UER) (*European Broadcasting Union* – EBU) no intuito de realizar uma competição pan-europeia

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Mestre em História do Império Português [*e-learning*] pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), Especialista em Teorias da Comunicação e da Imagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC), licenciado em História pela Universidade de Pernambuco (UPE). e-mail: jfmonteiro2@hotmail.com.

de música popular, o primeiro concurso musical no mundo a fazer competir diferentes países². Segundo Terry Wogan: “O Festival Eurovisão da Canção é uma ideia verdadeiramente maravilhosa, a qual não suporta uma inspeção mais casual. Como alguém pode imaginar que um júri turco pode julgar uma música sueca? Como é que um croata pode avaliar um fado português? Agora, se todos cantaram em inglês ... aí está a dificuldade.”³.

A UER foi criada em 1950 e seu primeiro nome foi *Eurovision*, termo cunhado em 1951 por George Campey, um dos jornalistas do tablóide inglês *The Evening Standard*, justamente o nome que seria atribuído ao festival de música da corporação.

Depois de uma reunião da UER, ocorrida em Mônaco, em 1955, ficou decidido que a primeira edição seria na Suíça, país sede da UER, e que jamais uma edição ocorreria no mesmo lugar do ano anterior. Deste modo, o primeiro Festival Eurovisão, ainda chamado *Grand Prix Eurovision de la Chanson Européene* (Grande Prêmio Eurovisão da Canção Europeia), teve lugar no dia 24 de maio de 1956, no Teatro Kursaal, em Lugano, Suíça.

Entretanto, a primeira edição do Eurovisão esteve mais para um programa de rádio, tendo em vista os poucos europeus que possuíam aparelhos de televisão em suas casas. O apresentador foi Lohengrin Filipello e o programa durou 1 hora e 40 minutos, tempo no qual os sete países concorrentes tiveram a chance de apresentar duas canções cada, que não poderiam exceder os três minutos e meio cada uma. Os artistas foram acompanhados por uma orquestra de 24 músicos, tendo Fernando Paggi como maestro. A vencedora foi a canção “*Refrain*”, interpretada em francês por Lys Assia, representante da Suíça. Mas como a regra não permitia que o mesmo lugar sediasse duas edições seguidas, no ano seguinte, o festival se realizou em Frankfurt, Alemanha, a partir de quando cada país passou a apresentar apenas uma canção.

LISTA DOS VENCEDORES DO FESTIVAL EUROVISÃO DA CANÇÃO (1956-2015).

Ano	País vencedor	Canção	Intérprete (es)	Compositor (es)	País e cidade sede	Local do evento
1956	Suíça	Refrain	Lys Assia	Émile Gardaz/ Géo Voumard	Suíça, Lugano	Teatro Kursaal

² Muitas das informações aqui encontradas foram retiradas do *site* oficial do evento, *Eurovision Song Contest*, e também do *site* português *Festivais da Canção*. Ver: *Eurovision Song Contest*. Disponível em: <<http://www.eurovision.tv/>> Acesso em: 10 jan. 2015. Ver também: *Festivais da Canção*. Disponível em: <<https://festivaiscancao.wordpress.com/>> Acesso em: 05 fev. 2015.

³ “*The Eurovision Song Contest is a truly wonderful idea, which doesn’t bear the most casual inspection. How can anybody imagine that a Turkish jury can judge a Swedish song? How does a Croatian assess a Portuguese fado? Now, if everyone sung English... there’s the rub.*” WOGAN In GAMBACCINI, Paul (et al.). *The Complete Eurovision Song Contest Companion*. London: Pavilion Books, 1998, pp. 07-08, tradução nossa.

1957	Holanda	Net als toen	Corry Brokken	Guus Jansen/ Willy van Hemert	Alemanha, Frankfurt	Großer Sendesaal des Hessischen Rundfunks
1958	França	Dors, mon amour	André Claveau	Hubert Giraud/ Pierre Delanoë	Países Baixos, Hilversum	AVRO Studios
1959	Holanda	Een beetje	Teddy Scholten	Dick Schallies/ Willy van Hemert	França, Cannes	Palais des Festivals et des Congrès
1960	França	Tom Pillibi	Jacqueline Boyer	André Popp/ Pierre Cous	Reino Unido, Londres	Royal Festival Hall
1961	Luxemburgo	Nous les amoureux	Jean-Claude Pascal	Jacquis Datin/ Maurice Vidalin	França, Cannes	Palais des Festivals et des Congrès
1962	França	Unn premier amour	Isabelle Aubret	Claude-Henri Vic	Luxemburgo, Luxemburgo	Villa Louvigny
1963	Dinamarca	Danseuse	Grethe e Jørgen Ingmann	Otto Francker/ Sejr Volmer-Sørensen	Reino Unido, Londres	BBC Television Centre
1964	Itália	Non ho l'età	Gigliolla Cinquetti	Nicola Salerno/ Mario Panzeri	Dinamarca, Copenhagen	Tivoli Koncertsal
1965	Luxemburgo	Poupée de cire, poupée de son	France Gall	Serge Gainsbourg	Itália, Nápoles	Sala di Concerto della RAI
1966	Áustria	Merci, chérie	Udo Jürgens	Udo Jürgens/ Thomas Hörbiger	Luxemburgo, Luxemburgo	Villa Louvigny
1967	Reino Unido	Puppet on a string	Sandie Shaw	Bill Martin/ Phil Coulter	Áustria, Viena	Großer Festsaal der Wiener Hofburg
1968	Espanha	La, la, la	Massiel	Ramón Arcusa/ Manuel de la Calva	Reino Unido, Londres	Royal Albert Hall
1969	Espanha	Vivo cantando	Salomé	Aniano Alcalde/ Maria José de Cerato	Espanha, Madri	Teatro Real
	Reino Unido	Boom Bang-a-Bang	Lulu	Peter Warne/ Alan Moorhouse		
	Holanda	De troubadour	Lenny Khur	Lenny Khur/ David Hartsema		
	França	Un jour, un enfant	Frida Boccara	Eddy Marnay/ Emil Stern		
1970	Irlanda	All kinds of everything	Dana	Derry Lindsay/ Jackie Smith	Países Baixos, Amsterdã	Congrescentrum
1971	Mônaco	Um banc, um arbre, une rue	Séverine	Yves Dessca/ Jean-Pierre Bourtayre	Irlanda, Dublin	Gaiety Theatre
1972	Luxemburgo	Après toi	Vicky Leandros	Yves Dessca/ Klaus Munro/ Mario Panas	Escócia, Edimburgo	Usher Hall
1973	Luxemburgo	Tu te reconnaîtràs	Anne-Marie David	Vline Buggy/ Claude Morgan	Luxemburgo, Luxemburgo	Nouveau Théâtre Luxembourg
1974	Suécia	Waterloo	ABBA	Stikkan Anderson/ Benny Andersson/ Björn Ulvaeus	Reino Unido, Brighton	The Dome
1975	Países Baixos	Ding a Dong	Teach-in	Esin Engin/ Will Luikinga/ Eddy Ouwens/ Fikret Senes	Suécia, Estocolmo	Stockhlmsmässan
1976	Reino Unido	Save your kisses for me	The Brotherhood of Man	Tony Hiller/ Lee Sheriden/ Martin Lee	Países Baixos, Haia	Nederlands Congresgebouw
1977	França	L'Oiseau et l'Enfant	Marie Myriam	Joe Gracy/ Jean-Paul Cara	Reino Unido, Londres	Wembley Conference Centre
1978	Israel	A-Ba-Ni-Bi	Izhar Cohen e The Alphabeta	Ehud Manor/ Nurit Hirsh	França, Paris	Palais des Congrès
1979	Israel	Hallelujah	Gali Atari e Link and Honey	Shmrit Orr/ Kobi Oshrat	Israel, Jerusalém	Centro Internacional de Convenções
1980	Irlanda	What's another year	Johnny Logan	Shay Healy	Países Baixos, Haia	Nederlands Congresgebouw
1981	Reino Unido	Making our mind up	Bucks Fizz	Andy Hill/ John Danter	Irlanda, Dublin	RDS Simmonscourt Pavilion
1982	Alemanha	Ein bißchen Frieden	Nicole	Bernd Meinunger/ Ralph Siegel	Reino Unido, Harrogate	Harrogate International Centre
1983	Luxemburgo	Si la vie est	Corinne Hermès	Alain Garcia/ Pierre	Alemanha, Munique	Rudi-Sedlmayer-Halle

		cadeau		Millers		
1984	Suécia	Diggi-Loo Diggi-Ley	Herreys	Britt Lindeborg/ Torgny Söderberg	Luxemburgo, Luxemburgo	Grand Théâtre de Luxembourg
1985	Noruega	La det swinge	Bobbysocks	Rolf Løvland	Suécia, Gotemburgo	Scandinaviu
1986	Bélgica	J'aime la vie	Sandra Kim	Rosario Marino/ Jean Paul Furnémont/ Angelo Crisci	Noruega, Bergen	Grieghallen
1987	Irlanda	Hold me now	Johny Logan	Seán Sherrard	Bélgica, Bruxelas	Centenary Palace
1988	Suiça	Ne partez pas sans moi	Céline Dion	Nella Martinetti/ Atilla Sereflug	Bélgica, Dublin	RDS Simmonsourt Pavilion
1989	Iugoslávia (atual Croácia)	Rock me	Riva	Stevo Cvikić/ Rajko Dujmić	Suiça, Lausanne	Salle Lys Assia, Palais de Beaulieu
1990	Itália	Insieme: 1992	Toto Cotugno	Salvatore Cotugno	Iugoslávia (atual Croácia), Zagreb	Vatroslav Lisinski
1991	Suécia	Fångad av em stormcind	Carola	Stephan Berg	Itália, Roma	Studio 15 di Cinecittà
1992	Irlanda	Why me?	Linda Martin	Johnny Logan	Suécia, Malmö	Malmö Ice Stadium
1993	Irlanda	In your eyes	Niamh Kavanagh	Jimmy Walsh	Irlanda, Milstreet	Green Glens Arena
1994	Irlanda	Rock 'n' roll kids	Paul Harrington e Charlie McGettigan	Brendan Graham	Irlanda, Dublin	Point Theatre
1995	Noruega	Nocturne	Secret Garden	Petter Skavland/ Rolf Løvland	Irlanda, Dublin	Point Theatre
1996	Irlanda	The Voice	Eimear Quinn	Brendan Graham	Noruega, Oslo	Oslo Spektrum
1997	Reino Unido	Love Shine a Light	Katrina and the waves	Kimberley Rew	Irlanda, Dibli	Point Depot
1998	Israel	Diva	Dana International	Yoav Ginai/ Svika Pick	Reino Unido, Birmingham	National Indoor Arena
1999	Suécia	Take me to your heaven	Charlotte Perrelli	Marcos Ubeda/ Lars Diedricson	Israel, Jerusalém	Centro Internacional de Convenções
2000	Dinamarca	Fly on the wings of love	Olsen Brothers	Jørgen Olsen	Suécia, Estocolmo	Globen
2001	Estônia	Everybody	Tanel Padar, Dave Benton e 2XL	Maija-Anna Kärmas/ Ivar Must	Dinamarca, Copenhagen	Parken
2002	Letônia	I Wanna	Marie N	Marija Naumova/ Marats Samauskis	Estônia, Tallinn	Saku Suurhall
2003	Tuquia	Everyway that i can	Sertab Erener	Demir Demirkan	Letônia, Riga	Skonto Hall
2004	Sérvia e Montenegro	Lane Moje	Željko Joksimović e Ad Hoc Orchestra	Željko Joksimović	Turquia, Istambul	Abdi Ipekçi Arena
2005	Romênia	Let me try	Luminița Anghel e Sistem	Cristin Faur	Ucrânia, Kiev	Palace of Sports
2006	Finlândia	Hard Rock Hallelujah	Lordi	Mr. Lordi	Grécia, Atenas	Olympic Indoor Hall
2007	Sérvia	Molitva	Marija Šerifović	Saša Milošević Mare/ Vladimir Graić	Finlândia, Helsinque	Hartwall Areena
2008	Rússia	Believe	Dima Bilan	Dima Bilan/ Jim Beanz	Sérvia, Belgrado	Beogradska Arena
2009	Noruega	Fairytale	Alexander Rybak	Alexander Rybak	Rússia, Moscou	Olimpisky Indoor Arena
2010	Alemanha	Satellite	Lena Meyer-Landrut	Julie Frost/ Dane John Gordon	Noruega, Oslo	Fornebu Arena
2011	Azerbaijão	Running Scared	Ell e Nikki	Stefan Örn/ Sandra Bjurman/ Iain Farquharson	Alemanha, Düsseldorf	Esprit Arena
2012	Suécia	Euphoria	Loreen	Thomas G:son/ Peter Boström	Azerbaijão, Baku	Baku Crystal Hall
2013	Dinamarca	Only teardrops	Emmelie de Forest	Lise Cabble/ Julia Fabrin Jakobsen/ Thomas Stengaard	Suécia, Malmö	Malmö Arena
2014	Áustria	Rise Like a Phoenix	Conchita Wurst	Charly Mason/ Joey Patulka/ Ali Zuckowski/ Julian Maas	Dinamarca, Copenhagen	B&W Hallerne
2015	Suécia	Heroes	Måns Zelmerlöw	Anton Malmberg Hård	Áustria, Viena	Wiener Stadthalle

				af Segerstad/ Joy Deb/ Linnea Deb		
--	--	--	--	--------------------------------------	--	--

De lá para cá o Festival Eurovisão da Canção passou por inúmeras reestruturações e se ampliou enormemente. Em 1968, o nome em inglês para o festival, *Eurovision Song Contest Grand Prix*, muda para *Eurovision Song Contest*, hoje nome oficial do evento. No mesmo ano o Eurovisão tem sua primeira transmissão a cores, em alguns países, apesar de serem poucos os espectadores com TV a cores em suas residências. A transmissão na atualidade é feita via rádio, televisão e também Internet, através dos canais membros da UER e do canal oficial do evento (www.eurovision.tv/), atingindo um público de cerca de 600 milhões de pessoas em todo o mundo, tornando o Eurovisão um megaevento assistido em todo o planeta. No canal do evento no *Youtube*, os números aumentam, em sete anos foram feitos 2.500 uploads de vídeos sobre o festival, que juntos totalizam 1 bilhão de visualizações. O público feminino parece ser o mais assíduo, a estimativa é que 40% dos espectadores sejam homens e os outros 60% mulheres. Podemos dizer, como já disse Svante Stockselius, ex-Supervisor Executivo do certame, que: “Um dos mais apreciados programas de TV no mundo por cinquenta anos [atualmente sessenta anos], o Festival Eurovisão da Canção é agora maior, melhor e mais popular do que nunca”⁴.

O Eurovisão é tão apreciado que em 1984 foi criada pelos euro-fãs a OGAE (*Organisation Générale des Amateurs de l’Eurovision* (Organização Geral dos Fãs do Eurovisão)), uma organização internacional que reuni uma rede de 43 fãs-clubes do festival, dentro e fora da Europa. Também são inúmeros os *sites*, *blogs* e perfis em redes sociais que acompanham as novidades do evento, longe de se restringirem apenas ao espaço europeu, havendo inclusive representantes brasileiros⁵.

Só podem concorrer no Festival Eurovisão as emissoras membro da UER. Os países escolhem as canções representantes através de seleções nacionais que podem ser através de festivais, *reality shows*⁶ ou seleções internas das emissoras. Segundo Jorge Mangorrinha:

⁴ “One of the most enjoyed TV shows in the world for over fifty years [nowadays sixty years], the Eurovision Song Contest is now bigger, better and more popular than ever.” STOCKSELIUS apud O’CONNOR In: O’CONNOR, J. K.. *The Eurovision Song Contest: The Official History*. London: Carlton Books, 2010. p. 04, tradução nossa.

⁵ Ver: *ESCBRASIL*. Disponível em: <<http://escbrasil.com/>>. Ver também: *Brasil Eurovision*. Disponível em: <<https://brasileurovision.wordpress.com/>>. Ver também: *Eurovision Brazil*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/eurovisionbrazil>>. Ver também: *Brasil Eurovision*. Disponível em: <<https://twitter.com/eurovisionbr>>.

⁶ A escolha de artistas para o Eurovisão através de *reality shows*, por exemplo, abre caminho para inúmeros novos artistas ainda iniciantes, o que não ocorria antes, quando havia um predomínio de artistas já consagrados.

Na década de 1990, deu-se uma verdadeira revolução no mapa da Europa e nos países a concurso na Eurovisão. Um conjunto de novos Estados da ex-Jugoslávia (1993) e outros da Europa Central e Oriental, incluindo a Federação Russa (1994), fizeram aumentar, numa primeira fase, o número de participantes para duas dezenas e meia, para atingir mais de 40 países em algumas das recentes edições. Pela Eurovisão, já desfilaram mais de um milhar de canções.⁷

Desta forma, o número de países concorrentes aumentou dos sete iniciais para os trinta e quatro da atualidade, fora o país sede e o *Big 5* (grupo ao qual pertencem o Reino Unido, Espanha, França, Alemanha e Itália, que tem sua participação assegurada no evento por serem os maiores contribuidores financeiros da UER), totalizando quarenta países. Em 2008 e 2011 esse número chegou a 43 países.

O festival teve ao longo de sua história concorrentes de dentro e de fora da Europa, reunindo participantes também da Ásia, África e até Oceania (a Austrália foi convidada a participar em 2015). A Irlanda é hoje o país que mais venceu o certame, num total de sete vitórias, seguida pela Suécia, com seis vitórias, e pela França, Luxemburgo e Reino Unido, com cinco vitórias cada. Malta, Chipre, Islândia e Portugal (país que mais participou entre todas as edições do Eurovisão), nunca venceram o certame⁸.

O sistema atual de votação é complexo: os espectadores são convidados a votar em suas canções favoritas, através do televoto (aplicativo, telefone ou SMS), sendo que não se pode votar na canção representante do país onde o espectador se encontra. Isso faz com que surjam os chamados *voting blocs* (ou “votos de vizinhança”), caso em que países vizinhos votam nas canções uns dos outros. Outro grande fator de auxílio na votação é o número de imigrantes que cada país possui em território europeu. O voto do público equivale a 50% da votação, os outros 50% ficam a cargo de um júri nacional encontrado em cada país, que lista as canções concorrentes de acordo com a sua preferência. Essa combinação passará depois para o *Eurovision system*, que consiste na distribuição dos pontos de acordo com o *ranking* montado, ficando o primeiro lugar com 12 pontos, o segundo com 10 pontos e o terceiro com 8 pontos, a partir daí e até o décimo lugar os pontos são distribuídos de forma decrescente. Os países abaixo da 10^a colocação não recebem pontos. A votação inicia logo após a

⁷ MANGORRINHA, Jorge. *Cultura Eurovisiva: Canções, Política, Identidades e o Caso Português*. Lisboa: IECCPMA/ CLEPUL, 2015, p. 10.

⁸ Ver: MONTEIRO, José Fernando. S.. *Festival RTP da Canção: Os cinquenta anos do festival eurovisivo português*. Revista Brasileira de Estudos da Canção, Natal, nº 6, pp. 73-89, jul.-dez. 2014. Ver também: NEVES, Mauro. *O fracasso português: Por que Portugal nunca conseguiu vencer o Eurovisão?*. Bulletin of the Faculty of Foreign Studies, Sophia University, nº 46, pp. 91-128, 2011.

apresentação da última canção, com o tradicional bordão: “*Start voting now!*” (“Comece a votar agora!”); e termina com o também tradicional: “*Stop voting now!*” (“Pare de votar agora!”).

Atualmente o Eurofestival é realizado no formato de duas semifinais e uma final, todas ocorrendo numa mesma semana, a chamada *Eurovision Week*. Na segunda-feira desta semana é tradicionalmente realizada uma festa de boas-vindas, a *Mayor’s Reception*, com a participação do prefeito da cidade e das delegações dos países concorrentes. Todas as noites desta mesma semana também ocorre o *Euroclub*, um ambiente dançante para o qual todos os credenciados são convidados. Simultaneamente ao certame funciona também o *Eurovision Village*, espaço criado para abrigar eventos relacionados ao Eurovisão. No dia das semifinais ocorre mais um ensaio geral e duas conferências de imprensa, uma antes (com todos os concorrentes) e outra depois (apenas com os classificados).

O vencedor do Eurovisão ganha um troféu, flores e o direito de no ano seguinte ver representado seu o país, que passa ser a sede do evento. Não há premiação em dinheiro, tendo em vista a representatividade do mérito da vitória. Mas o festival também tem uma premiação bem inusitada, o Prêmio Barbara Dex, que elege o concorrente mais malvestido do evento e foi criado em referência à representante belga de 1993, a cantora Barbara Dex, que se apresentou com um figurino considerado de mau gosto.

Não obstante, em 2015 o Festival Eurovisão da Canção completou sessenta anos de existência e para comemorar esta data foi realizado o *Eurovision Song Festival Greatest’s Hits*, evento que apresentou grandes sucessos da história do Eurovisão, gravado em 31 de março no auditório do Eventim Apollo Hammersmith, em Londres, transmitido pela BBC e reprisado por outras emissoras membros da UER.

Também em 2015 se realizou a sexagésima edição do Eurovisão, desta vez sediado em Viena, Áustria (48 anos depois de sua última vitória), entre os dias 19 e 23 de maio, no Wiener Stadthalle, maior centro de eventos da Áustria e um dos maiores da Europa. Os números mostram que o Festival Eurovisão é de fato grandioso, concorreram 40 países, o público estimado foi de 16 mil pessoas por dia de evento e foram gastos em torno de 35 milhões de euros – 25 milhões fornecidos pela emissora anfitriã, a ORF, e os outros 10 milhões ficaram por conta da cidade de Viena, sede do evento.⁹ A construção do palco do Wiener Stadthalle, contou com dezenas de trabalhadores, que também colaboraram na

⁹ No certame de 2012, realizado em Baku, Azerbaijão, os gastos foram ainda maiores, cerca de 75 milhões de euros.

construção da *Green room* (uma espécie de sala de espera dos concorrentes) e do cenário que incluiu um painel de LED, um conjunto de cilindros luminosos formando um olho gigante, uma enorme quantidade de luzes, algumas delas sobre o público simulando ondas do mar, e muitos efeitos especiais.

Nesse certame de 2015, além dos 39 países que de fato concorreram ao prêmio, como dissemos, também houve a participação da Austrália que foi convidada a participar devido ao apreço que os australianos têm pelo Eurovisão, evento que há 30 anos é transmitido no país. Apesar de poder ser votada, caso ocorresse uma vitória da Austrália (que ficou com o quinto lugar), a sede do próximo festival seria em uma cidade europeia e a organização seria conjunta entre a SBS, emissora australiana, e uma emissora membro da UER.

Multiculturalismo, diversidade e alteridade

Multiculturalismo é termo corrente na atualidade e designa justamente a multiplicidade e pluralidade cultural, ou seja, o vasto cruzamento entre diferentes culturas, seu convívio e integração nas mais variadas e diferentes formas. Segundo Raymond Willians:

Multiculturalismo diz respeito, inicialmente, a uma lógica de ação política baseada no reconhecimento institucionalizado da diversidade cultural própria às sociedades multirraciais ou às sociedades compostas por comunidades lingüísticas [*sic*] distintas. Isso implica transformar o problema da tolerância à diversidade cultural, ou seja, o problema do reconhecimento de identidades culturais, no problema político fundamental.¹⁰

Ainda de acordo com Willians:

No que diz respeito à história do conceito, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1957, para descrever a realidade multilingüística da Federação Suíça. No entanto foi no Canadá que o multiculturalismo chegou a ser implementado pela primeira vez, como política de Estado. Marcado tanto pelo conflito entre as comunidades anglófonas e francófonas quanto por uma elevada taxa de imigração [...] Essa tendência multicultural foi uma peça hegemônica na orientação política de esquerda a partir dos anos 1980, em razão, principalmente, do seu potencial de defesa de minorias étnico-raciais e da possibilidade de ser acoplada a práticas de institucionalização da diversidade de orientações sexuais.¹¹

¹⁰ WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 448.

¹¹ WILLIAMS, Raymond. Palavras-chave: Um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 448.

Stuart Hall, por sua vez, embora acredite que o termo “multiculturalismo” não tenha uma definição pré-estabelecida e só possa ser entendido “sob rasura”, procura fazer uma distinção entre os termos “multicultural” e “multiculturalismo”. Segundo ele:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade “original”. Em contrapartida, o termo “multiculturalismo” é substantivo. Refere-se as estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. E usualmente utilizado no singular, significando a filosofia ou a doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. “Multicultural”, entretanto, é, por definição, plural.¹²

Para Zygmunt Bauman, o termo “multiculturalismo” vem a ratificar o “pluralismo cultural” que, segundo ele, é ocasionado pelas grandes migrações existentes na atualidade e que se situam na terceira fase das migrações modernas, ou “era das diásporas”, que resulta em um “arquipélago infinito de colônias étnicas, religiosas e linguísticas” e, devido a sua banalização, gera uma “indiferença à diferença”, ou seja, uma aceitação do outro, ainda que muitas vezes representem somente “minorias étnicas” ou “eticamente estrangeiras”. Todavia, Bauman ainda aponta a prática política definida pelo termo “multiculturalismo” como sendo uma via de mão dupla, para ele:

Ela é aparentemente inspirada pelo postulado da tolerância liberal e do apoio aos direitos das comunidades à independência e à aceitação pública das identidades que escolheram (ou herdaram). Na realidade, contudo, o multiculturalismo age como uma força socialmente conservadora. Seu empreendimento é a transformação da desigualdade social, fenômeno cuja aprovação geral é altamente improvável, sob o disfarce da ‘diversidade cultural’, ou seja, um fenômeno merecedor do respeito universal e do cultivo cuidadoso.¹³

A “indiferença à diferença” proposta por Bauman, no entanto, não exime a realidade da própria diferença, e é sobre esta lógica que Jacques Derrida propõe a ideia da *différance*:

Primeiro, différence se refere ao movimento (ativo e passivo), que consiste em adiar por meio de atraso, prorrogação, delegação, de referência, desvio, adiamento, reserva. Nesse sentido, a différence não é precedida pela unidade

¹² HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 52.

¹³ BAUMAN, Zygmunt. A cultura no mundo líquido moderno. Edição digital (e-book). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, p. 37.

originária e indivisível de uma possibilidade presente que eu poderia reservar, como uma despesa que eu iria colocar fora calculadamente ou por razões de economia. O que adia a presença, ao contrário, é a base sobre a qual a presença é anunciada ou desejada no que a representa, o seu sinal, seu traço... [...] *Segundo*, o movimento de diferença, como o que produz coisas diferentes, o que diferencia, é a raiz comum de todos os conceitos de oposição que marcam a nossa língua, tais como, para tomar apenas alguns exemplos, sensível/inteligível, intuição/significação, natureza/cultura, etc.. Como uma raiz comum, *différance* é também o elemento da mesma (para ser distinguido do idêntico) na qual estas oposições são anunciadas. *Terceiro*, *différance* é também a produção, se ela ainda pode ser colocada desta forma, destas diferenças, da diacriticidade que os linguistas gerados por Saussure, e todas as ciências e as estruturas modeladas sobre ela, para lembrar é a condição para qualquer significação e qualquer estrutura. Estas diferenças – e, por exemplo, a ciência taxonômica que pode ocasionar – são os efeitos da *différance*, pois elas não estão nem inscritas nos céus, nem no cérebro, o que não significa que elas são produzidas pela atividade de algum sujeito falante. A partir deste ponto de vista, o conceito de *différance* não é nem simplesmente estruturalista, nem geneticista simplesmente, como uma alternativa em si é um ‘efeito’ de *différance*. Eu diria até, mas talvez chegaremos a isso mais tarde, que não é simplesmente um conceito...¹⁴

O “Multiculturalismo” está totalmente relacionado ao múltiplo, ou seja, aquilo que é diverso, mantendo, portanto, estreitos laços com a “diversidade”. Entende-se por “diversidade”, a relação de diferenças existentes em determinado meio, sejam elas políticas, sociais, culturais, étnicas, religiosas, ambientais, de classe, de gênero, entre outras. A diversidade é não-essencialista e se caracteriza pela não-unicidade, pois é determinada pela variedade, estando, portanto, calcada no pluralismo, na multiplicidade, na heterogeneidade e na alteridade.

A “alteridade”, por sua vez, é justamente a relação com o outro (*alter*, do latim = “outro”), é a referência àquilo que é alheio, que é diferente, aquilo que difere do eu. A alteridade se constitui no momento em que, através da visão do outro, percebemo-nos enquanto indivíduo. Por isso, a alteridade mantém forte proximidade com o conceito de identidade, pois é quando o indivíduo se reconhece ante outros e reconhece o mundo material que o cerca, que ocorre a formação de sua identidade. A questão da alteridade encontrou grande ressonância durante o período dos Descobrimientos, quando os navegadores europeus passaram a ter um contato frequente com diversos outros povos dos continentes onde aportavam. Como exemplo destas questões, podemos dizer que os europeus que chegaram à América acreditavam ter chegado ao paraíso, o que resultou na criação do “mito do bom

¹⁴ DERRIDA, Jacques. *Positions*. Chicago: University of Chicago Press/ London: The Athlone Press, 1981, pp. 08-09, tradução nossa.

selvagem” de Rousseau. No Brasil, um exemplo emblemático do encontro com o outro é o poema *Erro de Português* do modernista Oswald de Andrade, que diz:

Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português.¹⁵

Eurovisão (Multiculturalismo, diversidade e alteridade)

O sexagenário Festival Eurovisão da Canção, se mostra cada vez mais integrado às novas tendências e ao cotidiano da pós-modernidade. A ideia de interação, por exemplo, entre povos e países, presente desde sua concepção e tão comum nos dias atuais, tem vindo cada vez mais à tona. O *slogan* do festival de 2015, “*Building Bridges*” (“Construindo Pontes”), mostra bem o espírito de confraternização no qual o evento se insere. Os *slogans* dos dois últimos anos têm o mesmo sentido: “*Join Us*” (“Junte-se a nós”) (2014) e “*We Are One*” (“Nós Somos Um”) (2013). No entanto, apesar de a integração europeia ter se iniciado na década de 1950, é somente três décadas depois que o espírito de unificação começa a aparecer no Eurovisão, tendo como um marco inicial a canção “*Européennes*” (“Europeus”), apresentada pelo grupo francês Cocktail Chic, em 1986. A participação australiana, inclusive, em 2015, também denota este espírito, pois mesmo não sendo um país europeu foi convidado a concorrer no festival, apenas pelo gosto que demonstra pelo evento.

Outra demonstração de tolerância dentro do Eurofestival é a ausência de regra quanto à nacionalidade dos concorrentes. Isso favoreceu, por exemplo, a participação da canadiana Céline Dion, que representou a Suécia em 1988 com a canção “*Ne partez pas sans moi*”, chegando a vencer o certame. Aliás, Céline Dion, está entre os artistas concorrentes do Eurovisão que mais alcançaram reconhecimento internacional, juntamente com o italiano Domenico Modugno, que representou a Itália com a famosa canção “*Nel blu dipinto di blu*” (mais conhecida como “*Volare*”, canção do festival que mais teve regravações), em 1958, com o espanhol Julio Iglesias, que representou a Espanha com a canção “*Gwendolyne*”, em 1970, com a inglesa Olivia Newton-John, que representou o Reino Unido com a canção “*Long Live Love*”, em 1974, e com o grupo ABBA, que representou a Suécia com a canção “*Waterloo*”, também em 1974.

¹⁵ ANDRADE, Oswald. Obras Completas. Vol. 7. Poesias Reunidas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 177.

A falta de exigência de uma nacionalidade específica também favoreceu o grupo Genealogy, representante da Armênia em 2015, no qual todos os seis integrantes eram de ascendência armênia, porém nascidos em diferentes partes do globo (5 em cada um dos continentes e 1 da Armênia), isso devido a diáspora ocorrida depois do genocídio armênio iniciado em 1915. Aliás, genocídio e ascendência são duas palavras que remetem ao próprio nome do grupo. Isso também dá mostras do caráter global que o Eurovisão assume, pois, apesar de pertencer originalmente a um contexto europeu, não se restringe a ele, integrando diferentes continentes, além de assistido em todo o mundo. Esse aspecto foi ainda mais reforçado durante a apresentação do Genealogy, na qual foram projetados uma árvore ao fundo (representando a genealogia) e um mapa-múndi abaixo do grupo. Curiosamente, as projeções mostradas durante as apresentações húngara e russa foram muito semelhantes, com um globo terrestre ao fundo, numa clara alusão à unidade e unificação mundial. Talvez não por acaso estes três países estiveram entre os quatro primeiros a serem classificados na primeira semifinal. Também houve uma projeção semelhante na apresentação de San Marino, na segunda semifinal (que não passou para a final), cujas palmas e canção também eram um convite à união mundial, como vemos na letra de “*Chain Lights*”:

Se todos nós acendermos uma vela
 Nós podemos construir uma corrente de luz
 Se nós andarmos juntos
 Nós sentiremos o amor de dentro
 É uma corrente de corações para você
 Corrente de corações para você
 E uma corrente de corações para mim
 Corrente de corações para mim
 Vamos criar um mundo que é humano, justo e brilhante (Tradução nossa).¹⁶

No caso da Rússia, a inclusão de ideias como essas veio a calhar em um momento em que o país ainda encontrava hostilizações no cenário europeu desde a crise ocorrida na Criméia, crise esta que afastou a Ucrânia da competição em 2015.

¹⁶ “*If we all light a candle
 We could build a chain of light
 If we all walk together
 We will feel the love inside
 It’s a chain of hearts for you
 Chain of hearts for you
 And a chain of hearts for me
 Chain of hearts for me
 Let’s create a world that’s human, fair and bright.*” Disponível em:
 <<http://www.eurovision.tv/event/lyrics?event=2063&song=32833>> Acesso em: 25 mai. 2015.

Mas no quesito projeções, em 2015, ninguém superou a apresentação da Suécia, que venceu o certame, representada por Måns Zelmerlöw que interpretou a canção “*Heroes*”, em uma performance repleta de animações com as quais ele próprio interagiu coreograficamente.

Entretanto, o Eurovisão é um certame e, portanto, requer concorrência¹⁷. Vemos por exemplo, que após a vitória do ABBA, em 1974, com a canção “*Waterloo*”, cantada em inglês, na tentativa de também obter êxito, o número de países que escolheram o mesmo idioma para suas canções aumentou consideravelmente, a ponto de o festival estabelecer uma regra em que cada país deveria apresentar a canção em um de seus idiomas oficiais. Mas a regra foi deixada de lado e se antes o francês era a língua mais usada, aos poucos o inglês se tornou o idioma preferido dos concorrentes, devido justamente ao interesse de conquistar um maior público e, conseqüentemente, mais votos para as canções. Não obstante, alguns países continuam preferindo misturar o inglês e/ou outros idiomas à suas línguas nativas ou mesmo utilizar apenas sua língua oficial. Todavia, em 2013 só dezessete países utilizaram sua língua oficial nas canções, em 2014 foram oito países que usaram seu próprio idioma, a maioria alternando com o inglês, e em 2015 apenas seis países, todos os outros usaram o inglês.

Outro fator que demonstra o espírito competitivo do festival, sobre o qual também já discutimos, é o caso em que num festival plurinacional por natureza, como o é o Eurovisão, a ideia de identidade nacional é deixada de lado unicamente devido à procura de vencer o certame, *in aliis*, “Algumas vezes suprime-se nas canções a ideia de representação da identidade nacional em prol de uma novidade ou de algo que conquiste o público, ou ainda se associa a cultura local com elementos globais (glocal), aproximando-se da chamada *world music*.”¹⁸. O que se procura, de fato, é tornar as canções mais “eurovisivas”, ou seja, mais agradáveis ao público europeu, espectador-votante do festival.

Um estudo, de 2005¹⁹, analisou exatamente a fórmula das canções eurovisivas, segundo este estudo as canções tem as seguintes características: “1) andamento rápido e ritmo cativante, 2) letras de fácil memorização e repetitivas, 3) um contraste harmônico ou dinâmico no refrão, 4) alguma mudança fundamental levando a 5) um final claramente definido, mais 6)

¹⁷ José Eduardo Homem de Mello, nos fala sobre a diferença entre os festivais não-competitivos e os festivais competitivos. Ver: MELLO, José Eduardo (Zuza) Homem de. *A Era dos Festivais: Uma parábola*. São Paulo: Ed. 34, 2003, pp. 13-14.

¹⁸ Ver: MONTEIRO, José Fernando. S.. *Festival RTP da Canção: Os cinquenta anos do festival eurovisivo português*. Revista Brasileira de Estudos da Canção, Natal, nº 6, pp. 73-89, jul.-dez. 2014., p. 87.

¹⁹ *Boom Bang-a-Bang and Ding-a-Dong: Pop Science Reveals “Waterloo” as the perfect Eurovision Song* apud RAYKOFF, Ivan; TOBIN, Robert Deam. *A Song for Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest*. Hampshire: Ashgate, 2007. p. xix.

uma dança atraente e 7) figurinos”.²⁰ Podemos acrescentar que as canções apresentadas no Eurofestival, geralmente, se dividem em dançantes, românticas ou catárticas, buscando a abstração dos expectantes. Segundo John Kennedy O’Connor:

A maioria das entradas tratam do tema do amor, mas você também vai encontrar canções sobre o sol, lua, estrelas, céu, cometas e outros corpos celestes. Fantoches, bonecos, palhaços e carrosséis tem um papel importante na história do Eurovisão, tal como as canções sobre lugares europeus ou ainda destinos longínquos como Colorado, São Francisco, Brasil e Lusitânia. Particularmente atente para os corações batendo boom, boom boom, boom, boom, badadoum e boom bang-a-bang. Há inúmeras canções sobre a música em si, incluindo referências a grandes compositores como Purcel, Puccini, Offenbach, Debussy, Gerschwin, Chopin e Beethoven, e isso é apenas a entrada da Áustria em 1980! Talvez o mais surpreendente de tudo, é que você sempre vai encontrar um canção sobre o próprio Eurovisão.²¹

Falamos que o Eurovisão é um concurso onde diferentes canções de diferentes países competem, mas segundo Irving Wolther, o Eurofestival é mais do que uma competição musical, vindo a polarizar audiências e ter a mesma importância nos diversos países concorrentes. Para demonstrar as diferenças e analisar a importância e interconexão entre os vários países, Wolther dividiu o festival em sete “dimensões de significado”, as quais têm como base as especificidades estruturais e históricas do concurso. São elas: “A dimensão midiática”, “A dimensão musical”, “A dimensão econômico-musical”, “A dimensão política”, “A dimensão nacional-cultural”, “A dimensão nacional econômica” e “A dimensão competitiva”²².

²⁰ “1) fast pace and catchy rhythms, 2) memorable and repetitive lyrics, 3) a harmonically or dynamically contrasting chorus, 4) a key change leading to 5) a clearly defined finish, plus 6) an appealing dance routine and 7) costumes.” RAYKOFF, Ivan; TOBIN, Robert Deam. *A Song for Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest*. Hampshire: Ashgate, 2007, p. xix, tradução nossa.

²¹ “The majority of the entries deal with the subject of love, but you’ll also find songs about the sun, moon, stars, heavens, comets and other celestial bodies. Puppets, dolls, clowns and merry-go-rounds play a large part in Eurovision history, as do songs about European places as well as such far-flung destinations as Colorado, San Francisco, Brazil and Lusitania. Particularly watch out for hearts going boom, boom boom, boom, boom, badadoum and boom bang-a-bang. There are countless songs about music itself, including references to such great composers as Purcel, Puccini, Offenbach, Debussy, Gerschwin, Chopin and Beethoven, and that’s just the Austrian entry from 1980! Perhaps most surprisingly of all, you’ll even find one song about Eurovision itself.” O’CONNOR, J. K.. *The Eurovision Song Contest: The Official History*. London: Carlton Books, 2010. p. 06, tradução nossa.

²² Ver: Wolther, Irving. *More than just music: the seven dimensions of the Eurovision Song Contest*. Popular Music, vol. 31, jan. 2012, pp 165-171.

Já procuramos demonstrar em outro momento que a Europa se mostra cada vez mais “integrada etnicamente e mais tolerante em relação as questões que tangem a alteridade”, o que termina por refletir também no Eurovisão²³:

Em 2014, por exemplo, Portugal levou um percussionista negro ao palco e neste mesmo certame, o Eurovisão teve um negro representando a Hungria (que terminou em 5º lugar) e outros dois negros, ao lado de brancos, representando a Grécia e a França. A canção polaca foi vista por uns como difusora do pan-eslavismo, mas por outros como uma ótima sátira para defender a Polônia da xenofobia.

Mas quem causou polêmica na edição de 2014 foi Conchita Wurst, da Áustria, uma *drag* (com barba) que terminou por vencer o festival, o que trouxe à tona discussões sobre tolerância e liberdade na Europa atual (semelhante ao caso de 1998, quando a transexual Dana International, representante de Israel, venceu o certame²⁴).

O que não foi tolerado mesmo em 2014, foi a celeuma iniciada entre Rússia e Ucrânia, devido a posse da região da Criméia, revertendo-se nas vaias recebidas pelas representantes russas, apesar de sua ótima apresentação, episódio parecido ao ocorrido na primeira participação portuguesa, em 1964, onde a política salazarista fez com que a canção e o cantor portugueses fossem recebidos friamente, sob assobios.²⁵

E reforçamos ainda que:

A primeira cantora negra no Eurovisão foi Milly Scott, que representou os Países Baixos, em 1966, já a primeira apresentadora negra foi Haddy N'jie, na edição de 2010, em Oslo, Noruega. Não houve ainda um apresentador negro. Já o primeiro negro a vencer o Eurovisão (e também o intérprete mais velho a o fazer, aos 50 anos) foi Dave Benton (ao lado de Tanel Padar e da banda 2XL), em 2001, representando a Estônia (primeiro país da ex-URSS a vencer o certame).²⁶

Nesse mesmo sentido, vale destacar que as apresentadoras do Eurofestival de 2015 também eram etnicamente diversificadas (apesar de serem todas austríacas de nascimento): a branca Mirjam Weichselbraun, a mestiça (de origem euro-martinicana) Alice Tumler e a

²³ Sobre diferentes questões como política, nacionalismo, etnicidade e sexualidade, no contexto do Eurovisão, ver: RAYKOFF, Ivan; TOBIN, Robert Deam. *A Song for Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest*. Hampshire: Ashgate, 2007.

²⁴ Dana International não chamou atenção apenas pela sua sexualidade, mas também pela nacionalidade (sendo de Israel, primeiro país não-europeu a ser admitido pela UER, em 1973, com uma primeira vitória em 1978 e outra logo no ano seguinte). Dana também afirmava representar os antagonismos presentes em si em seu país, notadamente em referência aos conflitos religiosos lá existentes. Ver: MAUREY, Yossi. *Dana International and the politics of nostalgia*. Popular Music, vol. 28, jan. 2009, pp 85-103.

²⁵ Ver: MONTEIRO, José Fernando. S.. *Festival RTP da Canção: Os cinquenta anos do festival eurovisivo português*. Revista Brasileira de Estudos da Canção, Natal, nº 6, pp. 73-89, jul.-dez. 2014., pp. 83-84.

²⁶ Ver: MONTEIRO, José Fernando. S.. *Festival RTP da Canção: Os cinquenta anos do festival eurovisivo português*. Revista Brasileira de Estudos da Canção, Natal, nº 6, pp. 73-89, jul.-dez. 2014., p. 83, rodapé.

negra (de origem euro-ganesa) Arabella Kiesbauer. A esta última cabe papel de destaque na luta contra o racismo na Europa.

Devemos destacar também que Conchita Wurst, vencedora do certame de 2014, participou da apresentação em 2015 entrevistando os concorrentes na *Green Room*, se tornando a primeira *drag queen* a participar da apresentação do evento. Conchita também se tornou representante e inspiração para o público *gay* do festival e em reconhecimento da participação deste público na divulgação do evento, a cidade de Viena instalou “semáforos *gays*”, inspirados em homossexuais masculinos e femininos, em diversos pontos do centro da capital austríaca. Mas, isso não se trata necessariamente de uma novidade, a primeira canção sobre amor homossexual no Eurovisão foi “*Nous les amoureux*” (“Nós os amantes”), interpretada por Jean-Claude Pascal, no festival de 1961. Hoje o debate em torno das minorias sexuais parece ser uma tendência no Eurovisão. No entanto, essas questões geram debates acalorados na Europa, como o caso da representante da Finlândia em 2013, Krista Siegfriids, que ao abordar o tema do casamento *gay*, com a canção “*Marry Me?*” (“Quer casar comigo?”), deu um beijo em uma de suas companheiras de palco, fato que, além de sofrer censura, junto com a vitória de Conchita, gerou repúdio por parte da sociedade e levou ao afastamento da Turquia do festival. A Rússia (onde a homofobia parece ser forte, mas que também já teve representantes lésbicas, a dupla t.A.T.u., em 2003²⁷), chegou a cogitar o afastamento do Eurovisão (o que não veio a ocorrer) e a volta do antigo Festival Intervisão da Canção, existente durante a Guerra Fria.

Também no contexto da diversidade, vemos em 2015 a representante da Sérvia, Bojana Stamenov, que foge aos padrões estéticos e de beleza habituais (*plus size*). Bojana apresentou a canção “*Beauty Never Lies*” (“Beleza Nunca Mentira”), falando de aceitação a si próprio e as diferenças, aludindo ao chamado *empowerment*. Devemos também destacar que a representante da Polônia, Monika Kuszyńska, que apresentou o tema “*In the name of love*” (“Em nome do amor”), é cadeirante, tendo sofrido um acidente automobilístico em 2006, perdendo parte de seus movimentos. O assunto também foi abordado no *postcard*²⁸ da Itália, no qual foi mostrado um time de basquete formado por cadeirantes.

No mesmo contexto temos o PKN (Pertti Kurikan Nimipäivät), representante da Finlândia, em 2015, um grupo de *punk-rock* formado por quatro integrantes de meia idade e

²⁷ Ver: HELLER, Dana. *t.A.T.u. You! Russia, the global politics of Eurovision, and lesbian pop*. Popular Music, vol. 26, mai. 2007, pp 195-210.

²⁸ *Postcard* é um vídeo introdutório que antecede a apresentação de cada país.

portadores da Síndrome de Down. O grupo, surgido em Helsinque, em 2009, e que já se apresentou em diversos países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, Noruega, Canadá e Holanda, também foi tema de um documentário, *Kovasikajuttu (A Síndrome Punk)*, que estreou em 2012.

Em 2015, aliás, a acessibilidade também foi uma preocupação da UER, que criou o *Eurovision Sign*, um projeto que torna o Eurovisão um evento totalmente inclusivo, promovendo a interpretação das apresentações do evento para deficientes auditivos. Na verdade, até mesmo os intérpretes de libras são surdos, o que fazem é interpretar as apresentações e passá-las de forma carismática e divertida a esse público. Estima-se que hajam 750.000 deficientes auditivos na Europa e pelo menos nove países aceitaram transmitir o evento também na linguagem de sinais.

Conclusão

Toda essa diversidade e multiculturalismo presente hoje no Festival Eurovisão da Canção, faz parte já de sua concepção original, pois foi criado para fazer competir diferentes realidades, representadas por diferentes países, ainda que restringidas ao espaço europeu. Segundo Ivan Raykoff e Robert Deam Tobin:

O Eurovisão, fundado quando a Europa estava similarmente remodelando-se no rescaldo da II Guerra Mundial, fornece um contexto para reexaminar a definição de 'Europa' e as noções de identidade no novo século. A modernidade caracteriza o ideal da Europa pós-guerra para a qual o Festival Eurovisão da Canção fornece acesso literal e figurativo: uma sociedade que seja democrática, capitalista, amante da paz, multicultural, sexualmente liberada e tecnologicamente avançada.²⁹

É certo que a diversidade dos dias de hoje é bem mais ampla, em consonância com a sociedade atual, resultante de movimentos diversos pela igualdade de direitos de diferentes grupos. Mas a ideia de reunir no mesmo palco diferentes realidades³⁰, que poderiam não

²⁹ "Eurovision, founded as Europe was similarly refashioning itself in the aftermath of World War II, provides one context for re-examining the definition of 'Europe' and notions of European identity in the new century. Modernity characterizes the ideal of post-war Europe to which the Eurovision Song Contest provides literal and figurative access: a society that is democratic, capitalist, peace-loving, multicultural, sexually liberated and technologically advanced." RAYKOFF, Ivan; TOBIN, Robert Deam. *A Song for Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest*. Hampshire: Ashgate, 2007, p. xviii, tradução nossa.

³⁰ Aos casos em que se juntam em um único espaço diferentes realidades, Michel Foucault denomina de "heterotopias". Ver: FOUCAULT, Michel. *De outros espaços*. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967, Publicado em *Architecture, Movement, Continuité*, nº 5, n.p., 1984, Tradução de Pedro Moura.

coexistir da mesma forma em outras circunstâncias, está presente desde a origem do Eurovisão. Desta forma, conviveram, ou convivem, no Eurofestival: capitalistas e comunistas, democracias e autocracias, negros, brancos e mestiços, cristãos, judeus e muçulmanos, jovens e velhos, homens e mulheres, deficientes físicos e mentais, populações rurais e urbanas, diferentes povos de diferentes continentes, tradição e modernidade, produtos artesanais e alta tecnologia, etc. Tudo isso torna o palco eurovisivo um ambiente *sui generis*, que encontra alguns similares, mas nenhum de mesma proporção e longevidade.

“O FEC [Festival Eurovisão da Canção] tornou-se [ainda] numa plataforma geopolítica importante para avaliar as performances europeias, tanto dos países do Ocidente, como de Leste, localizando-os numa trajetória de construção de uma nova Europa”.³¹ Devemos assinalar também que, se o Eurovisão por vezes perde a representação das identidades nacionais em prol da competição, como já vimos, toda a sua diversidade e multiculturalismo o leva a construção de uma identidade coletiva, pan-europeia, ou mesmo global, integrando realidades múltiplas e até heterogêneas, mas promovendo a inclusão e a união, sua proposta desde o início.

Referências:

- ANDRADE, Oswald. **Obras Completas**. v. 7: *Poesias Reunidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Edição digital (*e-book*). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. Tradução de Carlos Alberto Medeiros.
- BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2006.
- CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2007.
- _____. **Culturas Híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2008.
- DERRIDA, Jacques. **Positions**. Chicago: University of Chicago Press/ London: The Athlone Press, 1981.
- Eurovision Song Contest*. Disponível em: <<http://www.eurovision.tv/>> Acesso em: 10 jan. 2015.
- Festivais da Canção**. Disponível em: <<https://festivaiscancao.wordpress.com/>> Acesso em: 05 fev. 2015.
- FOUCAULT, Michel. **De outros espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967, Publicado em *Architecture, Movement, Continuité*, nº 5, 1984, n. p., Tradução de Pedro Moura.

³¹ Ver: MANGORRINHA, Jorge. *Cultura Eurovisiva: Canções, Política, Identidades e o Caso Português*. Lisboa: IECCPMA/ CLEPUL, 2015, p. 24.

GAMBACCINI, Paul (*et al.*). **The Complete Eurovision Song Contest Companion**. London: Pavilion Books, 1998.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^a edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELLER, Dana. **t.A.T.u. You! Russia, the global politics of Eurovision, and lesbian pop**. *Popular Music*, vol. 26, mai. 2007, pp 195-210.

MANGORRINHA, Jorge. **Cultura Eurovisiva: Canções, Política, Identidades e o Caso Português**. Lisboa: IECCPMA/ CLEPUL, 2015.

MAUREY, Yossi. **Dana International and the politics of nostalgia**. *Popular Music*, vol. 28, jan. 2009, pp 85-103.

MELLO, José Eduardo (Zuza) Homem de. **A Era dos Festivais: Uma parábola**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

MONTEIRO, José Fernando. S.. **Festival RTP da Canção: Os cinquenta anos do festival eurovisivo português**. *Revista Brasileira de Estudos da Canção*, Natal, n^o 6, pp. 73-89, jul.-dez. 2014.

NEVES, Mauro. **O fracasso português: Por que Portugal nunca conseguiu vencer o Eurovisão?**. *Bulletin of the Faculty of Foreign Studies, Sophia University*, n^o 46, pp. 91-128, 2011.

O'CONNOR, J. K. **The Eurovision Song Contest: The Official History**. London: Carlton Books, 2010.

RAYKOFF, Ivan; TOBIN, Robert Deam. **A Song for Europe: Popular Music and Politics in the Eurovision Song Contest**. Hampshire: Ashgate, 2007.

WOLTHER, Irving. **More than just music: the seven dimensions of the Eurovision Song Contest**. *Popular Music*, vol. 31, jan. 2012, pp 165-171.

“VOCÊ É UMA PRINCESA, E EU ESPERO QUE VOCÊ AJA COMO TAL!”: GÊNERO, CORPO E ESPAÇO EM *BRAVE*

Daniele Gallindo Gonçalves Silva¹
Universidade Federal de Pelotas

Viviane Martini²
Universidade Federal de Pelotas

Resumo: Em 1937, os Estúdios Disney lançam seu primeiro longa-metragem de animação – *Branca de Neve e os Sete Anões*. A partir desse momento, foi criada uma imagem romantizada de princesa, a qual prevê a espera pelo príncipe encantado. Todavia, atentando para as demandas de uma sociedade que rediscute questões relativas à construção do gênero, novas representações de princesas surgem nessas animações. Pretendemos, aqui, nos debruçar sobre a animação *Valente* (*Brave*, 2012). Tendo como arcabouço teórico os estudos de gênero, principalmente a questão da performance, analisaremos as personagens femininas com a finalidade de compreender de que forma essas são representadas e se há, portanto, a criação de uma nova imagem de feminino.

Palavras-chave: Estudos de Gênero – Corpo – Espaço – *Valente*

“YOU ARE A PRINCESS, I EXPECT YOU TO ACT LIKE ONE!”: GENDER, BODY AND SPACE IN *BRAVE*

Abstract: In 1937, Disney Studios releases its first animated feature film - Snow White and the Seven Dwarfs. From this moment onwards, a romanticized image of the princess was established, which stipulates the wait for Prince Charming. However, taking into consideration demands of a society that rehashes discussions of issues concerning the construction of gender, new portrayals of princesses are showing up in these animations. We intend here to study the animation *Brave* (2012). Using gender studies, especially the subject of performance, as our theoretical framework, we will analyze the female characters in order to understand how they are portrayed and, therefore, if the creation of a new image of what is feminine is taking place.

Keywords: Gender Studies – Body – Space – *Brave*

¹ Professora Adjunta de Língua e Literatura Alemã da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: danigallindo@yahoo.de

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: martini.viviane@gmail.com

Introdução

Desde sua origem que as representações midiáticas influenciam a formação de costumes e modos entre as pessoas: o que gostar, o que comprar, o que está na moda, o que é certo ou errado, até o modo de agir. Um dos grandes expoentes modernos da mídia são as animações: todos os anos, estúdios como a Disney lançam diversos filmes animados sobre temas diversos. Contudo, eles têm um ponto em comum, que é o modo como o gênero é representado dentro de seus enredos, com personagens masculinos retratados como heróis, que salvam o dia, e femininos como princesas inocentes, que de alguma forma sempre acabam parecendo meigas ou fracas. O que se pode perceber, então, é que não existe (ou não existia) um cuidado em avaliar como as representações desses personagens influencia o espectador. Isto parece estar mudando com a inserção dos estúdios Pixar e Dreamworks no mercado de animações; a começar pelas estreias de *Mulan* (1998), *Shrek* (2001), *Valente* (2012) e *Frozen – Uma aventura congelante* (2013), os olhares apontam para outra direção de heroínas, que não ficam mais à espera do príncipe encantado. A partir da animação *Valente*, pretendemos analisar as personagens femininas Merida e Elinor procurando compreender as estratégias visuais e verbais utilizadas para a composição desses femininos no que tange às configurações estabelecidas entre gênero e espaço.

A animação é ambientada nas montanhosas Terras Altas da Escócia. Merida é filha do rei Fergus e da rainha Elinor. A família é composta ainda por mais três meninos, mas que servem de elemento de humor, pois a narrativa centra-se nas duas personagens femininas, Merida e Elinor, e em como a relação delas se modifica.

Merida é considerada uma menina fora do padrão da realeza (principalmente daquele construído pelas princesas anteriores dos Estúdios Disney), pois gosta de andar a cavalo, é arqueira, come com a boca cheia, ou seja, tudo aquilo que não corresponde ao modelo imaginado por Elinor para uma futura princesa. A rainha apresenta-se como seu completo oposto, desde o modo de agir até de se vestir e se sentar, pois acredita ser a portadora de etiquetas esperadas para um feminino dentro da realeza. Assim começa o grande problema do filme: o choque geracional, a não aceitação das diferenças.

A construção do corpo: o gênero performado

Durante a animação, são apresentados diversos momentos para a construção e afirmação do gênero e da identidade de Merida, principalmente ao analisarmos a relação estabelecida entre as duas personagens femininas.

A personagem Elinor é dotada de muita personalidade, e para entendê-la é preciso também analisar a sua construção dentro do espaço escocês e seus costumes ancestrais, que ela considera importantes. Pela sua caracterização, podemos afirmar que ela é a típica rainha, que não aceita maus costumes (nem mesmo do seu marido, que apesar de ser o rei, acaba cedendo)³ e que preza pelos bons modos e pela tradição. Tudo o que ela almeja é que sua filha siga seu exemplo sendo uma boa princesa, que saiba bordar, tocar instrumentos musicais, fazer um discurso, e se vestir, e que não fique correndo e fazendo coisas que ela considera ser masculinas. Neste sentido, Caitlin Saladino afirma que “Elinor trabalha para moldar a filha perfeita para a preservação da imagem real, que por sua vez reflete favoravelmente sobre si mesma como a rainha”⁴ (SALADINO, 2014, p. 97).

Em um dos aniversários de Merida, ela ganha um arco e flecha do pai, que é rapidamente recriminado, pois não é considerado um presente de menina. “Um arco, Fergus? Ela é uma dama!”⁵ (Valente, 2012, 00:01:50). Pois não é somente um presente, mas o que nele está representado: um objeto masculino. O pai, contudo, já não vê a importância que a mãe dá ao presente. Essa valorização já vem do momento que se nasce, da expectativa de saber se é menino ou menina, em razão do que isso vai determinar para esse corpo: modos de agir, modos de vestir. Por ter nascido menina, Merida acaba não tendo escolha, de acordo com as expectativas da mãe, as quais acabam que se tornando “marcas de raça, de gênero, de etnia, até mesmo de classe e de nacionalidade” (LOURO, 2013, p.75). É o que Merida não consegue aceitar:

³ Isso não destoa dos estereótipos de gênero na produção cultural americana: em muitos filmes e séries, o marido é quem trabalha e traz dinheiro para casa, mas a mulher é a rainha do lar]

⁴ “*Elinor works to shape the perfect daughter for preservation of the royal image, which in turn reflects favorably on herself as the queen.*”

⁵ “*A bow, Fergus? She's a lady!*”

Dizem que nosso destino está ligado à nossa terra. Que ela é parte de nós, assim como nós somos dela. Outros dizem que o destino é costurado como um tecido, onde a sina de um se interliga à de muitos outros. É a única coisa que buscamos, ou que lutamos para mudar. Alguns nunca encontram um destino. Mas outros são levados a ele. (*Valente*, 2012, 00:04:26)⁶

É com essa motivação que a jovem procura mostrar para as pessoas quem realmente é, e busca nos mesmos essa aceitação, principalmente na mãe, a qual busca constantemente corrigir a filha e a ensinar como ser uma “verdadeira” princesa, ensinando-lhe a história do seu povo, música, como falar em público, como andar corretamente (cf. figuras 1 e 2). Como afirma a protagonista Merida:

Eu sou a princesa! Eu sou o exemplo! Eu tenho deveres, responsabilidades, expectativas... Minha vida inteira foi planejada, me preparando para o dia em que eu me tornarei, bom, minha mãe. Ela manda em cada dia da minha vida. (*Valente*, 2012, 00:05:05)⁷

Na lógica materna, uma princesa deve incorporar determinados comportamentos sociais, a ponto de ser considerada “perfeita”. Os ensinamentos de Elinor encaixam-se, assim, nas seguintes premissas:

- Projete! Articule! Você deve ser compreendida de qualquer lugar deste salão, ou não valerá para nada. [...] Uma princesa deve mostrar conhecimento sobre seu reino. Ela não faz desenhinhos. [...] Uma princesa não ri assim [resfolegando]. Não enche muito a boca. Deve cedo levantar. Deve ter compaixão. É paciente. Cautelosa! Asseada. E, acima de tudo, uma princesa busca a, bom, a perfeição. (*Valente*, 2012, 00:05:33–00:06:53)⁸

⁶ “Some say our destiny is tied to the land, as much a part of us as we are of it. Others say fate is woven together like a cloth. So that one’s destiny intertwines with many others. It’s the one thing we search for, or fight to change. Some never find it. But there are some who are led.”

⁷ “I’m the princess! I’m the example! I’ve got duties, responsibilities, expectations... My whole life is planned out! Preparing for the day I’d become, well, my mother. She is in charge of every single day of my life.”

⁸ “Project! Enunciate! You must be understood from anywhere in the room! Or it’s all for naught. [...] A princess must be knowledgeable about her kingdom. She does nae doodle! A princess does not chortle! Does nae stuff her gob! Rises early! Is compassionate. Patient. Cautious! Clean. And, above all, a princess strives for, well, perfection!”



Figuras 1 e 2: A educação de uma princesa – Elinor ensina geografia e música a Merida.

Isso é o esperado de Merida, inclusive um casamento arranjado. Todavia, a jovem não o deseja, ela sabe quem é e anseia, acima de tudo, ser livre.⁹ Merida almeja ser liberta dessa ideia de princesa, essa prisão projetada por sua mãe em seu corpo: o doutrinamento social. Ela anseia fazer suas próprias escolhas e procura, de todas as maneiras, fazer com que sua mãe a aceite do jeito que é. Nesse sentido, podemos afirmar que:

[o] gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2003, p. 59)

⁹ Nesse sentido, Katie Kapurch afirma que “a narrativa de Merida se distingue por uma grande inovação: sua recusa, desde o princípio até o fim do filme, em ser pareada a um pretendente heterossexual. Tomando esses códigos em conjunto, Merida pode ser a princesa mais *queer* de todas as apresentadas por Disney” (“*Merida’s narrative is distinguished by one major innovation: her refusal, from the beginning to the end of the film, to be paired with a heterosexual suitor. Taking these codes together, Merida might be the queerest princess Disney has ever presented*”, KAPURCH, 2015, p. 444). Caitlin Saladino, embora não faça qualquer menção ao potencial de uma leitura *queer* para a interpretação da animação, já apontara na mesma direção de Kapurch, ao afirmar que “Merida é a única princesa Disney que apresenta uma rejeição completa do discurso dominante na busca por sua satisfação pessoal própria” (“*Merida is the only Disney princess that displays a complete rejection of dominant discourse in pursuit of her own personal satisfaction*”, SALADINO, 2014, p. 111).

Portanto, o gênero não é algo que somos, mas sim algo que fazemos, repleto de signos e encenações. Dentro da concepção de performance de Butler, podemos verificar que Merida é repleta de marcas, de expressões, que fazem com que seu gênero seja performático, e somente com a marcação desse corpo podemos entender a sua identidade, ver o que ela está representando. A personagem incorpora não mais as jovens princesas indefesas e em busca de um casamento mágico, mas sim uma princesa com personalidade única, que sabe o que quer, ciente de que não precisa de um masculino “encantado” e nem de ninguém para alcançar seus objetivos. Essas marcações corporais, “[u]ma multiplicidade de sinais, códigos e atitudes produz referências que fazem sentido no interior da cultura e que definem [...] quem é o sujeito. A marcação pode ser simbólica ou física” (LOURO, 2013, p. 85-86). Marcas de Merida, não dignas de uma de princesa de acordo com os costumes incorporados e aceitos como naturais pela personagem da mãe, a qual reprime cada gesto não cortês da filha na tentativa de educá-la, moldá-la e discipliná-la (cf. figuras 3 e 4).



Figuras 3 e 4: Elinor disciplina Merida – como se

portar educamente.

Percebemos, portanto, que “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (WOODWARD, 2000, p. 39), e Merida é um exemplo disso, pois não se contenta em ser programada para agir como as demais princesas, ela se destaca por ser diferente, e não esconde quem é; aqui, a “identidade depende da diferença” (WOODWARD, 2000, p. 40).

Em certo momento, Merida conta à família durante o jantar que escalou os Dentes de Crone (*Crone's Tooth*) e bebeu da Cascata de Fogo (*Fire Falls*), o que impressiona a Fegus, seu pai: “- Cascata de Fogo? Dizem que apenas os reis antigos eram valentes o suficiente para beber da cascata” (*Valente*, 2012, 00:10:29).¹⁰ Ou seja, ela realizou um feito que, dentro de seu contexto cultural, a marca como uma sucessora digna do trono. No entanto, sua mãe não presta atenção na história; não apenas isso demonstra o distanciamento entre mãe e filha, mas também simboliza a não aceitação de que tal feito possa ser realizado por alguém que não se conforma às marcações de identidade estabelecidas pela sociedade.

Quando Merida descobre que seu futuro noivo será alguém escolhido por sua família, ela entra em choque e não aceita porque isso vai contra suas próprias crenças, é aquilo que tanto luta para que não aconteça. Quando sua mãe conta que os três reinos convidados para o evento de escolha de seu futuro marido aceitaram o convite, ela fica fora de si, e sua mãe não entende a causa da reação da filha.

Elinor: Merida, foi para isso que se preparou toda a sua vida!

Merida: Não, foi para isso que **você** me preparou toda a minha vida. Eu não vou aceitar isso! Não pode me obrigar!

[...]

Elinor: Eu aconselharia você a aceitar isso. Os clãs estão vindo apresentar os pretendentes.

Merida: Isso não é justo.

Elinor: Merida, é um casamento. Isso não é o fim do mundo! (*Valente*, 2012, 00:12:34)¹¹

¹⁰ “*The Fire Falls? They say only the ancient kings were brave enough to drink the fire.*”

¹¹ **Elinor:** Merida, this is what you've been preparing for your whole life!

Merida: No, it's what **you**'ve been preparing me for my whole life! I won't go through with it! You can't make me!

Embora Merida entenda a cultura e os costumes do lugar onde vive, não é isso o que ela quer; ela percebe que tem uma voz e quer ser ouvida, pois acredita que outros, assim como ela, também pensam de outra maneira. A mãe acredita, todavia, que princesas foram feitas para se casar e devem aceitar isso como destino.

Merida não é somente marcada discursivamente, sendo seu corpo, suas características corporais, a grande marca visual de sua diferença em relação a outras princesas das animações. Um dos traços principais da personagem é o cabelo, que já não é aquele perfeito liso, mas sim ruivo e vivo, cheio de força, do qual ela sente muito orgulho; e também as roupas, o vestido azul-escuro que não marca tanto o seu corpo, a sua figura. No dia do evento, essas características principais precisam ser escondidas, mascaradas, o corpo é montado, com um espartilho e uma touca, fazendo com que seja reconhecido como pertencendo a determinada identidade, para assim ser possível identificá-la visualmente como uma princesa, conforme os padrões de Elinor e da corte que esta tem em mente como sendo a ideal (cf. figuras 5 e 6).



[...]

Elinor: *I would advise you to make your peace with this. The clans are coming to present their suitors.*

Merida: *It's not fair!*

Elinor: *Oh, Merida, it's marriage. It's not the end of the world.*



Figuras 5 e 6: Merida é preparada para o encontro com os príncipes.

Merida reclama que não consegue se mexer, que o vestido está apertado, e Elinor somente consegue perceber como ela está linda: do lado da filha, o desconforto com a nova aparência, pelo lado da mãe, a alegria por identificar na filha uma princesa aos seus moldes. Na sequência, vemos um feminino domado em seu corpo: cabelos presos e vestido apertado, marcando o corpo que será objeto de disputa do masculino. Todavia, se analisadas as duas imagens, do antes da intervenção materna e do após, percebemos que, embora os cabelos soltos e ondulados e o arco e flecha denotem uma liberdade em relação ao padrão feminino de princesas eternizadas pelos Estúdios Disney, o vestido azul profundo ainda marca o corpo de Merida como um corpo feminino (cf. figura 7).



Figura 7: Comparação entre antes (à esquerda) e depois da intervenção materna (à direita).

Durante o torneio de arco e flecha, ela decide desconstruir aquela “montagem” e mostra o seu “verdadeiro” corpo rasgando partes do vestido para conseguir se mexer e mostrando seu cabelo, afirmando: “[...] e pela minha própria mão, **eu** vou lutar!”¹² (Valente, 2012, 00:26:11), uma assertiva que demonstra a capacidade de gerenciar sua própria vida, seu destino, ou ainda, em outras palavras, poder sobre seu corpo (cf. figura 8).

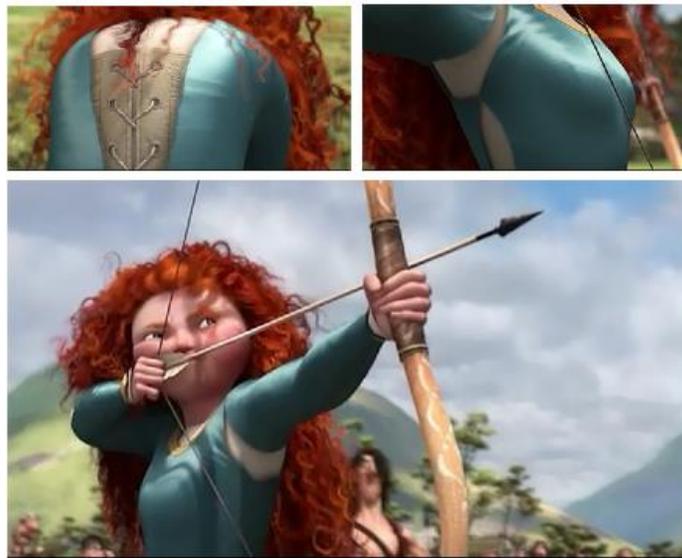


Figura 8: Merida “luta” por sua própria mão.

A protagonista de Valente não se enquadra, portanto, dentro de padrões tradicionais, ela acaba representando a imagem do “não feminino” que é induzido dentro daquela sociedade, ela foge da lógica determinante. O projeto de construção de identidade implica em mais limitações impostas ao sujeito em formação, já que essa construção se dá também por atos corporais e modos de agir, já esperados e fixados pela cultura, sendo assim performática.

¹² “*I’ll be shooting for my own hand!*”

A construção do espaço

Para entender o comportamento de Merida, precisamos analisar o espaço em que ela está inserida, como seu corpo se relaciona com esse espaço, e vice-versa, verificar quais são as construções que estão sendo determinadas nessa sociedade, fazendo apropriações de aspectos culturais representados como oriundos das Terras Altas escocesas. Como afirmado por Guacira Louro, “[n]a construção de identidade, a comunidade funciona como o lugar de acolhida e do suporte – uma espécie de lar.” (LOURO, 2013, p. 32). Todavia, devemos ressaltar que essa comunidade é criada discursivamente dentro da animação, não correspondendo a qualquer sociedade fora da narrativa.

A sociedade na qual a personagem foi inserida tende à repetição de normas e regulamentações através dos séculos; eles esperam um determinado comportamento de sua futura princesa, regras e normas asseguradas e reiteradas pela figura materna. Os futuros pretendentes, ou melhor, os pais destes, se assustam com o comportamento de Merida, afirmando não ser comportamento de uma menina, muito menos de uma princesa. Merida é cobrada duplamente pelas instâncias sociais que a cercam: dela são esperados comportamentos condizentes com sua condição feminina e com seu *status* social. E mais uma vez isso gerará conflito. Nas palavras de Kathryn Woodward,

as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos [e] essas “normas regulatórias” precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Contudo, ela acentua que “os corpos não se conformam nunca completamente às normas pelas quais sua materialização é imposta”. (WOODWARD, 2000, p. 44)

Merida acaba sendo retratada como uma personagem que rompe com as imposições do espaço doméstico-feminino dentro de um universo que deveria ser dominado pelo masculino. Neste sentido, destacamos que

o corpo se desenvolve por meio de uma inter-relação entre a localização de classe do indivíduo e o gosto. O gosto é definido pelas formas pelas quais os indivíduos se apropriam de escolhas e preferências. (WOODWARD, 2000, p. 49)

Outro elemento aqui é o corpo, que no caso de Merida é um corpo que não se ajusta, porque foge da ordem: um corpo que se distancia do que é compreendido como norma; um corpo educado para servir à casa e ao marido, sendo assim visto como delicado, mas que se aproxima de um corpo que luta, que pratica esportes, e que protege, não precisando ser protegido por um outro.

O conflito geracional: o embate entre dois femininos

Relações de identidades sempre “envolvem relações de poder” (WOODWARD, 2000, p. 18), principalmente a construção da identidade genderizada. Analisá-la é, antes de mais nada, observar as relações estabelecidas (d)entre os gêneros. No caso aqui analisado, é centrar-se no embate geracional entre dois femininos: mãe e filha. Na vinculação com sua mãe, Merida vai aprender a ser forte, embora a figura materna seja a grande opressora, aquela que limita as escolhas pessoais da menina.

Oprimida pela mãe, que quer que Merida siga os costumes e a tradição de seu reino, a jovem quer ter a opção de poder escolher seu próprio destino. Há um choque constante entre as duas formas de encarar o mundo: “[a] cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade”. (WOODWARD, 2000, p. 19). E quando Merida insiste em não obedecer, Elinor queima seu arco, objeto que representa a identidade escolhida por Merida.

Duas gerações, duas visões distintas de mundo: Elinor, embora cheia de receios para casar, cumpriu o que acreditava ser seu papel perante a sociedade e espera o mesmo de sua filha, pois, de acordo com sua crença, este é o destino principal da mulher nobre.



Figura 9: O confronto entre mãe e filha.

Logo após uma briga (cf. figura 9), Merida foge para a mata, a qual representa a procura da jovem pelo distanciamento das regras maternas e da sociedade; um distanciamento que pode ser lido como uma aproximação com a natureza como a fonte daquilo que não é controlado pela cultura. Neste espaço, a menina encontra luzes mágicas que a guiam até uma bruxa. Lá, ela pede um feitiço para mudar a mãe e seu destino. Acontece que o feitiço acaba transformando a mãe em urso, e para reverter isso, em dois dias, elas deverão religar o laço entre elas.

A partir dessa mudança, elas precisam passar um tempo na floresta, pois as outras pessoas tentariam matar o urso. A floresta, mais uma vez, representa o distanciamento da civilização e o espaço de possível reconciliação, pois as personagens precisarão ouvir uma a outra se quiserem retornar ao castelo. Elinor acaba precisando, e muito, da ajuda de sua filha para sobreviver, pois não apresenta nenhuma habilidade de sobrevivência; os papéis de mãe, aquela que cuida, e filha, aquela que é cuidada, são, assim, invertidos. Mesmo em forma de urso, Elinor não consegue deixar de agir como a dama, a rainha, que era, pois preocupa-se em usar roupa, talheres e guardanapos, e não deixa de usar a tiara. Embora seu corpo aproxime-se mais da natureza do que da civilização, seus modos ainda não se distanciaram dos da sociedade de corte (cf. figura 10).



Figura 10: Elinor na pele de urso.

As duas precisam se acostumar uma com a presença da outra. É no ermo que se encontra a possibilidade da conversa: ambas percebem que estavam erradas e começam a se entender, o que faz com que acabem mudando de opinião sobre as suas diferenças. Quando Merida diz que vai aceitar o casamento, mesmo não sendo esse seu desejo, mas sim o melhor para o reino, Elinor a interrompe, “dizendo” que irá quebrar a tradição e que a filha deverá traçar seu próprio destino. Vendo assim que “de alguma forma sempre existe um deslizamento” (WOODWARD, 2000, p. 28), que a identidade não é fixa, ou seja, está sempre se tornando a partir de eventos, ela se reconstrói e se transforma. Aqui, ela se dá pela aceitação de Merida por Elinor. Ao final, percebe-se que ambas as personagens conseguem se entender justamente por causa das diferenças: Elinor aprende a ouvir o que sua filha está dizendo, e Merida aprende pelo silêncio, ou seja, pelo que não ouve de sua mãe enquanto ela ainda é um urso.

A passagem das personagens pela floresta aponta para a metáfora de viagem, pois foi um acontecimento transformador para ambas, que tiveram que sair de seu lugar de conforto para encontrar o entendimento entre as duas gerações: para Elinor, um ambiente hostil, para Merida, a separação da corte e o que ela representa na figura reguladora de sua mãe. Essa viagem acaba tornando possível o anseio de Merida por aceitação. Do conflito gerado pela diferente visão de mundo brota a compreensão e a coexistência de dois modelos femininos possíveis.

Considerações finais

“Beauvoir propõe que o corpo feminino deve ser a situação e o instrumento da liberdade da mulher, e não uma essência definidora e limitadora” (BUTLER, 2003, p. 31). A trama de *Valente* procura justamente isso, incluir uma personagem que não esteja nos mesmos moldes de outras. Desde a construção de seu corpo, pelo cabelo, até o modo de pensar, por ser aventureira, Merida representa uma nova geração de personagens femininas, as quais redefinem as possibilidades de existência genderizada. Sendo assim, “a história de Merida trabalha para rever as percepções dos papéis das mulheres na sociedade, ilustrando maneiras de combater a ideologia dominante”¹³ (SALADINO, 2014, p. 89). A personagem se faz a partir do uso de signos e repetição de atos, em uma ordem de performatividade, assim ela consegue afirmar sua identidade dentro de seu grupo, do seu lugar. A personagem, aqui representada, não quer mais, portanto, aceitar passivamente o modelo patriarcal em que vive, reproduzindo estereótipos e sendo submissa dentro da relação de poder, e percebe que não é a única insatisfeita quando os príncipes que iriam lutar pela sua mão concordam: “Dar a nós o direito de escolhermos nosso destino!” (*Valente*, 2012, 01:08:27).¹⁴ Assim, a trama de Merida toma forma, com uma personagem que acredita firmemente no seu poder de conduzir sua própria vida e suas escolhas; ser livre para ser quem quiser. Valente “tematiza a busca de uma identidade feminina independente de

¹³ “*Merida’s story works to revise the perceptions of women’s roles in society, by illustrating ways to counter the dominant ideology.*”

¹⁴ “*Give us our own say in choosing our fates?*”

padrões socioculturais impostos e o rompimento com alguns desses padrões” (EBERSOL, 2014, s/p).

Referências

ANDREW, Mark; CHAPMAN, Brenda. **Valente**. Estados Unidos: Walt Disney Pictures, Pixar, 2012. DVD (93 min)

CHAPMAN, Brenda. **Brave**. Legendas disponíveis em http://www.springfieldspringfield.co.uk/movie_script.php?movie=brave-2012. Acessado em 7/12/2014

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EBERSOL, Isadora. **Merida e as imposições de Gênero** Disponível em http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/4/1405565841_ARQUIVO_MERIDA_EASIMPOSICOESDEGENEROUAANALISEDACONSTRUCAOVISUALDAPERSONAGEMDEVALENTE.pdf Acessado em 09/12/2014

KAPURCH, Katie. Rapunzel loves Merida: Melodramatic Expressions of Lesbian Girlhood and Teen Romance in Tangled, Brave, and Femslash. In: **Journal of Lesbian Studies**, 2015; 19(4), p. 436-53.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

SALADINO, Caitlin Joanne. **Long may She reign: A Rhetorical Analysis of Gender Expectations in Disney's Tangled and Disney/Pixar's Brave**. Las Vegas: University of Nevada, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 7-72.

ALFORRIAS EM RIO DE CONTAS-BAHIA

Resenha: ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforrias em Rio de Contas-Bahia: século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012. 204 p.

Antônio Nonato Santos Oliveira¹

Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia

Os estudos sobre os sertões baiano estão avançando. Antes relegados a plano secundário e a iniciativa obstinada de memorialistas, hoje eles ganharam contornos acadêmicos de qualidade excepcional. Situação essa creditada especialmente à criação e ampliação de cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* no Estado da Bahia. O livro *Alforria em Rio de Contas* de Katia Lorena Novais Almeida é um produto típico deste cenário. Graduada (1991) em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Mestre (2006) e Doutora (2012) em História Social pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, Almeida nos brinda com um livro resultado de sua dissertação de mestrado, publicado pela Editora da UFBA. Nas duzentas e quatro páginas do livro, a autora explora com detalhes o ato de alforriar, no século XIX, em um ambiente longe dos grandes centros tradicionais dos estudos sobre a escravidão baiana, Salvador e o Recôncavo. Lega-nos uma importante contribuição para o entendimento da alforria e da escravidão.

O tempo cada vez mais exíguo em uma pós-graduação não permite uma abordagem que abarque de todos dos aspectos da escravidão, mesmo numa pequena comunidade com Rio de Contas. Em tempos de “Clio despedaçada”, Almeida se atém exclusivamente ao estudo da manumissão. Quem quiser saber sobre outras facetas da escravidão na região nos oitocentos, a exemplo do tráfico interprovincial, compra e venda, terá que consultar literatura específica sobre o tema. Todavia, a escolha de se concentrar nas alforrias, antes de representar fragilidade, constituiu ponto forte do trabalho, pois assim a autora pode concentrar seus esforços e praticamente esgotar as possibilidades de análise sobre o tema na região de Rio de Contas, constituindo uma das pesquisas mais completas sobre alforria nos sertões baianos oitocentista. O importante estudo de Maria

¹ Trabalho resultante da disciplina História Social, ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Lima.

de Fatima Novaes Pires sobre aspectos da alforria na mesma Rio de Contas se concentra no final do século XIX.²

Almeida persegue alforriados e senhores utilizando, sobretudo, livros de notas de tabelião, inventários, testamentos, registro de batismo, e estabelecendo relação entre esses documentos diversos. Dessa forma, a minuciosa pesquisa documental é uma das qualidades do trabalho, além do diálogo com uma hidrografia variada e adequada ao tema. Como resultado nos apresenta dados e trajetórias de pessoas envolvidas com alforria, fenômeno tradicionalmente tido como ato de concessão senhorial, mas que, após ler este livro, percebe-se que vai além disso, os escravizados foram parte importante nesse processo, tornando-o um ato complexo em que as posições extremistas a favor ou contra a atuação do escravo não dão conta de explicar.

A historiadora utiliza métodos quantitativos, tão largamente e competentemente usados nos pioneiros sobre alforria de Kátia Mattoso e Stuart Schwartz. Contudo, acrescenta uma recomendação deste último sobre a necessidade de uma abordagem que revelasse as pessoas e suas contradições por traz dos números.³ Desta forma faz surgir da documentação, como suporte para os seus argumentos, múltiplas histórias de escravistas e escravizados no alto sertão baiano. Aliás, entre as recomendações do Schwartz está a de extensão dos estudos sobre as alforrias para diversas localidades do Brasil, para termos melhores estatísticas, somente assim se terá ideia abrangente do fenômeno, o que o livro atende muito bem. Neste interim, sendo a sertão baiano tão grande e variado, urge o surgimento de estudos sobre as suas mais diversas localidades. Para região oeste baiano, por exemplo, há um silêncio quase que absoluto sobre as dinâmicas escravistas.

O livro é estruturado em quatro capítulos. No capítulo um, apresenta cenário da escravidão em Rio de Contas; no dois trata do contexto das alforrias, classificação e tipologias, fundamento legal, formas de pagamento e formação de pecúlio; no capítulo três traça o perfil de escravos e alforriados e no quatro discute as justificativas usadas pelos senhores para alforriar. O que foi observado durante as pesquisas relatamos a seguir.

Sobre Rio de Contas, o estudo revela uma economia superdependente agrícola, para uma localidade prosperou com a descoberta de ouro na segunda metade do século anterior ao estudo em tela. O algodão era uma cultura importante, mas a policultura de

² Maria de Fatima Novaes Pires, *Cartas de Alforria: "para não ter o desgosto de ficar em cativo"*. Revista Brasileira de História, v. 26, pp. 141-174, 2006.

³ Ver Kátia M. Queirós Mattoso, *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerários de uma historiadora*, Salvador, Corrupio, 2004; Stuart Schwartz, *Escravos, roceiros e rebeldes*, São Paulo, Edusc, 2001, pp. 171-218.

gêneros alimentícios era o carro chefe da economia, reforçando a tese de pecuária e policultura de Erivaldo Neves para os sertões baianos⁴. Os homens escravizados trabalhavam em sua grande maioria nos serviços de roça, na atividade de vaqueiro e serviços de tropas e em menor número em outras atividades com ferreiro, músico garimpeiro, pajem, telheiro. Já as mulheres atuavam nos serviços de roça, no serviço de casa e como costureiras e cozinheira. Em relação à posse, havia um predomínio do pequeno escravista, todavia a maior parte da escravaria estava na posse dos médios e grandes proprietários. O estudo reforça a tese de que os pequenos proprietários alforriavam com mais intensidade que os detentores de grandes escravarias, o que é explicado pela maior proximidade dos sujeitos, mas que também pode ser indicativo de menor poder de negociação dos pequenos detentores conforme aponta Robert Slenes no prefácio à obra. A posse de escravos era permitida a todos que tivesse condições econômicas de adquiri-la, até mesmo ao próprio escravo. Almeida mostra também um universo sertanejo complexo refutando conceitos simplistas e deturpados sobre o sertão.

No segundo capítulo, a autora analisa 1655 cartas de liberdade registradas no cartório e que resultaram em 1777 alforriados. Pouco menos de metade pagou pela manumissão, sendo cerca de 1/3 das alforrias concedidas “gratuitamente”, as demais, condicionadas a alguma obrigação. 33 escravos adquiriram sua alforria utilizando como pagamento outro escravo, número superior aos 28 casos encontrados por Daniele Souza em 1.329 cartas para Salvador nos setecentos e proporcionalmente maior que os 35 casos que Mieko Nishida identificou em 3.516 cartas analisadas entre 1808 a 1888.⁵ Além da complexidade do sistema escravista, tais dados revelam a capacidade do escravo adquirir economia própria e pecúlio mesmo antes da sua regulação em 1871. Quando discorre sobre as implicações as leis abolicionistas ao longo dos oitocentos constata que, além da lei de cessão do tráfico atlântico de 1850, a crise gerada pela grande seca no sertão baiano de 1860 encarece a mão de obra escrava, contudo não causa grandes impactos na alforria, tão somente um declínio tímido nas alforrias pagas incondicionalmente. Com a Lei de 1871, o Estado interfere de forma definitiva manumissão, regulando o pecúlio, a alforria

⁴ Erivaldo Fagundes Neves, *Uma comunidade sertaneja da sesmaria ao minifúndio: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)* Salvador: EDUFBA, Feira de Santana:UEFS, 2008.

⁵ Mieko Nishida, “As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Bahia, 1808-1888”, *Estudos Econômicos*, vol. 23, nº 2 (1993), pp. 227 a 267; Daniele Santos de Souza, “Nos caminhos do cativo, na esquina com a liberdade: alforrias, resistência e trajetórias individuais na Bahia setecentista”, in Lisa Earl Castilho, Wlamyra Albuquerque e Gabriela dos Reis Sampaio (orgs.), *Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)*, Salvador: EDUFBA, 2014. pp. 103 a 135.

e instaurando a crise de autoridade senhorial, golpeando duramente esta que era uma das bases da sustentação escravista, reforçando as conclusões de Sidney Chalhoub sobre esta crise.⁶

No terceiro capítulo, Almeida utiliza uma amostra de inventários *post mortem*, correspondente a 1.477 cativos para discutir o quanto ao perfil do escravizados, para suprir a ausência de censos anteriores a 1872. Evidencia uma escravaria majoritariamente nascida no Brasil, mas com presença de escravo africano que oscilou entre 30 a 40% ao longo do período analisado, sendo estes de composição étnica variada, com predominando de Angola e Mina. Na análise do perfil dos alforriados constata um predomínio dos nascidos no Brasil, dentre estes, as mulheres foram alforriadas com mais frequência que os homens. Entre os africanos a população feminina também esteve na dianteira, sendo as etnias, Mina e Angola as mais beneficiadas, o que refletiu a composição étnica dos africanos como um todo. Por limitação que sofre todo o pesquisador em função de suas fontes, não foi discutida a proporção das alforrias em relação à população escrava total, índice importante para reflexão sobre o impacto da manumissão naquela sociedade.

A relação senhor-escravo é discutida especialmente no último capítulo e a partir do ponto de vista senhorial. As justificativas dos escravistas para alforriar foram reconhecimento pelos bons serviços, pagamento e afetividade. A alforria na pia batismal beneficiou mormente a filha da escrava doméstica e os filhos do senhor com suas escravas. As alforrias testamentárias decresceram ao longo do século XIX, e se referiam a alforrias condicionais pagas, ou sob coação.

De inspiração Thompsiana, como boa parte dos trabalhos monográficos sobre os sertões e da historiografia recente sobre a escravidão em geral no Brasil, vai buscar nas fontes as experiências vivenciadas de cativos e senhores, reforçando o desmonte uma conclusões equivocadas sobre a escravidão dos estudos com base em relatos de viajantes ou de visões de terceiros. A relação do escravo com o seu senhor escravo é buscada ao longo do trabalho e em especial no último capítulo. Tal relação é componente obrigatória para o entendimento da escravidão segundo as lições de Eugene Genovese.⁷ Por essa lógica, da relação cotidiana surgiu uma simbiose em que senhores e escravos modelaram

⁶ Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, Companhia das Letras, São Paulo: 2011.

⁷ Eugene Genovese, *A terra prometida, o mundo que os escravos criaram*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

um ao outro, emergindo estratégias de dominação e resistência. Os escravistas, sabedores da insustentabilidade do regime sem que fossem feitas concessões mínimas, lançavam mão de artifícios na tentativa de estabelecer um controle dos escravos. Utilizando dessas concessões, os escravizados agiam para fugir à desumanização conseguindo, por vezes, a liberdade. O paternalismo de Thompson adaptado à interpretação das relações escravistas no Brasil.⁸

Sob influência especialmente dos estudos Eugene Genovese, boa parte da nova historiografia da escravidão no Brasil tem se debruçado sobre o estudo da relação senhor escravo. Não obstante, esta abordagem está longe de ser unanimidade. Há os que advogam que pautar a análise tão somente por este viés é empobrecer a experiência dos escravizados. Pesquisas mais recentes apontam para imprescindibilidade de análise das relações da sociedade com a alforria e os alforriados, surgindo a necessidade de equilibrar o estudo dos modos e oportunidade de obter a alforria com o a análise da experiência do sujeito em liberdade. A precariedade estrutural da liberdade; situações de confusão entre condição étnica e situação jurídica; a suspeição e controle sobre as pessoas de cor; a atuação estatal mediando as relações e a própria sensação de insegurança do negro em liberdade clamam por necessidade de análises que somente a relação senhor-escravo não dá conta de suprir.⁹

De grande contribuição para historiografia por apresentar aspectos importantes de Rio de Contas, além de revelar elementos importantes para entendimento da alforria e da relação senhor escravo em regiões distantes dos grandes centros urbanos, o livro é de leitura obrigatória para especialistas e para todos que querem ter uma melhor compreensão do Brasil. Os sertões baianos estão em festa.

⁸ E.P. Thompson, “Patrícios e Plebeus” in *Costumes em comum – Estudos sobre cultura popular tradicional*, São Paulo: Companhia das letras, 1998. pp. 25 a 85.

⁹ Sidney Chalhoub, Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX) *História Social* nº 19, segundo semestre de 2010. e *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*, São Paulo, Companhia da Letras: 2012.

ESCRAVIDÃO, PECUÁRIA E POLICULTURA

Resenha: NEVES, Erivaldo Fagundes. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p.305.

Danielle da Silva Ramos

Mestranda em História Social pelo PPGH-UFBA

“Sertão longo que não tem portas”, a frase explicitada pela historiadora Isnara Pereira Ivo em um dos títulos de sua obra¹ reflete a grandiosidade que representa os sertões da Bahia,² interligado com outras regiões por meio das relações políticas e socioeconômicas desencadeadas ao longo dos séculos refuta a ideia de região isolada que tanto perdurou na historiografia tradicional. Enquanto pioneiro do olhar deslocado para o alto sertão baiano, o professor da Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS/BA), mestre em história pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com doutorado também em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Erivaldo Fagundes Neves, em sua pesquisa por entre os arquivos sertanejos, baianos e ultramarinos, forneceu em suas obras singulares e preciosas informações sobre a constituição das fronteiras geográficas alto sertaneja, e para além delas, as práticas empreendidas pelos sujeitos – em suas dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais - que deram “vida” a esse espaço em sua intensa dinâmica. Recorrentemente citado, sobretudo em trabalhos que se referem aos sertões baianos, este historiador, sertanejo de nascimento,³ forneceu muitas pistas para que o estudo dessa região pudesse alçar voos mais altos.⁴

¹IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.*

²Ivo (2012, p.25) faz referência ao Sertão da Ressaca (fronteira com o norte da Capitania de Minas Gerais) e o Alto Sertão da Bahia.

³ Sendo natural do então distrito de Bonito (pertencente a Caetité), onde atualmente é o município de Igaporã. De acordo dados do IBGE, está localizado a uma distância de 802 quilômetros da capital, na Mesorregião do Centro-Sul baiano e Microrregião de Guanambi.

⁴Conforme salienta Maria de Fátima Novaes Pires (2014, p.331), considera-se ainda a abertura desde os anos 1990 de programas de pós-graduação e a criação de arquivos em cidades do interior, [como o Arquivo Público Municipal de Caetité], que facilitaram a ampliação do enfoque de antigos e novos objetos.

Possuidor de um vasto conhecimento acumulado durante os anos de dedicação à escrita da história sertaneja, Neves recorre a páginas de estudos anteriores⁵ para endossar a discussão sobre *Escravidão, pecuária e policultura [no] Alto Sertão da Bahia, século XIX*, título da obra que fora publicada em 2012, evidenciando, no decorrer de suas trezentas e cinco páginas, os pressupostos teórico-metodológicos ligados e as problematizações levantadas acerca do contexto escravista sertanejo.

Inserida na atualização dos debates sobre a historiografia da escravidão, Neves destina as páginas iniciais de sua obra aos caminhos por ela trilhado. No plano nacional, remonta à década de 1930 e à concentração dos estudos a um caráter monocultor, latifundiário e escravista, para em seguida mencionar os redirecionamentos das discussões, especialmente na década de 1980, com a valorização do cotidiano, dos modos de viver, da religiosidade do escravo. Se reportando à historiografia baiana, elucida os estudos que partiram da cultura africana, tais como os de Manoel Quirino, Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Luís Viana Filho.

Com esse redirecionamento, a análise dos estudos escravistas é deslocada também para as áreas interioranas e novas experiências escravas ganham notoriedade. No entanto, como sinalizado pelo autor, é necessário que as referências sobre a labuta diária dos escravos, assim como outros focos de análise sejam ampliadas nas comunidades sertanejas.

É por meio de uma vasta documentação, isto é, testamentos e inventários pós-morte de senhores de escravos, escritura de compra e venda de cativos, cartas de liberdade de escravos e processos crime, que Neves propõe descortinar as especificidades da escravidão na pecuária e policultura sertaneja. Lançando mão de uma abordagem socioeconômica. No primeiro capítulo da obra, intitulado *Senhores, escravos e camponeses na pecuária e policultura*, o autor traz um quadro sobre as principais atividades desempenhadas pelos escravos em “uma economia agrária com latifúndios, quase sempre descontínuos, contornados por médias e pequenas unidades, nas quais se multiplicaram os pequenos criadores e agricultores autônomos” (p.83). Nelas, em menor número, também se faziam uso do trabalho compulsório e observou-se que a maior concentração da mão-de-obra escrava estava na pecuária. Fazendo uso de tabelas, é informado ainda a etnia, cor, idade, gênero, vestuário e enfermidades dos escravos recorrentes nas propriedades sertanejas.

⁵Tais como: Uma Comunidade Sertaneja: da Sesmaria ao Minifúndio (1998); Estrutura Fundiária e Dinâmica Mercantil: Alto Sertão da Bahia, Séculos XVIII e XIX (2005); Sertões da Bahia: Formação Social, Desenvolvimento Econômico, Evolução Política e Diversidade Cultural (2011).

No capítulo seguinte, chamado *Nações, etnias e origens dos escravos*, o autor se detém em demonstrar os locais que partiam os escravos para o Brasil, Bahia e Caetité, verificando a incidência de diversas procedências. Para a Bahia, foram destinados, no decorrer do período escravista, escravos da Guiné, Gâmbia, Congo, Angola, Costa da Mina, Golfo do Benin, uma prevalência dos oriundos da África Ocidental, situação que não se repetiu em Caetité, notando-se uma preferência pelos da África Centro-Ocidental.

Sem aprofundar nessas questões, o autor se envereda no universo da família escrava, trazendo uma constante associação da construção de suas relações com o espaço social de pouco contingente escravista sertanejo - se comparada a regiões monocultoras litorâneas.⁶ No decorrer do capítulo *Família no cativo agropecuarista e comércio de escravos*⁷ essa relação é demonstrada na rara constituição de casamentos formalizados - união livres eram mais recorrentes - e, inclusive, no estabelecimento do preço de escravos a serem comercializados. Por outro lado, como bem observado por Neves, estes faziam uso da organização familiar para angariar concessões dos senhores. Ainda, o autor tece considerações sobre a relação de apadrinhamento, sobretudo através do batismo de senhores a filhos de escravos, relação vista como uma possibilitadora de “vínculos de afinidade e reciprocidade entre compadres, padrinhos e afilhados” (p.48).

Em *Alforrias, resistência e abolição*, além de descortinar os meios de aquisição da liberdade judicial que foram recorrentes aos escravos, Neves oferece informações sobre a configuração escravista do alto sertão nas décadas finais do oitocentos. O pecúlio adquirido por meio da concessão dos senhores “a seus escravos do direito de trabalhar em proveito próprio, durante algumas horas ou determinados dias” (p.165) vem justificar a compra da liberdade como principal meio de obtenção da alforria, marcada por práticas e interesses diversos, tanto por parte dos senhores quanto pelos escravos. Sobre a abolição, informa que poucos foram libertados, dada a prevalência de faixas etárias elevadas que haviam adquirido a liberdade por meio das medidas empreendidas no decorrer da segunda metade do XIX, a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário.

⁶ Entre 1801-1887, Neves identificou a partir da análise dos inventários do termo da Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité e seus distritos no período em estudo, uma média de 1 a 5 escravos por plantel. No estudo de Pires (2009) sobre a posse escrava em Rio de Contas e Caetité, identificou, também por meio da análise de inventários, uma média de 5 a 10 escravos por plantel. Esses números, como ressalta a historiadora, não deixa de ser significativo, tendo em vista o funcionamento da economia regional.

⁷ Sobre o tráfico interprovincial e família escrava no sertão, ver também Maria de Fátima Novaes Pires (2009); Gabriela A. Nogueira (2011); Napoliana Pereira Santana (2012).

Essa configuração etária é associada também a transferência de escravos “em faixas etárias economicamente ativas” para o sudeste do país. No capítulo *Tráfico interno de escravos*, com o aprofundamento da discussão, o autor aponta que havia a comercialização para outras regiões, se vinculando em grande medida a crise na agricultura no semiárido e a seca no final da década de setenta do século XIX. Com esse cenário, a figura dos negociantes de escravos se notabiliza, mantendo-se atuante no sertão.

No último capítulo da obra, intitulado *Cativeiro dissimulado em contratos de servidão doméstica*, a discussão se envereda nas relações trabalhistas pautadas em contratos de trabalho. Ao apresentar contextos de intensa seca no sertão no século XIX, com desabastecimento e desemprego, Neves aponta que alguns sertanejos encontraram no estabelecimento desses contratos, “a servidão doméstica”, meios de sobrevivência,

Por esses acordos formais, famintos vendiam suas forças de trabalho, quando não a si próprios, apenas pela ração cotidiana, e aceitavam todas as condições e deveres que lhes impunham, sem nenhum direito, nem mesmo sobre qualidade, quantidade ou número de refeições que deveriam receber (p.242).

Como ambas as partes se comportavam na efetivação desses contratos, não foi o objetivo do autor, o que não deixa de ser uma abordagem interessante.

Sertão e escravidão, palavras que estão cada vez mais presentes na historiografia brasileira, permearam as análises tecidas por Erivaldo Fagundes Neves. Suas especificidades, que em algumas passagens foram comparadas a zonas monocultoras, especialmente o recôncavo baiano, endossaram a discussão; outras, no entanto, permitem ressalvas, como o provável trato menos cruel ao escravo no sertão, e uma vida mais folgada se comparada aos das zonas monocultoras. A configuração socioeconômica dessa região caracterizada pelo desenvolvimento de atividades agropastoris em pequenas, médias e grandes propriedades “não isentava o caráter altamente reificador, autoritário e violento das sociedades escravistas”.⁸

O abalo causado pelas secas, abordado nos trabalhos sobre os sertões baianos, é inegável, como bem evidenciado por Neves ao trazer índices da comercialização de escravos entre outras medidas que se vincularam a crise que atingia de maneira distinta todos os sertanejos, porém, ao analisar aspectos da migração compulsória, aponta “que os efeitos da seca de 1857-1862, despovoou [sic] o Alto Sertão da Bahia, com milhares de mortes por inanição e fuga em massa da população” (p.225). É inquestionável que as dificuldades de sobrevivência

⁸ PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Sertões da Bahia nos tempos da escravidão*. Afro-Ásia, 49 (2014), p.331-337.

se acentuavam em períodos de seca, levando milhares de pessoas a partirem para outras regiões, mas daí afirmar que houve um despovoamento parece exagero, visto que outras alternativas eram vislumbradas por aqueles que permaneciam. Estudos desenvolvidos sobre o sertão, como alguns já mencionados ao longo deste texto, demonstram essa permanência e refutam a ideia de despovoamento:

Afirmar o esvaziamento do sertão em função das secas, atribuindo isolamento, é negar as peculiaridades da região e as transformações inerentes de qualquer sociedade, ou lugar, quando perpassam por situações complexas. Os sertanejos souberam nas agruras que lhes impuseram buscar outras saídas.⁹

Observa-se que a constante atualização dos debates historiográficos, o crescimento de pesquisas em regiões “pouco frequentadas”,¹⁰ o maior acesso as fontes, etc. são alguns elementos que permitem sinalizações e aprofundamentos de questões, discordâncias de outras... Nesse sentido, embora algumas análises realizadas por Erivaldo Fagundes Neves tenham ganhando outras interpretações e abordagens, ou ainda mereçam a atenção de pesquisadores, o (s) trabalho (s) realizado (s) por ele instigou (instigaram) e inspirou (inspiraram) novos estudos.

A obra *Escravidão, Pecuária e Policultura, Alto Sertão da Bahia, século XIX*, situa-se assim entre uma das grandes contribuidoras tanto para a escrita da história do alto sertão baiano, pois fornece importantes informações sobre a escravidão e sobre as especificidades socioeconômicas da região, como para a historiografia baiana, que carece de mais estudos sobre as regiões interioranas do estado. Aliada a riqueza de assunto, o trato com as fontes documentais analisadas por Erivaldo Fagundes Neves, representa mais uma relevante contribuição da obra. Portanto, torna-se de indispensável leitura para aqueles que desejam se enveredar pelos múltiplos caminhos da pesquisa histórica sobre os sertões baiano e para os que lidam com temáticas vinculadas a escravidão e à economia.

⁹ MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *Trânsitos culturais de poder local, tráfico interno de escravos e liberdade no alto sertão da Bahia, no período de 1840 a 1888*. In. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013, p.10.

¹⁰ No alto sertão baiano a pesquisa histórica tem ganhado fôlego, além dos trabalhos de Erivaldo Fagundes Neves, apontados em outro momento e artigos desenvolvidos nas Universidades do interior (Uneb), tem-se, dentre outros de igual relevância, os de Maria de Fátima Novaes Pires (2009), (2003); Gabriela A. Nogueira (2011); Lielva Azevedo Aguiar (2011); Eudes Marciel Barros Guimarães (2012); Isnara Pereira Ivo (2012); Marcos Profeta Ribeiro (2012); Napoliana Pereira Santana (2012); Kátia Lorena Novaes Almeida (2012); Paulo Henrique Duque Santos (2014).

Referências

IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

MIRANDA, Rosângela Figueiredo. *Trânsitos culturais de poder local, tráfico interno de escravos e liberdade no alto sertão da Bahia, no período de 1840 a 1888*. In. XXVII Simpósio Nacional de História, Natal –RN, 2013.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Pecuária, Policultura e escravidão: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012, p.305.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Sertões da Bahia nos tempos da escravidão*. Afro-Ásia, 49 (2014), p.331-337.

_____. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertoins de Sima – Ba (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.

TERRA DE VAQUEIROS

Resenha: MEDRADO, Joana. *Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. 227 p.

Eliseu Santos Ferreira Silva

Mestrando em História pelo PPGH-UFBA

Terra de vaqueiros, título do livro da historiadora Joana Medrado, tem como objetivo analisar as relações entre fazendeiros e vaqueiros, em Jeremoabo, nas duas últimas décadas do século XIX. A obra é resultado de sua dissertação defendida na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 2008. Também busca, numa perspectiva revisionista, resgatar o universo da cultura política manifestados nas negociações cotidianas nas fazendas e alhures. Para contrapor visões “clássicas”, segundo a autora, baseadas em relatos de viajantes, que reduzia as relações sociais do vaqueiro ao seu “fiel” fazendeiro acarretando uma “servidão inconsciente”, Joana Medrado mergulha nos escritos dos memorialistas, folcloristas e na literatura popular de cordel e, também, escarafuncha as fontes históricas: correspondências privadas, processos-crime, inventários *post mortem*, testamentos e depoimentos orais. Outros assuntos também aparecem na obra: aspectos da escravidão em Jeremoabo, da abolição e a guerra de Canudos.

O livro de Joana Medrado está organizado em quatro capítulos que se dedicam a analisar minuciosamente as relações de trabalho e a cultura política em Jeremoabo. Para compreender as relações de dominação e resistência no cotidiano laboral, a autora utilizou, em sua perspectiva analítica, o que ela chamou de “inversão do olhar”, destarte, seria possível compreender as expectativas e necessidades dos vaqueiros a partir do próprio olhar, “e não a partir do olhar do fazendeiro” (p. 201). Sua intenção primordial é colocar o vaqueiro como agente ativo e desmitificar a ideia de dependência total e “inconsciente”. O que parecia uma simples sujeição poderia ser uma estratégia de sobrevivência, assim, bastava uma “quebra” nos laços de solidariedade para tensões virem à tona demonstrando o que os vaqueiros reconheciam como justo e de direito adquirido.

No primeiro capítulo, Medrado oferece uma visão geral da comarca de Jeremoabo. A autora investiga aspectos históricos da comarca para compreender a

gênese da atividade pecuária na região. Nesse momento do livro, Joana Medrado elucida a respeito da política de dominação no sertão baiano e sobre as diferenças ocupacionais entre: vaqueiros, administradores e procuradores. Essa preocupação em diferenciá-los é importante, pois “foram em geral ignoradas nas falas de memorialistas e historiadores do início do século XX”. (p. 45). Os vaqueiros comuns eram aqueles que lidavam com o gado, cuidavam dos locais de criação e de suas enfermidades; o procurador era os que “representava o proprietário por meio de uma procuração que o habilitava a resolver questões burocráticas e cartoriais” (idem). Já o administrador, além obviamente de gerenciar de fato as fazendas, era quem se reportava diretamente ao proprietário. A categorização dessas ocupações é importante no tocante ao *status* social atribuído a cada um. Outros temas são abordados nesse capítulo, a saber, o estabelecimento da família Dantas (de grande influência político no período em estudo pela autora), a criação de animais, a lavoura e a carência de mão de obra. Nesse capítulo também podemos perceber quem eram os grandes e pequenos proprietários da comarca de Jeremoabo. A autora analisou, através de inventários *post mortem*, a riqueza material dos habitantes de Jeremoabo e, através disso, qual era o maior tipo de investimento dos populares. Outra observação importante é sobre a conjuntura da época, segundo Joana Medrado, “especialmente depois de abolida a escravidão, todas as camadas sociais aumentaram o investimento em gado em geral e no gado *vacum* em particular” (p.73). Ela demonstra que a atividade pecuária elevaria o prestígio individual mais do que uma profissão, era uma identidade, uma condição social.

O segundo capítulo aborda as relações sociais e os conflitos entre os habitantes de Jeremoabo, bem como os furtos de animais. A partir dos autos criminais entre 1880 a 1900, a autora adentra no universo cotidiano das relações de poder, segundo ela “os mesmos processos podem nos ajudar a identificar o perfil social de personagens importantes no contexto, como os fazendeiros, vaqueiros, criadores e lavradores” (p. 85). Aqui vários episódios remontam a teia de relações conflituosas nos âmbitos de trabalho que chegavam a situações “limites”. São crimes contra a propriedade que demonstravam uma miríade de significações: estratégias de liberdade, defesa de direitos costumeiros e busca pela sobrevivência. Nesse contexto envolto de convulsões sociais e políticas (guerra de Canudos, abolição da escravatura, início da República e grandes secas) surgia também o ‘ladrão de ocasião’ (p. 98).

De modo sensível, Joana Medrado identificou significados ocultos em ações caracterizadas pelos órgãos repressivos como crimes de roubo. Em alguns casos de furto de gado nessa região, a autora observou que era “uma forma de compensar a roça estragada” além de ser “uma espécie de represália ao fazendeiro” (p. 101). Essa conclusão, dentre outras, remontam o cotidiano de disputas internas nas fazendas, e também demonstra os laços de solidariedade dos vaqueiros com outros vaqueiros e com os fazendeiros.

O prestígio social do vaqueiro é o tema do terceiro capítulo. Nesse capítulo, a principal fonte documental são correspondências escritas por vaqueiros remetidas a um dos mais poderosos fazendeiros locais, o barão de Jeremoabo. Nessas cartas Joana Medrado analisou os discursos dos vaqueiros e suas reivindicações. Possível notar uma relação direta entre os vaqueiros e os proprietários que não figuravam em relações de dominação. Do mesmo modo, como argumenta a autora, existia uma relação de dependência dos proprietários com os vaqueiros, contudo, os fazendeiros tinham que, nas palavras de Joana Medrado, “inteligentemente com essa dependência, no sentido de manter a honestidade e fidelidade do vaqueiro em relação a ele” (p. 130). Também, para os vaqueiros era possível exigir melhores condições de trabalho e aumento de salários, o que expressava tomada de “consciência sobre as mudanças nas relações de trabalho que se processavam no período” (p. 132). O recurso retórico fazia parte da estratégia de sobrevivência dos vaqueiros e, ao mesmo tempo, marcava a relação simbiótica. Através das exigências encontradas nas epístolas, segundo Joana Medrado, é possível perceber como eram afirmados os pactos, e como eram exigidos os direitos e respeito aos patrões.

O quarto e último capítulo a autora continua versando sobre como foi forjada as imagens de prestígio, liberdade e autonomia laboral dos vaqueiros. Através de fontes diferenciadas, como a literatura de cordel e suas fábulas de bois e vaqueiros ‘encantados’, compilações de folcloristas e entrevistas retiradas do projeto “histórias de vaqueiros – Vivências e mitologias”.¹ A partir da leitura dessas fontes, foi permitido perceber variadas ‘subversões’ do cotidianos dos vaqueiros e continua com o exercício de refletir sobre a autonomia dos subalternizados. Uma preocupação que norteia toda a pesquisa é o esforço em demonstrar que o “prestígio dos vaqueiros não provinha apenas do fazendeiro, ou seja, não foi apenas a relação de maior intimidade e cumplicidade

¹ Desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac), 1985-1988.

com o dono da fazenda que fez do vaqueiro-administrador um tipo proeminente no sertão” (pp. 157-58). Além de perceber como os vaqueiros se organizavam e resistia nas malhas do poder, Joana Medrado utiliza o folclore “para tentar desvendar aspectos do ‘universo mental’ dos vaqueiros nordestinos” (p. 166). Com essa janela, seria possível embrenhar nos costumes desses indivíduos e rememorar suas facetas cotidianas, suas efemérides, suas crenças e seus anseios.

Além de contribuir com a historiografia regional e local – não existem trabalhos acadêmicos sobre a região – o livro fornece outros aportes interessantes para a historiografia ao adotar uma nova forma de descortinar as relações sociais entre vaqueiros e fazendeiro nos sertões nordestinos. Apesar de já existir uma literatura farta sobre o tema, Joana Medrado sobrepõe às contribuições “clássicas”, que viam sempre uma relação assimétrica entre vaqueiros e fazendeiros, em que os primeiros obedeciam “inconscientemente” e os segundos mandavam. No jogo da dominação é preciso existir reciprocidade, por mais que as agruras dificultassem as vidas dos vaqueiros, reivindicações eram tomadas e formas sutis de estratégia para desmobilizar o poder eram tomadas. Por essa razão a autora faz questão de analisar os dois lados da moeda: fazendeiros e vaqueiros. A perspectiva do proprietário foi necessária para compreensão das estratégias cotidianas dos vaqueiros a partir das reivindicações ao que eles consideravam como direito. Assim como o contraponto que historiadores da escravidão fizeram a ideia de “escravo-coisa”, Joana Medrado segue nessa teia de possibilidades para suprimir os estudos reducionistas. Nos rastros e ações dos vaqueiros ela nos mostra uma miríade de caminhos alternativos à dominação irrestrita: “afirmação da dignidade pessoal e profissional” e a “reivindicação de melhores condições em diálogos francos” com os proprietários (p. 205). Essa hipótese da autora permeia por toda a obra, uma relação simbiótica (porém com resultados diametralmente opostos), assim como o caso do vaqueiro-administrador José Lins Barreto, abordado no terceiro capítulo, quando em carta endereçada a Cícero Dantas, o barão de Jeremoabo, tentava negociações em prol de melhores condições de trabalho.

Ao longo dos quatro capítulos Joana Medrado trata das ações de vaqueiros que resistiram ao contexto de dominação dos fazendeiros e criaram perspectivas reais e imaginárias para alcançar um maior prestígio social e estabelecer limites nas relações de trabalho. O livro *Terra de vaqueiros* volta e meia torna-se repetitivo. A ênfase da autora

é demarcar território dispare das obras “clássicas” que reduziam as relações de trabalho na pecuária sertaneja pelo viés da labuta e subserviência.

Tornar o vaqueiro um agente ativo nos seus ideais foi o principal mote da autora. Para isso, desbravou a documentação com astúcia para encontrar as façanhas desses atores sociais de carne e osso que através de suas experiências sobreviveram às amarras do contexto.

A obra se insere no campo de estudos voltados para o “mundo do trabalho”. E por isso sua leitura é imprescindível para quem estuda as relações trabalhistas, sobretudo na zona rural do sertão baiano. Além da relevância acadêmica, sua obra é recomendada para aqueles que desejam conhecer as lendas e “causos” do povo sertanejo. A partir de uma escrita cuidadosa, o livro *Terra de vaqueiros* de Joana Medrado cativa até mesmo leitores afastados dos estudos sertanejos.